



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA - POSGRAP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL - PROSS**

CAROLINA SAMPAIO DE SÁ OLIVEIRA

**A INSERÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL, TÉCNICO-ADMINISTRATIVO NAS
INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR EM SERGIPE**

SÃO CRISTÓVÃO-SE

2021

CAROLINA SAMPAIO DE SÁ OLIVEIRA

**A INSERÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL, TÉCNICO-ADMINISTRATIVO NAS
INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR EM SERGIPE**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade Federal de Sergipe, como exigência para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Linha de Pesquisa: Trabalho, Formação Profissional e Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria da Conceição Vasconcelos Gonçalves.

SÃO CRISTÓVÃO-SE

2021

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

Oliveira, Carolina Sampaio de Sá
O48i A inserção do assistente social, técnico-administrativo, nas instituições federais de ensino superior em Sergipe / Carolina Sampaio de Sá Oliveira ; orientadora Maria da Conceição Vasconcelos Gonçalves. – São Cristóvão, SE, 2021.
184 f.

Dissertação (mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Sergipe, 2021.

1. Serviço social. 2. Assistentes sociais. 3. Ensino superior - Sergipe. 4. Educação - História - Sergipe. 5. Associações, instituições, etc.. 6. Servidores públicos. I. Gonçalves, Maria da Conceição Vaconcelos, orient. II. Título.

CDU 364-47:378-057.34(813.7)

CAROLINA SAMPAIO DE SÁ OLIVEIRA

**A INSERÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL, TÉCNICO-ADMINISTRATIVO NAS
INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR EM SERGIPE**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade Federal de Sergipe, como exigência para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria da Conceição Vasconcelos Gonçalves

Aprovada em: 03 de dezembro de 2021.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Maria da Conceição Vasconcelos Gonçalves
(Orientadora - UFS)

Prof.^a Dr.^a Heide de Jesus Damasceno
(Examinadora Externa - IFBA)

Prof.^a Dr.^a Vera Nubia Santos
(Examinadora Interna - UFS)

Prof.^a Dr.^a Flávia Augusta Santos Melo Lopes
(Examinadora Interna Suplente - UFS)

A todas, todos e todes aqueles que lutam em defesa da educação pública, gratuita, laica e referenciada socialmente. Em especial, às trabalhadoras técnico-administrativas que, mesmo com tripla jornada, entendem que as Instituições Federais de Ensino Superior são o local para construir e renovar esperanças, mentes e corações na luta por uma sociedade justa e igualitária. A educação pública é capaz de criar novas perspectivas de vida e possibilitar formação ética, política, acadêmica e social.

Às colegas do cargo de assistente social que atuam na assistência estudantil e se organizam na busca incessante por condições dignas de trabalho, pela implementação do projeto ético-político do Serviço Social e por transparência do financiamento público da assistência estudantil com maior investimento nesta política. Aos discentes que, através do movimento estudantil, lutam em defesa da educação pública, gratuita, laica e pela ampliação da política de assistência estudantil.

AGRADECIMENTOS

Enfim, cheguei. A caminhada foi dura e árdua, mas sinto gratidão imensa por todo apoio recebido, afinal eu me sinto um “sujeito coletivo”. Acredito que consegui porque pude contar com o amparo da espiritualidade divina e das pessoas demasiadamente especiais que me acompanharam nesta jornada.

Ellen, minha companheira de vida e de jornada, muito obrigada por toda compreensão, amor e incentivo, especialmente, por acreditar em mim e me apoiar incondicionalmente.

À minha mãe Claudete por sua presença constante, seu apoio e confiança, mesmo distante fisicamente em decorrência da pandemia. A meu pai Augusto por lembrar a importância da pós-graduação e por se dispor a me auxiliar. À minha irmã Laura e ao meu cunhado Rafael por serem tão importantes para mim e terem compreendido a minha ausência, especialmente, nesse último ano. Agora poderei dar a atenção que desejo há tanto tempo a meu querido sobrinho Arthur. Amo muito vocês.

Em minha caminhada pude aprender com vários/as mestres/mestras e que, até hoje, são referências para mim: Josefa Lisboa, Sheyla Ferreira, Luis Anselmo Vasconcelos, André Luiz Santana, Otacílio Neto e Benemi Passos (*in memoriam*), Marlene Alves, Clarissa Andrade.

À minha orientadora Lica, que desde a graduação ilumina meus caminhos acadêmicos, minha enorme gratidão e admiração por sua dedicação, compreensão e competência.

Às integrantes da banca, Flavia Melo, Heide Damasceno e Vera Núbia Santos, vocês fazem parte da minha trajetória, e contar com vocês foi especial para mim. Às docentes do PROSS, Nelmiere Ferreira, Maria Helena Cruz, Vânia Carvalho e Joseane Soares, deixo o meu abraço fraterno de gratidão pelos incentivos durante as disciplinas. Valter, seu apoio na secretaria é fundamental para nos tranquilizar e orientar. Valeu demais!!

Aos colegas de turma agradeço por partilharem e trocarem conhecimentos nessa difícil caminhada do mestrado. Deixo meu abraço especial à Tatiane Plínio, este mestrado me oportunizou te conhecer melhor e perceber o quanto você é especial e generosa. Érica, muito obrigada por sua atenção e doçura; você é muito inteligente e, por vezes, sanou dúvidas em nosso difícil cotidiano de “escritas”.

Às queridíssimas Poliana Reis e Thayane Sobral, vocês acreditaram em mim o tempo todo, sempre me alertando que essa fase iria passar. Contar com vocês foi fundamental para eu chegar até aqui.

Às flores e aos cravos especiais de meu jardim, eu não sei nem como retribuir o que vocês fizeram por mim Larissa Feitosa, Taira Moreira, Andrea Moreira, Suelen Moura, Camila Guilherme, Raquel Mendes, Flavia Melo, Verônica Barros, Edileuza Cruz, Fabio Farias e Lucas Gama. À minha amiga e comadre querida Elayne Menezes, a qual tem olhos supergenerosos e paciência infinita comigo, muito obrigada!! Agora quero matar toda a saudade. Vocês foram anjos que contribuíram muito nessa “jornada”.

“O trabalho é uma atividade humana criativa, mas quando há transformação nas forças produtivas através do avanço tecnológico, o trabalho se torna alienado à vida do trabalhador”
Amicucci (2020)

“Professor João Cardoso dizia que a presença da assistente social em diversos setores sociais era imprescindível e assim ele invocava a sociedade a dar a devida importância a essas profissionais. Ele chamava as assistentes sociais de “Valentes Desbravadoras” e que elas tinham como função educar os homens, [...] e organizar as comunidades onde eles estavam inseridos. Para que esta função fosse cumprida era preciso “muita coragem, muito estudo, muito trabalho”. Em uma de suas crônicas o Professor João Cardoso, dizia: “Elas merecem a nossa admiração e o nosso respeito””.
Silveira (2008).

RESUMO

A inserção do Serviço Social na educação deu-se na década de 1930, com notória ampliação a partir dos anos 1990. Após 10 anos, foi possível reconhecer organização e mobilização da categoria profissional junto ao Conselho Federal de Serviço Social. O processo de expansão provocado pelo Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), assim como a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET), contribuiu para a expansão do ensino superior e para a ampliação do quadro de profissionais do Serviço Social no âmbito da educação, objetivando o exercício profissional de outras competências e atribuições distintas do magistério. Aliado a essas determinações, a partir do Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que estabeleceu o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), a assistência estudantil foi-se delineando de outro modo, como também ampliou o número de profissionais vinculados a ele. Nesse cenário, o objeto desse estudo é apreender as possibilidades de inserção dos assistentes sociais, técnico-administrativos, em outros espaços sócio-ocupacionais, além da assistência estudantil e magistério, nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), em Sergipe, ou seja, na Universidade Federal de Sergipe (UFS) e no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS). Ressalta-se a relevância de existir nas IFES a articulação do ensino, da pesquisa e da extensão para o cumprimento da função social destas instituições. O objetivo geral é analisar as alternativas para a inserção dos/as assistentes sociais, técnico-administrativo, nas Instituições Federais de Ensino Superior, em Sergipe, no período de 2008 a 2020. Os objetivos específicos são: resgatar a trajetória histórica do exercício profissional do/a assistente social, técnico-administrativo das Instituições Federais de Ensino Superior, em Sergipe; identificar as demandas institucionais que requerem um/a profissional de Serviço Social nessas instituições; analisar os rebatimentos de alterações na política educacional, em especial, a direcionada para o ensino superior, nas condições de trabalho do/a assistente social nos espaços sócio-ocupacionais nas Instituições Federais de Ensino Superior em Sergipe. A concepção metodológica escolhida para fundamentar a pesquisa foi o materialismo histórico-dialético, por entender que a partir dela é possível analisar as dinâmicas sociais enquanto totalidade, sendo possível identificar os elementos que repercutem na Educação Superior. A pesquisa é documental, mas de natureza qualitativa, as fontes empíricas são constituídas de documentos institucionais a exemplo de relatórios de gestão, assim como documentos produzidos pelo Conselho Federal de Serviço Social. Entre os principais resultados, foi possível identificar que a UFS teve assistentes sociais desde a década de 1970 na extensão, gestão de pessoas e assistência estudantil, mas no IFS esses profissionais sempre estiveram vinculados à assistência estudantil. Nesse sentido, reconhecemos que as IFES apresentam a tendência do reducionismo na concepção de educação à assistência estudantil, visto que não houve investimentos para a ampliação do quadro em espaços sócio-ocupacionais diferentes desse.

Palavras-chave: Serviço Social; Educação; Instituições Federais em Ensino Superior; Espaços sócio-ocupacionais.

ABSTRACT

The insertion of Social Work in education took place in the 1930s, with a notable expansion from the 1990s onwards. After 10 years, it was possible to recognize the organization and mobilization of the professional category with the Federal Council of Social Work. The expansion process provoked by the Support Program for Restructuring and Expansion Plans of Federal Universities (REUNI), as well as the creation of the Federal Institutes of Education, Science and Technology (IFET), contributed to the expansion of higher education and to the expansion of the professional staff of Social Work within the scope of education, aiming at the professional exercise of other competences and attributions distinct from the teaching profession. Allied to these determinations, from Decree n° 7.234, of July 19, 2010, which established the National Student Assistance Program (PNAES), student assistance was outlined in another way, as well as the number of professionals linked to him. In this scenario, the object of this study is to apprehend the possibilities of insertion of social, technical-administrative workers, in other socio-occupational spaces, in addition to student and teaching assistance, in the Federal Institutions of Higher Education (IFES), in Sergipe, that is, at the Federal University of Sergipe (UFS) and at the Federal Institute of Education, Science and Technology of Sergipe (IFS). It is important to emphasize the importance of articulating teaching, research and extension in the IFES to fulfill the social function of these institutions. The general objective is to analyze the alternatives for the insertion of social workers, technical-administrative, in the Federal Institutions of Higher Education, in Sergipe, from 2008 to 2020. The specific objectives are: to rescue the historical trajectory of the professional exercise of the /a social worker, technical-administrative of the Federal Institutions of Higher Education, in Sergipe; identify the institutional demands that require a Social Work professional in these Institutions; to analyze the repercussions of changes in the educational policy, in particular, the one directed to higher education, in the working conditions of the social worker in the socio-occupational spaces in the Federal Institutions of Higher Education in Sergipe. The methodological conception chosen to support the research was historical-dialectical materialism, as it is understood that from there it is possible to analyze social dynamics as a totality, making it possible to identify the elements that have an impact on Higher Education. The research is documental, but qualitative in nature, the empirical sources are constituted of institutional documents such as management reports, as well as documents produced by the Federal Council of Social Service. Among the main results, it was possible to identify that UFS had social workers since the 1970s in extension, people management and student assistance, but at IFS these professionals have always been linked to student assistance. In this sense, we recognize that the IFES present a tendency of reductionism in the conception of education to student assistance, since there were no investments to expand the framework in socio-occupational spaces other than this one.

Keywords: Social Work; Education; Federal Institutions in Higher Education; socio-occupational Spaces.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Profissionais lotadas/os em espaços sócio-ocupacionais por décadas (1970-2020).....	133
--	-----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	- Editais de Recadastramento do Programa de Bolsa Residência Universitária e Auxílios da Assistência Estudantil (2014-2019).....	110
Quadro 2	- Editais para acesso à rede de dados/internet (2020/2021).....	112
Quadro 3	- Editais para acesso a dispositivos eletrônicos (2020/2021).....	113
Quadro 4	- Edital PROEST (2021) - Auxílio Acolhimento.....	113
Quadro 5	- Editais PROGRAD (2019-2020) do Vestibular nos <i>Campi</i> do Sertão (2019) e Lagarto (2020) e SISU nos campi de Aracaju, Laranjeiras e São Cristóvão.....	118
Quadro 6	- Editais POSGRAP (2020 - 2021) - COPES e CINTTEC.....	119
Quadro 7	- Editais PROEX (2020-2021) - Demandas Específicas/PIAEX.....	120
Quadro 8	- Editais PROEX (2020-2021) - Novos Projetos/PIAEX.....	121
Quadro 9	- Editais PROEX (2021-2021) - Renovação de Projetos de Extensão/PIAEX.....	121
Quadro 10	- Admissões e Desligamentos de Assistentes Sociais na UFS (1968 - 2021).....	130

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	- Editais da PROGRAD, POSGRAP, PROEX e CODAP (2018-2021).....	102
Tabela 2	- Editais PROEST PRU, Auxílios, Recadastramento e PRODAP.....	103
Tabela 3	- Editais PROEST após PNAES (2014-2015) do Programa de Bolsa Residência Universitária e Auxílios da Assistência Estudantil. <i>Campi</i> : Aracaju, Itabaiana, Lagarto, Laranjeiras e São Cristóvão.....	104
Tabela 4	- Editais PROEST após <i>campus</i> do Sertão (2015-2016) do Programa de Bolsa Residência Universitária e Auxílios da Assistência Estudantil. <i>Campi</i> : Sertão, Aracaju, Itabaiana, Lagarto, Laranjeiras e São Cristóvão.....	105
Tabela 5	- Editais PROEST (2016-2017) do Programa de Bolsa Residência Universitária e Auxílios da Assistência Estudantil. <i>Campi</i> : Sertão, Lagarto, Aracaju, Itabaiana, Laranjeiras, São Cristóvão.....	106
Tabela 6	- Editais PROEST (2017-2018) do Programa de Bolsa Residência Universitária e Auxílios da Assistência Estudantil. <i>Campi</i> : Sertão, Aracaju, Laranjeiras, São Cristóvão e Itabaiana.....	107
Tabela 7	- Editais PROEST (2018-2019) do Programa de Bolsa Residência Universitária e Auxílios da Assistência Estudantil. <i>Campi</i> : Lagarto, Sertão, Aracaju, Itabaiana, Laranjeiras e São Cristóvão.....	108
Tabela 8	- Editais Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Aprendizagem Profissional (2018-2021).....	111
Tabela 9	- Editais PROGRAD (2018-2021) - Ações Institucionais - Apoio Pedagógico.....	116
Tabela 10	- Edital PROGRAD (2021) - Apoio Pedagógico.....	116
Tabela 11	- Editais PROGRAD (2018-2021) – Monitoria.....	117
Tabela 12	- Editais PROEX (2021) - Plano de Ação Especial.....	122
Tabela 13	- Editais CODAP (2018 - 2021) - Auxílio Financeiro.....	124

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABESS	- Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social
ASAP	- Associação dos Aposentados
ASPROG	- Assessoria de Programas
ASUFS	- Associação dos Servidores da Universidade Federal de Sergipe
BDTD	- Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BICEN	- Biblioteca Central
BM	- Banco Mundial
CAEX	- Coordenação de Atividades de Extensão
CAPES	- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBAS	- Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CCV	- Coordenação de Concurso de Vestibular
CD	- Cargo de Direção
CECAC	- Coordenação de Atividades de Extensão
CEFET	- Centro Federal de Educação Tecnológica de Sergipe
CESAD	- Centro de Educação Superior à Distância
CFESS	- Conselho Federal de Serviço Social
CFP	- Conselho Federal de Psicologia
CGU	- Controladoria Geral da União
CINTTEC	- Coordenação de Inovação e Transferência de Tecnologia
CLT	- Consolidação das Leis do Trabalho
COACOM	- Coordenação de Ação Comunitária
CODAE	- Coordenação de Assistência e Integração do Estudante
CODAP	- Colégio de Aplicação
CODEX	- Coordenações: Extensão Comunitária
COGEPLAN	- Coordenação Geral de Planejamento
CONEPE	- Conselho do Ensino, da Pesquisa e da Extensão
CONSU	- Conselho Universitário
COPAM	- Comissão Permanente de Monitoria
COPRE	- Coordenação de Promoções Culturais e Esportivas
CRESS	- Conselho Regional de Assistentes Sociais

CTSA	- Coordenação de Tecnologias Sociais e Ambientais
DAAS	- Departamento de Assistência ao Servidor
DAE	- Departamento de Assistência ao Estudante
DAIN	- Divisão de Ações Inclusivas
DDRH	- Divisão de Desenvolvimento de Recursos Humanos
DEF	- Departamento de Educação Física
DELIB	- Departamento de Licenciaturas e Bacharelados
DIASE	- Divisão de Assistência ao Servidor
DIPAI	- Divisão de Programas de Assistência e Integração
DP	- Departamento Pessoal
DRS	- Divisão de Recrutamento de Pessoal
DSS	- Departamento de Serviço Social
EAFC	- Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão
EBSERH	- Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
ENEM	- Exame Nacional do Ensino Médio
ESFC	- Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão
FASUBRA	- Federação das Associações dos Trabalhadores Técnico-Administrativos das Universidades Brasileiras
FENASEFE	- Federação Nacional das Associações de Servidores das Escolas Federais de 1º e 2º graus
FG	- Função Gratificada
FHC	- Fernando Henrique Cardoso
FORPROEX	- Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras
GRH	- Gerência de Recursos Humanos
GTI	- Grupo de Trabalho Interministerial
HU	- Hospital Universitário
HUL	- Hospital Universitário de Lagarto
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFBA	- Instituto Federal de Ciência e Tecnologia da Bahia
IFE	- Instituições Federais de Ensino
IFES	- Instituições Federais de Ensino Superior

IFET	- Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
IFS	- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe
LDB	- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	- Ministério da Educação
MPF	- Ministério Público Federal
NEABI	- Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas
NOAPS	- Núcleo de Orientação e Assistência Psicossocial
NUP	- Número Único do Protocolo
NUPATI	- Núcleo de Ações e Pesquisas para a Terceira Idade
ONG	- Organização não governamental
PAAF	- Programa de Ações Afirmativas
PCCTAE	- Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação
PET	- Programa de Educação Tutorial
PIBID	- Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência
PIBIX	- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Extensão
PISOC	- Programa de Inclusão Social
PNAES	- Programa Nacional de Assistência Estudantil
POSGRAP	- Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa
PRAAE	- Programa de Assistência e Acompanhamento ao Educando
PROEST	- Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis
PROEX	- Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários
PROGEP	- Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
PROGRAD	- Pró-Reitoria de Graduação
PROMIL	- Programa Nacional de Extensão Mulheres Mil
PROSS	- Programa de Pós-Graduação em Serviço Social
PROUNI	- Programa Universidade Para Todos
PRU	- Programa de Residência Universitária
PUCRECE	- Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos
REUNI	- Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RJU	- Regime Jurídico Único
Sars-Cov-2	- COVID-19

SENAI	- Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESI	- Serviço Social da Indústria
SESU	- Secretaria de Educação Superior
SETEC	- Secretaria Nacional de Educação Tecnológica
SETEPE	- Setor Técnico-Pedagógico
SIGAA	- Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas
SIGRH	- Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos
SINAES	- Sistema de Avaliação e Progresso do Ensino Superior
SINASEFE	- Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica
SINTIESE	- Sindicato dos Trabalhadores em Instituições de Ensino Superior de Sergipe
SINTUFS	- Sindicato dos Trabalhadores Técnico-Administrativos em Educação da Universidade Federal de Sergipe
SOUFS	- Associação dos amigos e Ex-alunos da UFS
STF	- Supremo Tribunal Federal
TAEs	- Técnico-Administrativos em Educação
TCU	- Tribunal de Contas da União
UAB	- Universidade Aberta do Brasil
UFERSA	- Universidade Federal Rural do Semi-Árido
UFPE	- Universidade Federal de Pernambuco
UFRB	- Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UFRPE	- Universidade Federal Rural de Pernambuco
UFS	- Universidade Federal de Sergipe
UNB	- Universidade de Brasília
UNITRABALHO	- Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho
UNIVASF	- Universidade do Vale do São Francisco

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	18
2	CAPÍTULO I: SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO NO BRASIL: PRINCIPAIS MARCOS HISTÓRICOS.....	29
2.1	Contextualização conjuntural e os impactos no Serviço Social.....	29
2.2	Aspectos contemporâneos da Educação no Ensino Superior.....	36
2.3	Aspectos da atuação profissional na educação.....	38
2.4	O exercício profissional das/dos assistentes sociais na educação: a partir da produção do conhecimento.....	43
3	CAPÍTULO II: A INSERÇÃO PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS NAS IFES EM SERGIPE ANTERIOR AO PNAES.....	54
3.1	Plano de Carreira e Cargos: breve resgate da sua conquista.....	54
3.2	A trajetória histórica da inserção profissional na UFS.....	61
3.3	A trajetória histórica da inserção profissional no IFS.....	85
4	CAPÍTULO III: OUTRAS POSSIBILIDADES DE EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO/A TRABALHADOR/A TÉCNICO- ADMINISTRATIVO/A / ASSISTENTE SOCIAL NAS IFES APÓS O PNAES.....	94
4.1	UFS/PNAES: ampliação do quadro de técnico-administrativos/as em Serviço Social articulada às análises socioeconômicas para acesso às bolsas/auxílios institucionais.....	94
4.2	IFS/SE: inserção de assistentes sociais em outros espaços sócio- ocupacionais além da assistência estudantil.....	139
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	146
	REFERÊNCIAS.....	149
	APÊNDICE A – Roteiro para análise dos dados.....	170
	APÊNDICE B – Dissertações e Teses.....	171
	APÊNDICE C - Documentos Institucionais – UFS.....	173
	APÊNDICE D - Documentos Institucionais – IFS.....	174
	ANEXO A - Atribuições do Serviço Social no IFS.....	175
	ANEXO B - Resolução Nº 20/2019/CONSU.....	180

1. INTRODUÇÃO

O objeto de estudo dessa pesquisa é a inserção dos assistentes sociais, técnico-administrativos, nos espaços sócio-ocupacionais das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) em Sergipe¹. A análise da inserção dos assistentes sociais, no quadro administrativo das instituições federais em educação, possibilita compreender que modo o Serviço Social tem sido “utilizado” para as ações realizadas nessas instituições. É possível perceber, após treze anos na Universidade Federal de Sergipe (UFS), enquanto estudante e assistente social, que o exercício profissional tem sido subutilizado, frente às suas possibilidades e suas demandas institucionais. Por isso, verificaram-se, por meio desse estudo, as possibilidades de contribuição da profissão nas IFES, identificando os setores que contaram com a participação do Serviço Social anteriormente ao Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), e posteriormente, quais são os espaços e as demandas atendidas neste momento e sinalizar outras alternativas para o exercício profissional do assistente social.

É, também, necessário pontuar que a docência é uma possibilidade de inserção para o exercício profissional do/a assistente social nas Instituições Federais de Ensino Superior, no entanto esta pesquisa não será objeto de análise. Também, esclarece-se que a ênfase prioritária da pesquisa vai recair na identificação dos espaços possíveis do exercício profissional do assistente social no âmbito interno das IFES em virtude das requisições institucionais e não diretamente na análise do fazer profissional.

O objetivo geral deste estudo é analisar a inserção dos assistentes sociais, técnico-administrativo, das Instituições Federais de Ensino Superior, em Sergipe, no período de 2008 a 2020, na estrutura organizacional dessas instituições. A escolha de 2008 representa o início do Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) que desencadeou a expansão dos Campi do interior tanto na UFS quanto no Instituto Federal de Sergipe (IFS). A indicação de 2020 se deu por ser o ano que antecede a defesa da dissertação e também devido às instituições apresentarem peculiaridades no exercício profissional, em

1. Nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), em geral, os/as assistentes sociais que compõem a categoria de técnico-administrativo estão lotados/as em setores administrativos, a maioria deles ligados à gestão para atendimento a discentes ou a toda a comunidade universitária, isto é: estudantes, técnico-administrativos e docentes.

decorrência da existência de trabalho remoto² devido à pandemia do novo coronavírus (*Sars-Cov-2*), COVID-19³.

Cabe ainda destacar que as/os profissionais da assistência estudantil vinculadas à UFS, quer seja do *campus* de São Cristóvão, ou dos demais *campi*, a partir de 2019, têm respondido às demandas de outras Pró-Reitorias, em se tratando das análises socioeconômicas nos editais, visto que o recurso PNAES está sendo utilizado para bolsas de pesquisa, extensão e permanência na graduação. Esse aspecto está detalhado em capítulo posterior.

É necessário mencionar que os objetivos específicos são: resgatar a trajetória histórica do exercício profissional do assistente social, técnico-administrativo das IFES em Sergipe; identificar as demandas institucionais que requerem um/a profissional de Serviço Social nessas Instituições; identificar em quais setores surgem as demandas para o Serviço Social; analisar os rebatimentos nas condições de trabalho do assistente social nos espaços sócio-ocupacionais nas IFES em Sergipe.

A relevância e pertinência da temática e do objeto de pesquisa se apresentam ao mesmo tempo em que a atuação profissional dos/as assistentes sociais, do quadro administrativo em IFES, vem sendo consolidada. Há algumas décadas, o Serviço Social nas IFES vem contribuindo para o fortalecimento da educação enquanto espaço sócio-ocupacional. É possível considerar que, desde o início, o Serviço Social esteve à frente da extensão e da assistência estudantil, fortalecendo a indissociabilidade do tripé (ensino, pesquisa e extensão) da universidade, como também para a permanência dos estudantes na graduação, mas, após o PNAES, alguns espaços sócio-ocupacionais deixaram de existir por decisão institucional. Assim, é preciso avaliar a necessidade de profissionais frente às demandas apresentadas pela gestão.

Para fundamentar essa preocupação em apontar para a importância da indissociabilidade entre as dimensões da formação e do exercício profissional, alinhado à

² De acordo com a Instrução Normativa nº 21, de 16 de março de 2020, do Ministério da Economia foi estabelecida a suspensão das atividades administrativas presenciais e o trabalho remoto em função da (*Sars-Cov-2*) COVID-19 (BRASIL, 2020b).

³ (*Sars-Cov-2*) COVID-19, conforme a publicação do site, da UFS “[...] é uma doença infecciosa emergente e que foi identificada pela primeira vez na cidade chinesa de Wuhan. Os casos iniciais foram relatados em quatro pessoas internadas com pneumonia grave, aparentemente viral, admitidos à mesma época [...] Desde então, o número de casos e de eventos fatais se multiplicou e adquiriu uma dimensão pandêmica, com casos em todos os continentes e diversos países, inclusive o Brasil, onde já se identifica a transmissão do vírus na própria comunidade” (UFS, 2020, n.p.).

relação teoria e prática na profissão, apresenta-se a reflexão de Fortuna e Guedes (2020, p. 29) que dizem:

[...] evidencia a importância da produção de conhecimento, sobretudo, com relação às demandas que são postas pelo mercado de trabalho, bem como no que tange ao conjunto de respostas historicamente construídas pelo conjunto dos profissionais a estas demandas. Revela, também, que o conhecimento só é alcançado na relação que teoriza a realidade e as ações desenvolvidas pelos profissionais, sustentando-se em uma dada direção.

A pesquisa tem como orientação o materialismo histórico-dialético como concepção teórico-metodológica que possibilita entender o ser social e a sociabilidade como resultado da *práxis*. Para Netto (2009), Marx não construiu uma metodologia especificamente, mas ele e Engels apresentaram elementos que, em conjunto, são capazes de compreender que

[...] o ser social – e a sociabilidade resulta elementarmente do trabalho, que constituirá o modelo da *práxis* – é processo, movimento, que se dinamiza por contradições, cuja superação o conduz a patamares de crescente complexidade e novas contradições impulsionam a outras superações. (NETTO, 2009, p. 678)

Diante do exposto, a pesquisa documental do tipo qualitativa foi escolhida, por favorecer uma melhor compreensão e análise das condições do contexto econômico, político e social que envolvem o objeto a ser estudado. Conforme Goldenberg (2004, p. 50), é possível compreender que

[...] com estes pressupostos básicos, a representatividade dos dados na pesquisa qualitativa em ciências sociais está relacionada à sua capacidade de possibilitar a compreensão do significado e a "descrição densa" dos fenômenos estudados em seus contextos e não à sua expressividade numérica.

A principal fonte da pesquisa foi constituída de documentos institucionais (APÊNDICES C e D), como o Decreto Federal nº 5.825/2006, o dimensionamento de pessoal⁴, resoluções⁵, relatórios de gestão das instituições UFS e IFS e documentos do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) relativos à atuação profissional do assistente social. Desse modo, para a análise utilizamos estratégias metodológicas, entre elas, um

⁴ De acordo com o Decreto Federal nº 5.825/2006, o dimensionamento de pessoal tem a finalidade de identificar a formação e lotação dos trabalhadores do quadro administrativo, bem como detectar as demandas de pessoal das IFES.

⁵ Emitidas pelo Conselho Universitário (CONSU) e Conselho do Ensino, da Pesquisa e da Extensão (CONEPE) da UFS.

roteiro para apreender as principais informações de um documento (APÊNDICE A), possibilitando levantar dados quantitativos e analisá-los qualitativamente.

As Pró-Reitorias dispõem de relatórios de gestão retratando as ações realizadas, permitindo o levantamento das atividades desenvolvidas pelos profissionais lotados no setor. O dimensionamento de pessoal, através da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP) / UFS, possibilitou verificar o período de exercício de assistentes sociais e a lotação na instituição. Os relatórios de estágio, os trabalhos de conclusão de curso do Departamento de Serviço Social (DSS), as dissertações do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PROSS), as existentes na Biblioteca Central (BICEN) da UFS, assim como livros e artigos produzidos pelas/os trabalhadoras/es das instituições foram fundamentais para compreender a dinâmica do Serviço Social nas IFES. Esses procedimentos de identificação, leitura de documentos foram realizados em paralelo na UFS⁶ e no IFS. Todos os documentos ou referências citadas foram relevantes para subsidiar a pesquisa a fim de esclarecer sobre a inserção e atuação profissional dos assistentes sociais nas IFES.

A partir dos documentos citados, analisaram-se os espaços ocupacionais já ocupados por assistentes sociais nas instituições, assim como as demandas apresentadas e realizadas, além de outras contribuições da categoria no âmbito da educação federal no estado de Sergipe. É necessário mencionar que setores já ocupados pelo Serviço Social foram identificados assim como sua situação atual nas IFES em Sergipe.

A análise de conteúdo dos documentos selecionados foi usada para identificar os dados quantitativos e qualitativos. Segundo esclarece Bardin (1977, p. 42), a análise de conteúdos é

[...] um conjunto de técnicas a de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a interferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção [...] destas mensagens.

Nesse sentido, foi possível conhecer não somente a trajetória da profissão no IFS e na UFS, mas compreender de que modo a gestão tem realizado requisições a essa categoria que, em decorrência das demandas sociais, tem recebido sistematicamente novas solicitações. Isso corrobora justamente com o momento que a sociedade brasileira tem

⁶ Contudo a UFS foi priorizada em relação ao IFS em virtude do acesso aos documentos impressos da UFS ainda antes da pandemia do novo coronavírus (*Sars-Cov-2*) COVID-19, bem como o exercício profissional está vinculado a esta instituição.

enfrentado, entre outros fatores, o congelamento salarial, crescimento do desemprego que resulta em condições de vida cada vez mais vulneráveis.

Com o intuito de aprofundar o conhecimento sobre o Serviço Social no âmbito da educação, recorreremos às produções acadêmicas que versam sobre o Serviço Social e a temática, em especial, no ensino superior. Foi realizado um levantamento no banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e no site do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PROSS), identificando 16 trabalhos, sendo 13 dissertações e 3 teses. Do total, 12 têm como aspecto central a análise acerca do exercício profissional, destas 9 são voltados especialmente para os profissionais que estão atuando na assistência estudantil. É possível ainda reconhecer que existem outros recortes de pesquisa tais como, os aspectos do exercício profissional, relacionados ao projeto ético-político, a intersetorialidade das políticas sociais, o perfil pedagógico e a dimensão educativa. Em relação à última temática, há trabalhos abordando tanto a atuação em IFES quanto em escolas da rede básica do ensino fundamental e do médio. Cabe elucidar que do total de 16 trabalhos, 1 tese e 1 dissertação tiveram como enfoque central o Serviço Social em âmbito escolar.

Há ainda 2 estudos que não estão vinculados à política de assistência estudantil, o primeiro aborda a criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), e o segundo está voltado ao Programa Nacional de Extensão Mulheres Mil (PROMIL). Assim sendo, foi possível identificar elementos que envolvem o/a profissional de Serviço Social, e seu cotidiano. É possível reconhecer que, em três dissertações elencadas acima, enfatiza-se que a política de assistência estudantil teve mudanças insuficientes mesmo após o PNAES, e a criação da EBSEH provocou profundas dificuldades na gestão dos hospitais universitários.

Essas pesquisas acadêmicas dispõem de contribuições relevantes no que concerne à política de educação, especialmente no tocante ao exercício profissional do/a assistente social no espaço sócio-ocupacional da assistência estudantil e nas escolas. Constatou-se que nas IFES, especialmente nos trabalhos os quais recuperam a trajetória das universidades, as/os assistentes sociais já tiveram inserção em espaços da extensão, porém, diante de algumas mudanças ocorridas no âmbito dessas instituições de ensino superior, isso já não acontece mais. Assim, esta pesquisa se propõe a identificar quais os espaços sócio-ocupacionais nas IFES em Sergipe, que possuem a demanda de serviços para profissionais de Serviço Social.

As atuais IFES em Sergipe nasceram de forma bastante distinta. No entanto, desde a década de 1960, durante o regime militar, possuem regulamentação federal. Conforme Cruz (2012), a UFS, em sua origem, agregou escolas isoladas, a exemplo de Economia, Direito e Serviço Social. Em 1967, a Universidade foi oficialmente criada, contudo, somente na década de 1980, materializou-se sua concepção atual, com a construção do *Campus* Prof. José Aluísio de Campos, em São Cristóvão, e com a operacionalização de metas previstas. A outra instituição, a Escola Industrial, teve seu marco inicial no início do século XX. Em 1965, a Escola Industrial de Aracaju transformou-se em Centro Federal de Educação Tecnológica de Sergipe (CEFET). A partir de nova mudança no aparato jurídico-legal, o CEFET e a Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão (EAFSC) passaram a compor o IFS no ano de 2008.

O processo de expansão das IFES se deu com controvérsias, com críticas das entidades representativas dos docentes, discentes e técnico-administrativos. Na UFS, o REUNI foi estabelecido através da resolução nº 40/2007/CONEPE/UFS, e a expansão ocorreu principalmente no período de 2008-2012. Este tinha por mote principal a ampliação da UFS, através da criação de novos *campi*, resultando no aumento do número das vagas na graduação e pós-graduação. De acordo com o Decreto nº 6.096/2007, o REUNI tem por finalidade ampliar o acesso e contribuir com a permanência na Instituição Federal de Educação (BRASIL, 2007b).

Esse Plano provocou uma série de alterações nos cursos de graduação, flexibilizando várias normas, com o objetivo de reduzir os índices de evasão, como também aproveitar vagas ociosas. Foi concomitantemente que o ensino à distância⁷ se estabeleceu na UFS, por meio do Centro de Educação Superior à Distância (CESAD)⁸, instituído pela Resolução 49/2006/CONSU/UFS, começando suas atividades acadêmicas, em 2007. Destarte, cresceu a oferta de vagas, logo o acesso ao ensino superior também apresentou um aumento significativo. Além disso, o REUNI também sinalizou para a construção do PNAES a fim de proporcionar condições para a permanência do estudante nas instituições (FRANÇA, 2011).

⁷ Segundo levantamento realizado por Lima (2019, p. 66), foi o Decreto nº 5.622/2005 que “define as diretrizes para o ensino a distância” e no ano seguinte, 2006, o Decreto nº 5.800/2006 que “Institui o Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB voltado para o desenvolvimento da modalidade de educação a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País”.

⁸ Foi instituído por meio da Resolução nº 49/2006/CONSU, e no ano de 2007 realizou a adesão ao Programa da Universidade Aberta do Brasil (UAB). No mesmo ano, teve início a oferta dos cursos de graduação, sendo sete licenciaturas e um bacharelado, após o convênio entre a Universidade Federal de Sergipe, o Governo do estado e Prefeituras municipais.

A Política de Educação no Ensino Superior desempenhada nas instituições federais tem se modificado de forma significativa, no período de 2010 a 2020. É possível perceber, em relação aos recursos humanos, que, após a aposentadoria de profissionais, os quais ocupavam determinados espaços do quadro administrativo, permaneceram as lacunas sem a substituição, ou melhor, a designação de outro profissional para assumir esses espaços sócio-ocupacionais.

Destarte, pretendemos com esta pesquisa colaborar para identificar as possibilidades de atuação profissional de acordo com o projeto ético-político. A política de educação pode proporcionar uma vasta perspectiva para a/o assistente social, ao ser inserida/o no quadro administrativo das Instituições Federais de Ensino Superior. Este aspecto deve ser resgatado para possibilitar novas perspectivas ao exercício da profissão, assim como, espaços que foram historicamente ocupados e hoje não são mais.

Nesse sentido, é importante retomar a relevância da função pedagógica do assistente social, perante o estágio atual capitalismo, sob o comando da fase do neoliberalismo. A população atendida pelas políticas sociais deve compreender a função que o Estado tem desempenhado para a concentração de riquezas da classe opressora. Esse contexto tem provocado o desfinanciamento das políticas sociais que incidem nas condições objetivas de vida da classe trabalhadora. Por isso, é necessário contribuir com a participação social, com a disseminação de informações e fortalecer a maioria da população para que tenha acesso aos direitos sociais. Conforme Santos (2013, p. 4),

[...] a socialização das informações configura-se uma ação profissional que fortalece o usuário na consecução dos seus direitos e efetivação da cidadania por se tratar de um processo de politização que possibilita reflexão e crítica, por meio do estabelecimento de uma relação democrática entre o saber profissional, institucional e político do assistente social e o saber do usuário, com vistas a elevar seu poder.

Vale destacar que a extensão foi um espaço historicamente ocupado pelo Serviço Social por muitos anos. Na UFS, desde a década de 1970, a Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (PROEX) contou com profissionais de Serviço Social, seja na gestão⁹, seja no acompanhamento de projetos¹⁰. Inclusive, antes da UFS ser estruturada em

⁹ A docente do DSS, Maria Eucaristia Teixeira Leite, foi a primeira Pró-Reitora de Extensão e Assuntos Comunitários (PROEX), assim que foi regulamentada em 1978 (LIMA; SOUZA, 2018). No período de 2012-2016, a Prof.^a Dr.^a Maria da Conceição Almeida Vasconcelos esteve na gestão da PROEX.

¹⁰ Conforme Silva e Andrade (2012), nos anos de 2011 e 2012, o Departamento de Serviço Social contou com as docentes Nailsa Maria Souza Araújo, Clarissa Andrade Carvalho, Carla Alessandra da Silva Nunes, Thereza

Pró-Reitorias, a Coordenação de Atividades de Extensão (CECAC)¹¹ foi vinculada à PROEX, e teve como primeira diretora a professora Albertina Brasil, assistente social, responsável, juntamente com as irmãs missionárias Jesus Crucificado, pela criação do primeiro curso de Serviço Social no estado de Sergipe, que integra a UFS desde a sua criação em 1968. A professora Izaura Sobral, que exerceu a docência no DSS, cumpriu com maestria a articulação entre a extensão e o Serviço Social, à frente do CECAC. Conforme relatado por ela em entrevista “[...] eu passei catorze anos na chefia do DSS, peguei duas mudanças de currículo, e a extensão esteve muito ligada ao Serviço Social. Eu acho que o Departamento de Serviço Social foi um elemento muito forte nas guinadas que a extensão teve aqui na UFS [...]” (SANTOS; VASCONCELOS, 2013, p. 232).

Contudo, o estabelecimento e o desenvolvimento dessas IFES no estado possibilitaram também a ampliação de áreas que subsidiam a formação acadêmica do estudante. Nesse cenário, o Serviço Social se insere e ocupa espaços sócio-ocupacionais atendendo às demandas institucionais, que atualmente estão concentradas, prioritariamente, na assistência estudantil e na saúde.

A partir das mudanças nos processos de transformação do mundo do trabalho e nas conseqüências para a vida dos trabalhadores, em especial dos assistentes sociais na política de educação no ensino superior, o Serviço Social ocupa espaços sócio-ocupacionais que possuem relação direta com as expressões da questão social, pois é a sua base para a atuação profissional e, conforme Iamamoto (2003, p. 27), ela deve ser compreendida como:

[...] conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade.

Ao discutir os espaços sócio-ocupacionais dos/as assistentes sociais, faz-se necessário realizar uma breve análise no que concerne à categoria trabalho¹², pois reflete diretamente na concepção do homem enquanto sujeito social, que faz parte da classe

Cristina Zavares Tanezini, Catarina Nascimento de Oliveira, Maria da Conceição Vasconcelos Gonçalves, Yanne Angelim Acioly, Vera Núbia Santos. Elas são apenas uma parcela de um departamento que historicamente as professoras acompanharam projetos de extensão.

¹¹ A partir da Resolução nº 40/2018/CONSU passou a denominação Coordenação de Atividades de Extensão (CAEX), contendo três divisões: Gestão de Informação; Avaliação de Extensão; Apoio à Gestão.

¹² Cabe considerar que a categoria trabalho possui a centralidade enquanto categoria fundante na profissão e ontologicamente constitutiva do ser social, deve ser avaliada frente às mudanças e flexibilizações do mundo do trabalho. Essas acarretam as alterações na sociedade ao tempo em que interferem nas condições de trabalho, assim como nas condições de vida da maior parte da população que possui apenas os meios de produção.

trabalhadora e precisa suprir suas necessidades básicas. Alerta-se que, apesar de sua centralidade no Serviço Social, ela não será objeto desta dissertação, vez que vamos priorizar a apreensão dos espaços já ocupados e viáveis de serem ocupados possibilitando o desenvolvimento de competências e habilidades do assistente social. Em tempo, elucida-se que, neste trabalho acadêmico, espaço sócio-ocupacional é considerado a unidade/setor administrativo onde o/a profissional desempenha suas atribuições, funções éticas e técnicas na relação usuários, colegas e gestores de acordo com a legislação vigente que norteia o exercício profissional do/a assistente social. Ademais, esclarece-se a opção em usar exercício profissional em vez de trabalho, para não adentrar na polêmica do debate teórico existente no Serviço Social sobre essa última categoria e distanciar do recorte de pesquisa proposta.

Segundo Marx (2004, p. 202), o trabalho “é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação impulsiona, regula e controla o seu intercâmbio com a natureza”. Esse processo compreende várias etapas, desde o manuseio de instrumentos de trabalho até a realização de novas técnicas para a produção. O teórico alemão, enquanto precursor nos estudos sobre a exploração do homem no trabalho, reconheceu que a divisão social do trabalho e a propriedade privada incidiram diretamente na opressão de classes, identificou os elementos centrais dessa exploração e seus impactos na sociedade capitalista. Assim, a partir de sua análise numa perspectiva de totalidade, entende-se os aspectos que estão nessa relação contraditória.

Engels (2017) analisou a origem do Estado, compreendendo desde as sociedades primitivas, demonstrando que a partir das mudanças engendradas na concepção de família, repercutiram diretamente na divisão social do trabalho, na propriedade privada, divisão de classes e na acumulação do capital. O Estado surge nesse contexto para preservar a oposição de classes já estabelecida e atuar para conter a classe oprimida.

Nesse contexto, de ampliação da exploração e da retirada de direitos, o Estado continua como principal empregador dos profissionais de Serviço Social. Conforme apresentado por Iamamoto (2009), pesquisa realizada, em 2004, pelo CFESS, aproximadamente 78% exercem a profissão em órgãos públicos estatais, mas somente 13,19% estão vinculadas a instituições federais. Outro dado relevante é em relação ao vínculo de trabalho, em que 55,68% são estatutários, e 27,24% são do regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Dentre as instituições pesquisadas, a UFS e o IFS, a primeira possui assistentes sociais que estão vinculadas ao Regime Jurídico Único (RJU) que atuam nos campi de São Cristóvão e do interior. Já, na UFS, há algumas profissionais de Serviço Social que estão ligadas à EBSEH, lotadas no Hospital Universitário (HU), em Aracaju e no Hospital Universitário de Lagarto (HUL) para atender as demandas dos respectivos hospitais. Em se tratando do IFS/SE, as assistentes sociais, que estão atuando na instituição, possuem o vínculo relativo à Lei nº 8.112/90, que regulamenta a legislação trabalhista do servidor público federal.

O Decreto Federal nº 5.825, de 29 de junho de 2006, determinou a normatização para que as Instituições Federais de Ensino (IFE) elaborassem o Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE) (BRASIL, 2006). Nesse, está contido o Dimensionamento de Pessoal dos Técnico-Administrativos, que tem por objetivo realizar o levantamento dos trabalhadores lotados e os seus respectivos setores, de modo a contribuir com o atendimento às demandas institucionais de modo equitativo. Todavia, isso não tem sido percebido. Cabe salientar que a UFS publicou o seu primeiro exemplar, somente em 2016.

Assim, o Dimensionamento de Pessoal Técnico-Administrativo da UFS, apesar de ser uma exigência desde 2006, só em 2016 é elaborado e finalizado. No documento de 2017, a instituição reconhece que entre os técnico-administrativos, classe E, são os assistentes sociais que possuem o maior número de requisições¹³, 13 (treze), isto é, solicitado por um maior número de setores. Isso demonstra, além da necessidade, a importância que o profissional tem para o atendimento das suas demandas. O documento afirma ainda que a “ampliação do quadro pode significar melhor atendimento ao público e distribuição mais justa das atividades” (UFS, 2018, p. 27). No entanto, após o último concurso da instituição, em 2014, com todas as profissionais convocadas desempenhando suas atividades na assistência estudantil, não houve mais iniciativas nessa direção, mas apenas na estratégia da redistribuição.

Nessa direção, Iamamoto (2009) alerta que o profissional de Serviço Social está atuando entre as demandas das instituições e as necessidades dos usuários. Em se tratando

¹³ As requisições são solicitações de setores que apresentaram a necessidade de técnico-administrativo, cargo assistente social, para compor a equipe técnica. Na UFS, em geral as requisições são encaminhadas à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP), especificamente a Divisão de Recrutamento de Pessoal (DRS).

da educação, prioritariamente os estudantes e suas famílias¹⁴. Para tanto, é preciso conhecer a realidade social desse sujeito para que possa emitir as orientações necessárias para o acesso aos direitos sociais. É necessário que o assistente social fique atento para não exercer um papel que se contraponha ao estabelecido nos princípios éticos, a fim de atender aos requisitos institucionais.

Os resultados da pesquisa tanto bibliográfica quanto documental estão expostos em três capítulos, além da introdução e considerações finais. O primeiro capítulo apresenta alguns aspectos socioeconômicos e políticos da sociedade brasileira desde o início do século XX, priorizando identificar os determinantes da gênese da profissão até os espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social na política social de educação. Nesse contexto o assistente social conseguiu transpor limites para o exercício profissional, apresentando as demandas e, em algumas situações, ocupando novos espaços. No entanto, ainda há muito a fazer, pois o número de profissionais está aquém do necessário.

O capítulo II se propõe a resgatar a inserção nos setores administrativos e a atuação do/a assistente social nas IFES no período anterior à implantação do PNAES. A pesquisa documental, através de trabalhos de conclusão de curso, relatórios de gestão, dissertações e outras publicações, foi fundamental para retratar a intervenção do/a assistente social nessas instituições.

O capítulo III discute a categoria dos Técnico-Administrativos em Educação (TAEs¹⁵) nas IFES, fazendo o recorte para o Serviço Social nos possíveis setores de atuação nessas instituições. Os TAEs têm um papel fundamental para o desenvolvimento da instituição. Salientamos que os assistentes sociais têm um duplo papel, o da categoria de TAE e do Serviço Social. É preciso considerar que a função educativa dos assistentes sociais é imprescindível, visto que dão contribuições essenciais para que os estudantes possam se reconhecer enquanto sujeito de direitos e buscar o exercício da cidadania. Nesse capítulo recorreremos tanto à pesquisa bibliográfica quanto à documental, entre elas, as publicações do CFESS sobre a inserção do Serviço Social na educação.

¹⁴ O atendimento às famílias ocorre principalmente no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, visto que os estudantes podem se matricular a partir do ensino fundamental.

¹⁵ Conforme a **Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005**, o Plano de Carreira dos Cargos dos Técnico-Administrativos em Educação dispõe de cinco níveis. Os níveis variam de acordo com a escolaridade dos cargos. Assim sendo, contém uma larga variação de categorias profissionais, entre elas o Serviço Social, imbuídas de contribuir para o desenvolvimento das IFES.

Dessa forma, consideramos ser possível, a partir do resultado da pesquisa, mostrar onde os assistentes sociais atuaram e onde estão atualmente, relacionando a sua função educativa.

2 CAPÍTULO I: SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO NO BRASIL: PRINCIPAIS MARCOS HISTÓRICOS

Este capítulo descreve as mudanças que marcaram o modo de produção capitalista e seus reflexos que provocaram o surgimento do Serviço Social. Por conseguinte são demarcados o nascimento das primeiras escolas, bem como os primeiros espaços sócio-ocupacionais. A segunda metade do século XX trouxe à tona o processo de renovação da profissão, com as direções sinalizadas por Netto (2002), destacando-se a intenção de ruptura e a construção coletiva do projeto ético-político ensejado pelo processo democrático no país. É nesse contexto que a categoria profissional refletiu sobre a importância da atuação do Serviço Social na política de educação e se organizou para reivindicar esse espaço.

2.1 Contextualização conjuntural e os impactos no Serviço Social

O modo de produção capitalista percorreu algumas etapas a chegar até o século XXI e o seu atual estágio. Assim, elencaremos a seguir as principais mudanças provocadas pelos três estágios do capitalismo e suas repercussões para os trabalhadores. Inicialmente tivemos o capitalismo comercial, entre os séculos XVI e XVIII, enquanto fruto da transição entre o feudalismo e o capitalismo. Esse período foi marcado pela acumulação primitiva até a manufatura, em que a atuação dos comerciantes proporcionou a origem da burguesia. Cabe lembrar que nesta fase esse segmento tinha interesses em comum com os camponeses, “é então uma classe revolucionária, cujos interesses se conjugam com o da massa da população. [...] Temos, à época uma burguesia de caráter audacioso, uma burguesia empreendedora [...]” (NETTO; BRAZ, 2006, p. 170).

A etapa posterior é conhecida como capitalismo concorrencial (1750 - 1870), período em que se estabeleceu na Europa, a urbanização e a organização do “mercado mundial”. Os aspectos relevantes que demarcaram essa fase foram: a possibilidade de concorrência entre pequenas empresas e o surgimento da luta de classes, marcada pela contradição entre capital e trabalho, pela ausência de direitos trabalhistas e pela atuação do Estado burguês. Esse conflito é o mesmo que vivemos até a fase atual do capitalismo. Foram também frutos desse período as Revoluções de 1848 a organização dos trabalhadores e a consciência de classe. A burguesia reagiu atuando de modo conservador, na defesa da “manutenção das relações

sociais assentadas na propriedade privada dos meios fundamentais de produção, suportes da produção capitalista” (NETTO; BRAZ, 2006, p. 175).

A transição para o estágio do capitalismo monopolista teve início no final do século XIX, com a concentração de riquezas favorecendo a criação dos monopólios. Aliado a isso, os bancos se fortalecem enquanto parte importante do “sistema de crédito” e ocorre a união entre o capital bancário e o industrial, gerando o sistema financeiro. Assim é formado o capitalismo monopolista ou o imperialismo. Segundo Netto e Braz (2006), quem melhor o define é Lenin através dos seguintes traços,

1) a concentração da produção e do capital levado a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2) a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada neste *capital financeiro*, da oligarquia financeira; 3) a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4) a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham um mundo entre si; e 5) o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes. (LENIN, 1977, p. 641-642 apud NETTO; BRAZ, 2006, p. 180).

Neste período, Santos J. (2012, p. 70) chama atenção para as relações de trabalho que se consolidam no interior do Brasil, nas grandes propriedades agrícolas, “pautadas na extrema exploração da força de trabalho”, com vistas a gerar baixo custo para a produção dos produtos que seriam exportados. Fato este que irá aumentar os conflitos urbanos em decorrência da relação capital e trabalho no país, onde já podemos identificar as manifestações da “questão social”, tratadas nesse momento inicial do século XX pelo Estado, como “caso de polícia”, através de repressões.

A autora considera ainda que durante o primeiro Governo Vargas (1930 - 1945) ocorreu a substituição de importações de produtos manufaturados pela indústria nacional, etapa chamada de *industrialização restringida*, de 1933 a 1955. Santos (2012, p. 72) afirma que isso acontece por

[...] uma série de fatores relacionados à crise capitalista mundial, desencadeada em 1929, que vai se prolongar até a Segunda Guerra Mundial, mas também uma deliberada política nacionalista que dará início ao desenvolvimento de setores importantes da indústria de base.

Diante desse contexto político e social, é possível localizar o marco da gênese do Serviço Social. Nesse sentido, Yamamoto e Carvalho (2001, p. 77) afirmam que “o Serviço Social se gesta e se desenvolve como profissão reconhecida na divisão sociotécnica do trabalho, tendo por pano de fundo o desenvolvimento capitalista industrial e a expansão urbana [...]”.

Assim, segundo Santos (2012), a década de 1930 será marcada por grandes mudanças de orientação do Estado quanto às respostas à “questão social”, sobretudo pelo volume de legislações relacionadas às questões trabalhistas, às mudanças na área previdenciária e ao controle ideológico do governo sobre os sindicatos, marcas da centralização do poder do governo Getúlio Vargas. Desse modo, ficou nítida a articulação entre Estado, Igreja e burguesia. A partir disso, ensejou o surgimento do Serviço Social, que está permeado por esse processo de reconhecimento da questão social¹⁶.

Conforme Yamamoto (2017, p. 23), precursora nessa análise, as primeiras escolas de Serviço Social terão início, na década de 1930, primeiramente, em São Paulo, 1936, e, em seguida, no Rio de Janeiro, 1937. A partir da década de 1940, vários outros estados aderiram a essa iniciativa, a exemplo de Pernambuco/PE (1940), seguida da Bahia/BA (1944), Paraná/PR (1944) e Porto Alegre (1945).

De acordo com Aguiar (1995), para a formação das primeiras escolas de Serviço Social no Brasil, foi preponderante a atuação da Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS)¹⁷, fundada em 1946 por assistentes sociais católicas, sob a liderança de Odila Cintra Ferreira. O autor afirma ainda que a ABESS teve um papel importante na discussão de currículos e de grandes temas, no sentido de trazer unidade ao ensino nas diferentes escolas, além disso, vários congressos foram promovidos por esta instituição.

O período republicano democrático (1945-1964) com a posse de Dutra, eleito por voto direto e regido pela constituição de 1946, completa-se à consolidação do estabelecimento do capitalismo no Brasil, mais especificamente, no período de 1956 a 1961 na sua terceira fase, chamada *industrialização pesada*, que, segundo Fernandes (2006 apud

¹⁶ Yamamoto e Carvalho (2001, p. 77) compreendem “a questão social não é senão as expressões do processo e formação do desenvolvimento de classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão”.

¹⁷ Para Pontes (2011), foi a Assembléia Geral realizada na XXX Convenção da ABESS/CEDEPSS, em dezembro de 1997, que determinou a transição para a mudança para a ABEPSS, a fim de criar uma estrutura organizacional que atendesse o ensino (graduação e pós-graduação) e pesquisa. Todavia, o Estatuto que alterou efetivamente a referida Associação foi aprovada em assembléia em 10 de dezembro de 1998.

SANTOS, 2012, p. 77), completa a revolução burguesa no Brasil. Diferente do período anterior, com relação à política social, este é um período “inexpressivo, consistindo numa espécie de ‘vazio’ entre dois períodos extremamente significativos desse ponto de vista: 1930-43 e 1966-71” (SANTOS, 1987 apud SANTOS, 2012, p. 78).

Esse período também proporcionou a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Serviço Social da Indústria (SESI), retratados por Iamamoto e Carvalho (2001), na condição de instituições assistenciais. É imprescindível pontuar que ambas foram criadas objetivando a oferta de qualificação profissional e de serviços, nas áreas de saúde, educação e lazer, contribuindo para conter e desarticular os trabalhadores. Cabe esclarecer que ao Estado coube parte dos serviços a serem disponibilizados à população, a exemplo de parte da oferta da educação, como o ensino infantil e fundamental. Já a capacitação técnica mais específica será de responsabilidade da empresa. E isso teve o propósito econômico de, no futuro próximo, obter o lucro do “investimento” no trabalhador, além de desmobilizar os trabalhadores em torno da luta reivindicatória (IAMAMOTO; CARVALHO, 2001)

Conforme retrataram Iamamoto e Carvalho (2001, p. 259), o assistente social, apesar de está em número reduzido, ocupa posição relevante na instituição tendo que se dividir entre duas importantes funções “a ação ideológica do ajustamento e a coordenação da utilização dos serviços assistenciais corporificados”. Isso demonstra que a/o profissional de Serviço Social é contratado para adequar o indivíduo à instituição. Dessa forma, o profissional colabora, de forma subjacente, com o lucro e acúmulo de capital.

Dentre os serviços assistenciais ofertados pelas instituições citadas acima, estão em destaque: a alimentação, por entenderem que é essencial ao desenvolvimento humano e conseqüentemente para as atividades a serem realizadas na empresa; a saúde “médico-dentária” por demandar o acompanhamento devido à quantidade de faltas na escola dos jovens, visto a necessidade de monitoramento dos profissionais dessas áreas; no tocante aos acidentes de trabalho foi identificada a relação entre os acidentes e a falta de “[...] bem-estar dos trabalhadores, o rendimento industrial e os ônus decorrentes da proteção ao trabalho e das horas perdidas na produção da empresa” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2001, p. 261). Diante dessas demandas, são prestados serviços assistenciais além da “educação social e moral”; como também, há o entendimento de que a pedagogia integral é desenvolvida pelo preceito da educação popular.

É válido pontuar que o profissional de Serviço Social está situado na condição de “produtor de serviços”. No entanto sua atuação irá refletir diretamente no potencial produtivo da empresa, isto é, o serviço prestado pela/o assistente social poderá contribuir para as condições de produção do trabalhador (IAMAMOTO; CARVALHO, 2001, p. 267).

As duas décadas seguintes, 1960 e 1970, foram marcadas por profundas mudanças no cenário brasileiro, por conseguinte no Serviço Social, em decorrência do golpe militar de 1964. Sob o manto da defesa do nacionalismo, os militares controlaram o país, por meio de uma ditadura que reprimiu, torturou e assassinou muitos trabalhadores, artistas e estudantes. Foram 21 anos de repressão política e de mudanças promovidas pelo “milagre econômico”, conseguindo assim a “aprovação” da classe média e da burguesia industrial.

Vale sinalizar que o trabalho no século XX passou por uma série de transformações, alterando a organização da produção, as relações de trabalho e a organização dos trabalhadores. Inclusive, Ricardo Antunes (2010) alerta que nos anos 1990, com o avanço do neoliberalismo, surgiu um novo modelo para substituir o *taylorismo* e o *fordismo*, que foi a reestruturação produtiva, isto é, *lean production*, quer dizer, empresa enxuta. A partir dessa nova concepção, as empresas ampliaram o quantitativo de máquinas e diminuíram o número de trabalhadores. Isso gerou um novo perfil para o trabalhador, sendo considerado polivalente e multifuncional, além de ter prejuízo na perda de direitos e de condições mais precarizadas de trabalho. Mas isso não afetou somente o serviço privado. Antunes (2012) avalia que os diversos setores do serviço público, como saúde e educação, também foram atingidos. De acordo com o cientista social,

No atual estágio do capitalismo brasileiro, enormes enxugamentos da força de trabalho combinam-se com mutações sociotécnicas no processo produtivo na organização do controle social do trabalho. A flexibilização e a desregulamentação dos direitos sociais, bem como a terceirização e as novas formas de gestão da força de trabalho implantadas no espaço produtivo, estão em curso e acentuado e presentes em grande intensidade, coexistindo com o fordismo. (ANTUNES, 2012, p. 47).

Outro aspecto relevante é colocado por Chesnais (1996), ao descrever o desenvolvimento da mundialização, que ocorre em duas frentes diferentes, mas interligadas: a primeira pode ser descrita pelo longo período de acumulação do capital, e a segunda trata “das políticas de liberalização, privatização, desregulamentação e desmantelamento” dos direitos sociais. Destaca ainda que

[...] o efeito combinado das novas tecnologias e das modificações impostas à classe operária, no tocante a intensidade do trabalho e a precariedade do emprego, foi proporcionar aos grupos americanos e europeus a possibilidade de constituir, com a ajuda de seus Estados, zonas de baixos salários e de reduzida proteção social. (CHESNAIS, 1996, p. 35).

Em face das mudanças socioeconômicas e políticas ocorridas no mundo e, especialmente, no Brasil, nas décadas de 1960 e 1970, o movimento de reconceituação do Serviço Social na América Latina é um dos determinantes para a profissão passar pelo processo de renovação, fazendo eclodir direções de caráter teórico-metodológicos diferentes no Serviço Social brasileiro. Nesse sentido, Netto (2002) retrata a perspectiva modernizadora como uma das direções que teve como questão central a atualização de instrumentos técnicos, para “modernizar” a atuação profissional. No entanto, essa perspectiva não apresentava elementos que questionassem o golpe militar em vigência. Os documentos apresentados nos Seminários de Araxá e Teresópolis foram as referências para essa corrente.

A reatualização do conservadorismo, fundamentada na fenomenologia, foi a perspectiva que trouxe à tona os elementos mais conservadores da profissão, vinculados à igreja católica. Além disso, ainda teceu críticas ao positivismo e ao materialismo histórico-dialético. A sua “novidade” é “atualizar” o que já vinha sendo proposto e realizado pelo pensamento conservador. Para isso, foi utilizada a fenomenologia, para fundamentar e amparar o atendimento baseado na subjetividade psicologizante, pois, de acordo com Netto (2002, p. 158),

[...] enfim, esta perspectiva – correlatamente ao anterior – se beneficia de todo um acúmulo ainda vigente de expectativas, historicamente respaldadas no desempenho tradicional dos assistentes sociais, referentes ao exercício do Serviço Social fundado no circuito da ajuda psicossocial.

A terceira direção, a “intenção de ruptura”, é gestada, no período entre 1970 e 1989 com questões que demarcaram a profissão até os dias atuais. A “intenção de ruptura”, denominada por Netto (2002), que integra o movimento de renovação do Serviço Social brasileiro, envolve vários marcos, entre eles, a experiência desenvolvida por docentes da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais, conhecida por Método BH, no Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, conhecido como “Congresso da Virada”, ocorrido em 1979, de acordo com a publicação do livro de Iamamoto e Carvalho (2001). Foi apresentada uma nova perspectiva de atuação profissional, considerando os

elementos socioeconômicos, políticos e culturais que influenciavam a sociedade e repercutiam no exercício profissional, assim como na realidade dos usuários, enquanto resultado da aproximação com a teoria social de Marx. Desse modo, Silva (2011, p. 279) entende que, nesse período a partir do processo de renovação do Serviço Social, se deu um

[...] Projeto Profissional de Ruptura do Serviço Social e caracteriza-se por um esforço de superação desse antagonismo genético, procurando romper com a tradição cultural conservadora, na busca de uma aproximação orgânica do Serviço Social com o marxismo, para a construção de um Projeto Profissional com outro sentido político no âmbito da perspectiva histórica, da transformação social, e fundado em novas bases analíticas. Além do mais, nas críticas sobre a relação do Serviço Social com o marxismo, precisamos superar a compreensão que reduz esse paradigma a autores clássicos, relegando, a um segundo plano, as construções contemporâneas que se inserem no amplo campo do marxismo.

Esse projeto acima citado possibilitou também identificar aspectos metodológicos e operativos para implementar os avanços propostos ao exercício profissional. Além disso, Moraes *et al.* (2011) destacaram a necessidade da articulação das dimensões acadêmica, organizativa e interventiva junto à realidade social. Essas, devem ter por finalidade central atender os “setores populares” e contribuir na organização desses setores na sociedade.

Moraes *et al.* (2011) consideraram que entre os eixos articuladores três ganharam maior destaque: Formação de alianças, Educação popular e Investigação-ação. O primeiro assinala que o assistente social deve se reconhecer enquanto trabalhador e perceber que é imprescindível a sua atuação junto aos usuários, trabalhadores das diversas categorias, bem como aos movimentos sociais; o segundo retoma a educação popular enquanto instrumento para alcançar o processo reflexivo a partir do cotidiano e da realidade vivenciada pela população atendida; o terceiro deve identificar os elementos necessários e contribuir para o exercício profissional, ao tempo que identifica “as formas de organização da população, fornecendo, assim, elementos para o apoio ao seu fortalecimento organizativo enquanto a proposta de ação a ser desenvolvida” (SILVA; SILVA; SOUZA, 1984, p. 20 apud MORAES *et al.*, 2011, p. 234).

Entretanto, é imprescindível pontuar que o Método BH, elaborado a partir de docentes da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais, apresentou alguns equívocos registrados posteriormente por Yamamoto em sua contribuição, conforme apontou Netto (2002) em sua obra *Ditadura e Serviço Social*. A docente apresentou suas proposições no contexto “da reprodução das relações sociais”, assim como teve “*justa*

compreensão [...] da postura teórico-metodológica marxiana” (NETTO, 2002, p. 292, grifos do autor), visto que estava possivelmente debruçada sobre as “fontes clássicas”. Desse modo, conseguiu ser fidedigna a “perspectiva ontológica original de Marx” pois retratou aspectos de grande relevância para em torno do capital e do trabalho (NETTO, 2002, p. 293).

2.2 Aspectos contemporâneos da Educação no Ensino Superior

A partir do processo de renovação do Serviço Social, incluindo a construção do projeto-político na intenção de ruptura, podemos registrar novos marcos para o exercício profissional, um deles, a aproximação com a educação. É precípua ao profissional de Serviço Social atuar junto à população usuária das políticas sociais de modo que possa contribuir com o processo educativo de leitura do contexto social em que vive. É fundamental que possamos nos reconhecer na condição de trabalhadores, identificando o papel dos atores sociais, do Estado e da burguesia.

A concepção de educação reconhecida por essa categoria tem por base a ideia de que a

[...] vida social, [...] tem uma função social importante na dinâmica da reprodução social, ou seja, nas formas de reprodução do ser social, e que numa sociedade organizada a partir da contradição básica entre aqueles que produzem a riqueza social e aqueles que exploram os seus produtores e expropriam sua produção. (CFESS, 2012, p.16).

Dessa forma, é necessário relacionar a perspectiva de trabalho que é a atividade fundamental do ser humano na sociedade, através da sua capacidade de raciocínio e elaboração para criar e transformar o material. Assim, é vital perceber a interseção existente entre a educação e o trabalho, reconhecendo inclusive que ambos podem ser utilizados a fim de explorar a classe trabalhadora, portanto faz-se necessário o/a profissional de Serviço Social ficar alerta para fazer a defesa do/a usuário/a dos serviços sociais de modo a garantir os direitos do cidadão conforme preconiza o projeto ético político profissional. (CFESS, 2012).

Os projetos de educação encontram-se em disputa, assim como as classes antagônicas que divergem na sociedade. Por isso, o direito à educação pública, gratuita e laica foi uma conquista garantida na Constituição de 1988 e na regulamentação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Contudo, essa política social incluiu

artigos, entre eles o 16 e o 45, favorecendo o ensino privado e o estímulo aos programas de ensino à distância no artigo 80. Cabe ainda mencionar que, ao longo de sua trajetória, a LDB passa por ataques e transformações que, no contexto do neoliberalismo, vem garantindo o aumento do ensino privado, inclusive com a ampliação de cursos na modalidade do ensino à distância. Convém destacar que isso se acentuou com o ensino remoto durante a pandemia do novo coronavírus (*Sars-Cov-2*) covid-19.

A burguesia defende uma concepção de educação, bancária,¹⁸ em que as pessoas devem saber somente o necessário para continuarem submissas e dependentes, sem a consciência de classe para si. Dessa forma, não possuem a capacidade de organização e mobilização enquanto classe. As instituições de educação são espaços próprios para a análise e discussão da sociedade. Assim, devemos perceber as contradições da sociedade capitalista que provocam sistematicamente a retirada de direitos dos trabalhadores.

É nesse contexto que Paulo Freire criou um método educativo que se baseava no diálogo, no aprendizado do educador e do educando, considerando a realidade social dos estudantes e buscando compreender as discussões a partir da realidade social em que vive. É necessário considerar ainda que a educação popular foi relevante na contribuição para o processo de consciência coletiva e mobilização social.

Segundo o CFESS (2011), o Banco Mundial (BM) possui diretrizes que representam setores da burguesia internacional, retratados principalmente pelo capital financeiro. Essas interferem diretamente na condução das políticas sociais. Em se tratando da educação, exigem aos países “em desenvolvimento” ou “periféricos” ações para uma ampla reforma educacional. No Brasil os governos Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva implementaram a “cartilha”, isto é, as recomendações impostas atendendo às exigências do capital internacional.

Assim, é imperativo que precisamos reconhecer as dificuldades existentes na sociedade capitalista, e o quanto as entidades sindicais, movimentos estudantis e sociais têm resistido na defesa da educação pública, laica e de qualidade social. Ainda assim, houve o crescimento na quantidade das instituições particulares e de ensino à distância, como constatou o CFESS (2011, p. 247),

¹⁸ Esse modelo de educação está baseado na manutenção da ordem social sem que as pessoas têm a possibilidade de identificar as contradições sociais existentes na sociedade. Esta proposta concebe que as informações são apenas apresentadas de acordo com planejamento anteriormente definido, sem considerar o contexto social dos educandos.

A lógica excludente da educação formal brasileira se materializa no reforço ao setor privado, por meio do abatimento de impostos e na imposição aos/às trabalhadores/as de financiar duplamente o acesso de seus/suas filhos/as à educação, pelas instituições privadas. De acordo com o Ministério da Educação, de 2007 a 2010 os estabelecimentos privados de ensino cresceram 18%, enquanto o sistema público encolheu 6%.

A Lei nº 9.394/1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), embora não tenha sido o resultado ideal, foi o possível diante das lutas empreendidas pelos movimentos sociais naquele momento, demonstrando inclusive a existência de perspectivas de projetos diferentes para a educação. Cabe destacar que, nesse processo, foi notória a influência do BM na proposta dessa lei (SAVIANI, 1997, apud CFESS, 2011).

Nesse cenário, é necessário destacar que foi durante os governos de Lula que ocorreu a promulgação do Decreto nº 6.095/2007, que estabelece os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET) e do Decreto nº 6.096/2007 que cria o REUNI. O primeiro contribuiu para o processo de expansão do ensino profissional e tecnológico, e o segundo para a ampliação das universidades federais. Ambos atendiam à perspectiva de ampliação do acesso à educação. Para as duas Instituições Federais, ambas as medidas trouxeram uma série de repercussões, a exemplo, a quantidade de servidores insuficientes, quer seja técnico-administrativos, seja docentes para atender ao número de estudantes recebidos (BRASIL, 2007a).

Ainda, em 2005, através da Lei nº 11.096/2005, também foi aprovado o Programa Universidade Para Todos (PROUNI), que representa o pagamento de bolsas integrais ou parciais para cursos de graduação no ensino superior. Isso representa investimento da educação em instituições privadas para discentes oriundos da escola pública ou privadas que possuíam bolsas (BRASIL, 2005b). Nesse sentido, cabe a reflexão de que o Estado brasileiro continuava a investir recursos na iniciativa privada, ao garantir o atendimento em instituições federais, ou seja, a utilização de recursos públicos para os cofres privados em vez de ampliação do atendimento via serviço público.

2.3 Aspectos da atuação profissional na educação

A inserção do Serviço Social na educação teve seu início, mesmo que incipiente, na década de 1930, a partir das primeiras escolas. Mas, é a partir da década de 1990 que houve uma expansão, considerando as mudanças no contexto político e econômico do país que

repercutiram na profissão acarretando tanto a formação quanto o exercício profissional baseado no projeto ético-político da profissão. Além disso, também nesse período, o CFESS percebeu que existia a discussão na categoria sobre questões específicas da política de educação. Assim, a partir dos anos 2000, uma série de novos espaços foram sendo construídos para pautar a atuação profissional na educação (CFESS, 2012).

A partir do ano 2000, começaram as articulações e ações entre CFESS, Conselho Regional de Assistentes Sociais (CRESS) e profissionais dessa categoria em todo o país a respeito da inserção e atuação profissional dos assistentes sociais na educação. Nesse sentido, o 30º Encontro Nacional do Conjunto CFESS-CRESS foi o marco inicial. Cabe ainda destacar que para a publicação do CFESS, elaborada pelo Grupo de Estudos nessa área temática, “O Serviço Social na Educação” foi adensado ao parecer jurídico nº 23/2000 de Sylvia Terra, fundamentado no Código de Ética Profissional do assistente social, que retratou, entre outros aspectos, a atuação do assistente social na escola (CFESS, 2012).

De acordo com o CFESS (2012), foi o 35º Encontro Nacional CFESS/CRESS, realizado em 2006, o qual deliberou pela construção de Grupo de Trabalho. Assim foi encaminhado pelas duas gestões seguintes do CFESS. Nesse período, ações foram solicitadas dos CRESS, no sentido de verificar a legislação vigente ou ainda em andamento no legislativo, quer seja nos municípios, quer nos estados. Desde então, as ações foram realizadas com maior frequência e contaram com a participação dos profissionais e estudantes em Serviço Social. Isso pode ser exemplificado através da realização do I Seminário Nacional de Serviço Social em Educação em 2012. A providência seguinte do GT foi a elaboração do “Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação”, publicado pelo CFESS durante a gestão Tempo de Luta e Resistência (2011-2014), em 2013.

É imprescindível mencionar que a Lei nº 13.935/2019, que institui a atuação de psicólogo e assistente social na escola, teve sua proposta inicial ainda no ano 2000 (BRASIL, 2019c). Foram muitos anos de acompanhamento, reuniões com parlamentares, articulação com o Conselho Federal de Psicologia (CFP), para sua sanção ocorrer, após derrubada do veto presidencial por deputados e senadores no Congresso Nacional em 2019. Esse ano de 2020 exigiu novas ações para que o executivo municipal e estadual cumpra o que está determinado na lei, visto que requer as adequações necessárias.

A educação pública, sobretudo o ensino superior, admitiu o/a profissional de Serviço Social em suas ações desde o seu início. No caso da UFS, sabemos que, desde a sua origem, o/a assistente social desenvolveu atividades tanto junto à extensão quanto aos assuntos

estudantis, antes da estrutura em PROEX e Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROEST), respectivamente. Mas, no exercício profissional, faz-se necessário reconhecer que as alterações na política de educação proporcionaram demandas diferenciadas para a instituição e a/o profissional de Serviço Social. Entre elas, citamos o ingresso na instituição por meio da política de cotas que provocou outras ações no âmbito da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD); a “legalização” da utilização dos recursos PNAES para as bolsas de ensino/graduação, pesquisa e extensão; a permanência dos/as estudantes do Colégio de Aplicação (CODAP); a gestão de pessoas, entre outros aspectos na saúde do/a trabalhador/a, seja do servidor seja terceirizado, assim como suas famílias.

O CODAP possui regimento interno desde 2004¹⁹ em que estabelece na Seção III, Do Setor Técnico-Pedagógico (SETEPE), artigo 13, que o setor é composto por pedagogos e/ou técnicos em assuntos educacionais, assistentes sociais e psicólogos. No entanto, até a presente data, o Colégio não dispõe de profissional do Serviço Social em sua equipe, mas possui duas técnicas em assuntos educacionais e duas psicólogas. Diante disso, a equipe técnica do CODAP possui uma lacuna, os estudantes deixam de ser atendidos de modo qualificado em suas demandas sociais, e o setor de Serviço Social da Coordenação de Assistência e Integração do Estudante (CODAE) atende a mais essa demanda sobrecarregando as profissionais que já possuem inúmeras atribuições da assistência estudantil do ensino superior.

Apesar disso, a instituição não materializa o reconhecimento da necessidade de ampliação do número de profissionais. Na década passada, de 2010-2020, o crescimento real no número de profissionais se deu através do concurso, previsto em edital nº 23/2012 /UFS – para diversos cargos da carreira de técnicos administrativos. Neste, todas as 5 (cinco) profissionais classificadas foram convocadas. Entretanto, a partir de 2015, as trabalhadoras lotadas na UFS foram oriundas de vacância, em outros setores da instituição. Nessa situação, a única modalidade de inserção na UFS para o cargo efetivo ocorreu através da realização de redistribuição²⁰.

¹⁹ Regulamentada através da Resolução 31/2008/CONSU, de 08 de outubro de 2008, alterada pela Resolução 08/2014/CONSU, em 24 de fevereiro de 2014.

²⁰ “A Lei 8.112/1990 dispõe sobre o Regime Jurídico Único (RJU) para os servidores públicos da União, das autarquias e das fundações públicas federais”. Nesta, o artigo 37 trata da redistribuição, que ocorre através do “deslocamento de cargo de provimento efetivo, ocupado ou vago no âmbito do quadro geral de pessoal, para outro órgão ou entidade do mesmo Poder, com prévia apreciação do órgão central do SIPEC”. (BRASIL, 1997).

A PROGEP/UFS apresentou, em 2017, o dimensionamento dos/as trabalhadores/as técnico-administrativos/as, incluindo os/as terceirizados/as. Nele, foi possível constatar que as assistentes sociais foram as trabalhadoras, de formação nível superior, mais solicitadas. Ainda neste documento, a PROGEP se compromete a requisitar mais profissionais ao Ministério da Educação (MEC). Todavia, até o momento, não recebemos nenhum novo código de vaga.

É necessário muito mais que compreender a conjuntura nacional para perceber os aspectos que envolvem as decisões encaminhadas por essa gestão, pois ao tempo em que aumentam expressivamente as demandas ao Serviço Social, também invisibilizam as informações relativas ao seu exercício profissional nos documentos institucionais.

Dessa forma, o Relatório de Gestão de 2018 demonstra, ao menos, um contra-senso, visto que a concessão de bolsas/auxílios, financiados através dos recursos do PNAES, possui um aumento expressivo, mas não consta nenhum registro acerca da participação do exercício profissional das assistentes sociais na emissão de pareceres, quer seja no relatório anual da gestão da UFS, quer nos relatórios emitidos pelas PROEX, PROGRAD, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (POSGRAP). Vale ressaltar que o PNAES é expressão das lutas política e ideológica de docentes, discentes e técnicos administrativos para garantir a permanência de discentes com ações afirmativas, inclusive os/as profissionais de Serviço Social se empenham para efetivá-las durante o desempenho de suas atividades. No entanto, a PROEST menciona, de modo bastante superficial, algumas das atribuições dos/as assistentes sociais relativas à concessão e à permanência nos auxílios. Esses elementos serão abordados com maior apropriação no terceiro capítulo.

O relatório de gestão do ano 2019 pontua sobre o Serviço Social somente em dois momentos: informa sobre a realização de análises socioeconômicas para que os discentes recebam os auxílios, mas não menciona a categoria profissional que realiza, apenas cita que “além da gerência dos recursos, bolsas e auxílios, a PROEST também oferece atenção em saúde mental através do Serviço de Psicologia da Assistência Estudantil, além da atenção pelo Serviço Social e acompanhamento pedagógico” (UFS, 2020, p. 123). As assistentes sociais que atuam na assistência estudantil, nos diversos campi, compreendem que há uma demanda muito maior e que fica prejudicada, visto a análise socioeconômica prevista em inúmeros editais da instituição. O acompanhamento ao Programa de Residência Universitária (PRU), o monitoramento aos auxílios da assistência estudantil, a participação

nas Comissões Multidisciplinares devem ter maior parte do nosso tempo e atenção em nossa atuação profissional.

Maria Melo (2013) realizou uma análise sobre implantação da PROEST na UFS, assim como a assistência estudantil antes do PNAES, como também seu processo de implantação na UFS. Uma questão que é recorrente é a demanda por assistência estudantil, a cada ano ela supera o período anterior, visto o crescimento também do número de discentes na instituição.

Segundo Oliveira (2014), existem assistentes sociais na educação nas redes pública estadual, federal, privada e em Organização não governamental (ONG) e instituição filantrópica, no município de Aracaju. De acordo com esse levantamento, várias profissionais que hoje estão na UFS ainda não tinham sido nomeadas quando essa pesquisa foi realizada. Desde o segundo semestre de 2013, houve um aumento considerável de profissionais para atender as demandas da assistência estudantil nos campi de todo o estado (Laranjeiras, Lagarto, Itabaiana e Nossa Sr.^a da Glória), apesar disso, a situação do CODAP permanece a mesma, sem assistente social lotada.

Cabe ainda pontuar que há espaço na educação para as/os profissionais nos diversos níveis, quer seja municipal, estadual, federal. Entretanto, o Estado ainda insiste em sobrecarregar os/as profissionais, precarizando as condições de trabalho e interferindo no exercício profissional, em vez de reconhecer as demandas institucionais para ampliação do quadro.

Nesse cenário é preciso refletir:

Cumprir à categoria profissional a reflexão crítica sobre a educação como processo social numa perspectiva de totalidade que envolve projetos institucionais e societários em disputa, os quais podem reforçar o status quo ou insurgir-se contra o mesmo. Na direção da insurgência frente à dominação sob o capital, uma educação emancipadora exige a articulação com as diferentes dimensões da vida social como constitutivas de experiências de sociabilidade humana fundadas na igualdade e liberdade substantivas e que possibilitem o acesso, a garantia e a ampliação aos direitos sociais. (CFESS, 2011, p. 247).

Ananias (2018) retomou o exercício profissional do assistente social na educação, destacando que a política de educação também sofre os impactos provocados pela questão social. Desse modo os profissionais atuam na defesa dos direitos sociais e buscam contribuir com o acesso das demandas sociais a fim de dirimir as diferenças sociais dos estudantes para ensejar um melhor processo de permanência. Cabe salientar que os limites para o exercício

profissionais estão postos diante das posições da gestão institucional e as requisições realizadas à categoria.

A partir de 2019 o exercício profissional tem recebido uma série de demandas institucionais que tem provocado inquietações e reflexões na categoria. A gestão da CODAE/PROEST que esteve no cargo entre 2017 e 2020 incumbiu as profissionais de demandas sem discussão prévia com a categoria e sem a realização de planejamento institucional, acarretando diversas dificuldades no cotidiano, especialmente no atendimento aos estudantes.

É imprescindível destacar que, o ano de 2019, foi um marco para o Serviço Social na educação com a derrubada do veto pelo Congresso Nacional e publicação da Lei nº 13.935²¹, de 11 de dezembro de 2019 (BRASIL, 2019c). A categoria se organizou desde o ano 2000, através de grupo de trabalho, produção de documentos, mobilização e articulação entre os conselhos federais de Serviço Social, Psicologia entre outras entidades. Foram muitos anos, até que alcançássemos essa conquista de espaço sócio-ocupacional. No entanto representa muito mais que isso, é a possibilidade de fazer parte da educação básica e contribuir com o desenvolvimento da comunidade escolar, priorizando o discente.

Ainda em 2001, o CFESS elaborou documento que retrata a educação enquanto direito social e a função social da escola, como também pareceres, documentos, audiências públicas, além dos “Subsídios para a atuação profissional na Política de Educação”. Ademais, vale lembrar que as expressões da questão social também estão representadas na educação, em todos os níveis. Isso denota nitidamente a necessidade da atuação profissional do assistente social e da contribuição dessa categoria para o acesso aos direitos sociais, assim como a possibilidade de articulação entre as políticas sociais para o atendimento ainda mais qualificado.

²¹ A Lei nº 13.935 de 11 de dezembro de 2019 dispõe sobre “a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica”.

2.4 O exercício profissional das/dos assistentes sociais na educação: a partir da produção do conhecimento

Para a realização do “estado da arte”, foram identificadas, através da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), dez pesquisas²² entre teses e dissertações, e outras seis foram identificadas a partir do PROSS da UFS, as quais retratam o Serviço Social na educação, totalizando dezesseis (16) (APÊNDICE B). Destaco que nove dessas, a maioria, têm como enfoque o exercício profissional na assistência estudantil, em diferentes regiões do país, a exemplo da região sudeste bem como os Institutos Federais de todo o país. Cabe ainda mencionar que, entre os trabalhos voltados para o exercício profissional, três consideraram, além do enfoque da atuação profissional, outros recortes tais como, a dimensão educativa, a intersetorialidade.

De acordo com o levantamento, identificamos duas pesquisas em escolas, nas capitais Rio de Janeiro e João Pessoa. Essas tiveram o exercício profissional como centralidade, mas com destaque para a questão da educação popular e a articulação das dimensões da atuação profissional, respectivamente. Entretanto, a pesquisa, realizada para fundamentar a presente dissertação, tem um aspecto peculiar, qual seja, o de identificar as possibilidades de atuação do assistente social, além da assistência estudantil nessas instituições. Nessa direção constatamos que, diante do cenário atual, novas demandas são apresentadas ao assistente social. Há trabalhos, por exemplo, como os de Oliveira (2013), Lisboa *et al.*, (2016) e Lisboa (2019) enfatizando outros espaços sócio-ocupacionais além da assistência estudantil. Ainda no IFS, há algumas produções acadêmicas que denotam isso, entre elas, a de Oliveira (2013) que destacou em sua pesquisa o Programa Mulheres Mil (2013) acompanhado por ela, mesmo estando lotada na assistência estudantil.

Na perspectiva de corroborar com nossa argumentação de que o exercício profissional do/a assistente social vai além da assistência estudantil, vão ser destacados aspectos desses trabalhos acadêmicos que têm relação com a nossa dissertação.

A assistente social Mireille Gazotto (2019, p. 18) realizou sua pesquisa de doutorado “O trabalho do Assistente Social na Assistência Estudantil: produção do conhecimento nos

²² As pesquisas realizadas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, em outubro de 2020, tiveram os seguintes descritores: Inserção do assistente social no Ensino Superior; A inserção do assistente social nas IFES; A inserção do assistente social nas Instituições Federais de Ensino Superior; O exercício profissional do assistente social nas instituições federais de ensino superior; O exercício profissional dos assistentes sociais nas Universidades Públicas.

Programas de Pós-Graduação em Serviço Social da região Sudeste do Brasil”, em que analisou a atuação profissional das/os assistentes sociais na assistência estudantil nas universidades públicas, no período entre criação dos programas até o ano de 2017. Gazotto (2019) constatou, ao realizar o levantamento dos trabalhos acadêmicos publicados na área de “Serviço Social na educação”, nas décadas de 2000 e 2010, um crescimento considerável de 176%. A autora creditsa isso ao número de novos/as profissionais atuando na política social de educação.

A autora, após realizar a análise, reconheceu a repercussão do REUNI para a ampliação de vagas que tem como objetivo contribuir com o acesso dos/as trabalhadores ao Ensino Superior, entretanto não existem condições para a garantia de permanência. Nesse sentido, após a luta dos discentes, houve a promulgação do decreto nº 7.234/2010/ PNAES que tem por objetivo essa garantia, mas, por ter orçamento restrito, atende público reduzido frente à demanda. Enfim, mais um programa de caráter seletivo e focalista, sem efetivamente cumprir sua finalidade e ainda muito distante da universalidade (BRASIL, 2010).

No tocante à relação entre espaços sócio-ocupacionais e à inserção profissional da/o assistente social, Mireille Gazotto (2019) critica o trabalho de Prada (2015) porque só identifica a atuação do assistente social na política de assistência estudantil na rede dos IFES, ao dizer:

Nesta gama diferenciada de possibilidades de ofertas educacionais, temos também a execução de programas Federais, como o Mulheres Mil, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) e Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). Além destes programas de qualificação profissional, temos nos IFs, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e o Programa Bolsa Permanência. (PRADA, 2015, p. 78 apud GAZOTTO, 2019, p. 201).

A pesquisa de Souza (2016) destaca em sua dissertação a dimensão educativa da atuação profissional da assistente social na assistência estudantil. Ela retomou os aspectos da expansão, provocada pelo REUNI, e o crescimento expressivo da quantidade de profissionais em um curto espaço de tempo na Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), situada no estado do Rio Grande do Norte (RN). Ela mencionou ainda as dificuldades encontradas devido às demandas administrativas que tomam parte considerável do tempo, dificultando a realização da dimensão educativa pelas assistentes sociais.

A autora expõe a reflexão acerca da atuação profissional nas IFES, além do espaço da assistência estudantil, compreendendo que existem outras possibilidades numa instituição de educação. Como exemplo, cita a formação e capacitação dos trabalhadores, de modo geral, da instituição, entretanto evidencia que essa perspectiva é de parte da equipe de assistentes sociais entrevistadas na pesquisa (SOUZA, 2016, p. 92).

O trabalho de Souza (2016) carrega contribuição valerosa para repensarmos a atuação profissional e buscarmos a elaboração de alternativas nesse cenário de condições subjetivas de trabalho bastante controversa, em que demandas administrativas²³ sobrecarregam as profissionais dificultando a realização de atribuições que lhes são próprias regulamentamente. Para tal, analisou a relevância da dimensão educativa sob a ótica de diferentes autores e documentos tais como, Abreu (2004, 2011), Yamamoto (2009, 2013, 2014) e do CFESS (2012) a fim de compreender a contribuição sobre o perfil pedagógico²⁴ das profissionais no exercício profissional das entrevistadas (SOUZA, 2016).

Nesse sentido, é possível realizar associação com a dissertação de Mariana Melo (2013), que apresenta como questão central em seu estudo os perfis pedagógicos na atuação profissional dos assistentes sociais na educação. Para isso, ela revisou a política de educação e as mudanças sofridas durante os séculos XX e XXI, além do exercício profissional do assistente social e o papel da função educativa. Desse modo, foi possível contribuir para o processo emancipatório do público atendido. O Serviço Social vivenciou as mudanças sofridas na sociedade, isto é, ao tempo em que a sociedade brasileira lutou pelo processo de redemocratização a profissão superou o conservadorismo, elaborou a intenção de ruptura, o projeto-político e o perfil pedagógico da “emancipação”. A autora percorreu esse processo de desenvolvimento para identificar os perfis pedagógicos presentes no exercício profissional das assistentes sociais da educação, isto é, instituições públicas e privadas em Natal, Rio Grande do Norte.

Esta dissertação examina as condições e as relações de trabalho dos profissionais nas instituições. Assim, em momento posterior, descreve os perfis pedagógicos da atuação

²³ Esse aspecto foi igualmente destacado por Ananias (2018) e as dificuldades geradas a partir disso ao exercício profissional.

²⁴ Souza (2016) apresentou aspectos que remetem a perfil pedagógico no contexto da crise do Estado de bem estar social. Para isso, mencionou que “nos marcos do americanismo e de sua expansão no pós-1945, como “cultura do bem estar” no bojo do Estado de bem estar, o Serviço Social desenvolve-se como profissão de cunho eminentemente educativo, sustentada, principalmente, nas influências pedagógicas do taylorismo e da filosofia neotomista. Vincula-se às estratégias educativas que se estabelecem face à necessidade de atualização do conformismo social, isto é, de adaptação do trabalhador aos imperativos da produção e do trabalho. (ABREU, 2004, p. 50, apud, SOUZA, 2016, p. 147).

profissional do/a assistente social, questão também presente em nossa pesquisa, visto que ressalta a importância da função educativa, especialmente nas IFES.

Mariana Melo (2013) teve como referência central Abreu (2002) para realizar a discussão dos perfis pedagógicos, demonstrando que, neste momento, o emancipatório está em voga e preza pelo fortalecimento da construção teórica-metodológica e ético-política da profissão. Entretanto, a autora apresentou também críticas de Iamamoto (2011) em relação a questões defendidas por Abreu (2011) em relação ao perfil pedagógico das ações desenvolvidas pelos profissionais e o espaço sócio-ocupacional em que atuam (MELO, Mariana, 2013).

A autora retomou ainda as mudanças que ocorreram no século passado, na profissão e que ensejaram no atual projeto ético-político do Serviço Social, que está voltado aos interesses dos/as trabalhadores/as numa sociedade sem opressões. Dessa forma, prosseguiu através da relação entre o projeto ético-político da profissão e os perfis pedagógicos. Assim, foi possível identificar que tanto o projeto profissional quanto os perfis foram se redefinindo a partir das mudanças socioeconômicas e políticas na sociedade, especialmente provocadas pela ditadura militar e pela aproximação com as leituras de Marx, repercutindo no Serviço Social.

É necessário aliar esse estudo realizado por Oliveira (2014) em que o aspecto central foi o exercício profissional do/a assistente social no município de Aracaju, identificando as demandas e respostas da categoria e sua relação com projeto ético-político. A pesquisa também possibilitou reconhecer que as profissionais atuam nas redes públicas (estadual e federal), privada e em ONG e instituição filantrópica no município de Aracaju. De acordo com esse levantamento, várias profissionais que hoje estão na UFS ainda não tinham sido nomeadas quando essa pesquisa foi realizada.

Entretanto, mesmo se tratando de espaços sócio-ocupacionais na política social de educação, esta pesquisa se diferencia da nossa, pois iremos buscar possibilidades de atuação profissional nas instituições federais, visto a trajetória do Serviço Social nesses espaços, bem como o novo contexto e demandas.

Em relação ao debate, sobre as condições de trabalho, ainda é possível associar a dissertação de Mariana Melo (2013) à pesquisa de Vicente (2017) em que destacou as condições de trabalho dos/as assistentes sociais que atuam na política de educação, especialmente na região litorânea do estado do Paraná. Nesse contexto foi possível identificar também que as assistentes sociais das IFES do Paraná estão vinculadas aos

programas de assistência estudantil e que o número de profissionais aumentou entre os anos 2015 e 2016. Cabe ainda mencionar que o curso de graduação de Serviço Social teve sua primeira turma formada em 2010, desse modo, cogitou-se essa justificativa para as profissionais entrevistadas terem a sua formação em instituições particulares (VICENTE, 2017).

Já os trabalhos de Constantino (2015) e Abreu (2017) possuem a aproximação temática, visto que ambos analisam o exercício profissional, todavia o primeiro tem como universo as universidades federais do estado de Pernambuco, já o segundo analisou um grupo maior de profissionais do Serviço Social dos IFET do país.

Constantino (2015) teve como tema central da sua pesquisa a atuação profissional dos/as assistentes sociais nos programas de assistência estudantil nas Universidades Federais de Pernambuco, isto é, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e a Universidade do Vale do São Francisco (UNIVASF). Este trabalho pontuou os impactos do neoliberalismo nas políticas sociais, especialmente na educação e a ampliação do quadro de assistentes sociais nas universidades e sua atuação na assistência estudantil.

Com a mesma temática, Ananias (2018) fez um breve histórico da educação no ensino superior assim como da política de assistência estudantil para em seguida apresentar os elementos necessários ao exercício profissional. Nesse contexto realizou o recorte do exercício profissional das assistentes sociais na assistência estudantil na UFS. Esse cenário apresentado em relação ao PNAES (2010) foi posterior ao analisado por Maria Melo (2013), ainda anterior às mudanças provocadas pelos auxílios, regulamentado por resolução no Conselho Universitário (CONSU), voltados para as áreas de atuação discriminadas no referido Programa. Além disso, a questão central foi a atuação profissional e não a situação da política de assistência estudantil.

Abreu (2017), dando continuidade ao seu estudo após o mestrado, privilegiou como objeto de sua tese o exercício profissional do assistente social na esfera dos IFET, reconhecendo que

[...] as condições objetivas e subjetivas de trabalho dos Assistentes Sociais interferem no modo como essa profissional efetiva sua intervenção ao mesmo tempo em que coloca em questão a efetividade desse trabalho no sentido de contribuir para o acesso e permanência de estudantes no sistema educacional e para a democratização da educação como direito. (ABREU, 2017, p. 16).

A pesquisadora compreende que o profissional de Serviço Social é requisitado a atuar na educação para fazer frente às estratégias do capital em suas múltiplas expressões e assim criar alternativas para fortalecer as condições necessárias à permanência do/a discente.

Um aspecto que se relaciona com a nossa pesquisa está vinculado à dimensão socioeducativa, retratada por Martins (2012). Nesse sentido, Abreu (2017, p. 233) ao mencionar essa dimensão na atuação profissional nas áreas da pesquisa e extensão contribuem ao fortalecimento da educação emancipatória. Assim

[...] acredita-se que por se constituírem espaços onde se dá a transmissão e produção de conhecimento, a pesquisa e a extensão, as instituições educacionais tornam-se locais privilegiados para construir possibilidades de ações coerentes com os princípios que norteiam o Projeto Ético-Político.

A dissertação de Damasceno (2013) teve como temática central a atuação profissional do assistente social com seus limites e possibilidades no Instituto Federal de Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA), acerca da intersetorialidade nas políticas sociais a que atende. A autora realizou ainda um resgate da trajetória do Serviço Social, assim como apresentou as alterações na educação profissional e tecnológica e do IFBA.

Esse trabalho considerou a relevância da inserção profissional a fim de que demandas da comunidade escolar fossem atendidas. Nesse sentido, Damasceno (2013, p. 107-108) afirma que

Além de fortalecer as estratégias de luta pela democratização do ensino, da defesa dos direitos sociais, via acesso a serviços socioassistenciais, as possibilidades de atuação do assistente social na Educação, diante das competências e atribuições da profissão, podem ser organizadas em dois eixos: o da dimensão socioeducativa da profissão, inerente a ela e presente em qualquer espaço socio-ocupacional; e a articulação com a rede socioassistencial, das diversas políticas sociais com a Educação, com vistas à intersetorialidade das ações. Quanto às ações vinculadas a dimensão socioeducativa da profissão, podemos mencionar a assistência às necessidades humanas diversas que estão presentes no espaço educacional, pois são demandas iminentes. Tanto as questões de necessidades educativas especiais, quanto tradicionais expressões da violência, da intolerância e discriminação religiosa, de etnia e de gênero fazem parte do cotidiano escolar na perspectiva da diversidade que possui. Fica evidente, portanto, que o foco da atuação do Serviço Social na Educação é o estudante e suas famílias, mas não só. Além desses, todos os profissionais da escola e comunidade estão envolvidos nas ações, independente, inclusive, da situação socioeconômica.

A autora faz a leitura da necessidade e da relevância da intersectorialidade no exercício profissional na educação, enfatizando especialmente a necessidade de articulação com a saúde e assistência social. Essa é uma questão imperativa visto as demandas que se apresentam rotineiramente, e para os encaminhamentos adequados não existe outro caminho a ser percorrido ao acesso dos direitos sociais. Damasceno (2013) citou também o documento “Subsídios para a atuação profissional do assistente social na política de educação” do CFESS que considera a importância dessa questão para o desenvolvimento de ações que “convirjam em uma construção coletiva, profissional e política, distinta das formulações abstratas em torno da democracia e da cidadania, que impregnam não só o campo educacional” (CFESS, 2012, p. 46, apud DAMASCENO, 2013, p. 109).

Ainda sobre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, Cavalheiro (2013) articula em seu trabalho a regulamentação da Rede de Institutos Federais (IFs), o PNAES e o exercício profissional do/a assistente social, especialmente na assistência estudantil e sua relação com o projeto ético-político do Serviço Social. Esse período representou um marco, visto a ampliação que ocorreu, em âmbito nacional, dos concursos públicos com vagas para assistentes sociais. A autora afirma ainda que essa ampliação se deu para o atendimento na assistência estudantil, conforme regulamentações publicadas nos sites dos IFs que tinham como finalidade estruturar o funcionamento do PNAES, além de reger o exercício profissional do/a assistente social em relação ao programa. De acordo com levantamento realizado por Cavalheiro (2013), no segundo semestre de 2011, a Rede de Educação Federal de Ciência e Tecnologia possuía 249 profissionais e com 42% a região nordeste do país tinha a maior quantidade.

A atenção de Cavalheiro (2013) ao projeto ético-político volta-se para a relação com o exercício profissional. Na pesquisa realizada buscou-se identificar se os/as profissionais foram coerentes considerando sua atuação na política de assistência estudantil e se está pautado neste projeto. Isso é fundamental, pois está também atrelado às dimensões do exercício profissional e às concepções que possuem da profissão frente às requisições institucionais e os limites apresentados aos profissionais de Serviço Social.

Maria Melo (2013) realizou análise acerca da política de educação compreendendo as mudanças provocadas pela reestruturação produtiva e conseqüentemente as influências dos organismos internacionais para a privatização e flexibilização. Nesse contexto retratou, desde a reforma universitária do governo Lula, o Programa de Apoio a REUNI até a implantação do PNAES. Assim, o enfoque principal da pesquisa foram os impactos da

política de educação e especialmente a política de assistência estudantil após a implantação do PNAES e suas repercussões na UFS. Uma questão que é recorrente é a demanda por assistência estudantil, a cada ano ela supera o período anterior, visto o crescimento também do número de discentes na instituição.

O REUNI, proposta encaminhada pelo governo Lula, atendendo às orientações do Banco Mundial, teve por objetivo uma reestruturação que se efetivou por meio de uma larga ampliação de vagas nos cursos e redução nos cursos de graduação, mestrado e doutorado, inclusive criação de vários campi no interior. Entretanto, o orçamento do PNAES não acompanhou esse crescimento vertiginoso, dificultando as condições de permanência na instituição (MELO, Maria, 2013).

É salutar informar que também foi detectada outra pesquisa com discussão acerca da política de assistência estudantil, entretanto para análise no IFS. O trabalho de Nascimento (2014) analisou as ações de assistência estudantil no IFS no período entre 2008 e 2012, nos campi de Aracaju, São Cristóvão e Lagarto. Assim, o cenário para a institucionalização do IFS também foi avaliado e com isso identificados os elementos que estão relacionados à assistência necessária à permanência e ao desenvolvimento dos estudantes, especialmente o orçamento público voltado para este fim.

Foi possível, através de seu levantamento de dados, verificar que a demanda pelos auxílios disponibilizados ainda é superior que a oferta da instituição, assim, pessoas em condições de vulnerabilidade socioeconômica ficavam excluídas. Desse modo, foi constatado que a implementação das ações de assistência estudantil se deu de modo insuficiente para atender às condições básicas para que o discente possa permanecer cotidianamente em estudo no IFS.

O levantamento convergiu para a identificação de dois trabalhos acadêmicos que tiveram como foco a atuação profissional de assistentes sociais em escolas, um deles já mencionado acima visto que se trata dos perfis pedagógicos das profissionais de Serviço Social.

A tese de Santos (2012) descreve o exercício profissional do assistente social em escolas de favelas do Rio de Janeiro e o cenário da pequena atuação do Estado através das políticas sociais. Cabe mencionar que a autora enaltece a importância da educação popular no processo de reflexão da população e reconhecimento da sua condição de classe. Nesse sentido, foi necessário identificar como esta proposta de educação, voltada especialmente para a formação das classes populares, contribuiu para a atuação dos assistentes sociais e o

desenvolvimento de um projeto profissional coerente com o projeto ético-político da profissão para a integração da comunidade e os desafios frente às diversas expressões da questão social.

Santos (2012) avalia também os impactos provocados pelo capital frente à educação básica, a atuação profissional das assistentes sociais e as influências da educação popular. Dessa forma fica caracterizado que essa pesquisa não possui relação direta com a atuação profissional em novos espaços sócio-ocupacionais nas IFES.

A dissertação de Oliveira (2013) destacou a relevância do Serviço Social nas escolas de João Pessoa e Paraíba. Para isso, retomou a discussão dos/as assistentes sociais na educação, elencando os aspectos que contribuíram para a inserção da atuação profissional no espaço sócio-ocupacional das escolas até este momento. Neste contexto, considerou também alguns conceitos como cidadania, autonomia e direitos sociais. Prosseguiu sob a perspectiva da educação e da escola enquanto possível mola propulsora para o processo de emancipação ou de alienação; a participação dos assistentes sociais na comunidade escolar, auxiliando na aproximação da família, além da relação com as demais políticas sociais para atendimento das demandas apresentadas. Enfim, essa análise da atualidade foi sob a perspectiva da instrumentalidade, reconhecendo a importância da articulação das três dimensões da profissão. Por conseguinte, a atuação profissional na escola frente às múltiplas expressões da questão social.

A pesquisa realizada por Cardial (2013) volta-se para analisar o processo de parceria público-privada, isto é, o governo Lula da Silva criou a EBSEH, empresa pública de direito privado, para gerenciar administrativamente os hospitais universitários. Esse processo de “contra-reforma” da saúde pública foi avaliado, enquanto movimento do capital para a privatização e precarização da política de saúde e assim dificultar ainda mais o acesso à saúde enquanto direito e de acesso universal pela população. Cabe ainda salientar que os hospitais universitários são hospitais-escola e contribuem como parte do processo de aprendizagem, espaço fundamental para uma universidade pública. Nesse sentido, a EBSEH rompe com esse papel fundamental, visto que sua regulamentação não prevê sua relação com a educação.

De acordo com o levantamento cuidadoso e detalhado de Cardeal (2013), foi possível identificar os elementos necessários para mencionar o HU - UFS/EBSEH²⁵, Campus

²⁵ A instalação da EBSEH provocou uma série de questões administrativas em relação à oferta dos serviços de saúde, mas não somente isso, são discrepâncias nas relações e condições de trabalho, em decorrência de

Aracaju, enquanto espaço sócio-ocupacional em que assistentes sociais, sob a condição de servidoras técnico-administrativas, desenvolvem suas atividades na área da saúde, assim como na educação visto a existência de campo de estágio curricular obrigatório em Serviço Social, assim como a residência multiprofissional de saúde do adulto e do idoso também com vaga para assistentes sociais.

A dissertação de Oliveira (2013) retratou o PROMIL, projeto de extensão, em âmbito nacional, coordenado pelo Ministério da Educação, em especial à Secretaria Nacional de Educação Tecnológica (SETEC) e implementado pelos IFs. Ele teve por finalidade contribuir para que as mulheres, em condição de vulnerabilidade socioeconômica, possam ter acesso à formação profissional e assim consigam retornar ao mercado de trabalho, o que deve consequentemente repercutir na autoestima. Esses três objetivos foram analisados durante a pesquisa.

Segundo Oliveira (2013), entre os anos de 2006 e 2007, houve criações de grupos experimentais no país. Sergipe foi contemplado com 2 (dois) grupos, de 30 (trinta) mulheres cada um, um na comunidade do bairro Santa Maria, em Aracaju, e o outro na Taiçoca de Fora, no município de Nossa Sr.^a do Socorro. As duas localidades escolhidas possuem o perfil estabelecido pelo programa. Já em 2011, o PROMIL foi ampliado nos campi do interior Estância, Lagarto, Nossa Sr.^a da Glória e São Cristóvão.

A principal crítica da equipe gestora que foi entrevistada na pesquisa trata-se da falta de investimentos financeiro e humano, visto que, diferente do que ocorreu em outros programas realizados pela instituição, não tiveram recursos destinados, e todos os envolvidos participaram por dedicação de seu tempo e acumularam com as suas demandas já existentes no setor (OLIVEIRA, 2013).

A nítida relação entre esse trabalho e a pesquisa a ser realizada é que concretamente o PROMIL contou com a atuação de duas assistentes sociais e que esse espaço é uma demanda que está presente nas IFES. O Programa tinha mulheres, entre 26 a 60 anos, em condições de vulnerabilidade socioeconômica e faziam parte de programas sociais. Sem dúvidas, neste perfil existiram aspectos, a exemplo da violência doméstica, que assinalaram para essa necessidade.

diferenças entre os três tipos de vínculos no hospital, provocando inclusive conflitos nas relações interpessoais e assédio moral. Os trabalhadores estatutários permanecem vinculados à UFS, sob a gestão administrativa da EBSEH, entretanto com um número ínfimo de profissionais considerando sua totalidade e lutando insistentemente para manter seu vínculo e sua luta em defesa da educação e saúde pública. A EBSEH possui os trabalhadores que contrata através da realização de concurso público, regidos pela CLT e a contratação de empresas para a realização de serviços terceirizados.

A breve contextualização de aspectos relevantes dos trabalhos acadêmicos identificados nos oportuniza visualizar a riqueza de ações e possibilidades para a nossa profissão assim como nos incentiva a apresentar alguns dos nossos achados de pesquisa relativos ao Serviço Social nas IFES, em Sergipe.

3 CAPÍTULO II: A INSERÇÃO PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS NAS IFES EM SERGIPE ANTERIOR AO PNAES

Este capítulo se propõe a apresentar elementos da trajetória do Serviço Social nas IFES em Sergipe, a partir da categoria dos técnico-administrativos em educação, no exercício do cargo de assistente social. Cabe inicialmente mencionar que, mesmo sendo instituições distintas, possuem o mesmo Plano de Carreira e Cargos, sendo diferente somente em questões do funcionamento administrativo das instituições. Destaca-se ainda que a luta dos/as TAEs foi fundamental para as conquistas obtidas ao longo dos últimos 30 anos, além das suas contribuições para a educação pública, gratuita, laica e de qualidade social. Assim, o capítulo discorre inicialmente aspectos mais gerais sobre a luta das entidades de classe para estabelecer o Plano de Cargos para em seguida sinalizar as especificidades do Serviço Social da UFS e do IFS em itens distintos.

3.1 Plano de Carreira e Cargos: breve resgate da sua conquista

A entidade nacional que representa as/os trabalhadoras/es TAE, a Federação das Associações dos Trabalhadores Técnico-Administrativos das Universidades Brasileiras (FASUBRA), foi criada em 1978, na capital paraibana, João Pessoa. Foi uma década de organização e fortalecimento da categoria, até que, em 1987, foi sancionado o Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos (PUCRECE). Logo em seguida, as/os trabalhadoras/es conquistaram a Lei nº 8.112/1990 que instituiu um regime próprio aos servidores públicos federais RJU (BRASIL, 1990). Assim, todos/as que atuavam na esfera federal passaram a ter um regime próprio, deixando a CLT.

Nesse sentido, Marzola (2013, p. 70) destaca a relevância da FASUBRA no contexto após a ditadura militar compreendendo que

[...] as discussões sobre acesso, democratização, qualidade e compromisso social também permearam o movimento sindical. A Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (FASUBRA) tem a missão de organizar os trabalhadores técnicos administrativos em educação, vinculados às universidades públicas, com o objetivo de construir instrumentos que reforcem a luta pelo fortalecimento e consolidação da educação pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada, consolidando um instrumento estratégico para o desenvolvimento e soberania do país. E é neste contexto que a FASUBRA, em um momento de redefinição do papel

do Estado e conectada às singularidades históricas das universidades, destaca-se na luta por condições mais favoráveis aos/as trabalhadores/as, no sentido de viabilizar, também, melhores relações trabalhistas nas Instituições de Ensino Superiores Públicas e Institutos Federais (IFES).

Esse cenário foi permeado por muitas lutas, desde a ditadura militar aos governos democráticos. A década de 1990 foi marcada pelo avanço do neoliberalismo no Brasil com Fernando Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso (FHC). Esse período, ainda fazendo parte do capitalismo monopolista, representou um Estado ainda mais distante da população, com menos acesso às políticas sociais, resultante da mercantilização dos direitos sociais, aliado à privatização de inúmeras instituições estatais. Biondi (2000, apud, BEHRING; BOSCHETTI, 2006, p. 153) considerou que

[...] as estatais tiveram um desempenho altamente lucrativo após as privatizações: pelo aumento de preços e tarifas, pelas demissões antes e depois das privatizações, pelas dívidas engolidas pelo governo, que também assumiu os compromissos do fundo de pensão e das aposentadorias. Denunciou, ainda, as facilidades oferecidas aos compradores, a exemplo de empréstimo da política de juros baixos comparados a taxas normais no país [...], títulos antigos e outros truques e financiamentos que não ficaram transparentes para a população brasileira, lesada repetidas vezes nesse processo.

FHC, em especial, deteriorou o financiamento público das políticas sociais, e ainda assim, atuou para a retirada de direitos dos trabalhadores. Foi eleito após 10 anos da Constituição de 1988, que estabelecia educação e saúde enquanto direito universal²⁶, além da garantia da política de assistência e previdência social, a primeira a todo aquele que necessitar, e a segunda, associada à perspectiva de contribuição. Cabe ainda destacar que a moradia, o trabalho, o lazer, a segurança, a proteção à maternidade e à infância também estão estabelecidos na Carta Magna (BEHRING; BOSCHETTI, 2006).

A partir de 2003, com os mandatos de Lula e Dilma, houve a continuidade da política econômica, o crescimento do superavit primário, a desvinculação de receita da união, a DRU, que incide diretamente na redução do financiamento da seguridade social. Ainda, durante esses governos, houve a fragilização das entidades sindicais e movimentos sociais, ao tempo em que várias lideranças abandonaram as fileiras de luta para se aliar ao governo. Isso foi prejudicial, ao tempo em que muitas entidades deixaram de fazer o enfrentamento necessário ao governo para negociar eventual avanço para as/os trabalhadoras/es.

²⁶ Direito acessível e igualitário a toda/o brasileira/o.

A greve de 2004 demarcou importante conquista para os/as TAE. O Plano de Carreira e Cargos dos/as TAES tornou-se lei. A este respeito Marzola²⁷ (2013, p. 74) afirma que

A reivindicação pela implantação de uma carreira foram temas constantes no cotidiano dos trabalhadores em Universidades e de seus Sindicatos. Estas lutas foram arregimentadas pela Fasubra, por cerca de duas décadas. Em seus Grupos de Trabalho-GTs: particularmente os GT Carreira e GT Educação, foi construído um projeto de Universidade Cidadã vinculado a um plano de carreira que buscava não só a recuperação de salários, mas a afirmação da identidade dos Técnicos Administrativos em Educação como agentes do processo de formação do cidadão e da construção do conhecimento.

O PCCTAE possui uma vasta amplitude nos cargos de técnico-administrativas e técnico-administrativos das IFES, mesmo havendo alguns cargos extintos nas duas últimas décadas. No cotidiano institucional dos/as TAEs, quer seja na UFS quer no IFS, as/os trabalhadoras/es, na maioria das vezes, são visualizados pela gestão, somente como executores e reprodutores de atividades burocráticas, sem capacidade de elaboração e proposição. É factível que as decisões políticas da instituição estejam a cargo daqueles que foram eleitos para tal, mas, em se tratando de instituições de educação pública federal, espera-se trilhar pelas veredas da ampla discussão democrática e construção coletiva com os diversos setores que compõem a comunidade acadêmica. Entretanto, não é desse modo que tem acontecido, especialmente nos últimos anos.

Os/as trabalhadores/as de ambas instituições são regidos pelo PCCTAE, garantido através da Lei nº 11.095/2005, conquista relevante da categoria através de movimento paredista em 2004. O PCCTAE garantiu o plano que está vigente até a presente data, novembro 2021, assim como estabeleceu quatro níveis de progressão por capacitação e dezesseis níveis de progressão por mérito (BRASIL, 2005a). Além disso, há o incentivo qualificação para nível de escolaridade acima do estabelecido para o cargo. O percentual também varia de acordo com o nível do trabalhador. Cabe mencionar que isso é um diferencial na carreira dos/as TAEs entre as demais existentes no poder executivo. Ainda assim, é preciso considerar que os/as trabalhadores/as da educação possuem o menor piso do executivo federal. A este respeito, Marzola (2013, p. 83) fez várias ponderações

²⁷ Maria do Socorro Oliveira Marzola, técnica-administrativa na UnB, apresentou questões relevantes acerca da carreira das/dos TAEs, com a produção acadêmica de sua dissertação “Gestão e gênero: reflexões sobre o PCCTAE e mobilidade funcional de mulheres na UnB”.

A diferença entre o PCCTAE e os demais planos de cargos e salários aplicados à administração pública, o que o torna um plano híbrido, gerencialista e democrático, está relacionada com o seu formato. Este plano traz em seu cerne não só uma tabela remuneratória, mas, principalmente, elementos de gestão institucional e conceitos inovadores, além da defesa de uma política de Estado. Entretanto, existem limitadores quando confrontado com a realidade. O plano de carreira, embora tenha se mostrado como fator incentivador da qualificação e capacitação, não possibilita que haja mobilidade funcional. Este fator fica evidente quando se verificam os dados de 2011, em que a maioria dos cargos significativos de gestão está ocupada por docentes e não por técnicos administrativos em educação.

A reflexão de Marzola (2013), fundamentada na situação da Universidade de Brasília (UNB), cabe perfeitamente às IFES de Sergipe, visto que a maioria das gratificações de Cargo de Direção (CD) estão entre docentes e a Função Gratificada (FG) entre técnico-administrativos. Entretanto é nítido, especialmente na UFS, que a preferência por docentes para ocupar os cargos representativos e de maior poder é muito grande, pois está enraizado na cultura institucional a hierarquia do docente sobre o técnico, especialmente sob a perspectiva de que o técnico atua sobre uma demanda estritamente burocrática e repetitiva, sem a capacidade teleológica²⁸.

A natureza das instituições de educação em sua finalidade torna o fazer dos/as técnico-administrativos/as parte da construção do processo educativo, visto o que estabelece o PCCTAE (BRASIL, 2005a, n.p.) em seu

Art. 3º A gestão dos cargos do Plano de Carreira observará os seguintes princípios e diretrizes: I - natureza do processo educativo, função social e objetivos do Sistema Federal de Ensino; II - dinâmica dos processos de pesquisa, de ensino, de extensão e de administração, e as competências específicas decorrentes; III - qualidade do processo de trabalho; IV - reconhecimento do saber não instituído resultante da atuação profissional na dinâmica de ensino, de pesquisa e de extensão; [...].

Desse modo, os/as técnicos/as atuam para a realização e funcionamento das instituições públicas de ensino superior, pois estão diuturnamente contribuindo para o atendimento das demandas técnicas e administrativas apresentadas, sobretudo pelos estudantes.

²⁸ Barroco (2010, p. 24, grifos do autor) fundamentada na justificativa de Marx para esclarecer que “o trabalho não se realiza sem a **capacidade teleológica** do homem, ou seja, sem a projeção ideal de *finalidades* e dos *meios* para a sua efetivação, sem um determinado grau de *cooperação*, de certas formas sociais de *comunicação*, tal como a *linguagem* articulada, sem um nível de *conhecimento* e de *domínio* sobre a *natureza*, entre outros aspectos”.

Destarte, para o/a assistente social este papel incide duplamente, pois na condição de técnico-administrativo/a em educação participa do processo educativo dos/as discentes. Aliado à condição do/a profissional de Serviço Social tem o dever, em sua função pedagógica e educativa, de contribuir ao acesso dos direitos sociais, bem como da organização política dos usuários dos serviços sociais. Assim, Amicucci (2019, p. 46) defende que

O próprio assistente social precisa compreender que é partícipe do processo, que faz parte da classe trabalhadora e suas atividades educativas precisam estar voltadas para a formação da consciência crítica. Além disso, conceber a realidade social como contraditória, partindo de como é a sociabilidade imposta pelo capital.

É fundamental que a população usuária dos serviços sociais se reconheça enquanto sujeitos de direitos, força de trabalho para a geração das riquezas na sociedade e se identifique enquanto “classe para si”. Aliado a isso, os/as técnicos/as, ao desenvolverem suas atribuições, também estão contribuindo para o processo educativo dos/as discentes.

É necessário salientar que os/as técnico-administrativos/as podem atuar na pesquisa e na extensão, apesar das dificuldades encontradas para isso acontecer. A proposta da Universidade Cidadã para os Trabalhadores (2005), construída coletivamente pela Federação de Sindicatos dos Trabalhadores das Universidades Brasileiras, tem a exigência da paridade entre as categorias que compõem a comunidade acadêmica, nos diversos espaços deliberativos, desde as reuniões departamentais até o Conselho Superior. Além disso, compreendem a dinâmica de funcionamento, os limites e as alternativas, pois, mesmo com a mudança de gestão, permanecem atuando para garantir o desenvolvimento dos/as discentes e da instituição.

Em se tratando do cenário nacional, a partir do golpe de 2016, houve novo desmonte das políticas sociais e dos direitos trabalhistas. Nesse sentido, a Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, Reforma Trabalhista e a Lei nº 13.429, de 31 de março de 2017²⁹, Lei da Terceirização, retiraram direitos conquistados desde o início do século passado. Essas alterações retroagiram demasiadamente nas relações e condições de trabalho, contribuindo para o enfraquecimento da organização sindical, para a precarização das condições de vida da população (BRASIL, 2017c; 2017d). Nesse momento, já é possível terceirizar qualquer

²⁹ Cabe salientar que originalmente esta lei tem por base o projeto de Lei 4.302/1998, criado ainda durante o governo de Fernando Henrique Cardoso e retomado após o golpe de 2016.

tipo de atividade nas instituições públicas. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2020), no segundo trimestre de 2020, a taxa de desemprego 2020 chegou a 12,8 milhões de pessoas, e a taxa de desalentados são 5,7 milhões. A região nordeste possui a maior taxa de desocupação entre as regiões do país.

O governo Bolsonaro, eleito em 2018, alavancou a opressão das minorias, a derrocada do meio ambiente, das políticas sociais, dos direitos sociais e trabalhistas. Nesse sentido, é imprescindível mencionar a Emenda Constitucional nº 95, sancionada ainda no governo Temer, que tem cumprido um papel de desmonte das políticas sociais (BRASIL, 2016). Em 2019, além da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, sobre a Reforma da Previdência³⁰ (BRASIL, 2019d), tivemos um projeto elaborado por Senadores³¹, que foi aprovado, em 2021, e se tornou a Emenda Constitucional nº 109, de 15 de março de 2021³² (BRASIL, 2021), antes denominada como PEC Emergencial e, de autoria do Executivo Federal, a Proposta à Emenda Constitucional nº 32/2020³³, isto é, a Reforma Administrativa (BRASIL, 2020a). A primeira definiu o valor do auxílio emergencial vinculada à pandemia do novo coronavírus (*Sars-Cov-2*) covid-19; no congelamento do investimento nas políticas de educação, saúde e assistência social, além de privatizar instituições públicas. Ademais, instituiu a possibilidade de tornar fixo salário e carreira das/os servidoras/es públicas/os da União, Estados e Municípios, além dos poderes Legislativo e Judiciário, ao ultrapassar 95% da receita. Já a segunda tem a perspectiva de entregar a oferta dos serviços públicos à iniciativa privada, isto é, a administração será realizada através de Organizações Sociais, e os servidores passarão a ser indicados pelos gestores, inexistindo os concursos públicos, o que representa um retrocesso há mais de 32 anos, quando o acesso, antes da Constituição Federal, atendia às exigências especificadas no concurso.

³⁰ Santos (2019) apresentou os impactos da sua realização as trabalhadoras e trabalhadores. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/s5hCHJNz73c6cvJLZ7yNFDH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 nov. 2021.

³¹ O senador Alessandro Vieira e a senadora Maria do Carmo Alves, ambos, representando o estado de Sergipe, estiveram dentre os autores dessa proposição.

³² A EC nº 109/2021 possui em sua ementa alteração aos “arts. 29-A, 37, 49, 84, 163, 165, 167, 168 e 169 da Constituição Federal e os arts. 101 e 109 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; acrescenta à Constituição Federal os arts. 164-A, 167- A, 167-B, 167-C, 167-D, 167-E, 167-F e 167-G; revoga dispositivos do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e institui regras transitórias sobre redução de benefícios tributários; desvincula parcialmente o superávit financeiro de fundos públicos; e suspende condicionalidades para realização de despesas com concessão de auxílio emergencial residual para enfrentar as consequências sociais e econômicas da pandemia da (*Sars-Cov-2*) Covid-19” (BRASIL, 2021).

³³ Conforme o texto apresentado pelo governo federal, essa PEC irá modificar “disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa” (BRASIL, 2020).

E com os/as servidores/as públicos/as da educação também ocorreu dessa forma. O Supremo Tribunal Federal (STF) aprovou a possibilidade de realização de terceirização das atividades fim. Já a Reforma da Previdência provocou um aumento quantitativo de aposentadorias dos/as servidores/as públicos/as, para evitar maiores perdas financeiras. Em vista disso, a oferta dos serviços ficou demasiadamente prejudicada em decorrência de um número de servidores/as públicos/as muito menor. Dessa forma, mais uma vez a população fica prejudicada pela dificuldade no acesso ao atendimento.

Foi nesse contexto que vagas, cargos e possibilidades de concursos foram extintos. O Decreto nº 9.262/2018 provocou a extinção de 33 cargos – Anexo I, 02 cargos e suas 2500 vagas de enfermeiro do trabalho e datilógrafo - Anexo II, e a proibição de concurso público para 28 cargos do PCCTAE (BRASIL, 2018). O Decreto nº 10.185, de 20, de dezembro de 2019, estabeleceu a extinção de cargos, inclusive os de nível superior (BRASIL, 2019a). Conforme o artigo 1º II, o Anexo II, o cargo de assistente social foi extinto de várias carreiras, mas no PCCTAE foi somente um. Em decorrência das situações diferentes previstas para os anexos, as IFES ainda poderão ter concursos para os profissionais de Serviço Social.

Faz-se imperativo elucidar que as IFES possuem, conforme suas legislações institucionais, vários campos de atuação do Serviço Social. Em se tratando de Sergipe, tanto o IFS quanto a UFS, as demandas são demasiadamente extensas quantitativamente e qualitativamente, frente ao número de profissionais. Mas o grande questionamento é qual a dificuldade para ampliar o número de técnico-administrativos/as do cargo de assistente social, diante da utilização dos recursos do PNAES, assim como da necessidade da presença desses/as profissionais nos diversos espaços sócio-ocupacionais que compõem a amplitude dessas instituições de educação federal?

Inicialmente, apontamos que Yamamoto (2009) considera o assistente social enquanto trabalhador liberal, inserido na divisão sócio-técnica do trabalho e tem o Estado como seu principal empregador, pois historicamente atua desde o planejamento até a avaliação das políticas sociais. A inserção nessas políticas possibilita vivenciar as contradições da sociedade capitalista, ao tempo em que apresentam espaços sócio-ocupacionais previstos na assistência social, saúde, educação, previdência, judiciário, entre outros.

3.2 A trajetória histórica da inserção profissional na UFS

A luta dos/as trabalhadores/as TAEs tem longa data. A sua organização foi se transformando ao longo dos últimos 40 anos, tanto em âmbito local como nacional. Conforme Santos³⁴ (2019), a Associação dos Servidores da Universidade Federal de Sergipe (ASUFS) foi fundada em 1974. Em 1979, os/as docentes criaram sua entidade representativa, a ADUFS, entretanto o processo de migração dos/as servidores/as docentes para a entidade específica foi lento. Assim, a transição da ASUFS e sua vinculação, enquanto entidade referente aos técnico-administrativos e docentes da UFS, passou por mais uma mudança em 1989, passando a se chamar Sindicato dos Trabalhadores em Instituições de Ensino Superior de Sergipe (SINTIESE). Isso representou uma alteração significativa, visto que passou a representar os/as trabalhadores/as técnico-administrativos/as de todas as instituições de Ensino Superior. Todavia, foi em 1995 que sofreu nova alteração com a institucionalização do Sindicato dos Trabalhadores Técnico-Administrativos em Educação da Universidade Federal de Sergipe (SINTUFS), permanecendo até a atualidade novembro de 2021. Cabe ainda mencionar, em 2016, durante o VII Congresso do SINTUFS, que foi aprovado o novo Estatuto. Nele, o artigo 5º, II:

[...] a todo trabalhador de profissão similar ou conexas ou de mesma atividade e profissão dos trabalhadores Técnico-Administrativos que preste serviço, no Estado de Sergipe, para empresas, de natureza pública ou privada, conveniadas e/ou contratadas pela Universidade Federal de Sergipe [...]. (SINTUFS, 2016, p. 2).

Desde então, o sindicato tem representado todos/as do corpo técnico³⁵ que atuam na UFS, inclusive hospitais administrados pela EBSEH.

Essas mudanças repercutiram também no Estatuto da Universidade Federal de Sergipe, normatizado por meio da Resolução nº 21/99/CONSU, considerando em seu artigo nº 69, que a Comunidade Universitária é formada pelo corpo docente, corpo discente e corpo técnico-administrativo. Assim, esta qualificação tem como pressuposto: as/os assistentes

³⁴ Verônica Barros Santos, técnico-administrativa da UFS, tem sua dissertação intitulada “Condições de acesso e permanência das mulheres no movimento sindical”. Neste relevante e inovador trabalho acadêmico, apresentou levantamento sobre a origem das entidades sindicais em nível local e nacional.

³⁵ De acordo com proposta defendida para a inserção de representação técnica nas instâncias da Pós-Graduação, “entende-se como corpo técnico o conjunto de trabalhadores das equipes das secretarias dos Programas (estatutários e terceirizados) e técnicos de laboratório que desempenhem com habitualidade atribuições relacionadas a projetos de pesquisa ou disciplinas que estejam vinculadas à Pós-Graduação”.

sociais, que integram o corpo técnico-administrativo³⁶ nas Instituições Federais de Ensino Superior. Neste caso, os/as profissionais estão lotados/as em setores, em sua maioria administrativos, conforme a estrutura regimental de cada *campus*, geralmente, vinculados às direções. Atualmente, novembro de 2021, a UFS é composta por 6 (seis) *campi*, Prof. José Aluísio de Campos, Prof. João Cardoso Nascimento Júnior, Prof. Alberto de Carvalho, Laranjeiras, Prof. Antônio Garcia Filho e Sertão.

Consideramos que tanto na ampliação do *Campus* São Cristóvão quanto na expansão da instituição, a partir de 2006, o Serviço Social assumiu espaços relevantes junto à extensão e à assistência estudantil assim como ocorreu desde a implantação do *Campus* Universitário José Aluísio de Campos. Assim, dentre os objetivos específicos estabelecidos para essa pesquisa, há um deles com a pretensão de resgatar a trajetória histórica do exercício profissional do/a assistente social, técnico-administrativo/a, das Instituições Federais de Ensino Superior, em Sergipe. A análise dos documentos retrata que o Serviço Social se faz presente desde a instalação da UFS, em 1968, seja enquanto docente, seja como técnico-administrativa/o, no cargo de assistente social. Na recuperação dessa inserção da profissão, inicialmente enfatizamos a sua presença no âmbito da extensão.

Ao retomar os elementos que incidiram na origem da Universidade Federal Sergipe, cabe reconhecer que foi a partir da articulação entre atores políticos e sociais que estavam vinculados às escolas isoladas (Ciências Econômicas, Direito, Filosofia, Serviço Social e Ciências Médicas) e ao governo federal, representado naquele momento pelo General Castelo Branco, (mandato entre 15/ 04/1964 a 15/03/1967), que a Universidade Federal de Sergipe foi autorizada, através do Decreto-Lei nº269, de 28 de fevereiro de 1967 (BRASIL, 1967; BRETAS, 2014).

No ano de 1968, durante o período do governo do general Costa e Silva (mandato entre 15/03/1967 e 31/08/1969), a UFS foi formalizada, em 15 de maio de 1968³⁷, tendo como primeiro Reitor João Cardoso do Nascimento e vice-reitor Waldemar Fortuna, para o período 1968-1972. O Reitor João Cardoso Nascimento foi docente na Escola de Serviço Social e diretor da Faculdade de Medicina (LIMA; SOUZA, 2018). De início a sede da reitoria da UFS permaneceu em Aracaju, mas investidas foram iniciadas para a construção

³⁶ De acordo com a Lei nº 11.091/2005, que estabelece sobre o Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino Superior vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências. Assim, ficaram previstos os cargos que compõem esta categoria, incluindo os/as assistentes sociais.

³⁷ Nesta data foi realizada a solenidade de fundação da Universidade Federal de Sergipe no Instituto Histórico Geográfico de Sergipe.

do campus São Cristóvão. Durante a gestão de Luís Bispo (1972-1976), foram liberados recursos para a aquisição de grande parte da área onde está construída a Cidade Universitária Prof. Aloísio de Campos, na cidade de São Cristóvão/SE, sendo firmados convênios e projetos (SOUZA, 2015). No entanto, é na gestão de José Aloísio de Campos (1976-1980) que vai ser edificado e inaugurado o *Campus* Universitário na cidade de São Cristóvão.

O ano de instalação da UFS coincide com a reforma universitária de 1968 que, entre outros elementos, instituiu o sistema de créditos e a pós-graduação. Segundo pesquisadores, no debate sobre a espécie de órgão público, fundação ou autarquia, a universidade prevaleceu com o “modelo” da fundação, de maior simpatia para o MEC (ARAÚJO, 2008, apud LIMA; SOUZA, 2018).

O contexto da criação da UFS também possuiu relação com aspectos políticos e administrativos. Gadotti (1987) apresentou elementos que demonstram que o Ministério da Educação, através do professor norte-americano Rudolph Atcon, visitou instituições para a elaboração de um relatório, mas apresentou poucos problemas da educação. Nesse sentido o autor ressalta que

Atcon conseguiu, [...] esconder o caráter da reformulação pretendida que era basicamente atrelar o sistema educacional e a universidade, em particular, ao modelo de desenvolvimento econômico dependente imposto pela política econômica para a América Latina [...] 2ª “A universidade latino-americana deve consolidar sua **autonomia** e adquirir um grau maior de independência real. O melhor sistema legal para este grau de liberdade é transformar Universidade numa **fundação privada**”. (GADOTTI, 1987, p. 121, grifos do autor).

Dessa forma, as propostas que estavam sendo encaminhadas à Reforma Universitária de 1968 tinham por objetivo, através da criação de pagamento de taxas, tornar o ensino superior privado (GADOTTI, 1987). Por isso, o modelo de fundação determinou a possibilidade da UFS receber tanto recursos públicos quanto privados (SOUZA, 2015, p. 92).

A atividade de extensão³⁸ na UFS, por muitos anos, esteve próxima do Serviço Social. A primeira coordenadora do CECAC³⁹ foi Albertina Brasil, uma das fundadoras da

³⁸ Informações concedidas por Izaura Sobral, professora aposentada do Departamento de Serviço Social (DSS), em entrevista concedida, em 2013, a Maria da Conceição Almeida Vasconcelos, Pró-Reitora de Extensão e Assuntos Comunitários (2012- 2016) e professora do DSS, e Daisy Santos, assistente social, hoje aposentada, durante sua trajetória profissional, esteve lotada na PROEX.

³⁹ Segundo Lima (2012, p. 37-38) o “CECAC foi instalado oficialmente no dia 14 de agosto de 1971, pelo reitor João Cardoso Nascimento Júnior, contando com uma equipe composta de Assistente Social, Sociólogo,

Escola de Serviço Social. De acordo com Izaura Sobral, nessa circunstância, a equipe de trabalho era formada entre outros/as, pelo docente Jean Robert Wheisshaupt e a professora Maria Luíza Gonçalves, posteriormente, outras profissionais foram agregadas a exemplo, das técnico-administrativas Maria da Conceição Vasconcelos, Tereza Prudente, Neilza Barreto, Ezilde Serra, Maria Elisa Cruz, todas assistentes sociais⁴⁰. Albertina Brasil foi também responsável por iniciar a gestão na pró-Reitoria de Extensão. O CECAC tinha como foco central a atuação por meio da Coordenação Universitária de Treinamento e Atuação Comunitária, tanto no meio rural como urbano, representados pelos projetos CRUTAC⁴¹ e CURBITAC⁴². Eles eram desenvolvidos nos municípios de Boquim, Colônia Treze, Japarutuba, Pirambu e bairro América em Aracaju (LIMA; SOUZA, 2018).

Esses aspectos foram identificados através de livros, artigos, revistas corroborando com a metodologia descrita anteriormente, assim como fez-se necessário analisar os documentos institucionais para identificar a atuação de técnico-administrativas do cargo de assistente social, na UFS. Imprescindível destacar que a maioria dos documentos institucionais não possuem as equipes de trabalho, principalmente nos Relatórios de Gestão, que envolvem toda universidade ou maior parte dela. Contudo, eventualmente é possível identificá-las em documento elaborado em setores administrativos. Essa ausência provoca dificuldade para conhecer as trabalhadoras e os trabalhadores que contribuíram para o desenvolvimento da instituição.

O Relatório de Gestão, um dos documentos institucionais que foi analisado, tem por objetivo apresentar as atividades-meio (administrativa) e atividades-fim mais relevantes desenvolvidas pela instituição. Buscamos as informações de setores que tiveram a atuação de TAE/assistente social, para assim apresentar elementos que pudessem atender aos objetivos desta pesquisa.

Antropólogo, Médico e Engenheiro Agrônomo. Com grande experiência a frente dos estágios desenvolvidos a professora Albertina Brasil assume a diretoria do CECAC”.

⁴⁰ A primeira, coordenando o CRUTAC/Boquim, a segunda, o CRUTAC/ Japarutuba, a terceira, o CRUTAC/ Boquim em substituição à primeira que se tornou docente da UFS, em 1974, a quarta o CRUTAC/ Colônia Treze-Lagarto e a última, Bairro América e com a mudança da UFS para São Cristóvão, o Rosa Elze.

⁴¹ Programa de Coordenação Rural Universitária de Treinamento e Ação Comunitária, vinculado ao CECAC/UFS.

⁴² Programa de Coordenação Urbana de Treinamento e Ação Comunitária, atrelado ao CECAC/UFS. É preciso informar que “As temáticas dos projetos desenvolvidos pelo CRUTAC/CURBITAC eram: educação, saúde e associativismo, esses programas formaram a base dos projetos que foram se ampliando com o tempo. Os relatórios de atividades desenvolvidas no órgão, no ano de 1976, apresentam detalhadamente o funcionamento dos projetos”. (LIMA; SOUZA, 2018, p. 47).

O Serviço Social na UFS está presente em distintos setores além do DSS, responsável pela formação profissional em nível de graduação e pós-graduação. Entre eles a PROEST, composta pela CODAE e Coordenação de Promoções Culturais e Esportivas (COPRE). A CODAE, de início denominada de Departamento de Assistência ao Estudante (DAE), teve como primeira coordenadora a assistente social Antônia Edurvalina Nascimento, que era responsável tanto pela chefia das trabalhadoras e trabalhadores (assistentes sociais, psicólogos/as e outros), bem como pela gestão dos programas/projetos desenvolvidos com o intuito de contribuir com a permanência das/dos discentes na instituição. A partir de 2014, a CODAE sofreu alterações passando a agregar duas divisões⁴³ e redistribuir funções. Entretanto, a COPRE tem uma finalidade distinta, pois a ela cabe a articulação e promoção de atividades desportivas e culturais e estabelecer relações com os centros acadêmicos, Diretório Central dos Estudantes e Associação Atlética Universitária⁴⁴. Todas essas organizações estudantis permanecem em funcionamento em 2021.

A análise dos relatórios de atividades da CODAE de 1986 e 1991 possibilitou constatar que assistentes sociais participavam da maior parte dos programas/projetos desenvolvidos por esta Coordenação a citar: “Assistência sócio-jurídica”; “Programa de Orientação e Assistência Psico-Social”, “Aulas particulares”; “Ação do baby sitter”; “Isenção da taxa de vestibular”, “Isenção da taxa de matrícula”, “Concessão da carteira de 1ª Categoria⁴⁵ do RESUN⁴⁶”, “Bolsa Trabalho” e “PRU”.

A partir desses relatórios vão ser apresentados os programas/projetos que tiveram maior abrangência entre as/os discentes e a participação de trabalhadoras/es vinculadas/os ao Serviço Social. Ressalta-se que o Relatório de Atividades da CODAE de 1986 apresentou informações dos projetos elaborados e desenvolvidos no ano, exibindo, inclusive, dificuldades que levaram a não concretude de alguns programas/projetos. Cabe ainda mencionar que nestes relatórios, geralmente consta os nomes dos/as técnicos/as que

⁴³ De acordo com a página da PROEST (Portal UFS - Seja bem-vindo à página da PROEST), a CODAE agrega duas divisões que são a Divisão de Programas de Assistência e Integração (DIPAI) e Divisão de Ações Inclusivas (DAIN). A primeira realiza acompanhamento social, psicológico e acadêmico ao discente, especialmente àqueles que são atendidos pela assistência estudantil, e a segunda auxilia os discentes que possuem deficiência. Assim, a DIPAI possui técnicas e técnicos com formação em Serviço Social, Psicologia e as/os técnicas/os em assuntos educacionais com graduação em cursos de licenciatura.

⁴⁴ Essas competências estão previstas na Resolução 03/2014/CONSU, em que foram aprovadas alterações do Regimento da Reitoria.

⁴⁵ A finalidade desse programa era identificar as/os discentes em condições de vulnerabilidade socioeconômica e possibilitar o acesso ao RESUN.

⁴⁶ Conforme observado no Relatório de atividades da PROEST, 1987, discentes do CODAP foram atendidos nos programas/projetos “Isenção da taxa de matrícula”, assim como “Concessão da carteira de 1ª Categoria do Resun”. (PROEST, 1987, p. 8).

constituem a equipe de trabalho, facilitando a sua identificação. A equipe técnica⁴⁷ da CODAE, segundo os relatórios de 1986 e 1991, era formada pela Coordenadora e assistente social Antonieta Barreto Soares e pelas assistentes sociais Lucia Maria Correia, Noêmia Silva Santos⁴⁸ e Fátima Tavares de A. Ribeiro (CODAE, 1986)⁴⁹.

Cabe demarcar que na segunda metade do século XX, Chauí aponta alterações que provocaram transformações no âmbito da universidade que passou pela transição de “[...] condição de instituição à de organização⁵⁰ insere-se nessa mudança geral da sociedade [...]” (CHAUÍ, 2014, p. 3). Em se tratando do Brasil, isso ficou definido na década de 1970 como “**universidade funcional**”, “[...] donde a massificação operada, a abertura indiscriminada de cursos superiores, o vínculo entre universidades federais e oligarquias regionais e a subordinação do MEC ao Ministério do Planejamento [...]” (CHAUÍ, 2014, p. 04).

A filósofa lembrou ainda que essa formação foi adaptada às necessidades do mercado de trabalho. A década seguinte, conhecida como “**universidade de resultados**” além das características anteriores, também apresentou o notório crescimento no número de faculdades privadas, assim como a parceria entre instituições públicas e empresas privadas (CHAUÍ, 2014, p. 04).

A partir da década de 1990, segundo a autora, consolida-se a transição da universidade, de instituição para organização, apontando assim, para uma profunda lacuna, modificando consideravelmente sua atuação. Dessa forma, a universidade passa a ser

[...] regida por contratos de gestão, avaliada por índices de produtividade, calculada para ser flexível, a universidade operacional está estruturada por estratégias e programas de eficácia organizacional, e, portanto, pela particularidade e instabilidade dos meios e dos objetivos [...] (CHAUÍ, 2014, p. 05, supressão nossa).

O ano de 2005 trouxe mudanças significativas nas estruturas da UFS, visto que a alteração no Regimento Interno da Reitoria, apresentada através da Resolução nº 01/2005/CONSU, repercutiu no modo de organizar os programas/projetos da

⁴⁷ O Relatório de Atividades de 1991 também faz referência a essa equipe, entretanto a prof.^a Noêmia era Coordenadora da CODAE e a assistente social Fátima Tavares A. Ribeiro não fazia parte dela.

⁴⁸ Técnico-administrativa entre os anos de 1985 a 1989. A partir daí, tornou-se docente vinculada ao Departamento de Serviço Social da UFS onde continua até o momento da defesa, 03 de dezembro de 2021.

⁴⁹ Houve dificuldades em identificar a numeração das páginas em alguns documentos, a exemplo dos relatórios, daí usar não paginado (n.p.).

⁵⁰ Para Marilena Chauí “[...] a organização pretende gerir seu espaço e tempo particulares aceitando como dado bruto sua inserção num dos pólos da divisão social, e seu alvo não é responder as contradições e sim vencer as contradições com seus supostos iguais [...]” (CHAUÍ, 2014, p.03, supressão nossa).

CODAE/PROEST. Por isso, a CODAE foi dividida em três eixos: Assistência, Orientação e Integração (PROEST, 2005).

Entre os programas e projetos que fazem parte da CODAE, vamos inicialmente expor o **PRU** que teve origem em 1971, a partir de estudantes que se uniram para alugar, em conjunto, uma casa. Entretanto, por dificuldades financeiras, a Universidade foi acionada e assumiu o valor dos aluguéis, bem como destinava móveis inservíveis aos discentes. O principal público do PRU era de discentes que residiam no interior de Sergipe ou em outros estados do país. Foram contextualizadas as dificuldades pelas quais passavam a educação do “3º grau” e o reflexo disso nos programas existentes, com o PRU não foi diferente, tendo inclusive dificuldades para mantê-lo. Segundo esse Relatório, foram atendidos 192 discentes, distribuídos em 20 casas, 15 masculinas e 05 femininas (CODAE, 1986).

Ainda segundo o Relatório de 1986, foi criado um projeto para reformular o PRU em 1986. O Relatório de 1987 retratou que ele não havia sido concluído devido à necessidade de reunir os/as residentes em assembleia para obter deliberações, como também “concluir a elaboração das normas do programa, reformulação do regimento interno da residência e a Criação do Conselho de Residentes” (PROEST, 1987, p. 10).

Nesse programa o acompanhamento era realizado pelo Serviço Social, quer seja em atendimento individual quer grupal e através de entrevistas, visitas, reuniões, entre outras “técnicas”. O Relatório apresenta o processo de reformulação citando as etapas: “concluir a elaboração de normas do projeto Residência Universitária”; “Reformulação do Regimento Interno de Residências Universitárias”; “Criação do Conselho de Residentes” (CODAE, 1986, n.p.).

Vale ressaltar a proposta e as dificuldades enfrentadas pelos residentes no PRU foram sinalizadas no Relatório de Atividades da CODAE de 1991. O fato dos/as residentes morarem em imóveis alugados embasou a elaboração de projeto para serem construídas “residências universitárias”, pontuando inclusive a possibilidade de liberação de recursos financeiros para isso (CODAE, 1991, p. 6). Contudo, até 2021, essa obra não foi concretizada, e os/as discentes vinculados/as ao referido programa permanecem com as mesmas dificuldades, morando em casas alugadas.

Em 2002 as/os residentes contavam com uma gama de áreas para atendimento e acompanhamento das suas demandas, pois a equipe da CODAE tinha assistentes sociais, pedagoga, psicóloga e médico. Esse último, desde que deixou de atender, é um entrave, pois por várias vezes foram necessárias articulação com a rede de atendimento à saúde pública,

visto que na instituição, mesmo com um hospital escola, as/os estudantes por vezes ficam sem atendimento quando a rede não oferece o serviço necessário (PROEST, 2003, p. 20). Essa é a situação que acompanhamos na UFS desde 2014.

Cabe destacar que, em 2005, convênios foram celebrados pela instituição com Prefeituras de Sergipe, Instituto Luciano Barreto Junior e a Associação dos amigos e Ex-alunos da UFS (SOUFS), todos eles têm o intuito de contribuir com o financiamento do Programa de Residência Universitária Ainda nesse ano a inclusão digital começou a ser inserida nas residências, assim como seu regramento institucional também teve alterações e foi encaminhado ao CONSU (PROEST, 2005).

O REUNI e a expansão dos *campi* da UFS geraram também demandas à assistência estudantil. Nesse sentido, o planejamento inicial da CODAE era a instalação de 2 núcleos residenciais no Campus prof. Alberto Carvalho, em Itabaiana. Contudo, os/as discentes de Itabaiana ficaram sem o acesso ao PRU neste ano de 2007, visto que os núcleos foram instalados no Campus Laranjeiras. Em 2007, o PRU contava com 22 núcleos vinculados ao campus São Cristóvão, 2 ao campus Laranjeiras e 2 do Campus Itabaiana. Nesse período, o Serviço Social contava com 4 trabalhadoras para atender às demandas do PRU nos 3 três campi, além dos outros programas/projetos existentes na universidade (CODAE, 2007). Um número de profissionais reduzido diante das demandas relacionadas a cada edital em geral. A citação abaixo apesar de longa elucida a situação.

Para explicar as informações acima em relação aos núcleos de Itabaiana, transcrevemos os seguintes trechos do Relatório de Gestão 2007.

O ano de 2007 pode ser considerado como atípico. Isto porque a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e a equipe da CODAE previam a ampliação de 22 para 28 unidades residenciais. Aumentar-se-ia, portanto, quatro núcleos para atender às demandas do Campus de São Cristóvão e dois Núcleos no Campus Prof. Alberto Carvalho, em Itabaiana. No entanto, a nova realidade trazida pela expansão impôs a abertura imediata de dois outros núcleos residenciais no Campus de Laranjeiras. Outros fatos atípicos ocorridos em 2007 foram: a) o adiamento da implantação dos dois Núcleos Residenciais do Campus Prof. Alberto Carvalho, devido à abertura dos núcleos de Laranjeiras; b) a postergação da abertura dos quatro núcleos Residenciais do Campus de São Cristóvão, devido ao ajustamento do Programa de Residência, com o desligamento de alunos residentes cujas situações eram incompatíveis com a Resolução 25/2006/CONSU; c) inclusão de todos os alunos inscritos no Programa Residência Universitária do Campus de São Cristóvão, eliminando-se a figura do aluno excedente. A implantação do Programa de Residência Universitária nos novos campi da UFS reafirmou os seus objetivos, atendendo aos estudantes vulneráveis socialmente, procedentes do interior do estado, bem como de outros

estados do país. Esse serviço tem um valor social imprescindível, quando se considera o sacrifício dos estudantes vindos do interior e de suas famílias, cuja perspectiva é a melhoria de suas condições de vida. (UFS, 2008, p. 79).

É salutar sinalizar o reconhecimento da atuação da equipe técnica que atua para o funcionamento da assistência estudantil, ou seja, para a permanência das/dos discentes que necessitam da instituição. Foi possível, constatar isso em alguns relatórios, a exemplo de um trecho extraído de um deles.

A prestação de serviços técnico-administrativos do Programa de Residência Universitária é efetuada pela equipe da CODAE, composta por quatro assistentes sociais, uma pedagoga, uma psicóloga e seis bolsistas de trabalho. A recomposição da equipe técnica da CODAE confirmou a qualidade da assistência aos alunos residentes, porque as ações desativadas ou desarticuladas foram recuperadas, possibilitando um acompanhamento mais próximo e de melhor qualidade. (UFS, 2008, p. 79).

Ainda sobre o PRU o documento acima registra que foram realizadas vivências com as/os discentes dos campi Aracaju, São Cristóvão que foram para o Clube da Caixa e Itabaiana, nessa cidade conheceram a Serra de Itabaiana e o parque dos Falcões. Essas experiências não foram habituais no Programa, todavia acreditamos que proporcionaram interação e lazer aos residentes (UFS, 2010, p. 94).

O Programa de Ações Afirmativas (PAAF) da UFS logo provocou requisições à assistência estudantil, especialmente o PRU que é responsável por proporcionar moradia e alimentação aos estudantes em condição de vulnerabilidade socioeconômica. Foi identificado, em 2010, o crescimento de 25%, em relação ao ano anterior, na quantidade de núcleos, considerando os três campi: São Cristóvão, Itabaiana e Laranjeiras. Nessa circunstância foi demonstrada a atuação da equipe, envolvendo assistentes sociais e psicólogo, para atender às demandas do programa, desde atendimento a visita aos núcleos (UFS, 2011, p. 85).

A expansão com a interiorização da UFS requer investimento. Por isso, em 2011, a quantidade de núcleos residenciais cresceu novamente nos campi São Cristóvão e Itabaiana, assim como foram abertos três para as/os discentes do recém-inaugurado Campus Prof. Garcia Filho, no município de Lagarto. Neste ano (2011), os/as profissionais do Serviço Social⁵¹ e da Psicologia foram responsáveis pelas visitas realizadas aos discentes vinculados

⁵¹ O Relatório de Gestão referente ao ano de 2011 as assistentes sociais foram explicitamente mencionadas, relacionando as atividades realizadas pelas mesmas.

ao PRU, e as assistentes sociais fizeram visita domiciliar às famílias dos/as candidatos/as ao PRU. Ao total, foram 314 visitas em 2011 (UFS, 2012, p. 102-103).

Reconhecemos que, desde 2011, os recursos da assistência estudantil já eram utilizados por projetos/programas de pesquisa e extensão, ainda que sem contar com a participação das assistentes sociais da assistência estudantil para a realização de análises socioeconômicas.

As políticas de apoio ao estudante fortalecem-se através de programas de assistência, especialmente o Programa de Residência Universitária. Além disso, outras bolsas como alimentação, trabalho e extensão possibilitam que os estudantes carentes obtenham condições de concluir seus cursos. Em 2011 um inovador Programa de Inclusão à Iniciação Científica (PIIC) concedeu 800 bolsas, ampliando fortemente tanto o número de estudantes beneficiados quanto o de professores orientadores aliando assistência estudantil com estímulo ao desempenho acadêmico. (UFS, 2012, p. 17).

Ainda que a UFS tenha encaminhado à PAAF, todo o processo de seleção foi organizado pela Coordenação de Concurso de Vestibular (CCV). O Serviço Social teve participação somente na entrega dos manuais de isenção e análise socioeconômica objetivando a isenção da taxa do vestibular, não atuando durante o processo de matrícula.

Neste mesmo ano foi aprovada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão a adesão da Universidade Federal de Sergipe ao Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) como forma de acesso às vagas ofertadas em nossos cursos de graduação presencial em substituição ao Processo Seletivo Seriado conduzido pela UFS, sem prejuízo de nossa Política de Ações Afirmativas. (UFS, 2012, p. 17).

Assim sendo, Maria Melo (2013) ratifica a mudança a esse respeito, demonstrando o encerramento da isenção da taxa de vestibular para candidatos em condição de vulnerabilidade visto a adesão da UFS ao ingresso através do ENEM. Nesse sentido, compreende-se que não existiu um programa/projeto para atender àquelas/es discentes que estavam ingressando em razão da renda inferior prevista no PNAES.

Outro programa no âmbito do CODAE, o **Programa Bolsa Trabalho**, mantido com recursos da UFS, atendeu 226 discentes, somando o total de 1.300 bolsas pagas neste ano (UFS, 1985, p. 97). Em relação ao programa acima, ele foi instituído pela resolução nº 12/79/CONSU. É necessário mencionar a mudança realizada nesse programa, em 1986, tendo por finalidade ser diferente das demais bolsas (extensão e pesquisa), visto que seu intuito era contribuir com a formação profissional.

Os/as discentes selecionados/as tinham o perfil de “carente”. Foi ratificada a importância dessa bolsa para o discente permanecer na instituição, mas em contraponto para a universidade era fundamental diante da necessidade de manter seu funcionamento frente à defasagem do número de trabalhadores. Esta resolução foi alterada por mais duas vezes, nº 02/1986/CONSU e nº 12/2005/CONSU, até sua extinção, em 2014. Segundo este Relatório essa bolsa tinha por finalidade contribuir na relação entre ensino e aprendizagem, assim como similaridade ao estágio (UFS, 1986).

Em 1990, a dificuldade financeira comprometeu inclusive a ampliação do Programa “Bolsa Trabalho”. Ainda que tenha realizado o processo de seleção devido à demanda de setores da UFS, não foi possível convocar os/as discentes. De acordo com informações que constam no relatório, a Coordenação Geral de Planejamento (COGEPLAN) considerou que era necessária a contenção de gastos, visto que o pagamento dessas bolsas era dos recursos da instituição (UFS, 1990, p. 28).

Foi interessante reconhecer no relatório a percepção crítica do contexto das condições em que as famílias das/os discentes se encontravam, ao tempo em que foi mencionado o desemprego dos genitores dos/as estudantes e a repercussão disso nas condições de permanência na UFS. Além disso, o Programa Bolsa Trabalho foi para muitas/os discentes a condição para permanecer na instituição e para a UFS foi mão-de-obra para substituir técnico-administrativos/as em muitos setores com lacunas, a exemplo das bibliotecas e secretarias de departamentos (UFS, 2002, p. 16).

A Resolução nº 12/2005/CONSU entrou em vigor com as mudanças no programa Bolsa Trabalho. De acordo com o Relatório de Atividades de 2005, foi construída uma proposta, contudo foi suspensa devido à greve dos/as trabalhadores/as técnico-administrativos/as (UFS, 2005).

A gestão da PROEST reconhecia a importância dessa bolsa para a permanência dos/as discentes. Todavia sinalizou também que ela foi utilizada para suprir a necessidade de trabalhadoras e trabalhadores que realizam as atividades administrativas na instituição “e tem servido de apoio a vários setores da própria instituição”, ou seja, exploração da força de trabalho estudantil na condição de programa da assistência estudantil (UFS, 2008, p. 83).

No tocante às bolsas da assistência estudantil (PRU e Bolsa Trabalho), neste período entre 2008 e 2010, tiveram crescimento especialmente, no ano de 2010. Todavia, permaneciam somente a bolsa trabalho e a bolsa PRU. Cabe ainda destacar que após uma década, entre 1997 e 2008, o número de bolsas cresceu bastante, principalmente a Bolsa

Trabalho. Ainda assim, o número de estudantes matriculados também teve grande salto, e consideraram-se também os campi criados de Itabaiana e Laranjeiras. Por isso, o crescimento de bolsas se deu em face da necessidade para permanência das/os estudantes. Ao verificar o orçamento geral, foi identificada a rubrica do PNAES, inicialmente instituída pela Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007 (BRASIL, 2007c). Dessa forma, esse regramento legal, foi utilizado, após anos de discussões entre gestores de instituições de ensino e discentes, a fim de garantir as condições de permanência e reduzir os índices de evasão em decorrência de questões provocadas pela situação socioeconômica familiar (IMPERATORI, 2017).

Outro projeto que estava sob a alçada da CODAE era o de “**Aulas particulares**”. Ele foi criado para o/a discente que necessitava de auxílio financeiro e que tinha a possibilidade de se desenvolver profissionalmente. Dessa forma o/a acadêmico/a da UFS iria dar aulas a pessoas que precisavam de um apoio acadêmico. Este projeto deixou de ser identificado a partir do Relatório de Gestão de 2008. Com objetivo similar, mas financiado pelo Ministério do Trabalho, também existia o “Bolsa Pebe 8” que tinha como finalidade contribuir com a formação acadêmica, no 3º grau, de trabalhadores sindicalizados, assim como seus dependentes. No ano de 1986, somente quatro pessoas foram atendidas, em decorrência, principalmente, do baixo valor da bolsa e a conclusão do curso de graduação de alunos que estavam há algum tempo no programa, além da baixa demanda (CODAE, 1986, n.p.). Em 1987 não houve nenhum novo inscrito neste programa pelos motivos expostos acima (CODAE, 1987, p. 9).

Importante citar o apoio aos estudantes participantes de eventos científicos com apresentação de trabalho. Os/as estudantes tinham a possibilidade de receber um pequeno ressarcimento das despesas em virtude da apresentação em eventos científicos através da bolsa viagem prevista na Resolução nº 37/2006/CONSU. Para isso, faz-se necessário apresentar documentação relacionada à situação socioeconômica da família e ao aceite da apresentação de trabalho. O estudo socioeconômico é realizado pela assistente social, após a abertura de processo administrativo. De acordo com relatório de gestão do ano de 2011 todos os centros do campus São Cristóvão foram atendidos, no período de 2006 a 2011, mas no interior somente o Campus Laranjeiras em 2011. Essa resolução foi alterada, em 2017, para ampliar o apoio, passando a vigorar, na época, a Resolução de nº 16/2017/CONSU, que “Dispõe sobre a concessão de Auxílio Viagem destinada a subsidiar despesas com transporte e hospedagem de estudantes dos Cursos de Graduação da UFS, quando em atividades fora

do Estado de Sergipe” (UFS, 2017, p. 1). A partir dessa resolução, as/os discentes podiam solicitar o auxílio para participar de outros tipos de eventos, como técnicos, culturais, esportivos e artísticos. Entretanto, após um ano a PROEST emitiu a Portaria nº 4 de 4 de maio de 2018 sustentando esse direito, sem previsão de retorno, o atendimento para eventos “não científicos” (UFS, 2018, p. 1).

Foi através da Resolução nº 24/2007/CONSU e revogada posteriormente pela Resolução nº 37/2009/CONSU, que a **bolsa alimentação individual** foi regulamentada na UFS. Ela tinha por finalidade atender aos discentes dos *campi* que não possuíam restaurante universitário/refeitório. No ano de 2008, as/os primeiras/os foram atendidas/os em Aracaju, Itabaiana e Laranjeiras, especialmente quem fazia parte do PRU e Bolsa Trabalho, pois a equipe de Serviço Social havia realizado a análise da situação socioeconômica de suas famílias recentemente (UFS, 2009, p. 97).

A necessidade da Assistência Psicossocial foi reconhecida pela CODAE desde 1987. Nesse ano foi elaborado um projeto para atender discentes que tivessem sob fragilidade emocional interferindo em seu desenvolvimento acadêmico e nas suas relações sociais. Para isso, a CODAE elaborou projeto contando com a possibilidade de atuação dos docentes dos departamentos de Psicologia e Sociologia. Nesse ano, 1987, o projeto não foi executado, visto que para esse atendimento fazia-se necessária a adequação do espaço físico (CODAE, 1987, p. 8-9). Não foram identificadas informações referentes ao projeto nos anos de 1988, 1989 e 1990. O Núcleo de Orientação e Assistência Psicossocial (NOAPS) recebeu, em 1991, solicitações de 47 pessoas da comunidade universitária para a realização de atendimento, sendo 38 discentes e 9 servidores que desenvolvem suas atividades laborais na instituição. O segundo período de 1991 foi marcado pela chegada de mais 2 profissionais de psicologia, desse modo passou a contar com 4 psicólogos, 2 psiquiatras, 2 assistentes sociais e uma fonoaudióloga. Os atendimentos realizados pelo NOAPS eram direcionados aos discentes e trabalhadores/as técnico-administrativos/as encaminhados/as pela equipe (UFS, 1991).

O ano de 2005 foi para retomar o funcionamento do NOAPS. Isso se deu a partir da reorganização de suas atividades, assim como de sua normativa. Para isso, foram encaminhadas algumas medidas: revisão de seu instrumental técnico de trabalho, revisão do regimento do projeto, articulação com outro setor para a realização de atividades e absorção de pessoal para o desenvolvimento de atividades (UFS, 2005).

A maior parte das demandas atendidas no NOAPS tem relação com as questões detectadas por assistentes sociais, em visita aos núcleos do PRU, em 2007, ainda persistem no acompanhamento ao referido Programa.

Os problemas mais comuns relatados pelos alunos estão relacionados: aos cuidados de higiene e organização da casa, a visitas de pessoas estranhas nos finais de semana, ao barulho de alguns, que atrapalham os outros; à dificuldade na troca de aparelhos eletro-eletrônicos e móveis quando estes se ficam sem condição de uso, à dificuldade para conseguir um avalista para o contrato de aluguel, ao comportamento de alguns moradores que não têm habilidade social para uma convivência harmônica e saudável (como deseja o programa), à falta de assistência psicológica. (UFS, 2008, p. 79).

O Campus de Laranjeiras, até novembro de 2021 não tem um psicólogo lotado. Por alguns anos, o atendimento foi realizado por trabalhador cedido um dia na semana, mas em decorrência do crescimento das demandas no campus São Cristóvão não está sendo possível dar continuidade. Desde o início de 2020, as/os discentes que necessitam de atendimento são orientados pela equipe multidisciplinar de Laranjeiras a agendar o atendimento em São Cristóvão, diante dos contatos realizados pelo gestor do *campus* e de memorando recebido pela PROEST. Entretanto o acompanhamento aos núcleos residenciais não é realizado mais pelo NOAPS, e sim pelas Comissões⁵² criadas, inicialmente pela CODAE, com autonomia para cada *campus* estabelecer o devido encaminhamento.

De acordo com o Relatório de 1987, a gestão da PROEST elencou duas questões que merecem ser informadas. Esse ano foi de contenção orçamentária em decorrência do pequeno volume de recursos recebidos do MEC e da falta de programa de assistência estudantil aos discentes das universidades. Por isso, não foi possível executar alguns projetos conforme o planejado, mas conseguiram manter somente todos do ano anterior⁵³, não permitindo que os alunos ficassem desassistidos. Um segundo elemento é a avaliação realizada pela equipe técnica de acordo com os projetos do ano anterior. É salutar que a gestão promova, de fato, ações como essa, pois são as/os trabalhadoras/es que estão junto

⁵² A Portaria nº 01 de 27 de março de 2019, emitida pela PROEST, “designa as Comissões Interdisciplinares Permanentes para análise e acompanhamento acadêmico e psicossocial pelas equipes de referência aos discentes da Assistência Estudantil”. Disponível em: https://proest.ufs.br/uploads/page_attach/path/11530/PORTARIA_01_2019_COMISS_ES_INTERDISCIPLINARES.pdf Acesso em: 29 ago. 2021

⁵³ Os programas/projetos desenvolvidos pela CODAE, em 1987, foram: isenção da taxa do concurso vestibular; isenção da taxa de matrícula; concessão da carteira de 1ª categoria do Resun; bolsa trabalho; bolsa Pebe-8, residência universitária; aulas particulares e atualização dos arquivos.

aos estudantes durante as dificuldades ou êxito no desenvolvimento dos projetos no cotidiano (UFS, 1987, p. 7).

Outro ponto, especialmente relacionado ao exercício profissional das/os assistentes sociais, são as atividades do Serviço de Plantão Social/CODAE/PROEST que foram mencionadas e quantificadas, isso é de grande valia, pois denota não somente a existência das/os trabalhadoras/es, como também demonstra que elas/es realizam. Foi possível perceber uma pequena variação entre os três anos no número de bolsas trabalho e residência. Todavia, a maior parte dos atendimentos realizados demonstraram um crescimento considerável ainda que varie de índice entre cada um (UFS, 2000).

Nesse sentido, as quatorze atividades do Plantão da CODAE seguiram descritas, com informações que situam o contexto em que as/os discentes são atendidas/os nesse serviço. As profissionais atendiam àqueles que eram matriculados na instituição, qualquer que fosse sua origem de endereço ou estado civil, pois o aspecto principal era sua condição socioeconômica (UFS, 2002, p. 16).

Os atendimentos realizados especialmente pelo Serviço Social foram apresentados e mensurados. Isso demonstra nitidamente a participação das/os assistentes sociais para o desenvolvimento da CODAE/PROEST e os encaminhamentos que fortalecem sua atuação desde o atendimento individual, aos pareceres sociais, visitas aos núcleos residenciais e visitas domiciliares, estando inserida nas várias frentes de atuação na CODAE/PROEST (UFS,⁵⁴ 2010, p. 98).

A **Divisão de Assistência ao Servidor (DIASE)** é outro espaço no âmbito da UFS que o/a assistente social executa atividades. Dados extraídos dos documentos mostram que o profissional de Serviço Social realizava atendimento na DIASE aos servidores da UFS, seus familiares e aos estudantes da instituição. De acordo com o disposto no relatório, a equipe era formada por dois médicos, um assistente social, um auxiliar de enfermagem e um atendente de consultório. O profissional de Serviço Social acompanhava o desenvolvimento dos demais profissionais (UFS, 1986, p. 105).

O anuário estatístico da **UFS 1997-1999** sinalizou para alguns aspectos que devem ser destacados. A DIASE passou a ser vinculada à Gerência de Recursos Humanos (GRH), saindo da alçada da PROEST. Todavia o anuário mencionado não apresenta elementos que resgatem a justificativa para isso (UFS, 2000). Na década seguinte (2008/2010), a DIASE,

⁵⁴ Este suscitou, antecipadamente, a relevância da ampliação da assistência estudantil frente a dois públicos que já se anunciavam, as/os estudantes cotistas e com necessidades especiais (UFS, 2010, p. 92).

naquele momento, desenvolvia ações relativas ao Serviço de Saúde Ocupacional, assim como o atendimento a discentes e atendimento a servidores, quer seja técnico-administrativo, quer docente. É notória a organização das atividades realizadas por este setor. Isso é fundamental para identificar o que é realizado por cada trabalhador/a, é, inclusive, uma forma de reconhecer institucionalmente a atuação deles e delas (UFS, 2011, p. 196-197).

Ainda que com portaria realocando a DIASE à GRH, o Relatório com as atividades desenvolvidas pela PROEST, em 2002, mostra que a DIASE está no organograma da Pró-Reitoria mencionada e que fez parte do seu planejamento. É possível também mencionar a “integração” entre a DIASE/PROEST, GRH e HU para receberem os/as servidores/as. Outra questão é que, em 2002, os/as residentes ainda tinham acesso a avaliações periódicas no atendimento médico (UFS 2003, p. 50-51). Todavia, o Relatório de Atividades da PROEST, 2005, sinalizou para mudanças, informando inclusive sobre alterações no Regimento Interno da Reitoria, 2005. Na Resolução nº 01/2005/CONSU, conforme o artigo 97, a DIASE era uma subunidade do Departamento Pessoal (DP). Assim, constatamos também que não existe mais a vinculação com o atendimento a discentes. Essa posição foi reafirmada na Resolução nº 40/2018/CONSU que aprovou novas modificações no referido Regimento, e a DIASE foi vinculada ao Departamento de Assistência ao Servidor (DAAS) e permanece assim até agosto de 2021.

A DIASE está regulamentada pela Portaria nº 950, de 22 de setembro de 1995 e o Serviço de Saúde Ocupacional, que funciona no setor mencionado, normatizado através da Portaria nº 111, de 03 de fevereiro de 1998. Ao que parece, a Portaria de 1995 está desatualizada, visto que os serviços de assistência médica e psicossocial não são ofertados a totalidade da comunidade acadêmica por uma única Pró-Reitoria, pois a PROEST é responsável por atendimento psicossocial e acadêmico aos discentes e a PROGEP por atendimento social e médico aos trabalhadores.

Ao proceder a análise do anuário estatístico da UFS 2008/2010, podemos identificar na assistência estudantil uma situação que suscitou o seguinte questionamento: parte das demandas do Serviço Social está invisibilizada, e a outra está relacionada apenas aos programas/projetos existentes. Além disso, as informações relativas às bolsas trabalho e residência eram apresentadas de acordo com o curso e centro a que o/a estudante está vinculado/a (UFS, 2011). Nesse sentido, o anuário de 1997/1999 apresenta maior detalhamento, visto que estão descritos os dados das atividades do Plantão Social da

CODAE/PROEST. Diante desses documentos, cabe ainda reconhecer que o Serviço Social estava presente na maioria dos programas/projetos desta Coordenação e Pró-Reitoria (UFS, 2000).

No tocante à equipe técnica de Serviço Social, foram constatados dois elementos no Relatório de Atividades da CODAE de 2007: o primeiro foi a ampliação do quadro com a contratação de mais duas profissionais. O segundo foi a contratação realizada pela CCV de 6 profissionais de Serviço Social, 5 estudantes dessa área e mais 2 bolsistas lotados na CODAE, com a finalidade de realizar o processo de isenção da taxa de inscrição do Processo Seletivo Seriado nos campi de São Cristóvão e Itabaiana. Nessa demanda algumas dificuldades interferiram no desenvolvimento das atividades, especialmente a documentação entregue que estava incompleta e as condições de trabalho que eram muito ruins, desde a falta de materiais de escritório básicos, assim como a estrutura física e equipamentos. Ainda em 2007, teve início a Universidade Aberta do Brasil (UAB), no âmbito da UFS. Para a realização da análise socioeconômica referente aos candidatos visando à isenção da taxa de inscrição, foi imprescindível a participação de trabalhadores dos municípios. Assim, foi possível que a UFS alcançasse o objetivo em tempo hábil, e as pessoas tivessem acesso ao direito (UFS, 2007).

É notória a dificuldade de identificar as/os trabalhadoras/es técnico-administrativas/os no documento institucional, pois não consta como equipe de trabalho, assim como não mostra quem realizou as atividades administrativas, especialmente em diversos setores da Reitoria. Isso denota, na nossa perspectiva, a desvalorização desses que são fundamentais ao funcionamento da instituição, seja atuando para o funcionamento das didáticas, seja na responsabilidade da elaboração das folhas de pagamento, de salários ou de bolsas/auxílios aos discentes, da reserva de equipamentos, na designação da escala de motoristas que deslocam equipes para a realização de projetos de extensão. Buscamos assinalar essa situação sempre que percebida, pois isso é recorrente especialmente em documentos gerais, a exemplo do Relatório Geral de Atividades, Anuário Estatístico, entre outros, e não somente nos mais antigos, esta prática permeia a instituição em sua trajetória. Todavia, especialmente a DIASE, na maioria das vezes, conseguiu estabelecer suas atribuições e a quantidade de atividades realizadas anualmente. Isso deveria ser a regra para todos os setores e não uma excepcionalidade como observamos, principalmente na maioria dos Relatórios de Gestão.

O **CODAP** é outro espaço onde visualizamos ações do Serviço Social, inclusive mantendo articulações com vários setores da UFS, a exemplo da PROEX, PROEST e DSS (UFS, 1986).

O Colégio fez parte do programa de Integração Universidade/Sociedade. Por isso, membros da família e estudantes do CODAP foram atendidos na ação prática do Serviço Social no campo da Educação, a fim de contribuir para que a escola se transformasse em centro educativo, permitindo a elevação do nível de vida (UFS, 1986, p. 94). Além disso, o DSS vinculou o Colégio a campo de estágio para discentes do curso de Serviço Social, “orientados e supervisionados⁵⁵”. Dados extraídos do Relatório mostram a presença de estagiárias/os entre os anos de 1982 e 1985 sendo 10 em 1982, 7 em 1983, 8 em 1984 e 10 em 1985 (UFS, 1986, p. 39).

A relação entre CODAP, POSGRAP e DSS foi estabelecida por meio de projetos de pesquisa, entre eles o projeto de pesquisa “Relação Escola com a Comunidade: Projeto integração da UFS com o 1º Grau”, coordenado pelas docentes Maria Helena Santana Cruz e Amy Adelina Coutinho de Farias Alves (UFS, 1985, p. 76-77); Compromisso e autoritarismo na Prática “Educativa” do Assistente Social, responsável o prof. Jean Robert Weisshaupt, ambos projetos desenvolvidos no CODAP (UFS, 1985, p. 97).

A **PROEX** é outro espaço relevante onde encontramos ações vinculadas ao Serviço Social. Entre elas, mencionamos projetos/programas que contribuíram para a situação socioeconômica das famílias do Rosa Elze no projeto Campus Aproximado, utilizando a qualificação profissional, através do desenvolvimento de projetos quer seja para o desenvolvimento da horticultura, a criação de pequenos animais ou capacitação da mão-de-obra. Ademais, buscou apresentar à comunidade a importância do seu envolvimento com o processo educativo, a fim de repercutir no desenvolvimento acadêmico desta. (UFS, 1985).

Vinculado a esse espaço, há um importante veículo de comunicação – O **Caderno UFS (1985)** –, o qual foi organizado pela professora Maria da Glória Santana de Almeida, PROEX na época, com a finalidade de apresentar documentos e artigos à comunidade acadêmica, através da série: Textos para o Congresso nº1 – Universidade e Extensão. O

⁵⁵ A supervisão de estágio sempre envolveu o/a discente, o/a docente e o/a assistente social. No entanto, é no bojo da construção do projeto ético político que foi estabelecida a necessidade de distinguir a supervisão técnica da supervisão acadêmica. A primeira foi desempenhada pelo/a profissional que atua no campo de estágio, e a segunda, supervisionada por docente da instituição de ensino, ressaltando que esse último não deve exercer simultaneamente a supervisão técnica e a acadêmica (CFESS, 2011-2014).

primeiro é o documento da Secretaria de Educação Superior (SESU) do MEC. Nele foram indicadas prioridades para a atuação institucional:

[...] g. estabelecer canais permanentes de comunicação com setores da sociedade civil (Igrejas, Organizações de docentes, discentes e servidores, Associações de moradores, sindicatos e outros), visando ao conhecimento de suas propostas, registros de experiências e estímulo a participação em trabalhos de interesse comum. (ALMEIDA, 1985, p. 8-9).

Ainda neste documento, o Anexo I informa que a equipe técnica do CECAC se debruçou coletivamente sobre ele e fez algumas considerações, dentre elas:

1ª. Encaminhar documentos as coordenações de Ação Comunitária e Extensão do CECAC, bem como o do resultado da reunião interministerial ocorrida em 04.07.85 para conhecimento da equipe técnica/administrativa **a fim de que as ações locais sejam desenvolvidas em articulação com tais resultados;** [...] **3. Para que as ações extensionistas não se dêem apenas a nível de prestação de serviço mas também de contribuição do desenvolvimento nacional, deverá ser elaborado um plano interdepartamental, definindo-se a metodologia de ação e coordenado pelo Departamento de Serviço Social devido a sua formação estar fundamentada na organização comunitária;** 4. formar uma Comissão de Extensão, constituída do Pró-Reitor de Extensão, de representantes dos Departamentos Acadêmicos, da ASUFS, e do DCE e legitimada pelo Reitor via CONEP. (UFS, 1985, p. 11, grifos nossos).

Conforme exposto acima, nota-se zelo pela comunicação ao assinalar a necessidade de socialização de documentos técnicos com a equipe administrativa.

As reflexões sobre extensão elaboradas por Maria da Glória Santana de Almeida, foram fundamentadas a partir do capítulo de Extensão que consta no Caderno UFS no Anexo II, assim como - Regimento Geral da UFS – Capítulo III – Da Extensão que diz:

[...] Como integração universidade/ comunidade estão incluídos:

1. Estágios e práticas assistenciais [...];
2. “Pesquisa-ações” que se orientam para a educação de 1º e 2º graus ([...] Implantação e caracterização da atuação do Serviço Social no campo de Educação (DSS); Integração escola/comunidade (DSS)[...]);
3. Atuação em comunidades ([...] Educação Popular e Ação comunitária em áreas de periferia de Aracaju (DSS); Ação Comunitária Rosa Elze (DSS); Experiência de Ação Comunitária em Taiçoca de Dentro e Taiçoca de Fora (DSS)
4. Ações diversificadas (Estudo docente do Serviço Social: bases conceituais da formação profissional do assistente social (DSS) [...]). (ALMEIDA, 1985, p. 22-23).

Cabe destacar que todas as ações mencionadas estavam relacionadas à docência. Informo que somente foi possível identificar a atuação do/a técnico-administrativo/a em um momento do Caderno. A maioria das representações eram de docentes, ou eventualmente era feita referência a algum discente. Contudo, esse caderno sinaliza que ele foi preparatório para a mobilização da comunidade acadêmica para a realização do Congresso Universitário da UFS, envolvendo especialmente todas as categorias e organizações representativas.

É imprescindível refletir sobre o significado disso em 1985, quando movimentos sociais, artistas, professores e partidos políticos lutavam pelo fim da ditadura militar, e a gestão da UFS, segundo seus documentos institucionais, estava se organizando para a realização de um Congresso com ampla participação.

O artigo intitulado “Uma experiência de processo educativo na região do Oco do Pau, em Sergipe”, Gonçalves e Pinheiro, 1988, aborda uma experiência de membros da comunidade acadêmica participando de projeto de extensão junto aos trabalhadores do Rosa Elze e Rosa Maria, construindo processos educativos a fim de fortalecer a participação, organização e dos usuários na busca por direitos e cidadania. A partir desses pontos, outras questões foram sendo debatidas e construídas, a exemplo da necessidade de aspectos relativos à saúde, ao lazer e, especialmente, à luta pela terra. Ficou nítida, nesse contexto, a participação da assistente social da PROEX, juntamente com a docente, supervisora acadêmica durante todo o desenvolvimento do projeto até a elaboração do artigo.

Em consonância com essas questões apresentadas acima relativas à extensão na UFS, o Planejamento Acadêmico, 1991/92, sob a gestão do pró-reitor da PROEX, Luís Eduardo Alves de Oliva, apresentou, como um dos objetivos, aproximar o conhecimento científico ao “saber popular” para atuar no processo de redemocratização da sociedade, bem como nas questões relativas ao meio ambiente e do patrimônio cultural (UFS, 1991-1992, p. 17).

Diante da necessidade de acompanhar a atuação de técnica-administrativa, do cargo de assistente social na PROEX, mais um informe foi apreendido. Dessa vez, está relacionado especialmente aos cursos das ciências sociais, humanas e saúde com vistas a atuar na Comunidade do Rosa Elze para reduzir o analfabetismo. Para tal, foram realizadas ações articuladas entre vários setores da UFS, também com o viés cultural, junto a discentes dos “ensinos de 1º e 2º graus”. Nesse cenário vale citar, como exemplo, o “Projeto Integrado de Saúde e Educação Comunitária” (UFS, 1991-1992, p. 17).

Esse documento permitiu visualizar a organização dessa Pró-Reitoria. O CECAC, um dos órgãos vinculado à PROEX, com duas Coordenações: Extensão Comunitária

(CODEX) e Ação Comunitária (COACOM), responsáveis em desenvolver diferentes programas e projetos. No Programa Integração Universidade/Ensino de 1º e 2º Graus, o DSS e Departamento de Educação Física (DEF) foram responsáveis pela execução do projeto Ações Multidisciplinares na Escola Municipal Martinho Bravo no Rosa Elze. O Programa Campus Aproximado do Rosa Elze e Rosa Maria, através do projeto Educação e Saúde Comunitária, esteve sob a coordenação dos departamentos Enfermagem, Odontologia, Saúde Comunitária e Serviço Social. Na área de Ação Comunitária eram dois projetos: Saúde Pública e Educação Popular na Comunidade Prainha e Assessoria ao Conselho Popular da rua do Linho, em Japaratuba. Em todos os projetos mencionados o Serviço Social está vinculado à docência (UFS, 1991-1992, p. 18-23).

Na PROEX também foi possível identificar os projetos de extensão por Centro, além dos números dos demais projetos, a exemplo da Sexta D'Art. Entretanto, para compreender a complexidade institucional, a exemplo das questões relativas às condições de trabalho dos técnico-administrativos é imprescindível entender o que esses números representam. Assim sendo, vamos buscar essas informações em outros documentos (UFS, 1996-1998). Foi evidenciado também que ocorreu redução considerável dos eventos da extensão através de brusca queda em 2010. Contudo, isso não se repete nos projetos/programas de extensão por comunidade envolvida. De acordo com o CECAC/PROEX, foi verificado crescimento dos números em todos os itens elencados na quantidade de projetos, no público beneficiado e na categoria da comunidade acadêmica participante (UFS, 2008-2010, p. 131).

O Plano Nacional de Extensão Universitária (2001) e a Política Nacional de Extensão Universitária (2012) elaborados pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX) construíram a tônica da extensão universitária. Foi possível realizar essa associação a partir da análise dos documentos mencionados e das mudanças implementadas na UFS. Em 2006, foi lançado o edital do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Extensão (PIBIX), regulado pela Resolução nº 30/2005/CONEP, que apresentou os eixos temáticos conforme estabelecido no Plano Nacional de Extensão Universitária. Em decorrência, a UFS deixou de realizar programas/projetos em que contava com o Serviço Social em sua execução, é possível constatar através do Relatório de Gestão 2005 que informa:

- a) Programa de fomento à extensão/MEC/SESu – PROEX, em 2005, executou-se o PROEX 2004 – Programa de Fomento à Extensão/MEC/SESu, que abrangeu os programas e projetos abaixo

citados. 1. Programa/Centro de Capacitação Permanente em Tecnologias de Inclusão Social no Campus Aproximado Grande Rosa Elze; 2. Projeto - A Universidade Contribuindo na Capacitação de Educadores e na Erradicação do Trabalho Infantil; 3. Projeto Unidade de Diagnóstico Oral e Odontológico para Pacientes Especiais do Hospital Universitário. (UFS, 2006, p. 105).

Os projetos realizados no “Campus Aproximado” tiveram início desde a instalação do Campus São Cristóvão (1970-2005), contaram com a participação da comunidade acadêmica e contribuíram demasiadamente para o desenvolvimento social e político da população local. As assistentes sociais tinham sua atuação na elaboração e execução dos projetos. A PROEX era um espaço sócio-ocupacional que contou com a atuação de profissionais comprometidas com o projeto ético-político e com a emancipação política da população atendida. A extensão também proporcionou a participação de assistente social, em publicação em que foi destacada a importância da profissão no livro “Universidade além da sala de aula: extensão universitária desenvolvimento local e cidadania” organizado por Santos, Freire e Silva (UFS, 2007). Isso demonstra que a qualificação para a produção acadêmica não fica restrita somente à docência.

Foram identificadas mudanças na atuação institucional relacionadas à extensão, por meio do Relatório de Gestão 2007. Assim, foi possível reconhecê-las através da

[...] necessária institucionalização e ampliação das ações de extensão, mantendo-se a qualidade e o alcance estabelecidos pelos princípios de sua política, colocaram-se como balizadoras das metas e estratégias a serem perseguidas para a sua consolidação. A adequação às orientações desses instrumentos traduz o atual projeto de gestão dessa prática extensionista, sintetizado em estratégias políticas, normativas, operativas e avaliativas, que se encontram em diferentes níveis de implementação. Duas frentes sinalizam as prioridades: política e institucional e reforçam o papel da extensão da UFS para com a sociedade. A prioridade política se relaciona à nova concepção de extensão, e teve início com a revisão da própria política de extensão da UFS, resultando no direcionamento do foco das ações para as políticas de desenvolvimento econômico, social, cultural e político. Os editais públicos foram privilegiados com o objetivo de fortalecer núcleos e, em paralelo, dar maior visibilidade de atuação nas áreas temáticas do PNE. A prioridade institucional se voltou para as ações de regulamentação normativa e adoção de procedimentos que, em última instância, traduzem a intencionada extensão vinculada às unidades acadêmicas, ao processo ensino-aprendizagem, e integrada à sociedade como produtora e socializadora do conhecimento. Nesse contexto, destacam-se avanços na divulgação e socialização das ações de extensão: a integração das ações de extensão às estratégias do PDI (metas articuladas com o ensino, museus e com o centro de cultura e arte); a institucionalização da extensão como atividade acadêmica, com a criação do PIBIX (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Extensão); a priorização de editais de políticas

públicas e, com ela, a institucionalização da política afirmativa de cidadania, com a adesão ao Programa Conexões de Saberes, e uma maior aproximação com movimentos sociais, conselhos e comissões, através de representação e atuação formal. A implantação do Sistema de Informação e Banco de Dados de Extensão (SIEX, 2005) e do Sistema de Informação Profissional (SIPEX, 2006) sinalizam outros esforços da PROEX[...]. (UFS, 2008, p. 100-101).

Compreendemos que esse movimento, que se deu articuladamente nas instituições de ensino superior, foi o que impulsionou a redução de assistentes sociais na extensão, visto a trajetória delas desde o planejamento até a avaliação dos projetos nas comunidades. Nesse sentido, os projetos foram paulatinamente sendo articulados diretamente junto aos departamentos para concorrerem em edital do PIBIX, em diversas áreas temáticas. Por isso, cabe mencionar que a extensão, apesar de ter tido diversas profissionais de Serviço Social em seu corpo técnico, não possui mais esse registro de atuação profissional especialmente na PROEX, no Relatório de Gestão de 2007.

Todavia, é preciso destacar a presença de técnicos nas ações desenvolvidas pelo Núcleo Local da Unitrabalho, conforme se constata no Relatório de Gestão 2007 a existência de 7 docentes, 10 técnicos e 13 bolsistas/estagiários (UFS, 2008, p. 120). Também foram localizadas informações gerais sobre projetos voltados à incubação de empreendimentos econômicos solidários, inclusive sendo campo de estágio curricular para discentes do curso de graduação em Serviço Social (UFS, 2008, p. 119).

Gadotti (2017) destacou que a Extensão Universitária teve sua origem marcada sobre os preceitos da Educação Popular, ainda na década de 1950, e que Paulo Freire defendia a relevância da comunicação, pois era baseada no aprendizado e troca de saberes acadêmico e popular. Destacou ainda que o Plano Nacional de Extensão Universitária (2001) apresenta as diretrizes para a extensão, concebendo-a como uma “via de mão dupla”. Apesar da dificuldade de sua materialização, a FORPROEX avançou e, em 2012, ampliou essas diretrizes para a “interdisciplinaridade, interprofissionalidade, a indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão”.

Ainda que atendendo ao Plano Nacional de Educação (2014-2024) e ao pactuado no FORPROEX, para implementar o aspecto acadêmico, a partir dos projetos aprovados no PIBIX, a PROEX deixou de ter técnico-administrativas do cargo de assistente social, também na execução dos programas, para somente compor a equipe técnica, como qualquer outro profissional de nível superior, a fim de realizar a análise dos projetos que concorriam ao edital PIBIX. A PROEX passou a ofertar o suporte administrativo, ficando o apoio para

elaboração dos projetos vinculados diretamente aos departamentos e/ou unidades administrativas (BRASIL, 2015).

O Relatório de Gestão 2011 demonstra que a UFS está atendendo ao previsto pois afirmou que

Dando continuidade ao que preceitua o Plano Nacional de Extensão (PNE), a PROEX procurou desenvolver em 2011 várias ações de forma a estimular a participação de professores, alunos e técnicos em programas, projetos, cursos e eventos, cujo propósito foi estreitar, cada vez mais, a relação da universidade com outros segmentos da sociedade. Além dessas ações, a UFS se fez representar em vários espaços societários, a exemplo dos Conselhos de Políticas Públicas, Comitês, Fóruns, eventos organizados por movimentos sociais, empresários e instituições públicas, entre outros. Nesse ano, a PROEX implantou o módulo extensão relativo aos Programas e Projetos de unidade SIGAA, importante instrumento que tem permitido o registro, o acompanhamento e a visibilidade das ações de extensão. Está em fase de implantação o módulo “Cursos e Eventos”, previsto para funcionamento, em 2012. Todas essas ações são importantes para o reconhecimento da atividade extensionista como uma atividade acadêmica, para a definição de estratégias políticas, normativas, operativas e avaliativas das ações de extensão visando ao estreitamento da relação com a sociedade, com consequente aumento das demandas. O aumento gradativo do número de bolsas do PIBIX é um reflexo dessas demandas. Entretanto, faz-se necessário que esse aumento seja uma constante, dada as constantes cobranças dos novos Campi da UFS. (UFS, 2012, p. 115).

Desse modo, foi possível constatar nesse documento o crescimento exponencial de bolsas, cursos e eventos realizados pela PROEX. Todavia, não reconhecemos mais no Programa de Apoio à Extensão – PROEXT/MEC/SESu⁵⁶ - os projetos desenvolvidos em comunidades com a participação de assistentes sociais. Entre 2011/2012, a PROEX tinha somente uma assistente social lotada.

A análise de documentos possibilitou verificar que a PROEX desenvolvia algumas atividades através de Núcleos e Redes. Assim, é imprescindível destacar o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (UNITRABALHO)⁵⁷ e Núcleo de Ações e Pesquisas para a Terceira Idade (NUPATI)⁵⁸, com ricas contribuições à formação e ao exercício profissional da/o assistente social. Ambas contaram com assistente social na docência, entretanto a primeira teve assistente social na equipe técnica.

⁵⁶ Os projetos mencionados foram: Programa UFS Cultura, Projeto Sala Verde, Programa Empresa Júnior,

⁵⁷ Foi possível identificar o encerramento das atividades do Núcleo Local da Unitrabalho através da Portaria nº 3011/2012/GR.

⁵⁸ A mudança de vinculação institucional do NUPATI, da PROEX para o DSS/CCSA, por meio da Portaria nº 492/2015/GR.

Outro aspecto observado no **Anuário Estatístico da UFS – 1996-1998**, documento analisado – foi a mudança na gestão da Universidade Federal de Sergipe, que passou a ter como Reitor o prof. Dr. José Fernandes de Lima e, Vice-Reitor – prof. Dr. Josué Modesto dos Passos Sobrinho, durante esse período. A PROEST foi assumida pelo prof. Dr. José Afonso do Nascimento, vinculado ao Departamento de Direito e na CODAE, vinculada à PROEST, a prof.^a Ma. Maria Elisa Cruz, do DSS, e como Chefe da Divisão de Assistência ao Servidor e ao Estudante, a técnica-administrativa Rosa Tereza Lima, assistente social. O gestor escolhido para coordenar a Extensão da universidade foi prof. Dr. Luiz Leite Monteiro de Oliveira (*in memorian*), do Departamento de Psicologia, e na coordenação do CECAC estava a docente Izaura Lucia da Fonseca Sobral, vinculada ao Departamento de Serviço Social. Esse documento possibilita a identificação dos números obtidos na instituição em relação a estrutura organizacional e física, atividades docentes e discentes e orçamento.

A partir desse ano de 1996, teve início na gestão da UFS uma nova “era”, a recondução do mandato de gestor, pois cada reitor permaneceu durante oito anos, e sucessivamente seu vice, por mais oito anos como novo reitor. Com isso, surgiu a uma nova perspectiva de poder na instituição, assim como as relações sociais e políticas se concretizavam. E isso culminou no golpe da gestão para permanecer no poder no ano de 2020. Mas esse assunto vai ser abordado em momento oportuno.

No tocante ao financiamento, foram verificadas duas fontes diferentes para pesquisa e inovação tecnológica. Para a primeira, há recursos oriundos do CNPq e da COPES vinculadas à COPES/POSGRAP. Em se tratando da segunda, existem os do CINTEC e os da FAPITEC (UFS, 2011, p. 110-127). Essas fontes de financiamento permanecem até o ano de 2021, entretanto os recursos vindos ao PNAES têm participação fundamental também para bolsas de pesquisa e extensão da UFS.

Em relação à utilização dos recursos financeiros da instituição, os Relatórios da CODAE de 1986 e da PROEST de 1987 apresentam detalhadamente os itens e os valores destinados em todas as coordenações da PROEST, inclusive com o RESUN. Entretanto, os relatórios de gestão mais recentes, especialmente o do período 2013-2020, foram bastante superficiais em relação aos gastos dos recursos financeiros da rubrica 4002, que corresponde ao recurso do PNAES.

3.3 A trajetória histórica da inserção profissional no IFS

O contexto da organização sindical dos/as trabalhadores/as técnico-administrativos/as em educação do IFS passou por alguns estágios, inicialmente um clube, seguido de associação até se transformar em sindicato. Além disso, houve a união das unidades de São Cristóvão e Aracaju em 1999, tornando-se a “Seção Sergipe”, e assim ser instituído o Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (SINASEFE) Seção Sergipe.

Em se tratando da organização da entidade nacional, inicialmente foi criada a Federação Nacional das Associações de Servidores das Escolas Federais de 1º e 2º graus (FENASEFE). Cabe destacar que esse período foi de efervescência social, visto a redemocratização desencadeada desde final da década de setenta e fortalecida em 1988, com a promulgação da Constituição. O processo de mudança se deu após dez anos para o SINASEFE em 1998. Isso acarretou mudanças nas bases, provocando a criação das seções sindicais.

O PCCTAE é o mesmo para trabalhadores das universidades e dos institutos federais, ainda que possuam entidades representativas diferentes. A construção e o fortalecimento dessas tiveram também suas especificidades, entretanto são entidades parceiras na defesa da educação pública, gratuita e de qualidade.

Braga (2008) assinalou o percurso da educação profissional e tecnológica ao identificar a Lei Federal nº 1606 de 1906, durante o mandato do presidente Afonso Pena (BRASIL, 1906). Nesse período, por decisão do presidente, foi instituída a Secretaria dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, que tinha também por dever a “[...] elaboração das políticas de formação de trabalhadores [...]” (BRAGA, 2008, p.99). Todavia, isso foi regulamentado a partir do Decreto nº 7.566, de 1909, no mandato de Nilo Peçanha (BRASIL, 1909). Desse modo, fica nítido que ainda no início do século passado já existia a relação entre a educação profissional e as necessidades da economia. Todavia, foi, durante a gestão de Getúlio Vargas, que as Escolas de Aprendizes foram modificadas para Liceus Industriais e retornaram à estrutura anterior. O período de Juscelino Kubitschek foi marcado pela Lei nº 3.552, de fevereiro de 1959 (BRASIL, 1959), que estabelecia a reestruturação das escolas de Ensino Industrial do Ministério da Educação e Cultura (BRAGA, 2008).

Outras mudanças foram perpetradas pelos presidentes do período ditatorial e do regime democrático sendo destacadas as sinalizadas por Braga (2008). O Decreto-lei nº 547,

de abril de 1969, durante o governo de Costa e Silva, trouxe a norma para criar cursos de curta duração, de nível superior, relacionados à demanda do mercado de trabalho, quer seja regional, quer nacional (BRASIL, 1969). A mudança seguinte está na Lei nº 6.545/1978, durante o governo de Geisel, que transformou em CEFET as Escolas Técnicas Federais nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Paraná (BRASIL, 1978). Todavia, foi João Figueiredo que promoveu a regulamentação dessa Lei, através do Decreto presidencial nº 87.310/1982, que posteriormente foi revogado pelo Decreto nº 5.224/2004, pois tratava da organização dos Centros Federais de Educação Tecnológica, assim como outras providências (BRASIL, 1982; 2004; BRAGA, 2008).

Braga (2008) apontou novos regramentos no governo de Itamar Franco, mas destacamos a Lei nº 8.670/1993 que “dispõe sobre a criação de Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais e dá outras providências” (BRASIL, 1993). Foi, assim, que o país recebeu quatro Escolas Técnicas Industriais, quatro Escolas Técnicas Federais e uma Escola Agrotécnica. Contudo, foi o Decreto presidencial nº 2.208/1997 sancionado durante mandato de FHC, que provocou alterações mais drásticas ao regulamentar a educação profissional, ou seja, o §2º do art. 36 e os artigos 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece a LDB.

O IFS foi criado a partir da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que “institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os IFET, e dá outras providências” (BRASIL, 2008). Em Sergipe, instituições já existentes passaram a constituir o IFS conforme indica o artigo 5º desta lei, inciso XXXVII que informa “Instituto Federal de Sergipe, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Sergipe e da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão”. Tanto o CEFET quanto a Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão (ESFSC) desenvolveram ações relevantes no âmbito da educação em nosso estado, desde 1911, o primeiro, e 1924, a segunda⁵⁹.

No tocante à finalidade dos IFET, cabe destacar o que foi apresentado por Braga (2008, p. 103):

A nova arquitetura da Rede Federal de Educação Tecnológica como um todo e das instituições nela integradas – tem como principal consequência conferir uma forma atualizada, adequada a configuração vigente do capitalismo, para a dualidade estrutural da educação brasileira. Ela ocorrerá, simultaneamente, por dentro de uma instituição claramente subordinada aos interesses do capital – não é exagero associar os pólos de

⁵⁹ O período de origem dessas instituições foi mencionado em Barbosa (2012).

desenvolvimento previstos no PAC às mesoregiões, consideradas como base territoriais dos IFET (art. 1º, § 3º. do Decreto) -, e para fora na formação de quadros, de gestão e de execução, para o setor produtivo. Vale lembrar que, em paralelo, o setor de serviços ainda poderá contar com a atuação das universidades, reformatadas, em moldes do REUNI ou similares, direcionada a reprodução da força de trabalho pouco questionadora.

Contudo, essa Lei, além de instituir a rede federal do ensino profissional, apresenta um avanço, ao regulamentar técnico-administrativos na gestão⁶⁰ dos IFs, podendo assim ser votados para assumir a direção geral dos *campi*, considerando os mesmos critérios dos docentes. Ainda que o IFS, em Sergipe, em alguns momentos conjunturais, possua gestão autoritária, as relações na comunidade acadêmica estão mais próximas do que é necessário em Instituição Federal de Ensino Superior. Isto é, percebe-se e reconhece-se a importância das categorias e dos saberes diferentes e complementares, em relação horizontal e não hierarquizada entre os pares.

Nessa perspectiva, cabe salientar que a regulamentação da consulta pública à comunidade acadêmica é uma conquista e um marco para os que defendem a democracia, a isonomia e a paridade nas Instituições Federais de Educação. Dessa forma, todas as categorias votam e efetivamente têm o peso político. Esse certame não é passível de questionamentos e possibilidades de burlar a escolha feita no processo eleitoral. Enfim, isso foi um incontestável avanço que consta na Lei que regulamenta os IFs.

Em relação à inserção do Serviço Social na instituição, a monografia de curso de especialização da assistente social Vânia de Jesus (2009) foi imprescindível para a compreensão do exercício profissional das/os assistentes sociais, que passaram a atuar no CEFET, a partir do ano de 2005. O propósito de Jesus era resgatar a atuação profissional na década de 1990, a fim de identificar e contextualizar o que antecedeu profissionalmente na

⁶⁰ De acordo com a Lei nº 11.892/2008 que estabelece em seu artigo 13º “os campi serão dirigidos por Diretores-Gerais, nomeados pelo Reitor para mandato de 4 (quatro) anos, permitida uma recondução, após processo de consulta à comunidade do respectivo campus, atribuindo-se o peso de 1/3 (um terço) para a manifestação do corpo docente, de 1/3 (um terço) para a manifestação dos servidores técnico-administrativos e de 1/3 (um terço) para a manifestação do corpo discente.

§ 1º Poderão candidatar-se ao cargo de Diretor-Geral do campus os servidores ocupantes de cargo efetivo da carreira docente ou de cargo efetivo de nível superior da carreira dos técnico-administrativos do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, desde que possuam o mínimo de 5 (cinco) anos de efetivo exercício em instituição federal de educação profissional e tecnológica e que se enquadrem em pelo menos uma das seguintes situações:

I - Preencher os requisitos exigidos para a candidatura ao cargo de Reitor do Instituto Federal;

II - Possuir o mínimo de 2 (dois) anos de exercício em cargo ou função de gestão na instituição; ou

III - Ter concluído, com aproveitamento, curso de formação para o exercício de cargo ou função de gestão em instituições da administração pública” (BRASIL, 2008, n.p.).

instituição. Sabe-se que o IFS passou por várias reconfigurações institucionais até congregar a rede federal de ensino profissional e que nos momentos anteriores à década de 1990, o/a assistente social já fazia parte da equipe profissional da instituição, no entanto é escassa a documentação que retrata a inserção do Serviço Social bem como foi difícil⁶¹ o acesso.

O cenário no final da década de 1980 trazia consigo a mobilização dos movimentos sociais e vários setores da sociedade, assim como o processo de renovação do Serviço Social, que culminou na revisão de sua base teórico-metodológica, com o materialismo histórico-dialético tornando-se hegemônico, destacando os eixos, o ético-político e o técnico-operativo na formação e exercício profissional. Esse processo também culminou na construção do projeto ético-político, com a revisão do código de ética, do currículo de 1982 e da Lei nº 8662/1993, que regulamenta a profissão. A década seguinte foi marcada pela ascensão do neoliberalismo, da redução da atuação do Estado, repercutindo diretamente na retração das políticas sociais e no acesso aos direitos sociais. Ademais, a transição para a acumulação flexível e o avanço tecnológico provocaram a alta do desemprego e da precarização das condições de trabalho.

As duas profissionais⁶² que atuavam, na Escola Técnica⁶³ e posteriormente no CEFET, estavam sob a gestão da Coordenação de Assistência e atendiam a todas as demandas relativas ao Serviço Social. As principais atividades habituais eram relacionadas à “Assistência ao Educando”, especialmente para atender aqueles que estavam em condição de fragilidade financeira. Nesse sentido, as/os assistentes sociais atuavam em consonância com a renovação do Serviço Social e com as orientações do conjunto CFESS/CRESS (JESUS, 2009).

Ainda na “Assistência ao Educando”, as trabalhadoras recebiam solicitações da gestão, para contribuir com propostas desde o planejamento na utilização dos recursos financeiros até a sua operacionalização, visto que são recursos de rubrica específica cujas ações são destinadas com este fim. Acreditamos que isso corrobora com o que as referências teóricas da profissão, a exemplo de Iamamoto e Netto, apresentam-nos que devemos ser e fazer parte desde o planejamento até a avaliação nas políticas sociais. Dessa forma,

⁶¹ Em decorrência da indisponibilidade em mídias digitais das IFES.

⁶² Foi explicitado por Jesus (2009, p.36-37) que quatro profissionais atuaram na Escola Técnica/CEFET, mas especialmente na década de 1990 temos “[...] Ana Custódia Carvalho Santos, 1974 a 1997, na Escola Técnica Federal de Sergipe, [...] Maria das Graças Mota Santana 1994 a 2002, Escola Técnica e CEFET-SE, mas transferida para o CEFET-AL, a pedido”.

⁶³ De acordo com Jesus (2009), a Escola Técnica funcionou no período entre 1965 a 2002, e o CEFET, 2002 a 2008.

Raichelis (2009, p. 388), a partir de Netto, constata que “os assistentes sociais passam a ser requisitados para atuar também na formulação e avaliação de políticas, bem como no planejamento e na gestão de programas e projetos sociais, desafiados a exercitarem uma intervenção cada vez mais crítica e criativa”.

Foram destacadas também por Jesus (2009) outras atividades realizadas pelas profissionais do Serviço Social, no atendimento às demandas da gestão e das/os discentes:

[...] ambientação e reconhecimento do papel do Serviço Social; elaboração do Projeto de Caracterização dos Alunos, elaboração do Plano de Ação do Serviço Social; construção do questionário para análise do perfil do aluno; convênios; oferta de campo de estágio de Serviço Social; participação na ambientação de professores; participação na ambientação de novos alunos; participação em comissões, supervisão plano de carreira; análise sócio-econômica dos alunos requerentes à benefícios; reuniões; visitas domiciliares; elaboração, e divulgação das normas dos benefícios; oficinas temáticas; levantamento de dados para o censo do MEC, com aplicação de questionários em sala de aula, tendo como objetivo, conhecer o perfil dos alunos dessa instituição de ensino; participação na equipe multidisciplinar do Núcleo de apoio a pessoas com necessidades educativas especiais – NAPNEE. (JESUS, 2009, p. 31).

Os benefícios citados pela autora atendiam as/os discentes que estavam vinculadas/os ao CEFET nas unidades de Aracaju, São Cristóvão e Lagarto, após a análise socioeconômica realizadas pelas/os profissionais de Serviço Social. Os benefícios que atendiam as demandas estudantis, durante a década de 1990, no CEFET/UNED, na maior parte, permanecem em vigor até 2021. Conforme Jesus (2009, p. 31), são eles:

Bolsa de Inclusão Social: a fim de que os alunos possam atuar como apoio Junior:(elaboração e distribuição de documentos e atendimento ao público), Traine: (atuação na área técnica de ensino) nos setores administrativos da Instituição, sendo contemplados com uma ajuda de custo financeiro, denominado por essa instituição de ensino. Auxílio Material/Fardamento: concessão de materiais escolares e fardamento. Auxílio Transporte: consiste na concessão de um valor monetário pré-estabelecido, mensal, para alunos que necessitem deste tipo de benefício para realizar o trajeto casa-escola-casa. Auxílio Alimentação: destina-se oportunizar por meio da concessão de um valor monetário pré-estabelecido, a complementação alimentar afim de que esta possa garantir a permanência do aluno em sua jornada escolar, obtendo um maior aproveitamento e aprendizagem em sala de aula. Xerox (UNED): consiste na concessão de um quantitativo mensal, para contribuir e auxiliar na aquisição de apostilas e material para pesquisas. Monitoria(UNED): consiste na parceria da CADA E com a área de ensino, afim de promover melhoria no aproveitamento acadêmico dos alunos e oportunizar auxílio financeiro aos alunos de melhor média, na qualidade de monitores.

É necessário reconhecer que na década de 1990, após os avanços construídos no Movimento de Reconceituação, as/os assistentes sociais possuíam um acúmulo teórico e

experiência maiores, identificando a atuação dos diversos atores sociais e reconhecendo os processos de mudanças políticas e econômicas. Isso repercutiu tanto nas requisições às trabalhadoras, bem como nas respostas. Estas passaram a se reconhecer parte da equipe de profissionais que compunha a comunidade escolar. Desse modo, a partir de então, as expressões da questão social também apresentaram novas dimensões exigindo a atenção e respostas profissionais.

Para compreender as influências na educação profissional, Silva (2020, p. 157) considera que

[...] os anos de 1990 são marcados por projetos em disputa: por um lado setores que defendiam uma racionalidade privada no que tange às formas de gerir e pensar a educação e, por outro, as lutas dos movimentos sociais e intelectuais de esquerda que defendiam uma concepção materialista da educação, sobretudo no ensino médio com a defesa de uma escola unitária - nos termos de Gramsci. A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, aprovada em 1996, é um exemplo das tensões deflagradas na década de 1990, pois traduz ambiguidades, especialmente no que se refere à educação profissional. O período também foi caracterizado pela ótica tecnicista adotada pelo governo Fernando Henrique Cardoso para a educação profissional que foi representada por três estratégias principais: a primeira consiste na intensificação da cefetização das escolas técnicas federais; a segunda foi a separação do ensino médio de base propedêutica do ensino técnico com a promulgação do Decreto nº 2.208/97 - este estabeleceu que o ensino técnico fosse ministrado mediante matrículas concomitantes ou subsequentes ao ensino médio de formação geral; e a terceira foi a oferta de cursos de qualificação do trabalhador sob a responsabilidade do Ministério do Trabalho, alijados do compromisso com o acesso à educação e a decorrente elevação da escolaridade.

Contudo, mesmo com as mudanças realizadas na educação profissional e tecnológica e as construções no âmbito do Serviço Social que resultaram no projeto-político, o trabalho de conclusão de curso de Melo (2011) enfatiza a presença de três questões que persistem. Segundo sua análise, a profissão ainda era pouco reconhecida nas instituições federais em educação; a atuação interdisciplinar na equipe técnica ainda era incipiente e, por fim, reconhece que a atuação dos/as assistentes sociais estava reduzida à assistência estudantil em decorrência do parco financiamento e volume excessivo de demandas.

Tanto Jesus (2009) quanto Melo (2011) assinalam uma lacuna entre 2002 e 2005, visto a redistribuição de assistente social para o CEFET de Alagoas e a realização de novo concurso público somente em 2005. Por esse motivo, a instituição ficou por três anos sem profissional do Serviço Social. Em seguida, ainda sob a denominação do CEFET/SE,

começaram a surgir novos concursos para técnico-administrativos/as, do cargo – assistente social.

Mendes (2019) anunciou a relação intrínseca estabelecida pelo governo federal, através de Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), que elaborou o REUNI, em 2007, e ainda no mesmo ano, com o intuito de difundir e ampliar a assistência estudantil, o MEC publicou a Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007, e somente em 2010, o Decreto nº 7.234 regulamentou o PNAES. Cabe ainda elucidar a interiorização das IFES que ocorreu em todo o país, provocada pela expansão dos campi vinculados às Universidades Federais e pelos IFET, que foram instalados em municípios para o desenvolvimento de acordo com suas potencialidades regionais.

A transição para implementação do que estabelece o PNAES no IFS, de acordo com Nascimento e Santos (2014), foi realizada a partir da mudança do Programa de Inclusão Social (PISOC) para Programa de Assistência e Acompanhamento ao Educando (PRAAE), normatizado através da Portaria nº 1.488, de 31 de julho de 2012. O IFS possui os ensinos básico, tecnológico e superior, além da educação de jovens e adultos. As bolsas/auxílios que eram ofertadas aos discentes matriculados, nesse momento, estavam sob a gestão da DIAE. Contudo, os auxílios para participação em eventos, assim como aos discentes vinculados ao EJA e monitoria estavam vinculados à DIAE e à PROEN (NASCIMENTO; SANTOS, 2014).

O CEFET/SE, em 2005, de acordo com o Relatório de Gestão (2005), possuía as unidades Aracaju e São Cristóvão, além da Unidade Descentralizada em Lagarto. Esse ano foi marcado pelo ingresso de técnico-administrativa, profissional de Serviço Social, na instituição. A “Assistência ao Educando” estava sob a gestão da Coordenadoria da Assistência Estudantil e era realizada através dos Programas/Projetos: assistência Médico-Odontológica; Programa Bolsa Trabalho; Projeto Ouvidoria; Projeto Núcleo de Trabalho Social e Projeto Estágio. Entretanto, o acesso à alimentação estava comprometido, tanto a merenda escolar quanto o refeitório não estavam em funcionamento, por falta de orçamento. Em suma, os programas e projetos tinham por finalidade o atendimento médico-odontológico e bolsas aos discentes “carentes”.

No intervalo entre os anos de 2006 e 2010, os relatórios dos anos 2006 e 2008 não estavam acessíveis, e os demais constavam relatórios de auditoria envolvendo a Controladoria Geral da União (CGU) e o Tribunal de Contas da União (TCU). Nestes

relatórios foi identificada a presença do Serviço Social, inclusive é mencionada a ampliação da estrutura física do Projeto “Mulheres Mil”.

O Relatório de Gestão de 2011 possui informações detalhadas da estrutura, unidades em funcionamento e em construção. As unidades Aracaju, São Cristóvão e Lagarto foram absorvidas pelo Instituto Federal. Numa segunda fase outros municípios passaram a sediar a instituição: Itabaiana, Glória e Estância e pólos em Cristinápolis e Propriá. A terceira fase alcançou os municípios de Nossa Senhora do Socorro, Propriá, Tobias Barreto e Poço Redondo. Entretanto, o transcorrer das obras e o início das atividades não se concretizaram como foi previsto nesse documento.

A Política de Assistência Estudantil do IFS foi explicitada, com o objetivo de prover as condições para permanência e conclusão do curso, quer seja nível médio, ensino técnico, superior, com as alternativas entre tecnólogo ou graduação, além do PROEJA. No entanto, na dissertação vamos discorrer apenas sobre as questões que envolvem o ensino superior, pois coadunam com os nossos objetivos. Enfim, o documento supramencionado informou todos os auxílios pagos, seus valores e os campi a que estavam vinculados, como também citou todas as normativas relacionadas à “Assistência ao Educando” que tiveram recente atualização.

Nesse sentido, Nascimento (2014) e Nascimento e Santos (2014) apresentaram questionamentos e constatações⁶⁴ relacionando o PNAES aos auxílios disponibilizados pelo IFS aos discentes. Entendemos como questões principais: a “bolsificação” e a amplitude dessa política institucional que não atendeu o universo dos estudantes em condições de vulnerabilidade socioeconômica, conforme previsto no PNAES, visto que

[...] essas ações deveriam atender a totalidade dos estudantes na perspectiva da garantia da universalidade do direito às condições de acesso e permanência, considerando as necessidades estudantis demandadas em sua trajetória acadêmica. O mais agravante é que nem todos os estudantes que apresentam o perfil de vulnerabilidade socioeconômica conseguem acessar as ações de Assistência Estudantil como apurado no caso do IFS, especificamente no que diz respeito aos demandantes dos auxílios ofertados, de acordo com a realidade orçamentária dos *campi*⁶⁵ em estudo”. (NASCIMENTO; SANTOS, 2014, p. 136).

⁶⁴ O período analisado pelas autoras envolve os anos de 2008 a 2012, quando ocorreu a implantação da assistência estudantil a partir do PNAES, ainda que curto foram apresentadas informações bastante pertinentes do atendimento às demandas das/os discentes.

⁶⁵ Os campi analisados foram Aracaju, São Cristóvão e Lagarto.

Diante dos documentos institucionais e trabalhos acadêmicos analisados, foi possível perceber que as demandas da assistência estudantil estão acima do orçamento destinado a isso, dificultando assim as condições de permanência na instituição.

4 CAPÍTULO III: OUTRAS POSSIBILIDADES DE EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO/A TRABALHADOR/A TÉCNICO-ADMINISTRATIVO/A / ASSISTENTE SOCIAL NAS IFES APÓS O PNAES

Esse capítulo é marcado pelos avanços e limites oriundos do Programa Nacional de Assistência Estudantil bem como dos resultantes do REUNI e da interiorização das IFES em Sergipe. São programas que proporcionaram a ampliação de vagas para TAEs no cargo de assistentes sociais, todavia a educação requer a inserção do Serviço Social além da assistência estudantil, e as/os trabalhadoras/es reconhecem e sinalizam esse horizonte. Identificamos que o Serviço Social está presente na UFS desde a sua origem com protagonismo na extensão, na assistência estudantil e na gestão de pessoas. Constatamos que o IFS passou por várias reconfigurações e que o Serviço Social se fazia presente tanto no desenho institucional de Escola Técnica quanto de CEFET.

4.1 UFS/PNAES: ampliação do quadro de técnicos-administrativos/as em Serviço Social articulada às análises socioeconômicas para acesso às bolsas/auxílios institucionais

O cenário exposto por Maria Melo (2013) demonstrou que existe um árduo caminho a ser percorrido para que a UFS se aproxime do que foi previsto no PNAES. Aqueles discentes que necessitavam, podiam solicitar somente bolsa alimentação, trabalho e moradia através do Programa de Residência Universitária. A partir de 2013, esta situação começa a ser modificada, com a mobilização dos estudantes e a iniciativa da gestora⁶⁶ da PROEST em apresentar ao CONSU a proposta de Política de Assistência Estudantil à UFS. Esta trazia a assistência estudantil na UFS à outra condição, especialmente por seu caráter de política, com o intuito de atender o estudante sobre diversos aspectos, não somente a moradia e alimentação. Ainda relativo ao PRU, a gestora entendia a importância e necessidade de a instituição construir ou alugar um prédio, nos municípios dos diversos campi. É salutar mencionar que desde o Relatório de Atividades CODAE/PROEST de 1991, diante das diversas dificuldades que os estudantes tinham em residir em imóveis locados, um projeto

⁶⁶ A prof.^a dr.^a Maria Lucia Machado Aranha, docente no DSS, foi PROEST no período entre 2012-2016.

foi elaborado com essa finalidade, todavia não foram localizadas, durante a nossa pesquisa documental, informações sobre os encaminhamentos.

O CODAP é mais um espaço sócio-ocupacional que requer a atuação profissional da/o assistente social. Este aspecto está evidenciado no processo de número 23113.011138/1233, que propõe “o estabelecimento de Programa de Apoio Acadêmico e Financeiro para Estudantes do Colégio de Aplicação da UFS”, objeto da pauta conforme consta na ata da reunião, dia vinte e dois de fevereiro de 2013, do CONSU. (UFS, 2013. p. 09) De acordo com a ata, a partir de 2009, houve mudança significativa na forma de ingresso dos discentes, a qual passou a ser por sorteio. A partir disso, houve um considerável crescimento do número de estudantes em condição de vulnerabilidade no Colégio. Diante do impedimento de usar os recursos do PNAES para atender à demanda, foi necessário que a UFS utilizasse recursos próprios. Estudantes e trabalhador técnico-administrativo do CODAP estiveram presentes e contribuíram na defesa do Programa durante a reunião do CONSU. Desse período em diante, as/os assistentes sociais vinculadas à CODAE/PROEST passaram a ter um acréscimo em suas atribuições, ou seja, também a atender a essa demanda participando dos editais de seleção para ingresso. Essa é somente uma dentre as demandas⁶⁷ existentes em um Colégio que oferta tanto o ensino fundamental quanto o médio.

Apenas, em 2014, houve avanços especialmente na normatização dos auxílios⁶⁸ da assistência estudantil alterando significativamente a perspectiva da assistência estudantil, sobretudo no auxílio apoio pedagógico que tinha como finalidade receber ou prestar um “apoio” nas disciplinas em que os/as discentes tivessem maior dificuldade acadêmica. Além dele, outros eixos como transporte, manutenção acadêmica, creche, cultura e esporte também foram atendidos, assim como alimentação e moradia⁶⁹. Este último eixo

⁶⁷ A este respeito é possível ver Martins (2012), Amaro (2012) e CFESS (2012).

⁶⁸ A Resolução nº 11/2014/CONSU regulamentou os auxílios da assistência estudantil e passou por duas alterações. Atualmente encontra-se com o número 08/2016/CONSU. Nestas, estão previstos os auxílios e suas respectivas finalidades: auxílio alimentação: estar vinculada/o a campus que não tem restaurante universitário; auxílio apoio pedagógico: prestar ou receber apoio acadêmico em disciplinas que façam parte da grade curricular do seu curso; auxílio cultura: é necessário ter aptidão para participar de atividades relativas à música, dança ou teatro, que posteriormente passará por crivo de comissão técnica; auxílio esporte: é necessário ter aptidão para participar de atividades esportivas, pois poderá participar de competições representando a instituição; auxílio inclusão: prestar apoio acadêmico aos estudantes com deficiência e/ou com necessidades educativas especiais matriculados na UFS; auxílio manutenção acadêmica: apresentar plano de necessidades bibliográficas e instrumentais adequado aos componentes curriculares a serem cursados; auxílio moradia: ser oriundo de outros Estados da Federação, bem como residir fora do perímetro urbano onde estão localizados os Campi Universitários em que está matriculado; auxílio transporte: deve ter necessidade de deslocamento em transporte coletivo da residência à universidade e não possuir, até parente em primeiro grau, transporte próprio.

⁶⁹ Estes “eixos” já eram atendidos pela PROEST, visto a Resolução nº 37/2009/CONSU que prevê a bolsa alimentação e a Resolução nº 43/2013/CONSU que regulava o Programa de Residência Universitária.

permaneceu sendo ofertado através do Restaurante Universitário no campus São Cristóvão e o PRU em todos os campi. Enfim, estava posto um novo cenário, ampliação de vagas para o acesso aos eixos que estavam previstos no PNAES. Apesar disso, somente em 2014, parte dos auxílios do PNAES atendeu a demanda, inclusive com a realização de um segundo edital da assistência estudantil com esta finalidade. Esse edital foi apenas para alguns auxílios com oferta maior que a demanda. Este fato ocorreu principalmente quando o tipo de auxílio era novo, por exemplo, auxílio apoio pedagógico, em que existia dificuldade de compreender sua finalidade por parte dos/as estudantes. O Relatório de Gestão de 2014 ratifica as informações elencadas, visto que o que estava planejado para bolsas/auxílios neste ano eram “57.750 benefícios”, mas foram alcançados “80.384” (UFS, 2015, p. 142).

Um aspecto de convergência durante a gestão da PROEST (2012-2016) foi em relação às atribuições profissionais, visto que reconhecia com nitidez a diferença entre as demandas administrativas e as técnicas e encaminhava às trabalhadoras do Serviço Social apenas as demandas técnicas, próprias da sua rotina, facilitando o trabalho. Nesse período eram realizadas reuniões com todas as assistentes sociais, incluindo os campi para tratar dos editais e das normativas da assistência estudantil, na perspectiva de que a atuação técnica deveria obedecer a parâmetros norteadores comuns independentes da vinculação administrativa, isto é, a unidade de lotação.

O PNAES, no Decreto nº 7.234, artigo 3º, estabelece que “O PNAES deverá ser implementado de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando o atendimento de estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior” (BRASIL, 2010). Isso possibilita que as IFES utilizem desse recurso para o ensino, a pesquisa e a extensão. Entretanto, as/os profissionais de Serviço Social da assistência estudantil, há anos, questionam as dificuldades de vagas nos editais referentes da assistência estudantil, visto que nos últimos anos têm sido ofertadas nos editais da assistência estudantil apenas as vagas dos auxílios referentes aos discentes que se formam na graduação, os que trancaram matrícula ou aqueles que tiveram seus auxílios cancelados por descumprimento das normativas ou orientações institucionais da PROEST.

Contudo, é preciso destacar que os auxílios da assistência estudantil têm somente o PNAES como fonte de financiamento, mas a pesquisa e a extensão não. É intrigante que as fontes de financiamento são desconhecidas da maior parte da comunidade acadêmica, provocando uma série de dúvidas a respeito das decisões encaminhadas pela gestão da UFS. É recorrente a informação da “falta de recursos”, mas ao final do ano é que

“repentinamente” são providenciadas portarias que possuem a finalidade de utilização de recursos do PNAES. A equipe técnica do Serviço Social, por vezes, solicitou a ampliação de espaço, junto à gestão da PROEST, 2017-2020, para construir propostas, mas, de modo recorrente, esse acesso é negado. Aí, surge um questionamento: qual o objetivo de ter uma equipe de trabalhadores qualificados e que estão diretamente atendendo as/os discentes nos setores administrativos? Ainda que sejam elaborados documentos institucionais, se não for possível construir, de fato, coletivamente, não serão, efetivamente, de todas/os.

Os reflexos do contexto nacional nas últimas décadas têm repercutido na UFS. É necessário reconhecer inicialmente que desde a década de 2000, os reitores que assumem a gestão da UFS permaneceram 16 anos à frente da maior Instituição Federal de Ensino Superior deste estado. É preciso enfatizar que além da questão salarial cabe mencionar o projeto político e de poder que isso representa, tanto para quem exerce esse poder, quanto para quem luta contra ele. É possível constatar a pequena rotatividade nos cargos de direção, assumidos prioritariamente por professores e professoras, em sua maioria, mesmo quando saem dos CD, há apenas a troca do cargo, permanecendo na gestão. A FG, geralmente ocupada por técnicos-administrativas/os, é voltada para atividades que demandam maior grau de dedicação e comprometimento, muitas vezes acarretando mais trabalho para além da rotina habitual dessas e desses trabalhadores. É notória e relevante a discrepância do valor⁷⁰ recebido entre um CD e uma FG, isto é, a primeira corresponde a mais de três vezes o valor da segunda, e isso representa também uma hierarquia “invisível”⁷¹ presente em muitos espaços da instituição, quer seja nas relações de trabalho, quer nas relações interpessoais. Conforme o Relatório⁷² de docentes e técnico-administrativos por unidade, incluindo o HU de Aracaju, que existe um total de 2.732 servidores. Destes, 1.683 são professoras/es, e 1.049 são técnico-administrativas/os que estão vinculadas/os aos diferentes *campi* sendo que

⁷⁰ De acordo com informação pública da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), 60% do CD-04 é R\$ 3.852,76, todavia a FG-01 é R\$ 975,52.

⁷¹ Uma demonstração notória disso é o ponto biométrico, quando docente foi denunciado no Ministério Público Federal (MPF) por sua ausência recorrente em sala de aula, mas são as técnicas/técnicos, terceirizadas/terceirizados que são obrigadas/os a registrarem diariamente na biometria a entrada e saída de cada turno. Em 2018, o SINTUFS teve decisão judicial favorável, pois considerou que a gestão da UFS tem a autonomia para decidir sobre a forma de controle de frequência, já em segunda instância, em Recife, entretanto o ponto não apresentou nenhuma mudança que respeitasse as demandas dos/as trabalhadores/as. Disponível em: <http://sintufs.org.br/conteudo/622/ponto-biom-trico>. Acesso em: 30 out. 2021.

⁷² Esse relatório possui acesso público e está disponível em: Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos (ufs.br) Acesso em: 08 ago. 2021 Ao identificar os relatórios disponíveis, não foi detectado nenhum de docentes que informe sobre o gênero, assim como nenhum de técnico que identifique a formação profissional ou acadêmica, reconhecendo somente os níveis da carreira.

desse total 359 estão lotados no HU. Entretanto, os cargos de direção são ocupados majoritariamente por docentes homens.

Esse elemento acima possui relação com o financiamento referente ao PNAES, visto a falta de transparência e diálogo com o corpo técnico. Assim, foram criados os planos⁷³ a partir de sobras de recursos durante os anos (2018, 2019 e 2020). Essas questões interferem no exercício profissional, visto que criam novas demandas às Comissões que resultam em dificuldades, inclusive pelo destino do recurso público, enquanto podiam atender outras demandas dos/as discentes.

Há uma relação entre sistema de planejamento e orçamento público, na medida em que o orçamento anual é o instrumento de operacionalização de curto prazo, da programação constante dos planos e programas de médio prazo, os quais, por sua vez, devem cumprir o marco fixado pelos planos de longo prazo, onde estão definidos os grandes objetivos e metas, os projetos estratégicos e as políticas básicas. Na prática, o orçamento público tem sido reflexo da forte relação entre a conjuntura política do país e as ações de governo, que se consubstanciam por meio de planos, programas e projetos prioritários. Nele rebatem as crises e os momentos de prosperidade, os contextos ditatoriais e democráticos, as pressões ou ausência de pressões resultantes do jogo de forças sociais e políticas na sociedade. (TEIXEIRA, 2009, p. 567).

Ademais, a equipe técnica de Serviço Social, por sua formação e atuação profissional, possui habilidades para apreender as necessidades sociais dos discentes, assim como está qualificada para propor e contribuir com questões que são demandadas pelas/os estudantes, participar da formulação de planos, programas e projetos. Entretanto, é recorrente a dificuldade das assistentes sociais que atuam na assistência estudantil, em todos

73 Foram emitidas pelo Gabinete do Reitor as “Portaria nº 32/2018 - Estabelece o Plano de Qualificação de Núcleos Residenciais do Programa de Residência Universitária da UFS”; “Portaria nº 33/2018 - Estabelece o Plano de Apoio ao Esporte e Cultura”; Portaria nº 34/2018 - Estabelece o Plano de Inclusão Digital – PRU, no Âmbito da Assistência Estudantil”; Portaria nº 35/2018 - Estabelece o Plano de Inclusão Digital no Âmbito da Assistência Estudantil”; “Portaria nº 1568 - Estabelece o "Plano de Ação para Acolhimento Estudantil" no âmbito da Assistência Estudantil da UFS”; “Portaria nº 48/2019 - Estabelece o Plano de Inclusão Digital no Âmbito da Assistência Estudantil”; “Portaria nº 49/2019 - Estabelece o Plano de Apoio ao Esporte e Cultura” Portaria nº 50/2019 - Estende os benefícios do Plano de Inclusão Digital no Âmbito da Assistência Estudantil aos alunos beneficiados pelos Auxílios Inclusão, Apoio Inclusão e Apoio Pedagógico gerenciados pela PROEST”; “Portaria nº 817/2019 - Estabelece o Plano de Apoio Auxílio Alimentação, que estende os benefícios do Auxílio Alimentação a alunos beneficiados em Editais do Programa de Auxílios da Assistência Estudantil dos campi Aracaju, São Cristóvão e Laranjeiras e que não recebem Auxílio Alimentação ou seu equivalente”; “Portaria nº 18/2020 - Estabelece o Plano de Inclusão Digital no Âmbito da Assistência Estudantil para o Exercício 2020”; “Portaria nº 19 - Estabelece o Plano de Inclusão Digital – PRU, no Âmbito da Assistência Estudantil para o Exercício 2020”; Portaria nº20 - Estabelece o Plano de Apoio ao Esporte e Cultura para o Exercício 2020; no âmbito da PROEST.

os campi, não conseguir encaminhar propostas à gestão da CODAE/PROEST⁷⁴, especialmente no período 2017 a 2020, por não ter um ínfimo espaço para a construção coletiva, cabendo à equipe somente a execução da política de assistência estudantil na instituição. Nesse sentido, é latente a dificuldade de atuar, pois o Serviço Social tem um papel educativo, bastante diferente do requisitado pela instituição. Ainda que a equipe tenha emitido documentos propondo alternativas, apresentando a relevância de demandas da assistência estudantil, isso não tem sido atendido pela instituição. Iamamoto (2003, p. 21) entende que o exercício profissional “é uma ação de um sujeito profissional que tem competência para propor, para negociar com a instituição seus projetos, para defender seu campo de trabalho, suas qualificações e funções profissionais”.

Trazer à tona a discussão acerca das condições de trabalho das assistentes sociais tem se tornado bastante recorrente na assistência estudantil da UFS, inclusive porque vários elementos repercutem nisso. A questão a ser mencionada é a ampliação da equipe técnica que, segundo o Relatório de Gestão de 2014, teve um crescimento de 80%, considerando “a contratação (através de concurso público) e transferência de psicólogos, técnicos em assuntos educacionais e assistentes sociais” (UFS, 2015, p. 143). Além disso, ainda ocorreram entre 2015 e 2016 a aposentadoria de assistente social na PROEX, a nomeação de assistente social no campus do Sertão e a redistribuição de assistente social para a PROEX. Em 2017, a gestão da CODAE/PROEST decidiu por receber duas trabalhadoras que estavam lotadas em outros setores, uma na PROEX e outra na Ouvidoria. Desse modo, isso provocou a centralização de uma quantidade demasiadamente elevada de análises socioeconômicas, a partir de 2019, das Pró-Reitorias de Graduação, Extensão e Pós-Graduação, assim como o CODAP⁷⁵.

Essa situação a princípio era pontual, e apenas uma assistente social participava desse processo, todavia isso foi apenas em período inicial. Diante da análise socioeconômica realizada em editais divulgados na página da UFS, é possível identificar o crescimento da quantidade de editais que são realizados com recursos PNAES, um maior número de profissionais de Serviço Social para sua realização. Por isso, outras assistentes sociais tanto

⁷⁴ Ambos os gestores desse período tinham experiência na administração da instituição, visto que eram oriundos na vice-direção e direção, respectivamente, do *campus* prof. Antonio Garcia Filho.

⁷⁵ Considerando o período a partir do PNAES, o Colégio de Aplicação contou com a participação de assistentes sociais da assistência estudantil a partir de 2013. Assim, o último edital realizado pela equipe técnica da assistência estudantil foi em 2020, mas não foi concluído em decorrência da pandemia. Em 2021, o CODAP abriu novo edital para discentes em condição de vulnerabilidade socioeconômica, a análise da demanda ficou a cargo de uma trabalhadora bacharel em Serviço Social em desvio de função.

do campus São Cristóvão como dos *campi* do interior passaram a participar dos editais das Pró-Reitorias acima mencionadas.

A segunda gestão de Antoniulli como Reitor da UFS (2016-2020) foi marcada pelo autoritarismo e retrocesso, quer seja nas alianças que fez para obter emendas parlamentares para a instituição, quer para garantir a permanência do seu sucessor na Reitoria. A cadeira da PROEST foi ocupada por docente do Departamento de Medicina, e a CODAE, por professor do Departamento de Enfermagem, entretanto o atendimento à saúde não foi prioridade, especialmente aos residentes. Esse ainda é um entrave⁷⁶ na assistência aos estudantes que, em sua maioria, utilizam os serviços de saúde pública e a instituição, ainda que seja de educação e tendo um hospital em sua rede, não encaminha as/os discentes para atendimento. Entendemos que a articulação entre as políticas sociais é imprescindível ao atendimento dos estudantes, entretanto o HU apesar de ser um serviço de referência e um hospital-escola, mas para ter acesso somente é possível se for encaminhado pela unidade de saúde próximo do endereço residencial.

Foi possível constatar em 2018, a articulação entre os gestores da PROEST, PROEX e PROGRAD, regulamentada mediante a Resolução nº 04/2018/CONSU que “Cria e normatiza o Programa de Apoio à Permanência Estudantil da UFS no âmbito das ações de Assistência ao Estudante de Graduação Presencial vinculadas ao desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa, extensão e iniciação profissional” (UFS, 2018, p. 1), fazendo-se presente nos editais subsequentes. No ano posterior, foi aprovada a alteração nº 20/2019/CONSU⁷⁷, ao elaborar ainda mais um critério para inibir o acúmulo, previsto no art. 9º,

§1º Será vedada a concessão de bolsas do Programa de Apoio à Permanência Estudantil para alunos que tenham anteriormente completado curso de graduação e que tenham sido beneficiários de programas da Assistência Estudantil da UFS. §2º É vedado o recebimento cumulativo da bolsa do “Programa de Apoio à Permanência Estudantil da UFS” com bolsas próprias ou de outras agências de fomento, além de auxílios onde haja atribuição de carga horária para as atividades realizadas”. (UFS, 2019, p. 2).

⁷⁶ Essa é uma discussão que permeia a assistência estudantil há anos, devido à necessidade de equipe de saúde para o atendimento aos discentes, assim como os Institutos Federais têm.

⁷⁷ É possível localizar essa Resolução na página online da POSGRAP. Disponível em: https://pesquisapos.ufs.br/uploads/page_attach/path/8792/202019_-_Programa_de_Apoio___Perman_ncia_Estudantil_da_UFS__2_.pdf. Acesso em: 20 nov. 2021.

Souza (2016), ao avaliar as condições de trabalho das assistentes sociais, defendeu que, além das condições materiais, são necessários outros elementos, especialmente:

[...] como uma das dificuldades mais expressivas apontadas pelas participantes o número insuficiente de assistentes sociais em todas as instituições pesquisadas. O número de profissionais de Serviço Social não garante a resposta à grande demanda de atividades, sobretudo às relacionadas ao processo de seleção de bolsas e de inserção nos programas institucionais. Esse ponto foi apresentado de maneira recorrente pelas participantes da pesquisa. Embora tenha sido ampliado o número de assistentes sociais na educação superior, essa ampliação não foi suficiente para atender as demandas de um número crescente de alunos nas universidades e institutos, que requisitam a atuação desses profissionais. (SOUZA, 2016, p. 102).

O exposto acima se torna ainda mais agravante, pois os/as profissionais do Serviço Social que atuam na assistência estudantil realizam, além de todas as demandas inerentes ao setor, a análise socioeconômica também da PROEX, POSGRAP, PROGRAD e CODAP. Isso fragiliza ainda mais as condições de trabalho e precariza o atendimento. O PRU é um programa que absorve muito, visto a diversidade de requerimentos e situações vivenciadas pelos/as discentes, quer seja nos conflitos provocados pelas relações interpessoais, solicitações administrativas, quer situações atinentes ao programa.

O Ofício-Circular nº 16/2019/CGRE/DIPPES/SESU/SESU-MEC, versando sobre “PNAES. Inconformidades. Orientações. Boas práticas de gestão. Controles. Otimização e eficiência do gasto”, encaminhado aos reitores das universidades federais, acarretou medidas restritivas à concessão de bolsas/auxílios com a rubrica 4002 da assistência estudantil. Entre elas, constata-se a decisão da gestão da PROEST, na exigência de análise socioeconômica para as demais Pró-Reitorias que utilizam o recurso PNAES (BRASIL, 2019b). Supomos que, por isso, o crescimento de editais a partir da recomendação expressa nesse documento. Cabe destacar também que o recurso tem sido dividido para bolsas no ensino, pesquisa e extensão, não sendo utilizado somente com a bolsa e auxílios da assistência estudantil, visto que nos anos de 2020 e 2021 não tiveram editais, com esta finalidade, da assistência estudantil. Ainda nesse cenário, um agravante foi inexistência de um planejamento que atendesse conjuntamente as demandas da assistência estudantil, pois a cada momento uma Pró-Reitoria diferente acionava a gestão da PROEST requisitando a análise socioeconômica para seu edital.

A seguir, serão apresentados em tabelas os editais em que foram realizadas avaliações socioeconômicas pela equipe técnica do Serviço Social da assistência estudantil.

Entretanto, também excepcionalidades foram inseridas referente a POSGRAP e ao CODAP. A primeira, porque as análises foram realizadas pela equipe técnica da Coordenação de Inovação e Transferência de Tecnologia (CINTTEC), e a segunda, porque os editais de 2021 foram analisados por trabalhadora em desvio de função.

Nas tabelas referentes aos editais da PROEST entre os anos 2014/2019 (PRU e auxílios) e 2018/2021 (PRODAP), foi possível constatar que nos anos de 2018 e 2019, anteriores à pandemia da (*Sars-Cov-2*) covid-19, foram realizados editais do PRU/ auxílios da assistência estudantil, mas os editais do PRODAP continuaram, para atender a unidades acadêmicas e administrativas da instituição em 2020 e 2021.

Inicialmente vamos dispor de uma tabela geral de todos os espaços sócio-ocupacionais que requisitam os estudos socioeconômicos das/os assistentes sociais e a quantidade de editais que tiveram a avaliação técnica, que ultrapassam os editais da assistência estudantil. Em seguida serão demonstrados quantos editais existiram, relacionando as bolsas/auxílios ofertados exclusivamente pela PROEST (Tabela 1).

Tabela 1 - Editais da PROGRAD, POSGRAP, PROEX e CODAP (2018-2021)

ESPAÇO SOCIO-OCUPACIONAL	EDITAIS
PROGRAD	13
POSGRAP	04
PROEX	06
CODAP	02 ⁷⁸
TOTAL	25

Fonte: elaborado por Carolina Sampaio de Sá Oliveira (2021).

De modo bastante sucinto, a tabela 1 sinaliza quantitativamente a demanda excedente que tem sido atendida pelas assistentes sociais que atuam na assistência estudantil, quer seja em São Cristóvão quer nos demais *campi*.

É necessário reconhecer dois aspectos: que o exercício profissional ultrapassa os limites dos estudos socioeconômicos, ainda que sejam uma dentre diversas demandas; que é preciso atender várias requisições institucionais nesse período de análises socioeconômicas,

⁷⁸ Na tabela 13 que foram registrados os editais do CODAP, no período de 2018 a 2021, constam 5 em que foram necessárias a atuação do/a assistente social. Todavia, desses somente 2 contaram com a participação da equipe do Serviço Social vinculada à assistência estudantil.

especialmente as trabalhadoras dos *campi* no interior, mas nem sempre é possível, e a maior parte fica reprimida. Nesse sentido, é imprescindível foco e concentração diante de tantos elementos durante o período dos editais.

Diante de Ananias (2018), foi possível reconhecer o quanto a equipe é coesa e comprometida com o projeto ético-político da profissão. Ainda assim, entre 2019-2021 o cenário provocado pela COVID-19, agravado pela má gestão do governo federal e diante do manejo equivocado da CODAE/PROEST em relação às demandas das demais Pró-Reitorias, trouxeram novos elementos que facilitaram a exigência do Serviço Social da assistência estudantil a assumir essas demandas externas à PROEST, diferente do que acontece na UFAL, por exemplo, onde as assistentes sociais da assistência estudantil não assumem atividades de fora dessa política (Tabela 2).

Tabela 2 - Editais PROEST⁷⁹ PRU, Auxílios, Recadastramento e PRODAP

DEMANDA	QUANTIDADE
PRU/Auxílios	16
Recadastramento	10 ⁸⁰
PRODAP	05
Planos/Auxílio Acolhimento	10
TOTAL	41

Fonte: elaborado por Carolina Sampaio de Sá Oliveira (2021).

Em se tratando dos editais específicos da PROEST, para discentes em condição de vulnerabilidade socioeconômica, foram identificados 41 disponibilizados no site da UFS. Entretanto, há editais que não estão disponíveis no site. Desse modo, já dá para apreender que são requisições suficientes, ou melhor, já se configura como um excesso de demandas à equipe de Serviço Social até novembro de 2021, principalmente considerando que, para cada edital, há uma grande demanda a ser analisada. Ademais, a tabela 1 retratou o quantitativo de mais 25 Editais relativos aos demais espaços sócio-ocupacionais. Uma demonstração disso é perceptível ao visualizar os editais em que foram previstas análises socioeconômicas, considerando a totalidade da instituição, diferente daqueles que foram efetivamente

⁷⁹ O PRU, os auxílios da assistência estudantil e o recadastramento foram considerados a partir de 2014, os demais a partir do ano de 2018.

⁸⁰ Esta quantidade ainda é inferior ao volume total, visto que algumas não foram identificados na página online da PROEST. É regra que, em edital conjunto ou individual, o recadastramento da bolsa PRU e auxílios precisava ser realizado.

realizados. Para isso, a alternativa equivocada encontrada pela gestão foi prevê em edital a autodeclaração. Assim, primeiro elas/eles realizam esse procedimento no cadastro único, apresentando-se como vulneráveis e somente depois é feito o monitoramento dessas/es discentes. As dificuldades provocadas pela autodeclaração e pela falta de análise socioeconômica prévia foram retratadas na tabela relacionada a essa questão nesse capítulo.

Enfim, cabe registrar a ressalva em relação aos editais de recadastramento, na maioria dos campi, a partir de 2017, foi identificado que era desnecessário em decorrência da permanência dos/as estudantes em condição de vulnerabilidade social. Por isso, o monitoramento total ou por amostragem passou a acontecer durante o transcorrer do ano. Supomos que essa mudança ocorreu devido à necessidade de agilidade para adequação do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) para a realização dos editais com as vagas do PRU e auxílios (Tabela 3).

Tabela 3 - Editais PROEST após PNAES (2014-2015) do Programa de Bolsa Residência Universitária e Auxílios da Assistência Estudantil. *Campi*: Aracaju, Itabaiana, Lagarto, Laranjeiras e São Cristóvão

Auxílios	Edital nº 01/ 2014/ Vagas	Edital nº 2/ 2014/ Vagas	Edital 01/ 2015/ Vagas
Alimentação	400	34	306
Apoio Pedagógico	150	04	300
Creche	40	13	20
Inclusão	30	02	58
Manutenção acadêmica	750	500	444
Moradia	300	40	514
Transporte	500	16	555
PRU	71	37	79
Cultura	30 (10 por modalidade)	18 (06 por modalidade)	20 (música-5; teatro-5; dança -10)
Esporte	33 (03 por modalidade)	18 (02 por modalidade)	20 (basquete, handebol e atletismo 04 vagas cada, futebol feminino 02, vôlei e xadrez 03 vagas cada)

Fonte: elaborado por Carolina Sampaio de Sá Oliveira (2021) com base em informações do site da PROEST/UFS.

A tabela 3 apresenta os primeiros editais que foram divulgados após a institucionalização do PNAES na UFS, a fim de atender aos seus objetivos e as necessidades dos/as estudantes. Nele constam as vagas de todos os campi, existentes até o momento,

Aracaju, São Cristóvão, Itabaiana, Laranjeiras e Lagarto. Em 2014, foi o melhor ano na relação entre oferta dos auxílios para atender a demanda dos/as discentes. O segundo edital teve como propósito preencher as vagas que não foram ocupadas, a exemplo do auxílio manutenção acadêmica que tinha por finalidade contribuir para o acesso a material didático. Cabe ainda mencionar que os auxílios cultura e esporte, em geral, atendiam acadêmicos/as dos campi Aracaju, São Cristóvão e Laranjeiras. Além disso, a partir desse ano a bolsa alimentação teve sua oferta, em novos editais, encerrada (Tabela 4).

Tabela 4 - Editais PROEST após *campus* do Sertão (2015-2016) do Programa de Bolsa Residência Universitária e Auxílios da Assistência Estudantil. *Campi*: Sertão, Aracaju, Itabaiana, Lagarto, Laranjeiras e São Cristóvão

Auxílios	Edital nº 02/ 2015/ Vagas	Edital nº 01/ 2016/ Vagas	Edital 03/ 2016/ Vagas
Alimentação	120		163
Apoio Pedagógico	Não foram ofertadas vagas neste edital.		Não foram ofertadas vagas neste edital.
Creche	05		
Inclusão	03		06
Apoio Inclusão			34
Manutenção acadêmica	100		74
Moradia	80		269
Transporte	100		72
PRU	Não foram ofertadas vagas neste edital.	76	140
Cultura ⁸¹	Não foram ofertadas vagas neste edital.		06
Esporte	Não foram ofertadas vagas neste edital.		10

Fonte: elaborado por Carolina Sampaio de Sá Oliveira (2021) com base em informações do site da PROEST/UFS.

A tabela 4 apresenta o edital nº 02/2015/PROEST que foi o primeiro após a abertura do campus do Sertão. Neste constam apenas os auxílios a atender as demandas dos/as discentes. A resolução nº 11/2014/CONSU estabeleceu que o auxílio inclusão tinha por finalidade um discente prestar apoio à estudante que possui deficiência física. Todavia, isso foi modificado a partir das mudanças que provocaram a edição, a partir de iniciativa da PROEST, da nova resolução nº 08/2016/CONSU. A partir de então, o auxílio creche podia

⁸¹ Geralmente os auxílios cultura e esporte não dispõem de vagas em editais separados.

ser requisitado a qualquer tempo através da abertura de processo administrativo e encaminhado ao Serviço Social para a análise socioeconômica do contexto familiar e sob a condição da mãe ou pai ter vínculo ativo na instituição. O auxílio inclusão passou a ser destinado à pessoa com deficiência, e o apoio inclusão, à pessoa que irá “prestar apoio acadêmico aos estudantes com deficiência e/ou com necessidades educativas especiais matriculados na UFS por um período de 8 (oito) horas semanais” (UFS, 2016, p.3)

O edital nº 01/2016/PROEST foi direcionado especialmente ao Programa de Residência Universitária (PRU) nos campi Aracaju, São Cristóvão, Laranjeiras, Lagarto e Itabaiana com o total de 76 vagas. Ele foi o único do período com esse diferencial, além da especificidade que era voltado a estudantes ingressantes até o período 2015.2. O edital seguinte 03/2016/PROEST foi com a oferta do PRU e auxílios da assistência estudantil e tinha por objetivo atender discentes dos campi Aracaju, São Cristóvão, Laranjeiras e Itabaiana. Cabe ressaltar que nele não havia recursos disponíveis para disponibilizar vagas do auxílio apoio pedagógico, priorizando os auxílios alimentação e moradia (Tabela 5).

Tabela 5 - Editais PROEST (2016-2017) do Programa de Bolsa Residência Universitária e Auxílios da Assistência Estudantil. *Campi*: Sertão, Lagarto⁸², Aracaju, Itabaiana, Laranjeiras, São Cristóvão

Auxílios	Edital nº 06/2016/ Vagas	Edital nº 07/ 2016/ Vagas	Edital nº 03/ 2017/ Vagas
Alimentação	137	38	140
Apoio Pedagógico	08	Não foram ofertadas vagas neste edital.	29
Inclusão	01	01	05
Apoio Inclusão	11	04	38
Manutenção acadêmica	44	07	293
Moradia	100	22	208
Transporte	40	19	250
PRU	37	Não foram ofertadas vagas neste edital.	134
Cultura		Não foram ofertadas vagas neste edital.	06
Esporte		Não foram ofertadas vagas neste edital.	10

Fonte: elaborado por Carolina Sampaio de Sá Oliveira (2021) com base em informações site da PROEST/UFS

⁸² Esse campus integrou os editais nº 06/2016/PROEST e nº 03/2017/PROEST.

Os editais 06 e 07/2016/PROEST tinham por objetivo atender a comunidade estudantil dos campi de Lagarto e do Sertão, disponibilizando vagas na maioria dos auxílios, todavia distante de alcançar as requisições estudantis. O auxílio inclusão tinham vagas condicionadas ao ingresso de discentes com deficiência física e o apoio inclusão tinham vagas de acordo com a quantidade de estudantes necessários a apoiar aqueles no desenvolvimento das atividades acadêmicas.

O ano de 2017 foi marcado pela entrada de nova gestão na CODAE/PROEST e por ela foi divulgada o edital nº 03/2017/PROEST, voltado para atender discentes dos *campi* de Aracaju, São Cristóvão, Laranjeiras, Lagarto e Itabaiana. Os auxílios manutenção acadêmica e transporte têm maior número de vagas, no entanto possui menor valor financeiro, apenas cinquenta reais, um para acesso a material didático, e o outro para deslocamento à UFS. Este edital de bolsa e auxílios foi o último a ofertar vagas do apoio pedagógico através da PROEST (Tabela 6).

Tabela 6 - Editais PROEST (2017-2018) do Programa de Bolsa Residência Universitária e Auxílios da Assistência Estudantil. *Campi*: Sertão, Aracaju, Laranjeiras, São Cristóvão e Itabaiana

Auxílios	Edital nº04/2017/ Vagas	Edital nº 01/ 2018/ Vagas	Edital nº 05/ 2018/ Vagas
Alimentação	21	30	107
Apoio Pedagógico	Não foram ofertadas vagas neste edital.	Não foram ofertadas vagas neste edital.	Não foram ofertadas vagas neste edital.
Inclusão	Não foram ofertadas vagas neste edital.	06	02
Apoio Inclusão	02	09	12
Manutenção acadêmica	32	100	40
Moradia	22	120	13
Transporte	32	100	46
PRU	Não foram ofertadas vagas neste edital.	42	16
Cultura	Não foram ofertadas vagas neste edital.	03	Não foram ofertadas vagas neste edital.
Esporte	Não foram ofertadas vagas neste edital.	18	Não foram ofertadas vagas neste edital.

Fonte: elaborado por Carolina Sampaio de Sá Oliveira (2021) com base em informações do site da PROEST/UFS.

O edital nº 04/2017/PROEST foi voltado para o atendimento dos/as discentes do *campus* do Sertão, apresentando menos vagas do auxílio alimentação e mais de transportes em relação ao ano anterior. Os *campi* do interior, até o primeiro semestre de 2017,

permaneceram sem refeitório⁸³, e discentes selecionados em edital recebiam o auxílio alimentação no valor de R\$200,00 reais (duzentos reais).

O edital nº 01/2018/PROEST teve como objetivo ofertar vagas de bolsas PRU e auxílios aos campi de São Cristóvão, Aracaju, Laranjeiras. Contudo as vagas do auxílio alimentação eram somente destinadas a Aracaju e Laranjeiras, visto que o campus São Cristóvão possui o RESUN. É ainda cabível expor que este edital foi o último da assistência estudantil com vagas aos auxílios cultura e esporte. O edital nº 05/2018/PROEST teve por finalidade atender estudantes do campus Prof. Alberto Carvalho, localizado em Itabaiana. Nesta unidade a entrada nos cursos é realizada anualmente e somente no segundo semestre de cada ano (Tabela 7).

Tabela 7 - Editais PROEST (2018-2019) do Programa de Bolsa Residência Universitária e Auxílios da Assistência Estudantil. *Campi*: Lagarto⁸⁴, Sertão⁸⁵, Aracaju, Itabaiana, Laranjeiras e São Cristóvão

Auxílios	Edital nº 06/2018/ Vagas	Edital nº 13/ 2018/ Vagas	Edital 05/ 2019/ Vagas	Edital 09/2019 Vagas
Alimentação		55	170	31
Apoio Pedagógico	Não foram ofertadas vagas.	Não foram ofertadas vagas.	Não foram ofertadas vagas	Não foram ofertadas vagas
Inclusão	*	03	21	03
Apoio Inclusão	*	*	*	Cadastro reserva
Manutenção acadêmica	04	14	397	13
Moradia	21	54	326	14
Transporte	07	15	385	10
PRU	31	12	110	Cadastro reserva
Cultura	Não foram ofertadas vagas.	Não foram ofertadas vagas.	Não foram ofertadas vagas.	Não foram ofertadas vagas.
Esporte	Não foram ofertadas vagas.	Não foram ofertadas vagas.	Não foram ofertadas vagas.	Não foram ofertadas vagas.

Fonte: elaborado por Carolina Sampaio de Sá Oliveira (2021) com base em informações do site da PROEST/UFS.

⁸³ No segundo semestre de 2017, o refeitório do campus de Lagarto (Reflag) deu início ao seu funcionamento. Disponível em: <https://guiacampuslag.ufs.br/conteudo/64902-refeitório-universitário-campus-lagarto-reflag> Acesso em: 3 nov. 2021. Os campi de Laranjeiras, Sertão e do Prof. Alberto de Carvalho (Itabaiana) tiveram seus refeitórios inaugurados durante a suspensão das atividades acadêmicas e ensino remoto respectivamente, devido à (*Sars-Cov-2*) COVID-19. Por isso, não deram início as suas atividades até novembro de 2021.

⁸⁴ Esteve nos editais nº 06/2018/PROEST e nº 05/2019/PROEST.

⁸⁵ Integrou os editais nº e nº 13/2018/PROEST e nº 09/2019/PROEST.

De acordo com a Tabela 5, o primeiro edital é referente ao campus de Lagarto. Nele não foram ofertadas vagas do auxílio alimentação, pois o refeitório iniciou suas atividades. O segundo edital está vinculado ao campus do Sertão. Neste, pela primeira vez, preveem vagas ao PRU, em virtude de a equipe técnica detectar a necessidade entre discentes, e a PROEST autorizar o recurso financeiro e os devidos encaminhamentos.

Em relação aos auxílios inclusão e apoio inclusão, geralmente, são disponibilizadas vagas de acordo com as/os estudantes que possuem deficiência e da necessidade de pessoas para auxiliá-los no cotidiano na instituição.

O terceiro edital congregou os campi Aracaju, São Cristóvão, Itabaiana, Lagarto e Laranjeiras. O auxílio alimentação foi para aqueles que não possuem restaurante/refeitório. No mais, não foram disponibilizadas vagas aos auxílios apoio pedagógico, cultura e esporte. Ainda em 2018, com a resolução nº 04/2018/CONSU e sua posterior alteração com a resolução nº 20/2019/CONSU⁸⁶, o apoio pedagógico passou a ser ofertado em editais em conjunto PROGRAD/PROEST, permanecendo sob a gestão da Pró-Reitoria de Graduação. O ano de 2019 foi o último ano que foram disponibilizados os auxílios e a bolsa de residência universitária. Não obstante a instituição permaneceu matriculando discentes, e as atividades acadêmicas continuaram através do ensino remoto, assim como a oferta dos demais editais de outras Pró-Reitorias (PROGRAD, PROEX e POSGRAP) também tiveram continuidade, ou seja, as assistentes sociais atuaram e dedicaram as horas de atividades laborais às demandas de outros espaços sócio-ocupacionais diferentes do que estão lotadas (Quadro 1).

⁸⁶Disponível em: https://pesquisapos.ufs.br/uploads/page_attach/path/8792/202019_-_Programa_de_Apoio_Permanencia_Estudantil_da_UFS_2_.pdf. Acesso em: 21 nov. 2021.

Quadro 1 - Editais de Recadastramento do Programa de Bolsa Residência Universitária e Auxílios da Assistência Estudantil (2014-2019)

FOCO/EDITAL	ANO	Nº EDITAIS / PRÓ-REITORIA	OBJETIVO
Recadastramento do Programa de Bolsa Residência Universitária e Auxílios da Assistência Estudantil	2014	Os editais de recadastramento referentes aos anos de 2014 e 2015 não foram localizados no mês de outubro de 2021 na página da PROEST	Análise socioeconômica das/os discentes que possuem bolsa PRU e auxílios da assistência estudantil
	2015		
Recadastramento do Programa de Bolsa Residência Universitária e Auxílios da Assistência Estudantil	2016	Edital de Recadastramento 02, 04 e 05/2016/PROEST – PRU/ Auxílios da Assistência Estudantil	Análise socioeconômica das/os discentes que possuem bolsa PRU e auxílios da Assistência estudantil
	2017	Edital de Recadastramento ⁸⁷ 01 e 02/2017/PROEST – PRU/ Auxílios da Assistência Estudantil	
	2018	Edital de recadastramento nº 02, 03, 04/2018/PROEST PRU e Auxílios da Assistência Estudantil	Monitoramento das/os discentes que possuem bolsa residência universitária/auxílios
	2019	Edital de Recadastramento 01, 07/2019/PROEST – PRU/ Auxílios da Assistência Estudantil	Monitoramento das/os discentes que possuem bolsa residência universitária/auxílios

Fonte: elaborado por Carolina Sampaio de Sá Oliveira (2021) com base em informações do site da PROEST/UFS.

Os processos referentes aos editais de recadastramento foram realizados anualmente em todos os campi, geralmente antes do edital de seleção das bolsas PRU e auxílios da assistência estudantil, a fim de identificar, entre todos/as que possuem bolsa/auxílios, a existência de famílias de discentes que tiveram mudanças na situação socioeconômica e/ou estudantes que abandonaram ou concluíram o curso de graduação. Inicialmente era um processo bastante desgastante, porque, assim que acabávamos um edital, entrávamos em outro. Todavia, a partir de 2020 os editais foram suspensos, e esse processo foi realizado durante o ano quando há a realização do monitoramento pelas assistentes sociais em cada campus. No entanto, o monitoramento tem sido bastante corrido visto a existência de diversos editais durante o ano (Tabela 8).

⁸⁷ O Edital de recadastramento, 2017, referente ao campus de Lagarto não foi identificado na página da PROEST.

Tabela 8 - Editais Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Aprendizagem Profissional (2018-2021)

FOCO/EDITAL	ANO	Nº EDITAIS / PRÓ-REITORIA	VAGAS
Processo Seletivo de Alunos do Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Aprendizagem Profissional – PRODAP	2018	Edital nº 17/2018/ PROEST	35 remuneradas
	2019	Editais nº 06 ⁸⁸ e 08/2019/PROEST	192 remuneradas
	2020	Edital nº 03/2020/ PROEST	173 remuneradas
	2021	Edital nº 04/2021/PROEST	221 remuneradas

Fonte: elaborado por Carolina Sampaio de Sá Oliveira (2021) com base em informações do site da PROEST/UFS.

O PRODAP foi regulamento a partir da Resolução nº 14/2013/CONSU que “Cria e Normatiza o Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Aprendizagem Profissional – PRODAP para estudantes de graduação da Universidade Federal de Sergipe.”, incluindo tanto os discentes na graduação presencial quanto a distância. Nesse período ele estava vinculado à PROGRAD. Todavia, a partir da Resolução nº 31/2017/CONSU.

Art. 1º Alterar os Artigos 1º e 6º da Resolução nº 38/2014/CONSU, que passarão a ter a seguinte redação: "Art. 1º O Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Aprendizagem Profissional (PRODAP), vinculado à Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – PROEST, tem por finalidade a concessão de bolsas destinadas à participação de estudantes de cursos de graduação presencial e a distância, em atividades que propiciem o desenvolvimento de habilidades voltadas para a complementação da formação profissional, compatível com o Projeto Político Pedagógico dos respectivos cursos de graduação, no âmbito da UFS. (UFS, 2017, n.p.)

Cabe ainda mencionar que a normativa vigente em relação ao Programa foi após a aprovação da Resolução nº 04/2018/CONSU que instituiu o Programa Bolsa Permanência na instituição. Os/as discentes selecionados/as irão ocupar as vagas de acordo com o projeto pedagógico do seu curso. Além disso, cabe destacar duas questões: esse Programa era vinculado à PROGRAD e à gestão da PROEST, 2017, conseguiu o controle a partir da resolução mencionada, mesmo com normatização própria os editais são associados à Resolução nº04/2018/CONSU que regulamenta a Bolsa Permanência⁸⁹ da UFS. É preciso informar também que o PRODAP atende as unidades acadêmicas e administrativas da instituição e que os editais continuaram sendo ofertados no período da pandemia, isto é,

⁸⁸ Este edital também engloba o edital 01/2019/PROEST/PROEX. Ele não consta na tabela da PROEX para evitar duplicidade.

⁸⁹ Nesse Programa as bolsas mensais são no valor de R\$400,00 (quatrocentos reais) mensal e não podem acumular com outras bolsas da instituição.

expondo aqueles/as que precisavam ser resguardados, visto que os/as discentes selecionados/as estão em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Conforme a tabela 8, foram 173 vagas no ano de 2020, e 221 vagas no ano seguinte. Especialmente em 2020, quando a vacina começou a ser aplicada, elas/es ficaram expostos ao transporte público e ao convívio com outras pessoas, justamente na maior fase de contaminação (Quadro 2).

Quadro 2 – Editais para acesso a rede de dados/internet (2020/2021)

FOCO/EDITAL	ANO	Nº EDITAIS / PRÓ-REITORIA	VAGAS
Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) ⁹⁰	2020	Edital nº 001/2020/PROEST/PROEX/PROGRAD/POSGRAP/CODAP/STI – Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP)	Não foram especificadas
Modalidade “DADOS”	2021	Edital nº 001/2021/PROEST	Não foram especificadas
Modalidade “DADOS”	2021	Edital nº 07/2021/PROEST - Plano Especial de Inclusão Digital	Não foram especificadas

Fonte: elaborado por Carolina Sampaio de Sá Oliveira (2021) com base em informações do site da PROEST/UFS

Contudo, em 2020 e 2021 foram disponibilizados editais principalmente para equipamentos eletrônicos e a rede de dados, e assim ter as “condições mínimas” de acesso ao ensino remoto, conforme previsto na Resolução nº 26/2020/CONEPE, ainda que outras demandas se apresentem aos discentes. Os editais referentes aos planos de acesso à rede de dados e de equipamentos não contaram em 2020 com a participação das/os assistentes sociais na elaboração. Esses editais de 2020 e 2021, lançados no contexto da pandemia, estabeleceram que as análises socioeconômicas ocorreriam após a/o estudante receber o recurso financeiro. Apesar de todas as argumentações apresentadas das assistentes sociais para não encaminhar dessa forma, a gestão o fez. Assim, as dificuldades de compreensão das/dos discentes sobre esse processo demonstram confirmação no sistema, mas sem a realização do estudo socioeconômico, e o pagamento antecipado provoca inquietações nos estudantes que recaem sobre a equipe técnica de Serviço Social. Ainda que as profissionais tenham alertado das problemáticas ocorridas no ano de 2020, a gestão insistiu nestes mesmos procedimentos em 2021 (Quadro 3).

⁹⁰ Trata-se de um chip para acesso à internet que foi disponibilizado pelo Ministério da Educação, e a UFS entregou aos discentes que solicitaram via edital.

Quadro 3 – Editais para acesso a dispositivos eletrônicos (2020/2021)

FOCO ⁹¹ /EDITAL	ANO	Nº EDITAIS / PRÓ-REITORIA	VAGAS
Aquisição de “dispositivo eletrônico”	2020	Edital nº 002/2020/PROEST/PROEX/PROGRAD/POSGRAP/CODAP/STI	Não foram especificadas
Modalidade “Equipamentos”	2021	Edital nº 002/2021/PROEST	Não foram especificadas
Plano Especial de Inclusão Digital - Modalidade "Equipamentos"	2021	Edital nº 05/2021/PROEST	Não foram especificadas
“Equipamentos complementares ou tecnologias assistivas”	2020	Edital nº 003/2020/PROEST/PROEX/PROGRAD/POSGRAP/CODAP/STI	Não foram especificadas
Modalidade “Equipamentos - PcD”	2021	Edital nº 003/2021/PROEST	Não foram especificadas
Modalidade "Equipamentos - PcD"	2021	Edital nº 06/2021/PROEST - Plano Especial de Inclusão Digital	Não foram especificadas

Fonte: elaborado por Carolina Sampaio de Sá Oliveira (2021) com base em informações do site da PROEST/UFS

Não obstante, a quantidade de avaliações socioeconômicas realizadas para estes editais foi bastante elevada e se acumulando com outras demandas da assistência estudantil. Essa realidade ocorre principalmente no interior. Foram e continuam sendo meses bastante intensos (Quadro 4).

Quadro 4 - Edital PROEST (2021) - Auxílio Acolhimento

FOCO/EDITAL	ANO	EDITAIS / PRÓ-REITORIA	VAGAS
Auxílio Especial de Acolhimento	2021	Edital nº 08/2021/PROEST	Não foram especificadas

Fonte: elaborado por Carolina Sampaio de Sá Oliveira (2021) com base em informações do site da PROEST/UFS

Em 2021, as/os discentes matriculadas/os nas cotas, em situação de vulnerabilidade econômica, receberam o auxílio acolhimento, isto é, R\$1.200,00 cada um/a. O Relatório de Gestão de 2020, publicado em 2021 pela atual gestão, faz o seguinte registro:

A PROEST, por iniciativa da Reitoria da UFS, de forma conjunta com outras Pró-Reitorias, ampliou o atendimento da assistência estudantil com a

⁹¹ O foco destes editais é para receber equipamentos para o acesso ao ensino remoto, a única diferença é que alguns são para pessoas com deficiência (PCD), outros não.

consolidação do Programa Bolsa Permanência da UFS. Essa ação conjugada permitiu que estudantes, prioritariamente em vulnerabilidade socioeconômica, tivessem acesso a um maior número de bolsas em editais publicados pelas diversas Pró-Reitorias em 2020. Ressalta-se que o Bolsa Permanência UFS também ofereceu oportunidade de participação em projetos de iniciação científica e tecnológica, extensão, ensino e iniciação profissional. (UFS, 2021, p. 132).

Todavia, o que não foi explicitado é se esse atendimento se refere às solicitações dos/as discentes atendidos/as nesses editais. Miotto (2009, p. 487) entende que

Os estudos socioeconômicos/estudos sociais, como toda ação profissional, consistem num conjunto de procedimentos, atos, atividades realizadas, de forma responsável e consciente. Contêm tanto uma dimensão operativa quanto uma dimensão ética e expressa, no momento em que se realiza a apropriação pelos assistentes sociais dos fundamentos teórico-metodológico e ético-políticos da profissão [...].

Ainda que essas profissionais tenham atuado para outras Pró-Reitorias, editais dos auxílios estabelecidos na Resolução nº 08/2016/CONSU e o PRU previsto na Resolução nº 43/2013/CONSU não foram publicados em 2020 e 2021, durante o período da pandemia e ensino remoto.

A página *online* da PROEST (www.proest.ufs.br), apesar de mencionar as/os trabalhadoras/es do Serviço Social em manual de atendimento durante a pandemia, assim como em relação às técnicas/os em assuntos educacionais e psicólogos/as, não cita as atribuições de cada profissional. No tocante às informações de orientações sobre atendimento da equipe técnica, isto é, orientação psicossocial em que se refere, exclusivamente, as/os técnico-administrativas/os do cargo de psicologia, assim como ao acompanhamento acadêmico/pedagógico das atividades desenvolvidas pelas/os taes nos cargos de pedagogos, as assistentes sociais são relacionadas somente às análises socioeconômicas dos auxílios, conforme visualizado em 20 de setembro de 2021. Nesse sentido, os Relatórios⁹² de Gestão referente aos anos 2018, 2019 e 2020 só mencionam a avaliação socioeconômica sem informar por quem é realizada, como é possível constatar na citação abaixo:

⁹² Essa citação direta está constante nos três relatórios de gestão mencionados, referente aos anos 2018, 2019 e 2020. É necessário elucidar que os relatórios de gestão relacionados ao período 2013 - 2017 estão em formato similar de prestação de contas. Por isso, não foi possível visualizar questões relativas às atribuições profissionais e informações relativas aos trabalhadores/as dos espaços sócio-ocupacionais.

A inclusão dos discentes na assistência estudantil é através de editais regulares ou de processos de inclusão emergenciais, quando se evidencia grave risco para o aluno. Nos processos regulares são publicados editais pela Pró-reitoria de Assuntos Estudantis nos quais o aluno se inscreve e tem sua condição socioeconômica avaliada, após preenchimento do cadastro único e questionário socioeconômico. Segue-se posterior hierarquização⁹³ de sua condição e ele é incluído no sistema, passando a receber o auxílio ou auxílios, quando terá, a partir de então, acompanhamento de indicadores acadêmicos e sociais que determinarão sua permanência ou saída dos auxílios por conclusão do curso ou não cumprimento dos critérios de permanência. (UFS, 2019, p. 87).

Assim, a gestão da UFS considera somente que elas foram realizadas, mas não é explicitada de que forma e por quem, desse modo tornam as/os assistentes sociais invisibilizadas/os. O Anuário estatístico 2017-2019 não retrata dados fundamentais em virtude dessa invisibilidade. Isto é, as análises socioeconômicas não aparecem em números e nem quem foi o/a profissional (assistente social) que executou, mas sim como maior investimento financeiro e melhor administração dos recursos recebidos. O mesmo ocorre com os campi do interior, eles são explicitados somente na parte do quantitativo de bolsas e auxílios.

São várias formas de negação desses profissionais, não acatando as propostas e elaborações, nos documentos institucionais, no crescimento elevado de demandas; não apresentando as nossas atribuições, ou seja, “desconstruindo” o Serviço Social, requisitando as/os assistentes sociais quaisquer demandas, especialmente as administrativas. A formação profissional nos apresenta as três dimensões – teórico-metodológica, ético-política e a técnico-operativa –, e a nossa atuação profissional nos exige isso. Portanto, não estamos a reproduzir “automaticamente” as requisições institucionais, mas a nossa profissão exige elaborar, refletir e agir, ou seja, a ação teleológica, idealizada pelo ser humano (Tabela 9).

⁹³ Essa “hierarquização” é realizada pelo sistema (SIGAA) a partir das informações prestadas pelos/as discentes, através da autodeclaração. Todavia, por vezes, esses dados possuem equívocos que somente são constatados através da análise socioeconômica ou monitoramento realizado pelas assistentes sociais. Destarte, esse não é um procedimento automático, mas uma das atribuições profissionais que envolve vários elementos da profissão e que a gestão insiste em buscar reduzir prazos e acelerar processos.

Tabela 9 - Editais PROGRAD (2018-2021) - Ações Institucionais - Apoio Pedagógico

FOCO/ EDITAL	ANO	Nº EDITAIS/ PRÓ-REITORIA	VAGAS
Seleção de alunos para Participação em Ações Institucionais de Apoio Pedagógico da Pró-Reitoria de Graduação da Universidade Federal de Sergipe.	2018	O Edital Conjunto nº 03/2018/PROGRAD/PROEST	51 remuneradas
Seleção de Ações Institucionais de Apoio Pedagógico da Pró-Reitoria de Graduação da Universidade Federal de Sergipe.	2019	Edital Conjunto nº 02/2019/PROGRAD/PROEST	200 remuneradas

Fonte: elaborado por Carolina Sampaio de Sá Oliveira (2021) com base em informações na página da PROGRAD.

Os quadros 3 e 4 e a tabela 9, relativos à PROGRAD, estão organizados com os editais que contaram com a participação da equipe de Serviço Social da assistência estudantil no período entre 2018 a setembro de 2021. Nos dois primeiros anos foram dois referentes a Ações Institucionais do Apoio Pedagógico, gerida pela PROGRAD e normatizada através da Resolução nº 04/2018/CONSU e posteriormente alterada pela Resolução nº 20/2019/CONSU⁹⁴ (ANEXO B). Foi possível identificar que os editais da PROGRAD, relativos ao Apoio Pedagógico, em maior parte, deixaram lacunas em relação à análise socioeconômicas; o período para análise era incompatível com a quantidade de vagas. Por esse motivo, como foram expostos somente os que contaram com a participação da equipe técnica de Serviço Social vinculada à assistência estudantil. Contudo, diante dos editais que previam a avaliação socioeconômica, mas não foi possível concretizá-la, questiona-se à instituição qual a razão por não viabilizar a ampliação do quadro de assistentes sociais para atender a essas demandas. Nesse sentido, a implementação de novos espaços sócio-ocupacionais é urgente (Tabela 10).

Tabela 10 - Edital PROGRAD (2021) - Apoio Pedagógico

FOCO/ EDITAL	ANO	Nº EDITAIS/ PRÓ-REITORIA	VAGAS
Processo Seletivo para bolsistas e voluntários de Apoio Pedagógico	2021	Edital nº 01/2021/PROGRAD/PROEST	51 remuneradas

Fonte: elaborado por Carolina Sampaio de Sá Oliveira (2021) com base em informações na página da PROGRAD.

⁹⁴ Esse documento institucional foi acrescentado como anexo na dissertação.

Conforme previsto no edital 01/2021, a bolsa “Apoio Pedagógico, vinculada à Assessoria de Programas (ASPROG) e ao Departamento de Licenciaturas e Bacharelados (DELIB) da Pró-Reitoria de Graduação”, é regida sob as condições da resolução 04/2018/CONSU. Entretanto, essa bolsa foi criada, mas, continua na resolução nº 08/2016/CONSU que prevê os auxílios da assistência estudantil. Essa foi mais uma mudança articulada pela CODAE/PROEST durante sua gestão (2017-2020) junto à PROGRAD (Tabela 11).

Tabela 11 - Editais PROGRAD (2018-2021) - Monitoria

FOCO/EDITAL	ANO	Nº EDITAIS / PRÓ-REITORIA	VAGAS
Programa de Monitoria Remunerada e Voluntária -2018.	2018	Edital nº 20/2018/PROGRAD	18 remuneradas
Programa de Monitoria Remunerada e Voluntária – 2019	2019	Editais nº 21, 22, 38/2019/PROGRAD	131 remuneradas
Programa de Monitoria Remunerada e Voluntária	2020	Editais nº 11, 25/2020/PROGRAD	186 remuneradas
Programa de Monitoria remunerada e voluntária	2021	Editais nº 45, 47/2021/PROGRAD	91 remuneradas

Fonte: elaborado por Carolina Sampaio de Sá Oliveira (2021) com base em informações do site da PROGRAD/UFS.

O Programa Monitoria está vinculado à Comissão Permanente de Monitoria (COPAM) que se encontra no Departamento de Licenciaturas e Bacharelados na PROGRAD. Os editais de monitoria, especialmente, em 2019, foram divididos por campi, então acaba aumentando em quantidade o número de editais. Além disso, houve um crescimento exponencial no número de vagas, entre os anos de 2018/2019. O edital nº 21 da PROGRAD foi criado para atender aos discentes de Lagarto, nº 22 campus do Sertão e o de nº 38 Campi de São Cristóvão, Laranjeiras e Itabaiana.

Os editais referentes ao ano de 2020 já considerava entre as normativas, o ofício do MEC com algumas orientações ainda mais restritivas do que existia até o momento em relação à utilização do recurso PNAES, prosseguindo assim no ano posterior. Todavia, cabe explicitar que as profissionais não participavam da elaboração dos editais da PROGRAD e das demais PROEX e POSGRAP. Esse cenário começou a se modificar após documento elaborado e encaminhado às Pró-Reitorias em 2020 já mencionadas com a insatisfação da equipe sobre esta situação (Quadro 5).

Quadro 5 – Editais PROGRAD (2019-2020) do Vestibular nos *Campi* do Sertão (2019) e Lagarto (2020) e SISU nos campi de Aracaju, Laranjeiras e São Cristóvão

FOCO/ EDITAL	ANO	Nº EDITAIS/ PRÓ-REITORIA	VAGAS
Vestibular 2019 para o Campus do Sertão	2019	EDITAL Nº 20/2019/PROGRAD	Discentes das cotas socioeconômicas
Vestibular 2020 do Campus Universitário Professor Antônio Garcia Filho	2020	EDITAL Nº 02/2020/PROGRAD	Discentes das cotas socioeconômicas
Pré-Matrícula Institucional dos candidatos aprovados no Processo Seletivo UFS 2020-SISU/MEC 2020.1.	2020	EDITAL Nº 03/2020/PROGRAD	Discentes das cotas socioeconômicas

Fonte: elaborado por Carolina Sampaio de Sá Oliveira (2021) com base em informações na página da PROGRAD.

O quadro 5 estabelece mais uma nítida demanda que convida a participação de assistentes sociais. Entretanto é preciso elucidar que as/os profissionais que atuam na assistência estudantil não devem ser responsáveis por todos os espaços sócio-ocupacionais que requerem estudos socioeconômicos. A instituição precisa assumir as suas necessidades e não sobrecarregar as profissionais com as requisições desta atividade na instituição. Além disso, é imprescindível anunciar que estas demandas não foram encerradas ao final desse período estabelecido em editais, mas perdurou por meses a cada nova chamada, e isto acaba por ocorrer ao mesmo tempo de outro edital, visto que existem também as substituições de outros editais, assim ocorrem demandas que se sobrepõem (Quadro 6).

Quadro 6 – Editais POSGRAP (2020 - 2021) - COPES e CINTTEC

FOCO/ EDITAL	ANO	Nº EDITAIS/ PRÓ-REITORIA	VAGAS
Inscrições aos Docentes/Pesquisadores da UFS interessados em concorrer a cotas remuneradas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC)	2020	Edital n.º 01/2020 COPES/POSGRAP/UFS	Não foram especificadas
Inscrições aos Docentes/Pesquisadores da UFS interessados em concorrer a cotas remuneradas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC)	2021	Edital n.º 03/2021 COPES/POSGRAP	Não foram especificadas
Inscrições aos Pesquisadores da UFS interessados em concorrer a cotas remuneradas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI)	2020	Edital nº 02/2020/POSGRAP/CINTTEC/UFS	Não foram especificadas
Inscrições aos Pesquisadores da UFS interessados em concorrer a cotas remuneradas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI).	2021	Edital nº 02/2021/POSGRAP/CINTTEC/UFS	Não foram especificadas
Seleção de ações institucionais de iniciação à pesquisa da pró-reitoria de pós-graduação e pesquisa - POSGRAP e da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis - PROEST vinculadas ao “Plano de Ação Especial de Iniciação à Pesquisa – Covid-19” da Universidade Federal de Sergipe	2020	Edital Conjunto nº 01/2020/POSGRAP/PROEST	Não foram especificadas

Fonte: elaborado por Carolina Sampaio de Sá Oliveira (2021) com base em informações nas páginas da COPES e CINTTEC.

Os editais disponibilizados nas páginas online das Coordenações COPES e CINTTEC, que estão vinculadas a POSGRAP, iniciaram as análises socioeconômicas com as trabalhadoras do Serviço Social apenas em 2020. Conforme os editais de 2018 e 2019, os discentes em condição de vulnerabilidade socioeconômica eram indicados pelos docentes, conforme o edital nº 01/2018/COPES/POSGRAP. “Os orientadores contemplados com cotas de bolsa permanência UFS deverão prioritariamente (de acordo com o PNAES) indicar os alunos em vulnerabilidade socioeconômica que demonstrarem interesse nos planos de trabalhos aprovados” (UFS, 2018, p.7).

Os editais, que compõem o quadro 6, foram realizados anualmente, no entanto, durante o transcorrer de todo o ano, à medida que estudantes se desligam das pesquisas, novo/as discentes são indicados por docentes para novas análises socioeconômicas. Por isso, tornou-se uma atividade ininterrupta, cujas substituições ocorrem mensalmente nos diversos campi.

O Edital Conjunto nº 01/2020/POSGRAP/PROEST - Seleção de ações institucionais de iniciação à pesquisa da POSGRAP e da PROEST vinculadas ao “Plano de Ação Especial de Iniciação à Pesquisa – Covid-19” da UFS – não fez parte das atividades realizadas pelas assistentes sociais da UFS, visto que atendem as demandas da graduação. Nesse sentido cabe reconhecer que a pós-graduação requer a atuação profissional de assistente social para atender essa, entre outras demandas institucionais, que já se anunciam. Em maio de 2021, foi aprovada Resolução nº 19/2021/CONEPE que “estabelece as normas acadêmicas da pós-graduação lato sensu na UFS e dá outras providências” (UFS, 2021, p. 1), que trata no artigo 27. [...] “§4º Será concedida isenção integral de taxas ou mensalidades a 10% dos alunos que comprovarem situação de vulnerabilidade socioeconômica, ou seja, ter renda per capita familiar de até um salário mínimo e meio” (UFS, 2021, p. 5). Essa demanda será atendida ou se tratará de mais um edital com a previsão de análise socioeconômica sem a sua efetiva realização? (Quadro 7)

Quadro 7 – Editais PROEX (2020-2021) - Demandas Específicas/PIAEX

FOCO/ EDITAL	ANO	Nº EDITAIS/ PRÓ-REITORIA	VAGAS
Demandas específicas de 20 de janeiro de 2020	2020	Edital nº 01/2020 PROEX – PIAEX	Associadas ao plano de trabalho
Demandas ⁹⁵ específicas de extensão 2021	2021	Edital nº 03 PROEX PIAEX/UFS de 21 de junho de 2021 –	340 remuneradas

Fonte: elaborado por Carolina Sampaio de Sá Oliveira (2021) com base em informações do site da PROEX/UFS.

A partir da institucionalização da extensão acadêmica e sua regulamentação através do PIBIX/ PIAEX, o contato com a comunidade passou a ser desenvolvido principalmente através dos projetos previstos em edital, eventos e cursos realizados por docentes, técnicas e

⁹⁵ De acordo com o edital nº 03 PROEX PIAEX/UFS de 21 de junho de 2021, demandas específicas são “[...] ações extensão [...], vinculadas aos objetivos do PDI e da Política Institucional de Extensão da UFS, com financiamento de bolsas PNAES e com recurso interno da UFS”, estabelecidos no anexo II deste edital.

técnicos. De acordo com o documento Resultados da PROEX - 2020, foram 835 bolsas, destas 654 foram financiadas pelo PNAES e 181 com recursos da UFS⁹⁶.

Quadro 8 – Editais PROEX (2020-2021) - Novos Projetos/PIAEX

FOCO/ EDITAL	ANO	Nº EDITAIS/ PRÓ-REITORIA	VAGAS
Cadastro de Projetos para Desenvolvimento Remoto	2020	Edital nº 08 PROEX PIAEX /UFS de 28 de julho de 2020	Associadas ao plano de trabalho
Submissão de novos projetos de extensão 2021	2021	Edital nº 02 PROEX PIAEX/UFS de 10 de maio de 2021	Associadas ao plano de trabalho

Fonte: elaborado por Carolina Sampaio de Sá Oliveira (2021) com base em informações do site da PROEX/UFS.

Os editais do quadro 8 têm como finalidade cadastrar novos projetos de extensão. Estes, especialmente, deveriam prioritariamente ser realizados remotamente, em decorrência no período de pandemia, voltados a projetos para a elaboração de “produtos audiovisuais/sonoros/textuais” ou “projetos com atividades vinculadas a gestão, programa institucional plano diretor” (UFS, 2020, p.1). Nestes, há seleção dos/as discentes, mas uma etapa anterior é a seleção dos projetos com os respectivos planos de trabalho estabelecendo o número de vagas (Quadro 9).

Quadro 9 – Editais PROEX (2021-2021) - Renovação de Projetos de Extensão/PIAEX

FOCO/ EDITAL	ANO	Nº EDITAIS/ PRÓ-REITORIA	VAGAS
Renovação de projetos de extensão em 2021	2021	Edital nº 01 PROEX PIAEX/UFS de 19 de fevereiro de 2021	Associadas ao plano de trabalho

Fonte: elaborado por Carolina Sampaio de Sá Oliveira (2021) com base em informações do site da PROEX/UFS

O quadro acima prevê um edital de renovação divulgado em 2021. Todavia, este refere-se “aos Editais PIAEX 01/2019, 14/2019 e 08/2020, COM FINANCIAMENTO de bolsas PNAES”. É em decorrência da origem deste recurso financeiro que se dá a necessidade de participação do Serviço Social, impulsionada por ofício do MEC, conforme já mencionado em 2019.

⁹⁶ Cabe informar que, de acordo com a Resolução nº 20/2021/CONEPE, para concorrer às bolsas previstas, não é necessário apresentar documentação comprobatória referente à situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Nesse sentido, é preciso elucidar que a maioria dos editais da PROEX têm suas vagas associadas aos planos de trabalho. Assim quando o docente tem sua indicação indeferida, outro discente pode ser indicado em substituição. Com isso, é possível reconhecer que as análises possuem uma quantidade bastante superior ao número de vagas e indicações (Tabela 12).

Tabela 12 – Editais PROEX (2021) - Plano de Ação Especial

FOCO/ EDITAL	ANO	Nº EDITAIS/ PRÓ-REITORIA	VAGAS
Plano de Ação Especial para o Desenvolvimento da Extensão – Apoio às Atividades em período de Pandemia"	2021	Edital Conjunto nº 01/2021/PROEX/PROEST de 03 de agosto de 2021	300 remuneradas

Fonte: elaborado por Carolina Sampaio de Sá Oliveira (2021) com base em informações do site da PROEX/UFS

O “Edital Conjunto nº 01/2021/PROEX/PROEST de 03 de agosto de 2021, Plano de Ação Especial para o Desenvolvimento da Extensão – Apoio às Atividades em período de Pandemia” – ainda possui um agravante pela forma como ele é executado, pois as/os estudantes se cadastram, e somente após o recebimento do recurso a análise profissional é realizada. Nesse sentido, quando as assistentes sociais solicitam a complementação da documentação que ficou incompleta no SIGAA, as/os discentes questionam o procedimento, pois visualizam no sistema que foram deferidos/contemplados, ainda que no edital esteja previsto esse procedimento. Situações como essas, em 2020, já motivaram inclusive indagações dos/as estudantes, mas a gestão da Reitoria persiste em nos atribuir essas condições de trabalho. Esse “*modus operandi*” não foi somente nesse edital, a PROEST ofertou em 2020 e 2021 também.

Os quadros, a tabela e o número de bolsas demonstram a quantidade exponencial de bolsas, discentes atendidos, mas um volume ainda maior de estudos socioeconômicos realizados pela equipe de profissionais do Serviço Social. Diante disso, é imprescindível destacar como a gestão da PROEX identifica a realização desses editais.

Para viabilizar essas atividades são disponibilizadas como apoio, bolsas de extensão viabilizadas por meio de recursos próprios e pelo Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Foram concedidas, em 2020, 835 bolsas das quais 654 são oriundas do PNAES e 181 são de recursos da própria UFS. Desta forma, além de promover aos discentes as condições para que vivenciem experiências cuja abordagem e técnicas utilizadas abram novos horizontes, a Instituição também apoia a permanência de estudantes socioeconomicamente mais vulneráveis viabilizando a

igualdade de oportunidades entre todos os discentes para a melhoria do desempenho acadêmico. (PROEX, 2020, p. 5).

Diante das informações acima mencionadas, é questionável como tantas bolsas são concedidas. Este é somente um entre vários exemplos que podemos identificar nos documentos institucionais. O corpo técnico da universidade é a categoria responsável por promover seu funcionamento, e isso é rotineiramente invisibilizado. Isso não ocorre somente com as assistentes sociais, um dentre tantos cargos previstos no PCCTAE, mas estamos com este enfoque visto os objetivos desta dissertação.

Ainda que parte das/os trabalhadoras/es vinculadas/os à assistência estudantil também atuem na extensão, cabe reconhecer que existe uma considerável discrepância na participação nas atividades do corpo técnico na extensão. Um elemento identificado no documento Resultados da PROEX - 2020 é que os docentes envolvidos com as atividades da extensão, 1.039, representam aproximadamente 62% do seu total. Entretanto, as/os técnicas/os participantes em ações relativas à extensão totalizam somente 21,4. Esse percentual é resultado da “[...] participação direta dos servidores em ações de extensão, exercendo funções como analista de operações, auxiliar técnico, colaborador, entre outros” (UFS, 2020, p. 3).

É imperioso citar os exemplos de Flávia Augusta Santos de Melo Lopes e Raquel de Oliveira Mendes, profissionais do Serviço Social na assistência estudantil, coordenadora e coordenadora adjunta⁹⁷ em projetos na extensão da UFS. A primeira está com projeto em andamento sob o título “Serviço Social, Educação e Assistência Estudantil: construindo pontes no contexto da síndrome COVID-19” que tem por objetivo “fortalecer os processos de acesso a informações para viabilização do direito à assistência estudantil” (UFS, 2021, p.4). A segunda executou projeto no período de 2019 a 2020, no campus prof. Alberto Carvalho (Itabaiana), sob o título “Entrei na UFS e agora?”, e sua principal finalidade foi “promover uma interferência nos modos de cuidado e estar junto entre estudantes universitários em processo de adaptação à vivência acadêmica, no Campus Prof. Alberto Carvalho (UFS), em Itabaiana-SE” (Tabela 12).

⁹⁷ As atividades atribuídas a esta coordenação adjunta foram construídas em conjunto com Edileuza Cruz, psicóloga que atua na equipe da Secretaria da Assistência Estudantil (SAES)/Campus Itabaiana. Esse projeto foi realizado em parceria com o Departamento de Educação do Campus de Itabaiana (Prof. Alberto Carvalho).

Tabela 13 – Editais CODAP (2018 - 2021) - Auxílio Financeiro

FOCO/EDITAL	ANO	Nº EDITAIS / PRÓ-REITORIA	VAGAS
Programa de Apoio Acadêmico e Financeiro	2018	Edital nº 07/2018/CODAP	60
	2020	Edital nº 01/2020/CODAP	80
	2021	Editais ⁹⁸ nº 03 e 04/2021/CODAP/UFS	Não foram especificadas
Modalidade “Equipamentos”	2021	Edital nº 01/2021/CODAP/UFS	Não foram especificadas
Modalidade “Dados”	2021	Edital nº 02/2021/CODAP/UFS	Não foram especificadas

Fonte: elaborado por Carolina Sampaio de Sá Oliveira (2021) com base em informações do site do CODAP/UFS.

A Resolução nº 01/2013/CONSU regulamentou o Programa de Apoio Acadêmico e Financeiro para estudantes do CODAP/UFS. Esta estabelece que “[...]§3º No processo seletivo coordenado pelo SETEPE será indispensável a presença de pelo menos 1 (um) profissional de Serviço Social do quadro de servidores da UFS” (UFS, 2013, p. 2). A partir disso, a equipe técnica de Serviço Social da assistência estudantil passou a realizar as entrevistas sociais referentes aos editais do Colégio, contando com a participação das profissionais do interior, ou seja, houve um aumento de atribuições sem existir uma ampliação da equipe. Inclusive, a partir da chegada ao CODAP de assistente em administração⁹⁹, os editais números 01, 02, 03 e 04 do CODAP foram publicados prevendo que “[...] uma avaliação socioeconômica dos documentos do Cadastro Único será feita pela Assistente Social do CODAP”, sem, contudo, ter assistentes sociais lotadas no CODAP, mais uma vez destacamos esse fato (UFS, 2021, p. 4). Além disso, ainda foi informado o email “servicosocialcodap@academico.ufs.br” para os discentes esclarecerem dúvidas ou questionar o indeferimento, sem nos comunicar. Essa situação continuou presente em outros editais, a exemplo do Edital nº 04/2021/CODAP/UFS - Modalidade “BOLSA DE AUXÍLIO ESTUDANTIL”. Nesse, foi possível constatar a troca da nomenclatura de “assistente social” por “Serviço Social”, na página 04, mas, nas páginas 07 e 08, continuaram as informações do edital anterior, “[...] Uma avaliação socioeconômica dos documentos do Cadastro Único

⁹⁸ É preciso explicitar que esses editais, ano 2021, tinham o nome de modalidade “bolsa de auxílio estudantil”, todavia tinham o mesmo foco dos anos anteriores que era de auxílio pecuniário estudantil, para contribuir com a permanência do estudante no Colégio.

⁹⁹ Assistente em administração que estava lotada no departamento de Turismo solicitou remoção para CODAP, através de processo administrativo 23113.008300/2021-27, criado em 15 de março de 2021 na Divisão de Recrutamento e Seleção (DRS/PROGEP).

será feita pela Assistente Social do CODAP, após a etapa de classificação e deferimento do estudante, ao longo do período remoto ou mesmo depois [...]”; “O CODAP manterá canal de atendimento para dúvidas por meio de atendimento, via Google Meet, às terças-feiras (15h às 16h), pelo link: “<https://meet.google.com/ieu-addpmzw>” e pelo e-mail: “servicosocialcodap@academico.ufs.br” (CODAP, 2021, p. 7-8). Os editais foram lançados sob a autorização da direção do Colégio. Entretanto, não foram localizados registros de nenhuma nova nomeação e posse de assistente social no período 2020-2021.

Neste contexto apresentado pelos quadros e tabelas, é notório o crescimento exponencial de editais com estudos socioeconômicos, realizados pela equipe técnica de Serviço Social vinculada à assistência estudantil. Conforme mencionado anteriormente, as/os profissionais de Serviço Social estavam entre as mais requisitadas à PROGEP, todavia, ainda que a CODAE tenha recebido duas assistentes sociais removidas da Ouvidoria e PROEX, os demais setores não foram atendidos, ao contrário. Tornou-se rotina a equipe técnica de Serviço Social atender as demais Pró-Reitorias. Nesse sentido, foi elaborado pelas/os trabalhadoras/es Relatório de Demandas do Serviço Social da assistência estudantil da UFS, entregue a gestão da PROEST e encaminhado a PROGEP, através do processo número 23113.020923/2021-64, cadastrado em 23 de junho de 2021. Cabe explicitar que não constam, no quadro 5 e nas tabelas 9, 10 e 11, alguns editais, entre eles os do Programa Residência Pedagógica e Programa Institucional de Bolsa de Iniciação a Docência (PIBID), pois as bolsas são financiadas pela CAPES, e o do Programa de Educação Tutorial (PET) que possui rubrica própria. Estes editais não têm o critério na seleção do/a discente, “está em situação de vulnerabilidade socioeconômica”, isto é, esses Programas têm financiamento próprio e não possuem vinculação com o PNAES, por isso não exigem a análise socioeconômica.

Considerando que, em 2020, eclodiu a pandemia da (*Sars-Cov-2*) covid-19 no Brasil, na UFS as atividades acadêmicas e administrativas passaram a ser realizadas remotamente. A Reitoria da UFS entendeu a pertinência do lançamento de editais de bolsas nas pró-Reitorias de Graduação, Pós-Graduação e Extensão. Por esse motivo, a atuação da equipe técnica de Serviço Social sofreu algumas implicações tais como o edital que oferta auxílios da assistência estudantil não foi realizado¹⁰⁰; a participação nos editais de chip¹⁰¹ (acesso à

¹⁰⁰ Discentes que estavam entrando na instituição continuavam sem direito a requerer os auxílios da assistência estudantil. Todavia, conforme estabelecido na Portaria nº 284/2020/GR que instituiu o “Plano de Ação Emergencial no Âmbito da Assistência Estudantil da UFS” determinou que fossem atendidos “[...] neste plano

internet) e equipamentos¹⁰², somente na condição de executoras, visto que não integra o Comitê Gestor do Plano de Ação Especial de Inclusão Digital¹⁰³, e não contribuimos na elaboração dos referidos editais. Além disso, as nossas análises foram realizadas após as/os discentes receberem o recurso financeiro e/ou chip para acesso à internet, situação bastante complexa, pois as/os discentes não compreendiam o fato de constar deferido no sistema, mas as profissionais enviarem questionamentos sobre informações prestadas no cadastro único. Ainda, em dezembro de 2020, foram emitidas Portarias¹⁰⁴ estabelecendo Planos a fim de utilizar os recursos da assistência estudantil. No ano de 2021, parte dessa situação já se repetiu com novos editais¹⁰⁵, no mês de março. Durante a intervenção¹⁰⁶ na UFS, foi possível contribuir com sugestões ao edital, que em sua maioria foram acatadas, todavia as/os discentes continuaram a receber o recurso antes da realização da análise socioeconômica.

estudantes beneficiados pela assistência estudantil da UFS, cujos valores totais somados de bolsas (de qualquer natureza) e auxílios recebidos mensalmente sejam inferiores a R\$ 400,00 (quatrocentos reais).” Disponível em: https://www.sipac.ufs.br/public/jsp/boletim_servico/busca_avancada.jsf. Acesso em: 24 ago. 2021

¹⁰¹ O edital nº 001/2020/PROEST/PROEX/PROGRAD/POSGRAP/CODAP/STI foi realizado em conjunto, contudo a equipe não participou da sua elaboração, somente da execução, na análise socioeconômica, após os discentes terem recebido o chip. Disponível em: https://daffy.ufs.br/uploads/content_attach/path/30323/ALUNOS_CONECTADOS_RNP.pdf. Acesso em: 5 ago. 2021

¹⁰² Esse edital nº 002/2020/PROEST/PROEX/PROGRAD/POSGRAP/CODAP/STI foi realizado nas mesmas condições do edital 01, para aquisição de chip. Disponível em: https://daffy.ufs.br/uploads/content_attach/path/30322/EQUIPAMENTOS.pdf. Acesso em: 5 ago. 2021

¹⁰³ O Comitê Gestor do Plano de Ação Especial de Inclusão Digital foi estabelecido pela portaria 657/2020/GR. De acordo com o Art. 5º “§1º Comitê gestor formado pelos titulares da PROEST, PROEX, PROGRAD, POSGRAP, CODAP e STI serão responsáveis pela construção dos Editais vinculados a este plano”.

¹⁰⁴ A Portaria nº 1025/2020 “Estabelece o Plano de Requalificação de Núcleos Residenciais do Programa de Residência Universitária da UFS - PRU no Âmbito da Assistência Estudantil para o exercício 2021”; A Portaria nº 1026/2020 “Estabelece o Plano de Ação Especial de Manutenção Acadêmica na modalidade de auxílio pecuniário no Âmbito da Assistência Estudantil para o exercício 2021”; a Portaria nº 1027/2020 “Estabelece o Plano de Inclusão Digital – PRU no Âmbito da Assistência Estudantil para o exercício 2021” e a Portaria nº 1028 “auxílio pecuniário no Âmbito da Assistência Estudantil para o exercício 2021”; a Portaria nº 1027/2020 “Estabelece o Plano de Inclusão Digital – PRU no Âmbito da Assistência Estudantil para o exercício 2021” e a Portaria nº 1028 “Estabelece o Plano de Apoio ao Esporte e Cultura no Âmbito da Assistência Estudantil para o exercício 2021”. Disponível em: https://www.sipac.ufs.br/public/jsp/boletim_servico/busca_avancada.jsf. Acesso em: 24 ago. 2021.

¹⁰⁵ O Editais 01,02,03/PROEST, em 2021, tiveram a finalidade de custear, durante as atividades remotas, equipamentos eletrônicos e o pagamento de internet aos discentes da instituição. Disponível em: <https://proest.ufs.br/conteudo/66965-plano-especial-de-inclusao-digital-para-o-periodo-letivo-remoto-editais-001-002-e-003-2021-proest>. Acesso em: 24 ago. 2021.

¹⁰⁶ De acordo com o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES), em janeiro de 2021, vinte Instituições Federais de Ensino Superior sofreram intervenção determinada pelo governo federal. Disponível em: <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/cerca-de-20-instituicoes-federais-de-ensino-estao-sob-intervencao-no-pais1>. Acesso em: 31 jul. 2021

Diante de condições de trabalho adversas em 2020, foi necessária a elaboração coletiva de um documento¹⁰⁷, reivindicando a participação na elaboração do edital, especialmente para ser parte no planejamento, que foi encaminhado aos gestores da PROEST, PROGRAD, POSGRAP e PROEX. A partir disso, foi solicitado que as profissionais de Serviço Social, inicialmente de São Cristóvão, participassem de reunião para identificar possíveis dificuldades ocorridas no ano anterior a serem sanadas naquele momento. Com isso, as profissionais dos demais *campi* entenderam que também deveriam participar e contribuir na construção, afinal todas essas estão nas análises e os *campi* têm peculiaridades a serem atendidas.

Frente aos entraves no exercício profissional na assistência estudantil ainda era necessário analisar e ponderar as ações considerando o cenário político, não somente com o governo “neofacista”¹⁰⁸ de Bolsonaro mas também com a gestão da UFS, que por vezes demonstra o seu alinhamento. O contexto na UFS, nos anos de 2020 e 2021, é de instabilidade e insegurança política. Ainda no final de 2019, as entidades representativas¹⁰⁹ das categorias, que compõem a comunidade acadêmica, convocaram Assembléia Geral Universitária a fim de mobilizar e organizar a consulta pública¹¹⁰ para a Reitoria da

¹⁰⁷ Este teve a finalidade de apresentar as dificuldades enfrentadas pela equipe e por discentes em não ter participado na elaboração dos editais e ter de executar a atividade atribuída. Por isso, foi necessária a elaboração desse documento reivindicando a participação na elaboração do edital, especialmente para ser parte no planejamento.

¹⁰⁸ Mattos (2020, p. 238) pontua que a partir de Florestan Fernandes como as ações “ultrarepressivas e da institucionalização da repressão sistemática” no período ditatorial tinham por objetivo o controle das massas. O autor ainda prossegue com Lazzarato para constatar que o neofacismo se apóia numa “[...] guerra contra a população. O bolsonarismo se apóia justamente nessa lógica de guerra contra a população, seja na dimensão privada de armar os “homens de bem” para combaterem por sua conta os “vagabundos”, mas principalmente no braço policial estatal e miliciano paraestatal”. O historiador compreende que o neofacismo se fortaleceu diante da ação violenta do Estado em ampliar a miséria e a “superexploração”. Conta ainda com a “fração degenerada pequeno-buguesa e assalariada média, que teme a própria proletarização e acredita que o melhor antídoto contra ela é a política de extermínio de parcelas mais precárias da classe trabalhadora” (MATTOS, 2020, p. 239-240).

¹⁰⁹ As entidades que fizeram parte da Comissão Eleitoral para a realização da Consulta Pública para a formação da lista tríplice foram o SINTUFS, ADUFS, DCE e AAU. A Associação dos Aposentados (ASAP) fez parte da Comissão Eleitoral, mas não esteve presente durante a organização e realização destas.

¹¹⁰ A Reitoria colocou entraves para que a consulta pública não se realizasse, e o cenário provocado pela pandemia contribuiu para isso. Enfim, o colégio eleitoral foi convocado e mesmo com os representantes eleitos dos discentes, parte dos técnicos e pouquíssimos professores se manifestando contrariamente, foi realizada a reunião e, ainda que sem a aprovação da ata, foi concluída e considerada válida. Esse contexto foi propício para que o governo federal nomeasse a docente Liliádia da Silva Oliveira Barreto como interventora para a Reitoria da UFS. Por isso, o Departamento de Serviço Social assim como outros Departamentos e Programas de Pós-Graduação da UFS se manifestaram contrários a este respeito. As entidades representativas do Serviço Social (CFESS, ABEPSS e ENESSO) se posicionaram sobre a referida intervenção, assim como o CRESS/ Sergipe. Por fim, após 4 meses a intervenção teve fim, com a Portaria de nomeação do “Reitor” Decreto de 17 de março de 2021 - DOU - Imprensa Nacional (in.gov.br), divulgada na madrugada do dia 18 de março de 2021.

instituição como acontece desde meado da década de 1980. Foram realizados debates em todos os campi, exceto Lagarto porque estava em período de férias acadêmicas. Tudo estava preparado para os dias das coletas de votos, mas faltando apenas dois dias, as atividades presenciais da UFS foram suspensas em decorrência da pandemia.

Cabe situar que essa instabilidade também provocou inúmeras situações às/aos trabalhadoras/es que estão vinculadas/os tecnicamente à PROEST, quer trabalhando em São Cristóvão quer em outros campi, que passaram a responder administrativamente às chefias diferentes, visto que o dia seguinte era desconhecido. Outro ponto foi a sobreposição de análises socioeconômicas diante de editais concomitantes de Pró-Reitorias diferentes causando um grande impasse em 2020. Por isso, a reivindicação da equipe em participar das reuniões para sugerir ações de competência dessa profissão, além de um calendário que pudesse ser realizado em prazo coerente com as demandas da equipe. Após a participação em diversas reuniões com equipes de alguns setores, esses pontos foram apresentados assim como a necessidade de condições dignas de trabalho,

Ainda cabe sinalizar que, a partir de então, menos de quatro meses depois, a maior parte da gestão é novamente trocada, ou seja, a maioria daqueles que faziam parte da gestão antes da intervenção retornaram aos cargos, ou seja a “dança das cadeiras”. Assim, recomeçaram todos os impasses e reuniões para trazer à tona novamente as dificuldades em torno das decisões da gestão que incidem diretamente na atuação profissional das assistentes sociais da assistência estudantil de todos os campi da UFS.

O principal retrocesso que o ex-reitor Ângelo Antonioli deixou para a comunidade acadêmica foi um gestor que não se candidatou ao pleito na consulta pública, isto é, não se apresentou à comunidade acadêmica, nem divulgou as propostas para a gestão, materializando assim o autoritarismo na UFS. Após o episódio da desconsideração à consulta pública, que é realizada desde os anos de 1980, coordenada pelas entidades representativas de técnico-administrativos/as, discentes e docentes, não existe mais o respeito aos ritos democráticos na instituição, sendo persistente a possibilidade da eleição realizada democraticamente não ser atendida, como ocorrido nas reuniões para a formação das listas tríplexes dos Centros de Educação e Ciências Humanas e Ciências Agrárias Aplicadas. Em 28 de julho de 2021 foram emitidas as portarias de nomeação das Direções¹¹¹

¹¹¹ Portarias números 906 – CCBS, 908 – CCET, 910 – CCSA, 912 – CECH, 914 – CCAA, 916 – Campus de Laranjeiras.

e Vice-Direções¹¹² dos Centros do *Campus* São Cristóvão e do *Campus* Laranjeiras. Entretanto, o corpo técnico, discentes e docentes não tiveram seus votos reconhecidos no Centro de Ciências Agrárias Aplicadas, não sendo nomeado o eleito por eles.

Esse movimento que ocasionou a permanência na Reitoria de integrantes da gestão de Ângelo Antonioli traz consequências políticas na forma de gerir a instituição, visto a pequena rotatividade de pessoas nos cargos comissionados, sua maioria docentes homens, na permanência das dificuldades institucionais, inúmeras ações para divulgações, mas concretamente persistem as dificuldades e limitações. Em suma, permanecem os gestores, as gratificações e os equívocos, enquanto a comunidade universitária que busca construir caminhos e alternativas não tem espaço. É possível reconhecer essa questão em:

O capital universitário se obtém e se mantém por meio da ocupação de posições que permitem dominar outras posições e seus ocupantes, como todas as instituições encarregadas de controlar o acesso ao corpo, bancas de concursos da Escola normal superior e da agregação ou do doutorado, Comitê consultivo das universidades: esse poder sobre as instâncias de reprodução do corpo universitário assegura a seus detentores uma autoridade estatutária, espécie de atributo de função que está muito mais ligado à posição hierárquica que a propriedades extraordinárias da obra ou da pessoa [...]. (BOURDIEU, 2011, p. 115-116).

Assim, continuamos sem ampliar o quadro de assistentes sociais, para atender um volume cada vez maior de editais, visto que a equipe entre 2015 e 2021 ampliou em três pessoas e passou a atender mais três Pró-Reitorias, PROGRAD, PROEX e POSGRAP, considerando, ainda, que os gestores decidem politicamente enquanto as/os técnico-administrativas/os dificilmente conseguem avançar a partir das suas formações profissionais. Enfim, foi preciso elaborar documentos para seguir questionando internamente.

Para ilustrar, apresentamos o quadro 10 em que é possível visualizar os espaços sócio-ocupacionais que contaram com assistentes sociais na UFS e os que possui em 2021. Percebemos as limitações que têm causado à instituição a redução desses locais tão relevantes.

¹¹² Portarias números 907 – CCBS, 909 – CCET, 911 – CCSA, 913 - CECH , 915 – CCAA, 917 – Campus de Laranjeiras.

Quadro 10 – Admissões e Desligamentos de Assistentes Sociais na UFS (1968 - 2021)

(continua)

Nº	SETOR	NOME	ADMISSÃO	DESLIGAMENTO
01	DP – PROGEP	Antonieta Barreto Soares	01/07/1971	19/06/1991
02	DP – PROGEP	Maria Tereza Teles Prudente	01/08/1973	22/10/1991
03	DP – PROGEP	Telma Mendes Costa	03/12/1979	06/05/1997
04	DIASE – PROGEP	Maria Sonia Rocha Viana Rezende	01/08/1976	06/06/1997
05	DP – PROGEP	Ana Maria do Nascimento Santos	01/04/1977	25/01/2000
06	DP – PROGEP	Raimunda Doria de Carvalho	10/12/1979	06/10/2003
07	DP – PROGEP	Debora Galdina dos Santos	01/09/1999	24/10/2003
08	DIASE – PROGEP	Gildete da Silva Santos	01/10/1981	
09	DDRH – PROGEP	Rose Maria Tavares Fagundes Ferreira	01/05/2000	
10	PROEX	Maria Helena Sales	01/09/1999	31/05/2001
11	Divisão de Artes Visuais/ PROEX	Djaldino Mota Moreno	10/12/1973	01/03/2010
12	PROEX	Gilvane Ribeiro Barreto Sobral	01/10/1978	26/07/1996
13	PROEX	Beliene Ferreira Silva	01/09/1999	14/06/2003
14	PROEX	Ezilde Serra Pinheiro	01/07/1975	16/10/2003
15	PROEX	Neuza Ribeiro de Souza	02/12/1996	31/05/2004
16	PROEX	Lourdes Maria Teles Franco	15/09/1981	17/01/2012
17	PROEX	Daisy Maria dos Santos	14/06/1993	09/04/2015
18	SAES – Itabaiana	Manuella Aragão Pinheiro	10/09/2013	16/01/2014 – redistribuição permuta
19	DAE – Laranjeiras	Carolina Sampaio de Sá Oliveira	17/01/2014 – redistribuição permuta	
20	DAE – Laranjeiras	Danielle Lima Menezes Ananias	14/07/2014	29/08/2017 – Redistribuição
21	SAES – Itabaiana	Raquel de Oliveira Mendes	14/06/2018 – redistribuição	
22	PROEST	Laura Carneiro Lacerda	14/06/1993	05/12/2004
23	PROEST	Lucia Maria Correia	04/03/1981	06/02/2007
24	PROEST	Natércia Medrado Gomes	01/04/1999	10/07/2019
25	DAE – Lagarto	Larissa Feitosa da Rocha	02/12/2019 – redistribuição	
26	PROEST	Edjanaria Barbosa da Silva Borges	10/09/1993	
27	PROEST	Andréa Moreira Batista	28/07/2008	
28	PROEST	Flavia Augusta Santos de Melo Lopes	28/07/2008	

Quadro 10 – Admissões e Desligamentos de Assistentes Sociais na UFS (1968 - 2021)

(conclusão)

29	PROEST	Maria Rosângela Albuquerque Melo	28/07/2008	
30	PROEST	Tatiane Campos Nascimento Plínio	06/02/2013	
31	PROEST	Fabio dos Santos Barbosa	04/07/2013 – redistribuição	
32	PROEST	Rosane Amália de Jesus Guimarães	20/06/2016 – redistribuição	
33	PROEST	Sara Cristina de Lima Cerqueira	10/07/2013	
34	SAES – Itabaiana	Flavia Martins dos Santos	02/09/2013	
35	DAE – Lagarto	Maria Camila Guilherme Gomes	11/09/2013	
36	Campus Sertão	Taira Cris de Jesus Moreira	13/08/2015 – redistribuição	
37	DIASE – PROGEP	Rivonylda Costa Sousa Araujo	06/01/2020 – cooperação técnica	
38	HU	Polyana Maria Palmeira Sarmiento	06/01/1995	
39	HU	Joana Rita Monteiro Gama	08/03/2004	
40	HU	Wlivia Santana Kolming	27/09/2005	
41	HU	Andrea Mattos Dantas do Nascimento Cardial	28/09/2005	
42	HU	Ivanete Rezende Moraes	06/01/1995	02/02/2008

Fonte: elaborado por Carolina Sampaio de Sá Oliveira (2021)

Esse quadro foi elaborado a partir da resposta do Número Único do Protocolo (NUP) 23546.053079/2021-42¹¹³, após a solicitação de informações das/os assistentes sociais da UFS e suas unidades de lotação, no período de 1968 a 2021. A partir da análise dos dados do quadro, pode-se reconhecer a importância que o Departamento de Pessoal, atual PROGEP, e a Pró-Reitoria de Extensão já tiveram enquanto espaços sócio-ocupacionais para o exercício profissional. O Departamento Pessoal/PROGEP recebeu seis profissionais do Serviço Social em períodos diferentes. A última profissional lotada se aposentou em 2003. Em 2021, a PROGEP tem três assistentes sociais, uma na gestão da Divisão de Desenvolvimento de Recursos Humanos (DDRH) e duas¹¹⁴ na DIASE. Em relação a PROEX, foi a Pró-Reitoria

¹¹³ A solicitação foi realizada através do link. Disponível em: <https://esic.cgu.gov.br/falabr.html>. Acesso em: 20 nov. 2021.

¹¹⁴ A assistente social Rivonylda Costa Sousa Araujo requisitou através do Processo UFRPE nº. 23082.020565/2019-64 prestar colaboração técnica na UFS, no período de quatro anos para desenvolver o projeto intitulado "Diagnóstico das condições de trabalho e implementação de ações de Vigilância em Saúde

que antes do PNAES obteve o maior número de assistentes sociais, sete. Além disso, foi constatado um assistente social lotado no setor Divisão de Artes/CULTART, também vinculado à PROEX, que se aposentou em 2010. Pelo que foi identificado no quadro, nenhum profissional de Serviço Social foi lotado em seu lugar.

Há ainda casos¹¹⁵ de assistentes sociais que prestaram relevantes serviços à UFS, mas que não constam da relação enviada pelo NUP. Nessa direção, vale registrar o nome da assistente social Antônia Edurvalina Nascimento, enaltecida pelo depoimento do primeiro reitor da universidade, quando concedeu entrevista à Silveira (2008), por ocasião da realização de sua pesquisa para a dissertação junto ao programa de pós-graduação em educação.

Antônia Edurvalina Nascimento era assistente social formada pela Escola de Serviço Social de Sergipe. Aluna da primeira turma de Serviço Social foi colaboradora do Professor João Cardoso, no DNCs, e na Universidade Federal de Sergipe, quando ele foi eleito o primeiro Reitor, implantando na sua gestão o Serviço Social da UFS. Na ocasião foi nomeada por ele para ser a Coordenadora de Assistência ao Estudante, permanecendo no cargo até a sua aposentadoria em 1983. (SILVEIRA, 2008, p. 127).

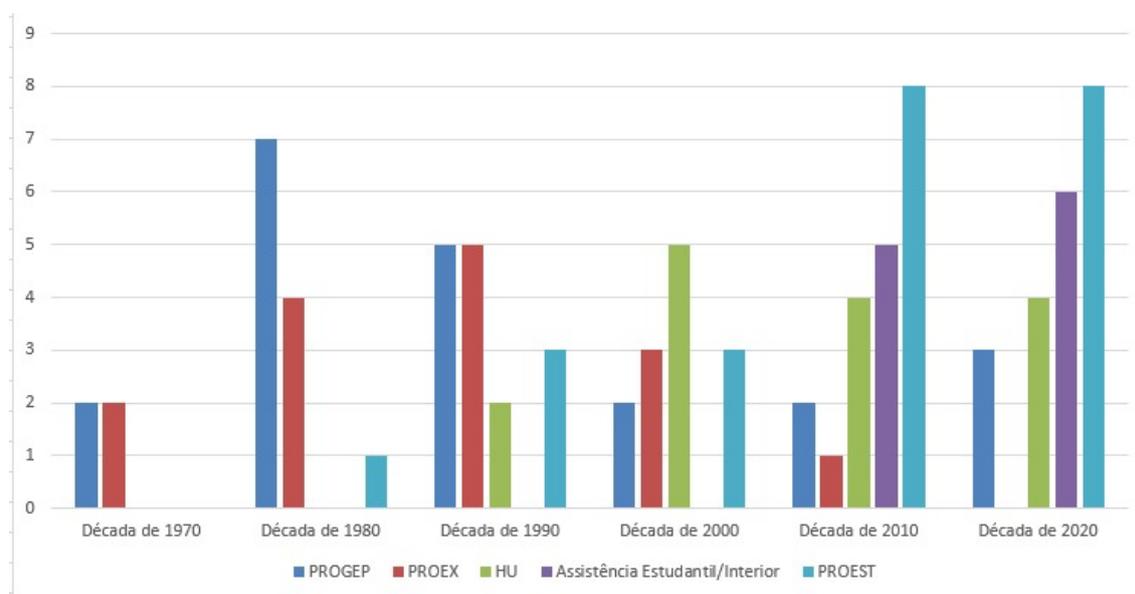
O gráfico 1 demonstra, através das informações do quadro, que as primeiras assistentes sociais que atuaram na UFS foram lotadas na PROGEP e PROEX na década de 1970.

do servidor da UFS". A portaria que autorizou o afastamento foi o dia 3 de janeiro de 2020, e o gozo da cooperação teve início em 16/01/2020. Disponível em:

https://admin.folhadirigida.com.br/filemanager/files/concursos/EDITAL_UFRRJ.pdf. Acesso em: 21 ago. 2021

¹¹⁵ Além do caso de Antonia Edurvalina Nascimento, há dois casos de aposentadas do Departamento de Serviço Social em que o primeiro vínculo com a UFS foi enquanto assistente social, e o segundo, após aprovação em concurso público, como docente. A primeira, Maria da Conceição Menezes Vasconcelos (26 de abril de 1973 a 01 de abril de 1974), conhecida como professora Lica, e a segunda, Maria Elisa Cruz (2002). Conforme seu memorial para progressão funcional vertical, na categoria docente, referente aos anos de 2001 e 2002, foi contratada com registro na carteira de trabalho, em agosto de 1974, para o exercício profissional de assistente social na Universidade Federal de Sergipe onde permaneceu até março de 1992. Durante esse período esteve sempre vinculada a atividades na extensão a começar pelo CURBITAC no bairro América em Aracaju e em seguida CRUTAC nos municípios de Japaratuba e Pirambu. É salutar informar que exerceu suas atividades em projetos no Rosa Elze, integrou projetos em algumas instituições sob a condição de supervisora de estágio e foi coordenadora de Ação Comunitária (COACOM/CECAC/PROEX).

Gráfico 1 - Profissionais lotadas/os em espaços sócio-ocupacionais por décadas (1970-2020)



Fonte: elaborado por Carolina Sampaio de Sá Oliveira (2021)

Nos dez anos seguintes, a assistência estudantil começou a receber profissionais de Serviço Social, e posteriormente a inserção se deu no HU. A PROEX e a PROGEP foram apresentando conjuntamente o crescimento do número de profissionais, não obstante a década de 2000 apresentou redução de profissionais. Ainda nesse período, começaram desligamentos e admissões, permanecendo equilibrada a quantidade de trabalhadoras/es na assistência estudantil.

A década seguinte, marcada por um concurso de técnico-administrativos/as, com vaga para muitos cargos, inclusive assistente social, proporcionou o despontar de profissionais do Serviço Social na assistência estudantil. Dessa forma, ainda na década referente a 2010, duas assistentes sociais vieram do interior, Itabaiana e Lagarto, para o *campus* de São Cristóvão, e todas as nomeações do concurso foram para o interior. Assim, apesar do número elevado, a assistência estudantil no interior existe nos quatro *campi* e seis profissionais, ou seja, duas em Lagarto, duas em Itabaiana, uma em Laranjeiras e uma em Glória. Ainda ocorreu a remoção de duas assistentes para a PROEST, entre 2017 e 2018, oriunda da PROEX e da Ouvidoria. Em seguida, foi um período que culminou com a resolução nº 04/2018/CONSU articulada pela CODAE/PROEST e com a atribuição da realização das análises socioeconômicas de editais de outras Pró-Reitorias.

Desse modo, nos *campi* de São Cristóvão e Aracaju, que têm suas demandas atendidas pelas assistentes sociais da DIPAI/CODAE/PROEST, a década de 2020 possui oito assistentes sociais, mas possui grande demanda tanto em editais, quanto em acompanhamento das/os discentes que fazem parte assistência estudantil e atendimento a qualquer estudante matriculada/o na instituição.

Enfim, é possível constatar a concentração de assistentes sociais na assistência estudantil, quer seja na PROEST, quer nos setores localizados nos *campi* do interior, já mencionados. As aposentadorias ou desligamentos desde a década de 1990 não provocaram reposições nos espaços ocupados, mas um reordenamento, ou seja, um reducionismo da atuação profissional da/o assistente social.

Nessa perspectiva, como exemplo, o código de vaga da assistente social aposentada da PROEX, em 2015, proporcionou uma redistribuição. Por meio dessa estratégia a ocupação dessa vaga ocorreu por profissional oriunda da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), que foi lotada pela instituição na PROEX, campus São Cristóvão. Em 2017, ela foi removida da PROEX para a PROEST. Desse modo, a PROEX passou a não contar com nenhuma assistente social lotada nesta Pró-Reitoria, isto é, a gestão preferiu priorizar a assistência estudantil a manter um espaço relevante para o exercício profissional. Cabe mencionar que a PROEX foi inclusive um espaço pioneiro da inserção dos assistentes sociais, no âmbito das universidades, e fundamental para o exercício da função social da entidade de articular ensino, pesquisa e extensão. Essa foi a dinâmica, mas compreendemos que a necessidade atual é de ampliação de vagas, não apenas para a assistência estudantil.

Conforme o Dimensionamento de Pessoal Técnico-Administrativo, em 2017, as assistentes sociais da UFS estavam lotadas conforme a descrição a seguir: 12 na assistência estudantil dos diversos *campi*, 2 PROGEP, sendo 1 na DIASE e 1 no DDRH, 4 no campus saúde / HU e 1 na Ouvidoria. Vale ressaltar que, em 2018, a assistente social da Ouvidoria foi removida para a PROEST. Já no dimensionamento de 2018, divulgado em 2019, não foram apresentadas informações referentes às solicitações por trabalhadores de Serviço Social. Esse documento estava sendo divulgado anualmente, entretanto em 2020 o dimensionamento de 2019, até novembro de 2021, não foi publicizado. Em paralelo, a situação no IFS é similar, pois a instituição possui 15 profissionais, e todas estão lotadas na assistência estudantil. Todavia, não foi localizado o Dimensionamento de Pessoal Técnico-Administrativo, mas somente relatórios estatísticos no Sistema Integrado de Gestão de

Recursos Humanos (SIGRH) que retratam a quantidade de técnicos/as por idade, nível ou setor.

Em 2019, após aposentadoria de assistente social da PROEST/UFS, foi gerada nova redistribuição, e foi aberto edital de remoção. Assim, a profissional redistribuída foi lotada no Campus Lagarto, e a assistente social da DAE / Campus Lagarto foi removida para o Campus São Cristóvão. Ainda em 2019, a PROGEP/UFS teve secretária executiva redistribuída para UFBA, e em contrapartida a UFS recebeu um código de vaga de assistente social¹¹⁶ e abriu edital de remoção. Nesse sentido a equipe técnica de Serviço Social está aguardando a chegada de nova profissional redistribuída para somar a equipe da assistência estudantil.

A partir da política de ajuste do neoliberalismo, implementada nos últimos 30 anos, devemos reconhecer que o governo Lula da Silva não se diferenciou de seus antecessores. Assim, continuou com a alta do superávit primário e o pagamento dos juros da dívida. Desse modo, as políticas sociais continuaram amargando seu “desfinanciamento”, nesse caso a educação continuou não tendo seu pleito atendido, permanecendo inferior aos 10% em seu financiamento, por conseguinte não tendo condições de cumprir a meta para a população a ser atendida.

Desse modo, como apresentaram Mancebo e Silva Junior (2004), vários elementos dessa (contra) reforma universitária trouxeram prejuízos para as universidades públicas, desde a criação do Sistema de Avaliação e Progresso do Ensino Superior (SINAES) e interferências na autonomia universitária, pois ampliaram as possibilidades de financiamento para instituições privadas. Nesse cenário, outros projetos se somaram e impactaram no ensino superior, a exemplo do PROUNI, que contribuiu para inserção dos estudantes nas instituições de ensino superior privadas. Assim, a população que não tinha acesso às universidades públicas acabou por adentrar em faculdades privadas.

No segundo mandato do governo Lula, sob o manto da ampliação das universidades, criou o Programa de Apoio a REUNI, estabelecido na lei 6096/2007. Este foi aceito pela UFS, e assim foi encaminhada a criação dos campi do interior. No entanto as vagas de técnico-administrativos/as e docentes não corresponderam ao previsto inicialmente, prejudicando o atendimento das demandas dos campi.

¹¹⁶ Conforme Portaria nº1.555, 27 de agosto de 2019, do MEC.

A inserção por meio das cotas, Lei nº 12.711/2012, possibilita reserva de vagas para estudantes de escolas públicas, estudantes de escolas públicas com renda per capita inferior a um salário mínimo e meio e estudantes pretos, pardos e indígenas. Há alguns anos antes da Lei, algumas instituições públicas federais e estaduais tomaram por iniciativa a adesão a este sistema. A primeira foi a Universidade de Brasília, após a motivação gerada por aluno em processo judicial. Na UFS a Portaria nº 1.110/2007/GR formalizou um Grupo de Trabalho sob a coordenação do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) para elaborar o Programa de Ações Afirmativas. Em 2008, a Portaria nº 080/2008/CONEPE instituiu o PAAF na instituição (SANTOS, 2011). Após uma década de dificuldades nessa implementação, atores sociais apresentaram ao Ministério Público Federal (MPF) denúncias de prejuízos ao grupo de pretos/pardos/indígenas. Nesse sentido, o MPF fez recomendações através do Termo de Ajustamento de Conduta e por isso a UFS através da Resolução nº 23/2021/CONEPE,

Regulamenta os procedimentos de heteroidentificação complementar à autodeclaração dos candidatos negros (pretos e pardos) para fins de preenchimento das vagas reservadas em todos os processos seletivos para ingresso em cursos de graduação e pós-graduação da UFS. (UFS, 2021, p. 1).

Todas as Comissões¹¹⁷ estão sob a coordenação do NEABI. Cabe registrar a recomendação da procuradora e dizer que algumas dessas Comissões contam com a participação de assistentes sociais da assistência estudantil.

A procuradora Martha Carvalho Dias de Figueiredo recomenda que a UFS adote as providências necessária para a “criação da Comissão Especial de Verificação da Autodeclaração Étnico-Racial, em todas as seleções de corpo discente com cotas raciais (graduação, pós-graduação, mestrado e doutorado), cuja atribuição específica será a realização do procedimento de heteroidentificação complementar à autodeclaração racial de todos os candidatos cotistas, independentemente de ‘denúncias’. (ASCOM/UFS, 2020, n.p.).

Foi observado que os códigos de vaga das assistentes sociais que atuavam na PROEX e se aposentaram no período entre os anos 2000 a 2004 não foram direcionados para novas nomeações. Nesse sentido, supomos que esses códigos de vagas foram

¹¹⁷ A partir da institucionalização das Comissões de Heteroidentificação, foi lançado edital nº 13/2021/PROGRAD Convocação Extraordinária: Apuração de Denúncias de Possíveis Irregularidades na Autodeclaração de Pretos ou Pardos, que foram registradas três retificações.

destinados a outros cargos. Todavia, é possível constatar que nesta Pró-Reitoria há ainda demandas que necessitam de acompanhamento e atuação de profissionais de Serviço Social, além do que já é de conhecimento, as análises socioeconômicas dos editais de bolsas de extensão que são financiadas pelo PNAES. É possível exemplificar com os informes da Coordenação de Tecnologias Sociais e Ambientais (CTSA) que tem por finalidade “acompanhamento das ações de extensão e pela difusão das tecnologias sociais e ambientais desenvolvidas na UFS, com o propósito de **potencializar seu impacto social**, em cumprimento à missão, visão de futuro e valores institucionais da universidade” (UFS/PROEX, 2021, n.p., grifos do autor). Ainda de acordo com a página institucional do CTSA, “As ações articuladas têm como público-alvo a própria comunidade acadêmica, os movimentos sociais, comunidades tradicionais, minorias e grupos em situação de vulnerabilidade, pequenos produtores, micro, pequenos e médios empreendedores”. Esses dados contribuem para reafirmar que a política de extensão universitária se caracteriza como locus de atuação do Serviço Social. Inclusive a Resolução nº 47/2019/CONEPE prevê em seu artigo 36.

A Atividade de Orientação Coletiva de Extensão, denominada de UFS-COMUNIDADE, busca promover a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, a partir de ações de caráter interdisciplinar, multidisciplinar e/ou transdisciplinar com vistas à ampliação do alcance e impacto das atividades acadêmicas no desenvolvimento social, econômico, tecnológico e artístico-cultural do estado de Sergipe, especialmente de comunidades em situação de vulnerabilidade social e econômica. (UFS, 2019, n.p.).

Todavia não há assistente social acompanhando esses projetos que podem detectar demandas de acesso aos direitos sociais, bem como contribuir no fortalecimento e organização dessas comunidades. O código de ética do/a assistente social, estabelecido pela Resolução nº 273/1993/CFESS prevê, entre seus princípios fundamentais, “[...] posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática [...]” (CFESS, 1993, n.p.).

Ainda em relação o quadro 10, ao considerar as datas de desligamento e as de admissão, excetuando-se o HU, houve um enxugamento no número de profissionais de Serviço Social na UFS, visto que o concurso de 2008 nomeou duas trabalhadoras, após duas aposentadorias, na PROEST, além da admissão no Campus Itabaiana inaugurado em 2006. Quadro este que passou a se recuperar especialmente nos anos de 2013 e 2014, a partir da

institucionalização do PNAES na instituição, quando as nomeações do concurso de 2012 de técnico-administrativos, cargo assistente social, foram todas direcionadas para a assistência estudantil, nos campi do interior. Essa alteração na lotação e redirecionamento da atuação do Serviço Social assume uma perspectiva reducionista do exercício profissional, assim como da educação implementada na instituição, pois seu campo de atuação pode alcançar outras questões além da necessidade de assistência à permanência na instituição. Contudo,

[...] exige-se do/a profissional de serviço social uma competência teórica e política que se traduza em estratégias e procedimentos de ação em diferentes níveis (individual e coletivo), capaz de desvelar as contradições que determinam a Política de Educação. Assim como ultrapassar os limites conceituais e ideológicos em torno de expressões como “educação para a cidadania”, “educação inclusiva” e “democratização da educação”, que sugerem a idéia de “compromisso social”, mas sem as condições objetivas de sua realização, na medida em que não situa concretamente o componente de classe ao qual elas se vinculam. Exigências que resultam na ampliação do leque de ações profissionais para além das solicitações institucionais de realização de estudos socioeconômicos. (CFESS, 2012, p. 41).

É importante ressaltar que o CFESS (2012) entende que, mesmo existindo a relação do trabalho dos/as assistentes sociais na educação com a política de acesso e permanência do estudante, a realização de estudos socioeconômicos, bem como o acompanhamento dos programas e projetos da assistência estudantil, sua atuação profissional possui uma dimensão que

Envolve também ações junto às famílias, aos professores e professoras, aos demais trabalhadores e trabalhadoras da educação, aos gestores e gestoras dos estabelecimentos públicos e privados, aos/as profissionais e às redes que compõem as demais políticas sociais, às instâncias de controle social e aos movimentos sociais, ou seja, ações não só de caráter individual, mas também coletivo, administrativo-organizacional, de investigação, de articulação, de formação e capacitação profissional. (CFESS, 2012, p. 38).

A extensão universitária apresentou novos meandros a partir da atuação dos FORPROEX. Aliado a isso, num segundo momento, ainda impulsionado por esses gestores, a Política Nacional de Extensão Universitária resultante do Plano Nacional de Extensão vem a fortalecer a perspectiva da extensão acadêmica e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Nesse sentido, o Plano Nacional de Educação (2014-2024) tem em sua meta “12.7 assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares

exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social”.

As Resoluções que normatizam a extensão passaram por mudanças, especialmente no período 2005 a 2021, sobretudo pós PNAES, com a formalização das Ligas Acadêmicas, as Empresas Junior e novas formas de financiamento as suas bolsas. Nesse sentido, a Resolução nº 116/2006/CONEP que “dispõe sobre as atividades de extensão e institui o programa de apoio a extensão na Universidade Federal de Sergipe” (UFS, 2006, p. 1), substituída pela Resolução nº 53/2016/CONEPE que amplia as fontes de financiamento e parceria com instituições privadas. Foi através da Resolução nº 40/2013/CONSU que os eventos passaram a ser regulados, nesta resolução e instrução normativa. Em dezembro de 2019, foi aprovada a Resolução nº 47/2019/CONEPE, para atender as mudanças mais recentes promovidas pelo PNE e pelo FORPROEX. Cabe esclarecer que, desde 2018, a PROEX realizava editais PIAEX, entretanto não foi identificado nenhum regramento institucional para tal Programa.

4.2 IFS/SE: inserção de assistentes sociais em outros espaços sócio-ocupacionais além da assistência estudantil

A recomposição do quadro técnico-administrativo começa com os concursos realizados a partir dos anos 2000, sendo que as primeiras nomeações de assistentes sociais ainda ocorreram no contexto do CEFET. A partir da mudança para os IFET, à medida que foram sendo implementados novas unidades do IFS no estado, profissionais eram nomeadas. Isso possibilitou a formação de equipe técnica recém graduada e comprometida com o projeto Ético-Político do Serviço Social. Todavia, cabe reconhecer que as trabalhadoras foram, em sua maioria, sendo lotadas em setores vinculados à assistência estudantil, tanto no campus Aracaju, como nos campi do interior. O corpo técnico de Serviço Social possui, de acordo com Lisboa (2019, p. 98)¹¹⁸,

[...] 15 (quinze) assistentes sociais lotados nas Coordenações de Assistência Estudantil (COAE) dos diversos campi e na Diretoria de Assistência Estudante (DIAE). A lotação é a seguinte: Campus Aracaju: 5 (cinco) (uma não é do quadro permanente, acompanha cônjuge), Campus Estância: 1 (uma), Campus Itabaiana: 1 (uma), Campus Glória: 1 (uma), Campus Lagarto: 2 (duas), Campus Propriá: 1 (uma), São Cristóvão: 2

¹¹⁸ Houve mudança na lotação, mas não há publicação mais recente informando.

(duas), Campus Tobias Barreto: 1 (uma), DIAE: 1 (uma); e o Campus Socorro está sem profissional.

Identificamos três dissertações do PROSS voltadas para os IFET, a partir do levantamento realizado sobre a produção de conhecimento sendo que cada uma com objeto de pesquisa diferente. Este aspecto nos possibilitou reconhecer que além da atuação nas questões relacionadas à assistência estudantil, estabelecidas através do PNAES, existem outras possibilidades que marcam o desenvolvimento profissional de técnico-administrativas do cargo de assistente social.

O corpo técnico do IFS possui diversos artigos publicados acerca das questões que envolvem a atuação profissional. O livro “Panorama da inserção do/a assistente social na política de educação”, em 2019, conta com o artigo “Atuação do Serviço Social no Instituto Federal de Sergipe” (LISBOA *et al.*, 2019) em que são reconhecidos os impasses e limites para as profissionais. Desse modo, podemos destacar inicialmente que a atuação está principalmente voltada ao acesso e permanência de discentes, todavia extrapola essa área, devido ao alcance e as possibilidades de atuação em uma Instituição Federal de Educação. Nesse cenário, é imprescindível destacar que o PNAES não atende, como se propõe, as condições de permanência nos IFET, diante das expressões da questão social.

Como mencionado anteriormente, a mudança de CEFET para IFs acarretou expansão de unidades e comunidade acadêmica, todavia o corpo técnico ainda está aquém do necessário, e isso foi fruto de debate entre as profissionais, bem como documentado tanto para apresentar a necessidade de mais profissionais, como também “para delimitar suas atribuições no âmbito do IFS considerando as possibilidades de áreas de atuação que se colocam no cotidiano institucional e os diferentes públicos que demandam intervenções” (LISBOA *et al.*, 2019, p. 227).

Todavia, é indispensável assinalar que além das demandas relativas à assistência estudantil, é preciso atender as requisições em outros campos da instituição voltados as pessoas com deficiência ou com dificuldades de aprendizagem, extensão, gestão de pessoas, incluindo todas/os categorias da comunidade acadêmica. São demandas que estão previstas no Projeto Ético-Político, assim como nas entidades que representam o Serviço Social:

Orientar à comunidade do IFS quanto à viabilização dos direitos sociais e os meios de exercê-los; Contribuir para a mobilização e organização popular, articulando os trabalhos de base, de educação com a comunidade do IFS; Realizar estudos e pesquisas socioeconômicas para conhecer a realidade social da população atendida; Construir e organizar os

instrumentos internos do Serviço Social, avaliando-os sistematicamente; Planejar, executar e avaliar planos, programas e projetos sociais, com acesso às informações orçamentárias, participando do seu planejamento; Documentar as ações realizadas no exercício profissional; Orientar e encaminhar os/as usuários/as para a rede socioassistencial e serviços especializados, monitorando os processos; Mapear, estabelecer articulações e propor parcerias com a rede socioassistencial; Prestar assessoria e consultoria, seja nas áreas de ensino e/ou pesquisa e/ou extensão, no que se refere à área do Serviço Social; Compor equipe multiprofissional considerando a integralidade dos sujeitos e grupos atendidos; Supervisionar estagiário/a de Serviço Social, acompanhando seu projeto de intervenção; Garantir uma gestão democrática na elaboração e execução das políticas, articulando e promovendo espaços de construção, discussão e avaliação da política de educação e dos programas e projetos institucionais; Realizar estudos, elaborar relatórios e emitir parecer social e laudos sobre questões que são de responsabilidade do Serviço Social; Coordenar ações, programas e projetos na área de Serviço Social; Desenvolver o trabalho em rede com as políticas públicas e sociais existentes, realizando encaminhamentos quando necessário; Desenvolver trabalhos multidisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar com os/as demais profissionais do IFS: Pedagogos/as, Psicólogos/as, Técnicos/as Educacionais, Bibliotecários/as, Professores/as, etc; Orientar a prática profissional com base nas Diretrizes Curriculares, na Lei de Regulamentação da Profissão e no Código de Ética Profissional; Participar e promover a participação da comunidade acadêmica em instâncias internas e externas de decisão e controle democrático sobre a política de educação, como conselhos e conferências; Articular e promover ações e estudos que tratem sobre os direitos sociais e direitos humanos; Participar de eventos que discutam a educação e o fazer profissional para aprimorar a execução de suas ações. (IFS, 2016, p. 3-5 apud LISBOA *et al.*, 2019, p. 232-233).

Damasceno (2013) apresentou, nos anexos da sua dissertação, as atribuições do Serviço Social nos espaços sócio-ocupacionais no Instituto Federal da Bahia (IFBA). Isso denota que existem demandas que devem ser atendidas por trabalhadoras/es com a formação em Serviço Social, concursadas/os para este cargo, ratificando de modo imperativo a ampliação do quadro de técnico-administrativas/os nas Instituições Federais em Educação.

Ao reconhecer os entraves apresentados objetivamente no cotidiano profissional do IFS, além do Plano de Carreira, percebemos que as dificuldades são similares a UFS, ainda que o público seja em parte diferente. Assim são necessários:

[...] compreensão e defesa por parte dos/as servidores/as e gestores/as principalmente das ações referentes à Política de Assistência Estudantil na perspectiva de direito do/a estudante; efetivação de uma Política de Assistência Estudantil que contribua para o acesso e permanência dos/as estudantes, embora já existam ações que contribuem significativamente neste processo; dotação orçamentária reduzida frente às demandas institucionais para a intervenção no enfrentamento às diferentes expressões

da questão social, especialmente no que diz respeito às ações de assistência estudantil; acompanhamento sistemático das ações, principalmente da assistência estudantil, em razão do público majoritário; ampliação do quadro de profissionais (técnicos/as e docentes); desenvolvimento de ações vinculadas ao tripé institucional ensino, pesquisa e extensão; intervenção multidisciplinar, interdisciplinar e intersetorial, apesar dos trabalhos realizados nestas dimensões; entraves ético-políticos diante do perfil crítico e propositivo apresentado por determinadas profissionais com vistas a (re)afirmação e fortalecimento do Projeto Ético-Político do Serviço Social; mobilização e participação do público que atendemos nas reivindicações e lutas por acesso aos direitos e ampliação desses direitos; ampliação das ações e intervenções do Serviço Social para outras áreas e outros públicos; fortalecimento dos debates sobre a inserção e reconhecimento profissionais; qualificação e capacitação permanente dos/as profissionais; Falta de condições éticas e técnicas de trabalho que já culminou em denúncias e orientações junto ao Conselho Regional de Serviço Social (CRESS/SE); garantia da transparência do uso dos recursos institucionais; democratização da elaboração do planejamento institucional, garantindo a representatividade estudantil nesta construção (espaços deliberativos, a exemplo de fóruns), bem como a representatividade de profissionais que formam as equipes técnicas, não restringindo a participação à gestão (NASCIMENTO, 2017); e, inexistência de setor/coordenação de Serviço Social na instituição, o que fragiliza e dificulta a construção coletiva da categoria. (LISBOA *et al.*, 2019, p. 234-235).

Nesse sentido, Lisboa (2019) também demonstrou a possibilidade de atuação na extensão apresentando sua experiência através do projeto no Escritório Modelo de Arquitetura e Engenharia Civil no Campus Estância do IFS. Esse projeto busca atender, com orientação técnica, às famílias que estejam em situação de vulnerabilidade socioeconômica. A profissional alertou que a extensão propicia a possibilidade de os estudantes conhecerem e atuarem na realidade social agregando novos conhecimentos à sua formação profissional. Os/As trabalhadores/as do Serviço Social têm mais uma oportunidade de fortalecer o projeto ético-político, isto é, a defesa do acesso aos direitos sociais, da democracia e da justiça social (LISBOA, 2019).

De acordo com a avaliação do projeto, a equipe reconheceu a relevância da atuação da assistente social, pois isso contribuiu para a seleção do público a ser atendido assim como o acesso ao direito social. Isso se deu a partir de estudos socioeconômicos realizados pela profissional (LISBOA, 2019).

As assistentes sociais do IFS tiveram artigo publicado e apresentado no Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), em 2016, intitulado “As Atribuições do Serviço Social na Educação Profissional: a experiência do IFS” (ANEXO A). Cabe destacar que

[...] esse trabalho teceu algumas discussões sobre o Serviço Social na Educação com o olhar para a educação profissional, e debate sobre as atribuições do assistente social no IFS, explicitando as diversas áreas de atuação desse profissional na instituição. Dentre esses espaços de atuação, está descrita a inserção na extensão. (LISBOA, 2019, p. 98).

Ao abordar o exercício profissional, Damasceno (2013, p. 109-110) considera dois aspectos de relevância que temos convergência:

Na intervenção das diversas demandas e expressões da “questão social” que se apresentem ao assistente social no espaço educacional, é necessário que o profissional realize uma leitura conjuntural, partindo dos aspectos macro da totalidade para as especificidades locais. Conhecer o objeto de intervenção e as concepções de educação presentes proporcionará ao profissional realizar uma intervenção mais qualificada e não pautada no imediatismo das ações. Além disso, o grande desafio da categoria está na sua vinculação a um determinado projeto de sociedade. Esta capacidade e decisão política certamente diferencia o profissional de Serviço Social, caracterizando sua dimensão educativa. As questões objetivas de atuação para o acompanhamento efetivo da demanda imediata dos usuários e da luta real por uma nova ordem societária existem no cotidiano profissional. A lógica do sistema capitalista não permite a intersectorialidade das políticas sociais e emancipação plena dos sujeitos. Mas devemos defender estas perspectivas como possibilidades nas mediações a partir das contradições do próprio sistema. Trata-se de uma estratégia de denúncia, articulação dos sujeitos para politização crítica e garantia de direitos sociais.

É necessário que as/os assistentes sociais busquem realizar ações educativas, pautadas na dimensão ético-política da profissão relacionadas especialmente a um projeto de sociedade e de educação que contribuam com o acesso aos direitos sociais e ao exercício da cidadania. Desse modo, é possível buscar o fortalecimento das ações através da articulação política e do debate em conjunto com discentes e outras categorias profissionais, além das atividades que proporcionem trocas e discussões coletivas.

A equipe de profissionais de Serviço Social do IFBA e do IFS protagonizaram a elaboração de documento apresentando as atribuições da profissão por área, ou seja, por espaço sócio-ocupacional nas respectivas instituições. Isso denota as diversas possibilidades para o exercício profissional, assim como espaços que requerem assistente social atuando. Entretanto, ainda assim, Lisboa (2019), Lisboa *et al.* (2016) e Oliveira (2013) demonstram que na realidade tem se acumulado a inserção do/a profissional na assistência estudantil com requisições de outros espaços sócio-ocupacionais.

Ainda acerca da assistência estudantil, Damasceno (2013) e Nascimento (2014) sinalizaram o quanto o atendimento às necessidades estudantis foi parcialmente atendido, com lacuna expressiva. Além disso, tempo considerável das atividades realizadas pelas/os profissionais é dedicado às análises socioeconômicas, comprometendo as ações educativas e atividades relacionadas aos acompanhamentos de outras demandas.

Para abordar as ações afirmativas, Mendes¹¹⁹ (2019) analisou as normativas do IFS e relacionou as questões atinentes a/aos jovens estudantes negros/as matriculados/as no campus Aracaju, da instituição mencionada. Ainda que o acesso seja garantido, a permanência tem sido um nó a ser desatado, visto que os recursos financeiros são insuficientes para atender as diretrizes previstas no PNAES e especialmente ao recorte de raça/etnia. Nessa perspectiva a autora elucida ainda que as ações afirmativas são um meio de reparar injustiças sociais àqueles/as que há muito sofrem as conseqüências do racismo estrutural e das desigualdades sociais.

Diante da implementação das cotas sociais e raciais, para alertar sobre as novas questões que são apresentadas em âmbito acadêmico, Gomes (2017, p. 114 apud MENDES, 2019, p. 32) sinaliza que

Após a implementação das ações afirmativas mediante a Lei 12.711/12, as instituições públicas de Ensino, têm que lidar com a chegada de sujeitos sociais concretos, com outros saberes, outra forma de construir o conhecimento acadêmico e com outra trajetória de vida, bem diferentes do tipo ideal de estudante hegemônico e idealizado em nosso país. Temas como diversidade, desigualdade racial e vivências da juventude negra, entre outros, passam a figurar no contexto acadêmico [e escolar], mas sempre com grande dificuldade de serem considerados legítimos.

Situação tal qual relacionada à permanência das/os discentes na UFS, o monitoramento fica prejudicado não coibindo a evasão e retenção escolar (MENDES, 2019, p. 36)

A análise documental realizada por Mendes (2019) proporcionou uma avaliação precisa e acertada tanto das normativas do IFS quanto do PNAES no tocante ao aspecto dos/as discentes atendidas pelas ações afirmativas no ingresso à instituição. Isso foi demonstrado em:

¹¹⁹ Mendes (2019) apresentou as normativas atualizadas referente à assistência estudantil no IFS, destacando inclusive que algumas modalidades de bolsas/auxílios não requerem o perfil de renda familiar previsto no PNAES.

Quanto à discussão da questão étnico-racial, os documentos e normativas do IFS seguem a mesma direção do PNAES: sem menções diretas a termos ou ações que evidenciem alguma intervenção em torno da temática. O que foi encontrado se refere a citações indiretas de artigos de Leis que mencionam a expressão “étnico-racial” ou termos que deixam a discussão subentendida, como: “equidade”, “direitos humanos” e “respeito às diversidades” [...]. (MENDES, 2019, p. 68).

Assim como foram apresentados alguns elementos que dificultam consideravelmente o acompanhamento da equipe técnica aos discentes, Mendes (2019, p. 70) destacou alguns elementos que

[...] as equipes sentem dificuldades em operacionalizar o que consta na instrução normativa que traça a metodologia de acompanhamento institucional, devido a alguns motivos que podemos elencar: razão inversamente proporcional entre demanda discente/profissionais disponíveis nas equipes técnicas; dificuldades em realizar a intersectorialidade entre assessorias pedagógicas, Pró-Reitoria de ensino, DIAE/CAE's e outros setores; falta de estrutura nos campi para atendimentos (individuais e coletivos) e visitas domiciliares; foco institucional na bolsificação, o que reverbera para as equipes a priorização ações voltadas para a execução dos editais de seleção dos auxílios do PRAAE, fato que limita deveras os profissionais da equipe multidisciplinar da assistência estudantil de exercerem uma práxis pedagógica diferenciada e mais abrangente, que contemple o envolvimento em reuniões importantes para o acompanhamento discente, como é o caso dos [...] colegiados dos cursos.[...].

É imprescindível que as gestões das IFES busquem novas alternativas para a permanência dos discentes, visto que as equipes de Serviço Social têm atuado principalmente para o ingresso nas bolsas/auxílios, tanto na UFS quanto no IFS. A equipe tem sinalizado a necessidade de ampliação do quadro de técnico-administrativos/as do cargo de assistente social, visto que o campus Socorro ainda permanece sem a profissional, além do número reduzido de profissionais na maioria dos *campi*.

Assim como a UFS, o IFS apresenta no Relatório de Gestão 2019 os números que representam a quantidade de discentes atendidos e de bolsas/auxílios pagos, assim como o percentual destas relacionando ao montante recebido na rubrica referente à assistência estudantil. As IFES, em Sergipe, persistem em não reconhecer que sem as/os trabalhadores/as, em especial assistentes sociais, não seria possível o atendimento aos discentes. Todavia, essa é somente uma das formas de invisibilizar o trabalho das equipes de profissionais realizado na instituição que é imprescindível ao seu funcionamento, independente de qual seja o público.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação chega às considerações finais sem a pretensão de apresentar conclusões definitivas e ter atendido a todos os questionamentos. Todavia, faz-se necessário apresentar elementos constatados diante da realização dessa pesquisa, especialmente na análise documental da trajetória das instituições.

Foi interessante reconhecer que as primeiras experiências do Serviço Social na educação aconteceram em consonância com o avanço na formação e exercício profissional, respondendo às mudanças da sociedade. Isso ficou nítido na vertente intenção de ruptura, período de organização política de vários setores sociais, entre eles, docentes e estudantes.

A UFS contou com a atuação profissional de assistentes sociais desde o período da instalação, vinculadas à extensão comunitária e à assistência estudantil, assim como em setores da gestão de pessoas. Acompanhar, através dos documentos, essa trajetória, tornou possível reconhecer as posições ocupadas para a construção dessa instituição.

As categorias que compõem a universidade possuíam uma relação mais colaborativa e respeitosa após o período da ditadura militar. Foi possível identificar a discussão entre a reitoria e entidades representativas para a construção de um congresso universitário ainda na década de 1980. Entretanto, isso não perdurou por muitos anos, pois, no final da década de 1990, as gestões começaram a se intercalar e suceder permanecendo no poder.

O CEFET de Sergipe contou com profissionais de Serviço Social ao longo de sua trajetória, mas chegou a ficar sem nenhuma. Foi a partir da década de 2000 que se deu a recomposição do quadro de técnicos e técnicas, inclusive para o cargo de assistente social. A partir de 2008, com a mudança para o IFS, deu-se a ampliação dos *campi*, todavia aquém das demandas institucionais.

O processo de expansão e o REUNI motivaram a ampliação e interiorização com novos campi, que, aliado ao PNAES e as cotas, trouxe à tona uma nova realidade na UFS. Esses foram os principais motivadores para a ampliação da assistência estudantil. Contudo, as requisições cresceram substancialmente, pois a partir de 2018 com a Resolução nº 04/2018/CONSU que prevê a bolsa Permanência UFS e, em 2019, o Ofício do MEC, com alinhamento das ações do governo federal, provocou medidas ainda mais restritivas à concessão de bolsa/auxílios referentes aos recursos financeiros do PNAES.

Na UFS foi possível constatar, entre as décadas de 1970 a 2010, que os espaços sócio-ocupacionais e o número de profissionais foram reduzindo. No entanto, a partir de

2010, as/os profissionais com formação em Serviço Social, com a implementação do PNAES, tiveram suas lotações centralizadas na assistência estudantil, especialmente a partir do concurso de 2012, com remoções ao Campus São Cristóvão e nomeações nos campi do interior Lagarto, Itabaiana e Laranjeiras. O campus do Sertão criado, em 2015, recebeu assistente social a partir de redistribuição, visto que todas as pessoas aprovadas no concurso tinham sido nomeadas.

Foram diversas mudanças no processo de trabalho na assistência estudantil desde a implementação da maioria dos objetivos do PNAES. Na UFS, por exemplo, através das resoluções números 11/2014/CONSU e 08/2016/CONSU; a utilização do SIGAA para o edital de seleção da assistência estudantil, em 2014; as entrevistas sociais durante as seleções de editais tiveram uma brusca redução e maior parte do processo foi automatizado. Contudo, os maiores entraves ao exercício profissional são requisições de diferentes espaços sócio-ocupacionais, ou seja, PROEX, POSGRAP e PROGRAD; a necessidade de planejamento institucional e a gestão compreender a necessidade de maior tempo ao acompanhamento aos discentes que são atendidas/os pela assistência estudantil.

É notório o volume de editais que são divulgados anualmente, mas é preciso elucidar que nem todos têm a previsão de análises socioeconômicas, e os que possuem, nem sempre, estas foram realizadas. Isso é possível detectar, no caso da UFS, através do número de vagas e o período destinado a essa atividade. Todavia, é preciso compreender que essa atividade é relacionada por profissionais extremamente comprometidas não somente com a profissão e o serviço público, mas também, principalmente, com discentes. Essa demanda tem contribuído consideravelmente para a sobrecarga de trabalho das assistentes sociais, em consequência da falta de planejamento institucional e da persistência em atribuir demandas de quatro espaços sócio-ocupacionais para a assistência estudantil atender.

Outro aspecto identificado nas gestões das IFES é que a maioria dos cargos do alto escalão ou de maior reconhecimento são ocupados por docentes. Isso dificulta o planejamento e gerenciamento da instituição, tomada pelo viés político que geralmente atende aos interesses dos órgãos federais contrariando por vezes as necessidades e demandas estudantis e sobrecarregando técnico-administrativos/as. Neste caso, a gestão além de dificultar as construções que fortalecem o acesso e a permanência dos estudantes na instituição, requerendo cada vez mais, dos/as profissionais de Serviço Social as análises socioeconômicas e demandas administrativas, “desconstruindo” o exercício profissional destes/as.

Os trabalhos acadêmicos analisados contribuíram para reconhecer a relevância do papel educativo da/o assistente social. Essa tem sido a tônica da categoria que compreende a necessidade de atuar junto a seu público no fortalecimento do acesso aos direitos sociais e na sensibilização e mobilização para organização e participação política, como previsto no projeto ético-político das/os assistentes sociais. Desta forma, é necessário fortalecer as condições de permanência, através de elementos que envolvem diversas situações da vida pessoal e acadêmica dos/as estudantes a serem acompanhadas e que requererem maior atenção da equipe de profissionais de Serviço Social.

Diante do exposto, faz-se imperativo que as IFES atuem para ampliar a quantidade de trabalhadoras/es, em antigos/novos espaços sócio-ocupacionais, visto a exigência de requisições institucionais nas diversas Pró-Reitorias, especialmente a PROEX que teve historicamente uma relação intrínseca com o Serviço Social e que não possui nenhuma assistente social lotada, sob a justificativa que possui nova proposta de trabalho. Contudo, esse é um dos espaços que requer a atuação da assistente social para as análises dos/as discentes em condição de vulnerabilidade socioeconômica aos editais PIAEX e que recebem financiamento do PNAES, além do Centro de Tecnologias Sociais e Ambientais para cumprir sua finalidade, conforme informações prestadas anteriormente. E a PROGRAD passou a ter diversas demandas, devido as construções sociais que se fortaleceram e que apresentam diversas novas demandas como o advento das cotas.

Ainda assim, é preciso ampliar a perspectiva de educação nas instituições, visto a possibilidade de as assistentes sociais realizarem a função educativa e contribuírem com o fortalecimento da cidadania das/os discentes sob a condição de sujeitos sociais, afinal a formação acadêmica supera muito o conhecimento apreendido nas salas de aulas.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Edna Maria Coimbra de. **O serviço social na educação profissional e tecnológica**: as particularidades do exercício profissional dos/as Assistentes Sociais nos Institutos Federais de Educação. 2017. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2017. Disponível em: [tedebc.ufma.br:8080/jspui/bitstream/tede/1795/2/Edna Maria.pdf](http://tedebc.ufma.br:8080/jspui/bitstream/tede/1795/2/Edna%20Maria.pdf). Acesso em: 9 dez. 2020.
- ABREU, Marina Maciel. A dimensão pedagógica do Serviço Social: bases histórico-conceituais e expressões particulares na sociedade brasileira. **Serviço Social & Sociedade**, [S.l.], v. 79, p. 43-71, 2004.
- ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e a organização da cultura**: perfis pedagógicos da prática profissional. São Paulo: Cortez, 2002.
- ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e a organização da cultura**: perfis pedagógicos da prática profissional. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- AGUIAR, Antônio Geraldo. **Serviço Social e Filosofia**: das origens a Araxá. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1995.
- ALMEIDA, Maria da Glória Santana de (org). **Cadernos UFS**. São Cristóvão: PROEX/Programa Editorial/UFS, 1985. 70 p. (Série: Textos para o Congresso n. 1 – Universidade e Extensão).
- AMARO, Sarita. **Serviço Social na educação**: bases para o trabalho profissional. Florianópolis. Ed. da UFSC, 2012.
- AMICUCCI, Eliana Marques de Menezes. Dimensão Pedagógica no trabalho dos assistentes sociais. *In*: MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro; ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de (org.). **A Educação e o Serviço Social no contexto de crise do capital**. 1. ed. Franca/SP: UNESP, 2019. (v. 1).
- ANANIAS, Danielle Lima Menezes. **A Análise do Exercício Profissional do Assistente Social na Política de Assistência Estudantil na Universidade Federal de Sergipe**. 2018. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2018.
- ANTUNES, Ricardo. A nova morfologia do trabalho no Brasil. Reestruturação e precariedade. **Revista Nueva Sociedad**, San José - Venezuela, v. 1, p. 44-59, jun., 2012. Disponível em: https://nuso.org/media/articles/downloads/3859_1.pdf. Acesso em: 17 nov. 2020.
- ANTUNES, Ricardo. A Nova Morfologia do Trabalho, suas Principais Metamorfoses e Significados: um balanço preliminar. *In*: GUIMARÃES, Cátia; BRASIL, Isabel; MOROSINI, Márcia Valéria. (orgs). **Trabalho, Educação e Saúde**: 25 anos de formação no SUS. Rio de Janeiro: EPSJV, 2010.

BARBOSA, Ana Cecília Campos. **Os Institutos Federais**: reflexões sobre ifetização a partir do processo de elaboração do regimento geral do IFS. 2012. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2012.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARROCO, Maria Lúcia S. **Ética**: fundamentos sócio-históricos. São Paulo: Cortez, 2010. (Biblioteca Básica do Serviço Social, v. 4).

BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social**: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2006.

BOURDIEU, Pierre. **Homo academicus**. 2. ed. Florianópolis: Editora UFSC, 2011.

BRAGA, Hélcio Queiroz. IFET – nova estrutura ou mais do mesmo? **Universidade e Sociedade**, Brasília, ano 18, n. 42, p. 99-103, 2008.

BRASIL, **Decreto nº 6.095, 24 de abril de 2007**. Estabelece diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFET, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica. Brasília, DF: Presidência da República, [2007a]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6095.htm. Acesso em: 30 out. 2021.

BRASIL, **Decreto nº 6.096, 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Brasília, DF: Presidência da República, [2007b]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acesso em: 30 out. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 9.262, de 9 de janeiro de 2018**. Extingue cargos efetivos vagos e que vierem a vagar dos quadros de pessoal de administração pública federal, e veda abertura de concurso público e provimento de vagas adicionais para os cargos que especifica. Brasília, DF: Presidência da República, [2018]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9262.htm. Acesso em: 30 de out. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 10.185, de 20 de dezembro de 2019**. Extingue cargos efetivos vagos e que vierem a vagar dos quadros de pessoal de administração pública federal, e veda abertura de concurso público e provimento de vagas adicionais para os cargos que especifica. Brasília, DF: Presidência da República, [2019a]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D10185.htm. Acesso em: 30 out. 2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024**: Linha de Base. Brasília, DF: INEP, 2015. 404 p. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485745/Plano+Nacional+de+Educa%C3%A7%C3%A3o+PNE+2014-2024++Linha+de+Base/c2dd0faa-7227-40ee-a520-12c6fc77700f?version=1.1>. Acesso em: 30 out. 2021.

BRASIL, **Lei nº 8.112, 11 de dezembro de 1990**. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Brasília, DF: Presidência da República, [1990]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8112cons.htm. Acesso em: 22 out. 2020.

BRASIL, **Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005**. Estabelece as diretrizes do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Técnico-Administrativos em Educação. Brasília, DF: Presidência da República, [2005a]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5825.htm Acesso em: 17 out. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Ofício nº 16/2019/CGRE/DIPPES/SESU/SESU-MEC** Brasília, DF: Ministério da Educação, 2019b. Disponível em: <https://www.ufpb.br/prape/contents/manuais/oficio-mec-pnaes.pdf> Acesso em: 17 out. 2019.

BRASIL, **Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005**. Estabelece o Programa Universidade para Todos (PROUNI), regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 11.891 de 09 de julho de 2004, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2005b]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111096.htm. Acesso em: 7 nov. 2020.

BRASIL, **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2008]. Disponível em: [L11892 \(planalto.gov.br\)](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l11892.htm) Acesso em: 24 fev. 2021.

BRASIL, **Lei nº 13.429, de 31 de março de 2017**. Altera dispositivos da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros. Brasília, DF: Presidência da República, [2017c]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113429.htm. Acesso em: 22 out. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.467, 13 de julho de 2017**. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Brasília, DF: Presidência da República, [2017d]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113467.htm Acesso em: 22 out. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019**. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Brasília, DF: Presidência da República, [2019c]. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-13.935-de-11-de-dezembro-de-2019-232942408>. Acesso em: 29 ago. 2020.

BRASIL, **Portaria Normativa nº 39**. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil. Brasília, DF: Presidência da República, [2007c]. Disponível em: [PORTARIA NORMATIVA Nº 39, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2007 \(mec.gov.br\)](https://www.mec.gov.br/portal/arquivos/pdf/portaria_n_39_2007.pdf). Acesso em: 30 maio 2021.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 95, 15 de dezembro de 2016**. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm. Acesso em: 30 out. 2021.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019**. Altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias. Brasília, DF: Presidência da República, [2019d]. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-13.935-de-11-de-dezembro-de-2019-232942408>. Acesso em: 29 ago. 2020.

BRASIL, **Proposta de Emenda à Constituição nº 32/2020**. Altera disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa. Brasília, DF: Presidência da República, [2020a]. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2262083> Acesso em: 23 out. 2020.

BRASIL, **Emenda Constitucional nº 109, de 15 de março de 2021**. Altera os arts. 29-A, 37, 49, 84, 163, 165, 167, 168 e 169 da Constituição Federal e os arts. 101 e 109 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; acrescenta à Constituição Federal os arts. 164-A, 167-A, 167-B, 167-C, 167-D, 167-E, 167-F e 167-G; revoga dispositivos do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e institui regras transitórias sobre redução de benefícios tributários; desvincula parcialmente o superávit financeiro de fundos públicos; e suspende condicionalidades para realização de despesas com concessão de auxílio emergencial residual para enfrentar as consequências sociais e econômicas da pandemia da Covid-19. Brasília, DF: Presidência da República, [2021]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc109.htm Acesso em: 30 out. 2021.

BRASIL, **Instrução Normativa nº 21/2020**. Altera a Instrução Normativa nº 19, de 12 de março de 2020, que estabelece orientações aos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC, quanto às medidas de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19). Brasília, DF: Ministério da Economia, [2020b]. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-n-21-de-16-de-marco-de-2020-248328867> Acesso em: 18 nov. 2020

BRASIL, **Decreto nº 1.606 de 1906**. Crea uma Secretaria de Estado com a denominação de Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Commercio. Presidência da República. Brasília, DF: Ministério da Economia, [1906]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Historicos/DPL/DPL1606-1906.htm Acesso em: 8 ago. 2021.

BRASIL, **Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909** Crea nas capitais dos Estados da Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito Brasília, DF: Presidência da República, [1909]. Disponível em: [Decreto_7566_1909.pmd \(mec.gov.br\)](#) Acesso em: 8 ago. 2021.

BRASIL, **Lei nº 3552, de fevereiro de 1959**, que estabelecia a reestruturação das escolas de Ensino Industrial do Ministério da Educação e Cultura. Brasília, DF: Presidência da República, [1959]. Disponível em: [L3552 \(planalto.gov.br\)](#) Acesso em: 8 ago. 2021.

BRASIL, **Decreto-lei nº 269, de 28 de fevereiro de 1967**. Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Federal de Sergipe e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1967]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0269.htm Acesso em: 8 ago. 2021.

BRASIL, **Decreto-lei nº 547, de abril de 1969**. Autoriza a organização e o funcionamento de cursos profissionais superiores de curta duração. Brasília, DF: Presidência da República, [1969]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del0547.htm Acesso em: 8 ago. 2021.

BRASIL, **Lei nº 6.545, de 30 de junho de 1978**. Dispõe sobre a transformação das Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, do Paraná e Celso Suckow da Fonseca em Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1978] Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6545-30-junho-1978-366492-norma-actualizada-pl.html> Acesso em: 8 ago. 2021.

BRASIL, **Decreto nº 87.310, de 21 de junho de 1982**. Regulamenta a Lei nº 6.545, de 30 de junho de 1978, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1982]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D87310impressao.htm Acesso em: 8 ago. 2021.

BRASIL, **Decreto nº 5.224, de 1º de outubro de 2004**. Dispõe sobre a organização dos Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2004]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5224.htm Acesso em: 8 ago. 2021.

BRASIL, **Decreto nº 5.825, de 29 de junho de 2006**. Estabelece as diretrizes para elaboração do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, instituído pela Lei no 11.091, de 12 de janeiro de 2005. Brasília, DF: Presidência da República, [2006]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5825.htm Acesso em: 30 out. 2021.

BRASIL, **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Brasília, DF: Presidência da República, [2010]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm Acesso em: 8 ago. 2021.

BRASIL, **Lei nº 8.670, de 30 de junho de 1993**. Dispõe sobre a criação de Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1993]. Disponível em: planalto.gov.br. Acesso em: 8 ago. 2021.

BRASIL, **Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, [1997]. Disponível em: planalto.gov.br. Acesso em: 8 ago. 2021.

BRETAS, Silvana Aparecida. **A criação da Universidade Federal de Sergipe: história, política e formação da comunidade acadêmica (1950-1970)**. São Cristóvão: Ed. UFS, 2014.

CARDIAL, Andrea Mattos Dantas do Nascimento. **Novas Determinações do Capital na Saúde Brasileira: a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares em questão**. 2013. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Sergipe, Programa de Pós- Graduação em Serviço Social, São Cristóvão, 2013. Disponível em: https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/6221/1/ANDREA_MATTOS_DN_CARDIAL.pdf Acesso em: 9 dez. 2020.

CAVALHEIRO, Josiela Silveira. **O Programa Nacional de Assistência Estudantil nos Institutos Federais Gaúchos e o trabalho do assistente social: alcances, perspectivas e desafios**. 2013. 257 f. Dissertação (Mestrado em Social) - Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2013. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UCPe_fae2b73952af1a8449c810b670fb76b2. Acesso em: 9 dez 2020.

CHAUÍ, Marilena. **Contra a universidade operacional – A greve de 2014 (8 de agosto de 2014)**. Disponível em: https://adusp.org.br/files/database/2014/tex_chau_i.pdf Acesso em: 16 dez. 2021.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Editora Xamã, 1996.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS. A inserção do Serviço Social na Política de Educação na perspectiva do Conjunto CFESS/CRESS: elementos históricos e desafios para a categoria profissional. **Revista Ser Social**, Brasília, v. 14, n. 30, p. 244-258, jan./jun. 2012. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/12989/1134. Acesso em: 25 ago. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS. **Código de Ética dos Assistentes Sociais**. Brasília: [s.n.], 1993. Disponível em: http://cfess.org.br/arquivos/CEP_1993.pdf. Acesso em: 14 set. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS. **Apontamentos sobre a política de educação no Brasil hoje e a inserção dos assistentes sociais**. Subsídios para o debate do Serviço Social da Educação. Brasília: [s.n.], 2011. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/subsidios-servico-social-na-educacao.pdf>. Acesso em 7 nov. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS. **Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação.** Brasília: CFESS, 2012.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS. AGORA é lei! Assistentes sociais e psicólogos/as na educação básica!. CFESS, Brasília, 2019. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1647>. Acesso em: 29 ago. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS. **Meia Formação não garante um direito.** O que você precisa saber sobre a supervisão direta de estágio em Serviço Social. Brasília: [s.n.], 2014. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_ESTAGIO-SUPERVISIONADO.pdf. Acesso em: 16 jun. 2021.

CONSTANTINO, José Albuquerque. **Educação e Serviço Social:** um estudo sobre o exercício profissional do/a assistente social nos programas de assistência estudantil das universidades federais de Pernambuco. 2015. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Recife, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/18439> Acesso em: 9 dez. 2020.

CRUZ, Maria Elisa da. **Avaliação de desempenho docente para progressão funcional vertical.** 2002. (Memorial) - Universidade Federal de Sergipe, Departamento de Serviço Social, São Cristóvão, 2002.

CRUZ, Maria Helena Santana. **Mapeando diferenças de gênero no ensino Superior da Universidade Federal de Sergipe.** São Cristóvão: Editora UFS, 2012.

DAMASCENO, Heide de Jesus. **Serviço social na educação:** a intersetorialidade no exercício profissional do assistente social no IFBA. 2013. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Sergipe, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, São Cristóvão, 2013. Disponível em: <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/6210>. Acesso em: 9 dez. 2020.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado.** Tradução: Ciro Mioranza. São Paulo: Lafonte, 2017.

FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DOS TRABALHADORES DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS - FASUBRA SINDICAL. **Universidade Cidadã para os Trabalhadores.** Brasília: [s.n.], 2005.

FORTUNA, Sandra Lourenço de Andrade; GUEDES, Olegna de Souza. A produção do conhecimento e o projeto ético-político do Serviço Social. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 25-33, jan./abr. 2020.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS - FORPROEX. **Política Nacional de Extensão Universitária - 2012.** Florianópolis: [s.n.], 2015. Disponível em: <https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>. Acesso em: 30 out. 2021.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS SESU / MEC. **Plano Nacional de Extensão Universitária 2001**. Natal: [s.n.], 1998. Disponível em: http://www.prae.ufrpe.br/sites/prae.ufrpe.br/files/pnextensao_1.pdf. Acesso em: 30 out. 2020.

FRANÇA, Estefane Silva. Uma reflexão acerca do REUNI na UFS. *In*: V Colóquio Internacional “Educação E Contemporaneidade”. 2011, São Cristóvão. **Anais [...]** 2011, São Cristóvão, p. 15. Disponível em: <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/10196/12/49.pdf>. Acesso em: 28 out. 2019.

GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética da educação**: um estudo introdutório. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1987.

GADOTTI, Moacir. **Extensão universitária**: para quê?. Rio de Janeiro: Instituto Paulo Freire, 2017. Disponível em: https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o_Universit%C3%A1ria_-_Moacir_Gadotti_fevereiro_2017.pdf. Acesso em: 1 ago. 2021.

GAZOTTO, Mireille Alves. **O trabalho do(a) Assistente Social na Assistência Estudantil**: produção do conhecimento nos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social da região Sudeste do Brasil. 2019. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/182442>. Acesso em: 9 dez. 2020.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Record, 2004. Disponível em: <http://www.ufjf.br/labesc/files/2012/03/A-Arte-de-Pesquisar-Mirian-Goldenberg.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2019.

GONÇALVES, Maria da Conceição Vasconcelos; PINHEIRO, Ezilde Serra. Uma experiência de processo educativo na região do Oco do Pau, em Sergipe. *In*: **Experiências de Processos Educativos no Meio Rural Brasileiro**. Brasília, 1988.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**: ensaios críticos. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. *In*: **Serviço Social: direitos e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, p. 341-375, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2003.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. 80 anos do Serviço Social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 128, p. 13-38, jan./abr. 2017.

Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n128/0101-6628-sssoc-128-0013.pdf>
Acesso em: 28 ago. 2020.

IAMAMOTO, Marilda, CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. Esboço de uma interpretação histórico metodológica. São Paulo: Cortez, 2001.

IMPERATORI, Thaís Kristosch. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 129, p. 285-303, maio/ago. 2017, Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/dRhv5KmwLcXjJf6H6qB7FsP/?format=pdf&lang=pt>
Acesso em: 30 maio 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Desemprego. **IBGE**, [S.l.], 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>.
Acesso em: 8 nov. 2020.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE - IFS. Institucional. **IFS**, Aracaju, 2019. Disponível em: <http://www.ifs.edu.br/institucional>.
Acesso em: 10 out. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE - IFS. **Relatório de Gestão 2019**. Aracaju: [s.n.], 2020. Disponível em:
http://www.ifs.edu.br/images/2020_EP/Relat%C3%B3rio_de_gest%C3%A3o/Arquivos/Relat%C3%B3rio_de_Gest%C3%A3o_-_Exerc%C3%ADcio_2019.pdf. Acesso em: 8 nov. 2021.

JESUS, Vania de. **O Serviço Social na Escola Técnica Federal de Sergipe: Um Estudo de Caso da Atuação dos Assistentes Sociais na Unidade de Aracaju na década de 90**. 2009. Monografia (Especialização Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2009.

LIMA, Ana Paula Soares. **Educação e Cultura: aspectos desenvolvidos pela professora Albertina Brasil em Sergipe**. 2012. Monografia (Graduação em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2012.

LIMA, Ana Paula Soares; SOUZA, Josefá Eliana. Desdobramentos da extensão universitária na recém-criada Universidade Federal de Sergipe (1968- 1980). **Revista Entreideias**, Salvador, v. 7, n. 1, p. 41-58, jan./jun. 2018.

LIMA, Jéssica Cleophas do Carmo. **Expansão da educação superior na Bahia, privatização e rebatimentos na formação em Serviço Social (2003-2019)**. 2019. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Sergipe, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, São Cristóvão, 2019.

LISBOA, Adriana Araujo de. A atuação do assistente social na extensão: um olhar para o EMAE do IFS – Campus Estância. In: NASCIMENTO, Ana Paula Leite; SANTOS, Fabio dos (orgs.). **Serviço Social, Estado e Políticas Sociais: reflexões e práxis face a barbárie do capital e reprodução do ideário conservador**. São Cristóvão: Editora UFS, 2019. p. 92-117.

LISBOA, Adriana Araujo de *et al.* As atribuições do serviço social na educação profissional: a experiência do IFS. *In: 15º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Anais [...]* 2016, Olinda, p. 01-14, Disponível em: https://cbas2016.bonino.com.br/arquivos_artigos/0281.pdf. Acesso em: 19 set. 2021.

LISBOA, Adriana Araujo de *et al.* Atuação do Serviço Social no Instituto Federal de Sergipe. *In: Panorama da inserção do/a assistente social na política de educação.* Salvador, Edufba, 2019. p. 221-239.

MANCEBO, Deise; SILVA JUNIOR, João dos Reis. A reforma universitária no contexto de um governo popular democrático: primeiras aproximações. **Universidade e Sociedade**, Brasília, n. 33, p. 32-47, jun. 2004. Disponível em: <http://portal.andes.org.br/imprensa/publicacoes/imp-pub-1146850728.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2019.

MARTINS, Eliana B. Canteiro. **Educação e serviço social: elo para a construção da cidadania.** São Paulo: Editora Unesp, 2012.

MARX, Karl. **O Capital: Livro I.** 22. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. (v. 1).

MARZOLA, Maria do Socorro Oliveira. **Gestão e Gênero: reflexões sobre o PCCTAE e mobilidade funcional de mulheres na UnB.** 2013. 163 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/16905>. Acesso em: 27 fev. 2021.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Governo Bolsonaro: neofacismo e autocracia burguesa no Brasil.** São Paulo: Usina Editorial, 2020.

MELO, Marcelly Souza. **O exercício profissional do assistente social na Assistência Estudantil nas Instituições Federais de Ensino em Sergipe, IFS – campus Aracaju e UFS – Campus São Cristóvão.** 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2011.

MELO, Maria Rosângela Albuquerque. **A Assistência Estudantil no Contexto da “Reforma” do Ensino Superior Público no Brasil: um estudo da Assistência Estudantil da UFS a partir da implantação do PNAES.** 2013. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Sergipe, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, São Cristóvão, 2013.

MELO, Mariana Libanio de. **Serviço social na educação: análise das tendências dos perfis pedagógicos do assistente social.** 2013. Dissertação (Mestrado em Serviço Social, Formação Profissional, Trabalho e Proteção Social; Serviço Social, Cultura e Relações) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/17928>. Acesso em: 9 dez 2020.

MENDES, Raquel de Oliveira. **O “Combo” da Trajetória da Formação Escolar no IFS: o acesso, a permanência e o êxito dos estudantes negros cotistas no Ensino Médio Integrado do campus Aracaju.** 2019. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e

Tecnológica) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe, Aracaju, 2019.

MIOTO, Regina Célia. Estudos socioeconômicos. *In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p. 481-496.

MORAES, Alzimar Mourão *et al.* Esforço de construção de projeto profissional a partir da ruptura. *In: SILVA, Maria Ozanira da Silva e (coord.). O Serviço Social e o Popular: Resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 130-273.

NASCIMENTO, Ana Paula Leite. **Uma Análise das Ações de Assistência Estudantil no Contexto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe**. 2014. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Sergipe, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, São Cristóvão, 2014. Disponível em: <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/6189>. Acesso em: 9 dez. 2020.

NASCIMENTO, Ana Paula Leite; SANTOS, Josiane Soares. **Assistência Estudantil no IFS**. Aracaju: Edifs, 2014.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

NETTO, José Paulo. Introdução ao método na teoria social. *In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p. 668-700.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2006.

OLIVEIRA, Ingredi Palmieri. **O exercício profissional do assistente social na política de educação em Aracaju/SE: um estudo de demandas e respostas sócio-profissionais**. 2014. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Sergipe, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, São Cristóvão, 2014.

OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Silva Moreira **Programa Mulheres Mil no Instituto Federal de Sergipe: interfaces com a educação e o trabalho**. 2013, 157 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Sergipe, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, São Cristóvão, 2013.

OLIVEIRA, Jullymara Lais Rolim de. **Explorando outros cenários: o serviço social no espaço escolar**. 2013. 196 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/8383>. Acesso em: 9 dez. 2020.

PONTES, Reinaldo Nobre. De ABESS a ABEPSS: crise, transição e conquistas. **Temporalis**, Brasília, ano 11, n. 22, p. 15-26, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/2142>. Acesso em: 22 out. 2020.

RAICHELIS, Raquel. O trabalho do assistente social na esfera estatal. *In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 377-392.

SANTOS, Diana Viturino. **O Sistema de Cotas Étnicorracial e a sua Discussão na Mídia Sergipana**: uma análise da Política de Ação Afirmativa da UFS. 2011. Monografia (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal de Sergipe, Departamento de Educação, São Cristóvão, 2011.

SANTOS, Francine Helfreich Coutinho dos. **Serviço social e educação**: o exercício profissional dos assistentes sociais em escolas públicas de favelas. 2012. 288 f. Tese. (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: http://www.bdttd.uerj.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=8617. Acesso em: 9 dez. 2020.

SANTOS, Josiane Soares. **“Questão Social”**: particularidades do Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.

SANTOS, Josiane Soares. O enfrentamento conservador da “questão social” e desafios para o Serviço Social no Brasil. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 136, p. 484-496, set./dez. 2019.

SANTOS, Vera Núbia. Inserção profissional e condições de trabalho: elementos que conformam o projeto profissional do Serviço Social na atualidade. *In: VI Jornada Internacional De Políticas Públicas*, 2013, São Luís. **Anais [...]** 2013, São Luís, p. 02-13. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/mesastematicas/projetopr ofissionaldoservicosocialbrasileiro-damaterialidadeasameacasdecrise.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2019.

SANTOS, Verônica de Barros. **Condições de acesso e permanência de mulheres no movimento sindical**. 2018. 127 f. Dissertação (Sociologia) - Universidade Federal de Sergipe, Sergipe, 2018.

SANTOS, Daisy Maria dos; VASCONCELOS, Maria da Conceição Almeida. Elementos para um histórico da Extensão na UFS. Entrevistada: Izaura Lúcia da Fonseca Sobral. **Revista de Extensão Universitária da UFS**, São Cristóvão, n. 2, p. 231-239, 2013.

SILVA, Amanda Gabriella da; ANDRADE, Joice Meneses de Sousa. **A contribuição da extensão universitária para a formação profissional dos discentes do curso de Serviço Social**. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal de Sergipe, Departamento de Serviço Social, São Cristóvão, 2012.

SILVA, Lucilia Carvalho da. O trabalho do/a assistente social no contexto da educação profissional: questões para o debate. *In: ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de; PEREIRA, Larissa Dahmer (orgs.) Serviço Social e Educação*. 1. ed. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020. p. 153-171.

SILVA, Maria Ozanira Silva e. O Projeto Profissional de Ruptura: esboço de uma crítica. *In: SILVA, Maria Ozanira da Silva e (coord.). O Serviço Social e o Popular: Resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura.* 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 274-303.

SILVEIRA, Jussara Maria Viana. **Da medicina ao magistério:** aspectos da trajetória de João Cardoso Nascimento Júnior. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, Centro de Ciências Humanas e Sociais, São Cristóvão, 2008. Disponível em: <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/4771>. Acesso em: 20 ago. 2021.

SOUZA, Eliana. **História e Memória – Universidade Federal de Sergipe 1968-2012.** São Cristóvão: Editora UFS, 2015.

SOUZA, Fabrícia Dantas de. **O exercício profissional do assistente social na educação superior:** a particularidade da dimensão educativa na assistência estudantil. 2016. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Natal, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/22101>. Acesso em: 9 dez. 2020.

TEIXEIRA, Joaquina Barata. Formulação, administração e execução de políticas públicas. *In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.* Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p. 553-574.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - UFS. **Anuário Estatístico da UFS: 1996/1998.** São Cristóvão: UFS, 1999. 189p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - UFS. **Anuário Estatístico da UFS: 1997/1999.** São Cristóvão: UFS, 2000. 221p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - UFS. **Anuário Estatístico da UFS: 2008/2010.** São Cristóvão: UFS, 2011. 231p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - UFS. **Anuário Estatístico da UFS: 2017 - 2019.** São Cristóvão: COPAC/PROPLAN, 2020. 213p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - UFS. Conselho Universitário. **Ata da reunião realizada dia 22 de fevereiro de 2013.** São Cristóvão: UFS, 2013. 09p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - UFS. **Dimensionamento de Pessoal Técnico-Administrativo 2017.** São Cristóvão, 2018. 52 p. Disponível em: http://progep.ufs.br/uploads/page_attach/path/5117/Dimensionamento_UFS_2017_publicacao_catalogada-compressed.pdf. Acesso em: 25 out. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - UFS. **Edital nº 23/2012.** São Cristóvão. 2012. 36p. Disponível em: https://progep.ufs.br/uploads/content_attach/path/7343/edital_23_2012_tecnico_administrativo_retificado_em_26_07_2012-3.pdf Acesso em: 30 out 2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFS. **Edital nº 08 PROEX PIAEX /UFS de 28 de julho de 2020.** São Cristóvão. 2020. 10p. Disponível em:

https://proex.ufs.br/uploads/page_attach/path/9009/EDITAL_PIAEX_29.07_FINAL.pdf

Acesso em: 30 out 2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFS **Resultado Preliminar – Lista de Aprovados – Edital PROEX PIAEX Nº 02/2021**. São Cristóvão. 2021. 6p. Disponível em:

https://proex.ufs.br/uploads/page_attach/path/12179/RESULTADO_FINAL_OFICIAL_EDITAL_RAEX_2_2021.pdf Acesso em: 30 out 2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - UFS. **Relatório de atividades da CODAE 1986**. São Cristóvão, 1987.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - UFS. **Relatório de atividades da CODAE 1990**. São Cristóvão, 1991.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - UFS. **Relatório de atividades da CODAE 1991**. São Cristóvão, 1992.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - UFS. **Relatório de atividades da PROEST 1987**. São Cristóvão, 1988.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - UFS. **Ações desenvolvidas pela PROEST – Assistir é investir no estudante - 2002**. São Cristóvão, 2003. 56p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - UFS. **Relatório anual de atividades PROEST 2005**. São Cristóvão, 2006. 46p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - UFS. **Atividades desenvolvidas pela CODAE – Assistência Estudantil em tempo de expansão**. São Cristóvão, 2007. 29p

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - UFS. **Planejamento Acadêmico da UFS 91/92**. São Cristóvão, 1990. 61p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - UFS. **Relatório geral de atividades 1985**. São Cristóvão, 1986. 116p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - UFS. **Relatório de gestão 2005**. São Cristóvão, 2006. 214p. Disponível em:
https://daffy.ufs.br/uploads/page_attach/path/973/relatorio_de_gestao_2005_0.pdf Acesso em: 20 ago. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - UFS. **Relatório de gestão 2007**. São Cristóvão, 2008. 270p. Disponível em:
https://daffy.ufs.br/uploads/page_attach/path/976/Relat_rio_de_Gest_o_2007.pdf Acesso em: 20 ago. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - UFS. **Relatório de gestão 2009**. São Cristóvão, 2010. 181p. Disponível em:

https://daffy.ufs.br/uploads/page_attach/path/967/relatorio_gestao_2009_0.pdf Acesso em: 20 ago. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - UFS. **Relatório de gestão 2010**. São Cristóvão, 2011. 198p. Disponível em: https://daffy.ufs.br/uploads/page_attach/path/965/relatorio_gestao_2010_0.pdf Acesso em: 30 out. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - UFS. **Relatório de gestão 2011**. São Cristóvão, 2012. 211p. Disponível em: https://daffy.ufs.br/uploads/page_attach/path/1022/relatorio_gestao_2011-min.pdf Acesso em: 30 out. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - UFS. **Relatório de gestão 2014**. São Cristóvão, 2015. 474p. Disponível em: relatorio_de_gestao_2014.pdf (ufs.br) Acesso em: 20 ago. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - UFS. **Relatório de gestão 2018**. São Cristóvão, 2019. 132 p. Disponível em: https://www.daffy.ufs.br/uploads/page_attach/path/6257/Texto_ReGgest_2018_com_balancete_v2_Para_web_1_.pdf Acesso em: 30 out. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - UFS. **Relatório de gestão 2019**. São Cristóvão, 2020. 160 p. Disponível em: https://daffy.ufs.br/uploads/page_attach/path/9468/2019 - RELATORIO GESTAO.pdf Acesso em: 10 out. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFS. **Edital n.º 01/2018 POSGRAP/COPEs/UFS**. São Cristóvão, 2018. Disponível em: https://pesquisapos.ufs.br/uploads/content_attach/path/25533/Edital_n_01_2018_POSGRAP_COPEs_UFS.pdf. Acesso em: 21 nov. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - UFS. **Relatório de gestão 2020**. São Cristóvão, 2021. 160 p. Disponível em: https://daffy.ufs.br/uploads/page_attach/path/12165/Relatorio_de_Gest_o_UFS_2020_vs_virtual_completo_-compactado.pdf. Acesso em: 10 out. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFS. **Resultados da Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) - 2020**. São Cristóvão, 2020. 08p. Disponível em: https://proex.ufs.br/uploads/page_attach/path/11492/Relat_rio_de_Atividades_Proex_2020_1_.pdf. Acesso em: 23 ago. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFS. **Coronavírus**. São Cristóvão, 2020. Disponível em: <http://coronavirus.ufs.br/pagina/22080-perguntas-frequentes>. Acesso em: 17 nov. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFS. **Edital n.º 03/2021/CODAP/UFS - Modalidade “BOLSA DE AUXÍLIO ESTUDANTIL”**. São Cristóvão. 2021. Disponível em:

https://daffy.ufs.br/uploads/content_attach/path/31537/Edital_03_CODAP_de_bolsa_de_auxilio_2021.pdf. Acesso em: 18 set. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFS. **Edital nº 04/2021/CODAP/UFS - Modalidade “BOLSA DE AUXÍLIO ESTUDANTIL”**. São Cristóvão, 2021. Disponível em: https://codap.ufs.br/uploads/content_attach/path/31834/Edital_04_CODAP_retificado_-_bolsa_de_auxilio_2021_.pdf. Acesso em: 18 set. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFS. **Regimento interno do Colégio Aplicação**. São Cristóvão, 2008. Disponível em: http://codap.ufs.br/uploads/page_attach/path/7911/Res._031-2008-CONSU-Regimento_Codap.pdf. Acesso em: 7 nov. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFS. **Portaria nº 950/1995/GR**. Reformula a Portaria nº 1.110 de 24.11.92. São Cristóvão, UFS, [1995].

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFS. **Portaria nº 111/1998/GR**. Cria Serviço de Saúde Ocupacional. São Cristóvão, UFS, [1998].

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFS. **Portaria nº 3011/2012/GR**. Extingue Núcleo. São Cristóvão, UFS, [2012]. Disponível em: [https://portarias.ufs.br/conteudo/38146-Extingue-N%C3%BAcleo-\(UNITRABALHO\)#](https://portarias.ufs.br/conteudo/38146-Extingue-N%C3%BAcleo-(UNITRABALHO)#). Acesso em: 30 out. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFS. **Portaria nº 492/2015/GR**. Retifica Portaria nº 748/1998. São Cristóvão, UFS, [2015]. Disponível em: <https://portarias.ufs.br/conteudo/47382-portaria>. Acesso em: 30 out. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFS. **Portaria nº 32/2018/GR**. Estabelece o Plano de Qualificação de Núcleos Residenciais do Programa de Residência Universitária da UFS. São Cristóvão, UFS, [2018]. Disponível em: [SIPAC - Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos \(ufs.br\)](#). Acesso em: 25 ago. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFS. **Portaria nº 33/2018/GR**. Estabelece o Plano de Apoio ao Esporte e Cultura. São Cristóvão, UFS, [2018]. Disponível em: [SIPAC - Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos \(ufs.br\)](#). Acesso em: 25 ago. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFS. **Portaria nº 34/2018/GR**. Estabelece o Plano de Inclusão Digital – PRU, no Âmbito da Assistência Estudantil. São Cristóvão, UFS, [2018]. Disponível em: [SIPAC - Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos \(ufs.br\)](#). Acesso em: 25 ago. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFS. **Portaria nº 35/2018/GR**. Estabelece o Plano de Inclusão Digital no Âmbito da Assistência Estudantil. São Cristóvão, UFS, [2018]. Disponível em: [SIPAC - Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos \(ufs.br\)](#). Acesso em: 25 ago. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFS. **Portaria nº 1568/2018/GR.** Estabelece o "Plano de Ação para Acolhimento Estudantil" no âmbito da Assistência Estudantil da UFS. São Cristóvão, UFS, [2018]. Disponível em: [SIPAC - Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos \(ufs.br\)](#). Acesso em: 25 ago. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFS. **Portaria nº 01/2019/PROEST.** Designa as Comissões Interdisciplinares Permanentes para análise e acompanhamento acadêmico e psicossocial pelas equipes de referência aos discentes da Assistência Estudantil. São Cristóvão, UFS, [2019]. Disponível em: https://proest.ufs.br/uploads/page_attach/path/11530/PORTARIA_01_2019_COMISS_ES_I_NTERDISCIPLINARES.pdf. Acesso em: 29 ago. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFS. **Portaria nº 48/2019/GR.** Estabelece o Plano de Inclusão Digital no Âmbito da Assistência Estudantil. São Cristóvão, UFS, [2019]. Disponível em: [SIPAC - Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos \(ufs.br\)](#). Acesso em: 25 ago. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFS. **Portaria nº 49/2019/GR.** Estabelece o Plano de Apoio ao Esporte e Cultura. São Cristóvão, UFS, 2019. Disponível em: [SIPAC - Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos \(ufs.br\)](#). Acesso em: 25 ago. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFS. **Portaria nº 50/2019/GR.** Estende os benefícios do Plano de Inclusão Digital no Âmbito da Assistência Estudantil aos alunos beneficiados pelos Auxílios Inclusão, Apoio Inclusão e Apoio Pedagógico gerenciados pela PROEST. São Cristóvão, UFS, [2019]. Disponível em: [SIPAC - Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos \(ufs.br\)](#). Acesso em: 25 ago. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFS. **Portaria nº 817/2019/GR.** Estabelece o Plano de Apoio Auxílio Alimentação, que estende os benefícios do Auxílio Alimentação a alunos beneficiados em Editais do Programa de Auxílios da Assistência Estudantil dos campi Aracaju, São Cristóvão e Laranjeiras e que não recebem Auxílio Alimentação ou seu equivalente. São Cristóvão, UFS, [2019]. Disponível em: [SIPAC - Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos \(ufs.br\)](#). Acesso em: 25 ago. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFS. **Portaria nº 18/2020/GR.** Estabelece o Plano de Inclusão Digital no Âmbito da Assistência Estudantil para o Exercício 2020. São Cristóvão, UFS, [2020]. Disponível em: [SIPAC - Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos \(ufs.br\)](#). Acesso em: 25 ago. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFS. **Portaria nº 19/2020/GR.** Estabelece o Plano de Inclusão Digital – PRU, no Âmbito da Assistência Estudantil para o Exercício 2020. São Cristóvão, UFS, [2020]. Disponível em: [SIPAC - Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos \(ufs.br\)](#). Acesso em: 25 ago. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFS. **Portaria nº 20/2020/GR.** Estabelece o Plano de Apoio ao Esporte e Cultura para o Exercício 2020; no âmbito da PROEST. São Cristóvão, UFS, [2018]. Disponível em: [SIPAC - Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos \(ufs.br\)](#). Acesso em: 25 ago. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFS. **Portaria nº 657/2020/GR.** Cria o “Plano de Ação Especial de Inclusão Digital” da Universidade Federal de Sergipe, para alunos vinculados às estratégias de Ensino Remoto decorrentes da Covid-19. São Cristóvão, UFS, [2020]. Disponível em: [SIPAC - Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos \(ufs.br\)](#) Acesso em: 17 abr. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFS. **Portaria nº 1025/2020/GR.** Estabelece o Plano de Requalificação de Núcleos Residenciais do Programa de Residência Universitária da UFS - PRU no Âmbito da Assistência Estudantil para o exercício 2021. São Cristóvão, UFS, [2020]. Disponível em: https://www.sipac.ufs.br/public/jsp/boletim_servico/busca_avancada.jsf Acesso em: 24 ago. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFS. **Portaria nº 1026/2020/GR.** Estabelece o Plano de Ação Especial de Manutenção Acadêmica na modalidade de auxílio pecuniário no Âmbito da Assistência Estudantil para o exercício 2021. São Cristóvão, UFS, [2020]. Disponível em: https://www.sipac.ufs.br/public/jsp/boletim_servico/busca_avancada.jsf. Acesso em: 24 ago. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFS. **Portaria nº 1027/2020/GR.** Estabelece o Plano de Inclusão Digital – PRU no Âmbito da Assistência Estudantil para o exercício 2021. São Cristóvão, UFS, [2020]. Disponível em: https://www.sipac.ufs.br/public/jsp/boletim_servico/busca_avancada.jsf Acesso em: 24 ago. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFS. **Portaria nº 1028/2020/GR.** Estabelece o Plano de Apoio ao Esporte e Cultura no Âmbito da Assistência Estudantil para o exercício 2021. São Cristóvão, UFS, [2020]. Disponível em: https://www.sipac.ufs.br/public/jsp/boletim_servico/busca_avancada.jsf. Acesso em: 24 ago. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFS. **Resolução nº 12/79/CONSU.** Aprova normas para concessão de bolsas/trabalho para estudantes estagiários na UFS. São Cristóvão, UFS, [1979]. Disponível em: <https://www.sigrh.ufs.br/sigrh/public/colegiados/resolucoes.jsf>. Acesso em: 23 jul. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFS. **Resolução nº 21/99/CONSU.** Homologa alterações no Estatuto da Universidade Federal de Sergipe propostas pela SESu/MEC. São Cristóvão, UFS, [1999]. Disponível em: https://www.sigrh.ufs.br/sigrh/public/colegiados/anexos/2199_estatuto_com_alteracoes_edicao_2010.pdf. Acesso em: 23 jul. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFS. **Resolução nº 01/2005/CONSU.** Aprova alterações no regimento interno da reitoria. São Cristóvão, UFS, [2005]. Disponível em: https://www.sigrh.ufs.br/sigrh/public/colegiados/filtro_busca.jsf. Acesso em: 30 out. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFS. **Resolução nº 30/2005/CONEP.**
Aprova Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Extensão da Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, UFS, [2005]. Disponível em:
https://www.sigrh.ufs.br/sigrh/public/colegiados/filtro_busca.jsf. Acesso em: 30 out. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFS. **Resolução nº 25/2006/CONSU.**
Dispõe sobre a normatização e funcionamento do Programa Residência Universitária. São Cristóvão, UFS, [2006]. Disponível em:
<https://www.sigrh.ufs.br/sigrh/public/colegiados/resolucoes.jsf>. Acesso em: 23 jul. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFS. **Resolução nº 49/2006/CONSU.**
Aprova Criação do Centro de Educação Superior a Distância a partir da transformação do Centro Editorial e Audiovisual e dá outras providências. São Cristóvão, UFS, [2006]. Disponível em: https://www.sigrh.ufs.br/sigrh/public/colegiados/filtro_busca.jsf. Acesso em: 30 out. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFS. **Resolução nº 116/2006/CONEP.**
Dispõe sobre as atividades de extensão e institui o programa de apoio a extensão na Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, UFS, [2006]. Disponível em:
https://www.sigrh.ufs.br/sigrh/public/colegiados/filtro_busca.jsf Acesso em: 20 ago. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFS. **Resolução nº 40/2007/CONEPE.**
Aprova o Plano de Reestruturação e Expansão da Universidade Federal de Sergipe para o período 2008-2012 – REUNI-UFS. São Cristóvão, UFS, [2007]. Disponível em:
https://www.sigrh.ufs.br/sigrh/public/colegiados/filtro_busca.jsf. Acesso em: 30 out. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFS. **Resolução nº 16/2017/CONSU.**
Dispõe sobre a concessão de Auxílio Viagem destinada a subsidiar despesas com transporte e hospedagem de estudantes dos Cursos de Graduação da UFS, quando em atividades fora do Estado de Sergipe. São Cristóvão, UFS, [2017]. Disponível em:
https://proest.ufs.br/uploads/page_attach/path/2492/162017_-_Aux_lio_Viagem.pdf. Acesso em: 21 nov. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFS. **Resolução nº 37/2009/CONSU.**
Dispõe sobre o Programa Bolsa Alimentação destinado a subsidiar despesas com alimentação de estudantes de baixa renda dos cursos de Graduação dos Campi da UFS. São Cristóvão, UFS, [2009]. Disponível em:
https://www.sigrh.ufs.br/sigrh/public/colegiados/filtro_busca.jsf. Acesso em: 20 ago. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFS. **Resolução nº 40/2013/CONSU.**
Estabelece normas e critérios para a realização de eventos na UFS. São Cristóvão, 2013. Disponível em: https://www.sigrh.ufs.br/sigrh/public/colegiados/filtro_busca.jsf. Acesso em: 20 ago. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFS. **Resolução nº 53/2016/CONEPE.**
Dispõe sobre as atividades de Extensão e institui o Fundo de Apoio à Extensão. São Cristóvão, UFS, [2016]. Disponível em:
https://www.sigrh.ufs.br/sigrh/public/colegiados/filtro_busca.jsf. Acesso em: 20 ago. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFS. **Resolução nº 01/2013/CONSU.** Cria e normatiza o Programa de Apoio Acadêmico e Financeiro para estudantes do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe - CODAP/UFS. São Cristóvão, UFS, [2013]. Disponível em: https://www.sigrh.ufs.br/sigrh/public/colegiados/filtro_busca.jsf Acesso em: 20 ago. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFS. **Resolução nº 43/2013/CONSU.** Aprova alterações na normatização e funcionamento do Programa Residência Universitária. São Cristóvão, UFS, [2013]. Disponível em: https://www.sigrh.ufs.br/sigrh/public/colegiados/filtro_busca.jsf Acesso em: 20 ago. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFS. **Resolução nº 14/2013/CONSU.** Cria e Normatiza o Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Aprendizagem Profissional – PRODAP para estudantes de graduação da Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, UFS, [2013]. Disponível em: https://www.sigrh.ufs.br/sigrh/public/colegiados/filtro_busca.jsf. Acesso em: 3 nov. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFS. **Resolução nº 03/2014/CONSU.** Aprova alterações no Regimento Interno da Reitoria. São Cristóvão, UFS, [2014]. Disponível em: <https://www.sigrh.ufs.br/sigrh/public/colegiados/resolucoes.jsf>. Acesso em: 23 jul. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFS. **Resolução nº 11/2014/CONSU.** Define as ações de Auxílio da Assistência Estudantil da Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, UFS, [2014]. Disponível em: https://www.sigrh.ufs.br/sigrh/public/colegiados/filtro_busca.jsf. Acesso em: 30 out. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFS. **Resolução nº 31/2017/CONSU.** Altera a norma que rege o Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Aprendizagem Profissional – PRODAP, para estudantes de graduação da Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, UFS, [2017]. Disponível em: https://www.sigrh.ufs.br/sigrh/public/colegiados/filtro_busca.jsf. Acesso em: 3 nov. 2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFS. **Resolução nº 04/2018/CONSU.** Cria e normatiza o Programa de Apoio à Permanência Estudantil da UFS no âmbito das ações de Assistência ao Estudante de Graduação Presencial vinculadas ao desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa, extensão e iniciação profissional. São Cristóvão, UFS, [2018]. Disponível em: [SIPAC - Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos \(ufs.br\)](https://www.sigrh.ufs.br/sigrh/public/colegiados/filtro_busca.jsf). Acesso em: 23 jul. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFS. **Resolução nº 40/2018/CONSU.** Aprova alterações no Regimento Interno da Reitoria. São Cristóvão, UFS, [2018]. Disponível em: [SIPAC - Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos \(ufs.br\)](https://www.sigrh.ufs.br/sigrh/public/colegiados/filtro_busca.jsf). Acesso em: 30 out. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFS. **Resolução nº 08/2016/CONSU.** Altera Normas que tratam de Auxílio à Assistência Estudantil da Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, UFS, [2016]. Disponível em: https://www.sigrh.ufs.br/sigrh/public/colegiados/filtro_busca.jsf. Acesso em: 30 out. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFS. **Relatório de Atividades PROEX 2020**. São Cristóvão, UFS, [2021]. Disponível em: [Relat_rio_de_Atividades_Proex_2020_1_.pdf \(ufs.br\)](#). Acesso em: 29 jun. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFS. **Resolução nº 47/2019/CONEPE**. Normatiza e Institucionaliza as Atividades de Extensão da Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, UFS, [2019]. Disponível em: https://www.sipac.ufs.br/public/jsp/boletim_servico/busca_avancada.jsf Acessado em: 24 ago. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFS. **Resolução nº 20/2019/CONSU**. Aprova alterações na Resolução nº 04/2018/CONSU que normatiza o Programa de Apoio à Permanência Estudantil da UFS. São Cristóvão, UFS, [2019]. Disponível em: [202019 - Programa de Apoio Perman_ncia Estudantil da UFS_2_.pdf](#). Acesso em: 23 jul. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFS. **Resolução nº 26/2020/CONEPE**. Aprova Normas para Atividades Educacionais Remotas Emergenciais para os cursos de Graduação no âmbito da Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, UFS, [2020]. Disponível em: https://www.ufs.br/uploads/page_attach/path/12061/RESOLUC_807_A_771_O_N_26-2020_CONEPE_1_.pdf. Acesso em: 30 out. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFS. **Resolução nº 19/2021/CONEPE**. Estabelece as normas acadêmicas da pós-graduação lato sensu na UFS e dá outras providências. São Cristóvão, UFS, [2021]. Disponível em: https://www.sipac.ufs.br/public/jsp/boletim_servico/busca_avancada.jsf. Acesso em: 21 ago. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFS. **Resolução nº 20/2021/CONEPE**. Dispõe sobre as normas que regulamentam a concessão de Bolsas de pesquisa, ensino, extensão e estímulo à inovação tecnológica para discentes na Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, UFS, [2021]. Disponível em: https://www.sipac.ufs.br/public/jsp/boletim_servico/busca_avancada.jsf. Acesso em: 24 ago. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFS. **Resolução nº 23/2021/CONEPE**. Regulamenta os procedimentos de heteroidentificação complementar à autodeclaração dos candidatos negros (pretos e pardos) para fins de preenchimento das vagas reservadas em todos os processos seletivos para ingresso em cursos de graduação e pós-graduação da UFS. São Cristóvão, UFS, [2021]. Disponível em: https://www.sipac.ufs.br/public/jsp/boletim_servico/busca_avancada.jsf. Acesso em: 11 set. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFS. **Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos - Técnico-Administrativo em educação por titulação**. São Cristóvão, UFS, 2019. Disponível em: <https://www.sigrh.ufs.br/sigrh/public/home.jsf>. Acesso em: 31 maio 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFS. **Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos – Documentos – Resoluções**. São Cristóvão, UFS, 2019. Disponível em: [UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE \(ufs.br\)](http://www.ufs.br). Acesso em: 24 jun. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO - UFES. **Remuneração de CD, FG e FCC**. Espírito Santo, UFES, 2019. Disponível em: <https://progep.ufes.br/remunera%C3%A7%C3%A3o-de-cd-e-fg>. Acesso em: 16 nov. 2021.

VICENTE, Relly Amaral R. **As condições objetivas de trabalho dos (as) assistentes sociais inseridos na política de educação na região litorânea do Paraná**. 2017. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Londrina, 2017. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/?code=vtls000215330>. Acesso em: 9 dez. 2020.

APÊNDICE A – Roteiro para análise dos dados

ROTEIRO PARA ANÁLISE DOS DADOS**Roteiro para análise dos Relatórios de Gestão - UFS e IFS**

I – Dados Gerais

Título do Documento/Ano

Setor

II – Dados Específicos

- Identificar se o Serviço Social é mencionado, se há indicação das ações realizadas ou de profissionais envolvidos - relacionar ao setor da instituição;
- Verificar demandas da instituição encaminhadas para e pelo Serviço Social, identificar qual setor está relacionada.

Roteiro para análise documentos dos setores de Serviço Social

I – Dados Gerais

Título do Documento

Ano

II – Dados Específicos

- Identificar dados sobre a atuação profissional, o setor de lotação;
- Apreender as demandas profissionais e verificar se há relação com o desenvolvimento da política de assistência estudantil;
- Observar informes sobre o vínculo empregatício da equipe técnica e relacionar a sua lotação.

APÊNDICE B – Dissertações e Teses

Nº	AUTOR(A) / ORIENTADOR (A)	ANO	IES	D/T	TÍTULO
01	GAZOTTO, Mireille Alves / MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro	2016	UNESP	T	O trabalho do(a) Assistente Social na Assistência Estudantil: produção do conhecimento nos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social da região Sudeste do Brasil.
02	SOUZA, Fabrícia Dantas de / NICOLAU, Maria Celia Correia	2016	UFRN	D	O exercício profissional do assistente social na educação superior: a particularidade da dimensão educativa na assistência estudantil.
03	CONSTANTINO, José Albuquerque / CHAVES, Helena Lúcia Augusto	2015	UFPE	D	Educação e serviço social: um estudo sobre o exercício profissional do/a assistente social nos programas de assistência estudantil das universidades federais de Pernambuco.
04	VICENTE, Relly Amaral R. / SILVA, Cláudia Neves da.	2017	UEL	D	As condições objetivas de trabalho dos(as) assistentes sociais inseridos na política de educação na região litorânea do Paraná.
05	DAMASCENO, Heide de Jesus / GONÇALVES, Maria da Conceição Vasconcelos	2013	UFS	D	Serviço social na educação: a intersectorialidade no exercício profissional do assistente social no IFBA.
06	SANTOS, Francine Helfreich Coutinho dos / IAMAMOTO, Marilda Vilela; LIMA, Katia Regina de Souza.	2012	UERJ	T	Serviço social e educação: o exercício profissional dos assistentes sociais em escolas públicas de favelas.
07	ABREU, Edna Maria Coimbra de / SOUZA, Salviana de Maria Pastor Santos	2017	UFMA	T	O Serviço Social na Educação Profissional e Tecnológica: as particularidades do exercício profissional dos/as Assistentes Sociais nos Institutos Federais de Educação.
Nº	AUTOR(A) / ORIENTADOR (A)	ANO	IES	T/D	TÍTULO
08	OLIVEIRA, Jullymara Lais Rolim de / MENEZES, Jalde Reis de	2013	UFPB	D	Explorando outros cenários: o serviço social no espaço escolar.
09	MELO, Mariana Libanio de / NICOLAU, Maria Célia Correia	2013	UFRN	D	Serviço social na educação: análise das tendências dos perfis pedagógicos do assistente social.
10	CAVALHEIRO, Josiela Silveira / MEDEIROS, Mara Rosange	2013	UCPel	D	O Programa Nacional de Assistência Estudantil nos Institutos Federais Gaúchos e o trabalho do assistente social: alcances, perspectivas e desafios.

11	NASCIMENTO, Ana Paula Leite / SANTOS, Joseane Soares.	2014	UFS	D	Uma Análise das Ações de Assistência Estudantil no Contexto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe.
12	CARDIAL, Andrea Mattos Dantas do Nascimento / SANTOS, Joseane Soares.	2013	UFS	D	Novas Determinações do Capital na Saúde Brasileira: a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares em questão.
13	OLIVEIRA, Ingredi Palmieri / ARAUJO, Nailsa Maria Souza Araujo.	2014	UFS	D	O Exercício Profissional do Assistente Social na Política de Educação em Aracaju/SE: um estudo de demandas e respostas socioprofissionais.
14	OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Silva Moreira / VASCONCELOS, Maria da Conceição Almeida.	2013	UFS	D	Programa Mulheres Mil no Instituto Federal de Sergipe: interfaces com a educação e o trabalho.
15	MELO, Maria Rosângela Albuquerque / ARAUJO, Nailsa Maria Souza Araujo.	2013	UFS	D	A Assistência Estudantil no Contexto da “Reforma” do Ensino Superior Público no Brasil: um estudo da Assistência Estudantil da UFS a partir da implantação do PNAES.
16	ANANIAS, Danielle Lima Menezes / GONÇALVES, Maria da Conceição Vasconcelos.	2018	UFS	D	A Análise do Exercício Profissional do Assistente Social na Política de Assistência Estudantil na Universidade Federal de Sergipe.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Legenda: T= tese; D=dissertação.

APÊNDICE C - Documentos Institucionais – UFS

(Relatórios)

Nº	DESCRIÇÃO DOCUMENTO	ANO
01	Relatório Geral de Atividades (UFS)	1985
02	Relatório de Atividades CODAE	1986 – 1991
03	Anuário Estatístico da UFS – UFS	1996-1998
04	Anuário Estatístico da UFS – UFS	1997-1999
05	Ações desenvolvidas pela PROEST – PROEST (UFS)	2002
06	Relatório de Atividades desenvolvidas – PROEST (UFS)	2005
07	Relatório anual de Atividades – PROEST – (Este exemplar é diferente em relação ao que está acima)	2005*
08	Atividades desenvolvidas pela CODAE - PROEST (UFS)	2007
09	Anuário Estatístico da UFS	2005-2007
10	Anuário Estatístico da UFS	2008-2010
11	Relatórios de Gestão/UFS	2008-2020

(Cartilhas, Dimensionamento)

Nº	DESCRIÇÃO DOCUMENTO	ANO
01	Cartilha sobre Programas e Projetos / UFS	2013
02	Dimensionamento do quadro de pessoal técnico-administrativo	2016- 2018

(Editais)

Nº	DESCRIÇÃO DOCUMENTO	ANO
01	Editais PROEX	2018 a 2020
02	Editais PROGRAD	2018 a 2020
03	Editais PROEST	2014 a 2020
04	Editais POSGRAP (Copes/Cinttec)	2018 a 2020

(Documentos diversos)

Nº	DESCRIÇÃO DOCUMENTO	ANO
01	CADERNO UFS – Texto para o Congresso nº1 Universidade e Extensão – PROEX/UFS	1985
02	Uma Política para a Educação da Educação Brasileira – Comissão Nacional para a Reformulação da Educação Superior – MEC	1985
03	Planejamento Acadêmico da UFS	1991-1992

APÊNDICE D - Documentos Institucionais – IFS

Documentos Institucionais – IFS - Relatórios

Nº	DESCRIÇÃO DOCUMENTO	ANO
01	Relatórios de Gestão	2005-2019

ANEXO A - Atribuições do Serviço Social no IFS

ATRIBUIÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL NO IFS

Este documento foi elaborado e consta em artigo publicado por Lisboa *et al.* (2016), afim de apresentar novas possibilidades de atuação profissional frente às requisições institucional apresentadas às assistentes sociais no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS).

1. Atribuições do/a Assistente Social na área de Assistência Estudantil do IFS

- ✓ Elaborar, implementar e supervisionar programas e projetos de acordo com as demandas da comunidade estudantil;
- ✓ Identificar fatores sociais, econômicos e culturais presentes nas relações familiares que interferem no processo ensino-aprendizagem e propor alternativas de enfrentamento;
- ✓ Realizar pesquisas sobre perfil socioeconômico e cultural dos estudantes, identificando situações de vulnerabilidade social e potencialidades da comunidade estudantil, contribuindo para a redução dos efeitos das desigualdades socioeconômicas e culturais dos estudantes.
- ✓ Realizar estudo socioeconômico (análise documental, entrevista, visita domiciliar, junta social) para inserção nos programas de assistência estudantil;
- ✓ Promover e ampliar a formação integral dos estudantes por meio de atividades e eventos de caráter sócio-educativos visando à formação do cidadão crítico;
- ✓ Ampliar e fortalecer as ações da Assistência Estudantil da Instituição para que ela esteja em consonância com as políticas das três esferas de governo, considerando a intersetorialidade das mesmas;
- ✓ Socializar as ações de Assistência Estudantil reafirmando a sua concepção enquanto direito social, promovendo debates reflexivos com a comunidade do IFS e familiares dos estudantes;
- ✓ Promover espaços de avaliação das ações de Assistência Estudantil, fomentando instâncias de controle social;
- ✓ Participar dos fóruns, das atividades acadêmicas, dos Conselhos de Classe, do Conselho Discente e das reuniões de pais, com o objetivo de identificar situações em que exista a necessidade de intervenção do assistente social, bem como contribuir nas situações em que

há acompanhamento social contínuo, para que a realidade socioeducacional dos estudantes seja compreendida em sua totalidade;

- ✓ Orientar os docentes sobre situações de vulnerabilidade social dos discentes, se necessário, e de acordo com o sigilo profissional previsto no Código de Ética Profissional;
- ✓ Contribuir com o Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidade Educacionais Específicas (NAPNE's) no desenvolvimento de suas ações;
- ✓ Realizar acompanhamento aos estudantes inseridos no programa de assistência estudantil no que diz respeito aos aspectos sociais e econômicos;
- ✓ Mediar e buscar estratégias de ação para o combate e redução da evasão escolar, com a equipe multidisciplinar;
- ✓ Realizar acolhimentos a estudantes e seus familiares que buscam atendimento nos setores de Assistência Estudantil ou quando as demandas são identificadas pelo Serviço Social da instituição.
- ✓ Orientar, em atendimentos, estudantes do IFS sobre acessos a serviços e programas institucionais com base em legislações;
- ✓ Estabelecer contato com a rede socioassistencial do município onde se localiza o campus, para possíveis encaminhamentos de estudantes e seus familiares.
- ✓ Incentivar a representação estudantil no acompanhamento e na avaliação de projetos de Assistência ao estudante.

2. Atribuições do/a Assistente Social na área de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas

- ✓ Elaborar e desenvolver programas e projetos referentes à promoção da acessibilidade no instituto;
- ✓ Fomentar o debate da acessibilidade e inclusão visando disseminar informações sobre a Política de Inclusão Social com a comunidade escolar;
- ✓ Promover, em conjunto com equipe multidisciplinar, atividades que envolvam a sensibilização e capacitação dos servidores em educação para as práticas inclusivas no âmbito institucional.
- ✓ Promover trabalhos sócio-educativos de sensibilização sobre a Política da Inclusão Social, para refletir sobre a necessidade de superar barreiras arquitetônicas, educacionais e atitudinais;

- ✓ Contribuir, juntamente com a equipe multidisciplinar, com o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas na organização de ações, planos de trabalho, projetos, participação em editais, eventos, dentre outros;
- ✓ Auxiliar na divulgação das atividades do núcleo à comunidade;
- ✓ Prestar orientação social aos estudantes com necessidades educativas específicas e a seus familiares;
- ✓ Orientar os estudantes com necessidades educativas específicas em relação ao acesso e serviços ofertados pela escola na busca de garantir a permanência destes no instituto;
- ✓ Proporcionar a articulação da Família com a escola, visando a um trabalho conjunto no processo educacional;
- ✓ Realizar Acolhimento a estudantes e familiares;
- ✓ Contribuir, juntamente com a equipe multidisciplinar, com a gestão do IFS na implantação da Política de Inclusão dos estudantes com Necessidades Educativas Específicas;
- ✓ Estabelecer contato com a rede socioassistencial do município onde se localiza o campus, para possíveis encaminhamentos de estudantes e seus familiares, quando necessário.

3. Atribuições do/a Assistente Social na área de Extensão do IFS

- ✓ Promover, elaborar, implementar, assessorar e/ou supervisionar programas, projetos ou ações de incentivo à extensão comunitária;
- ✓ Fomentar a participação da comunidade externa nas atividades e eventos desenvolvidos na Instituição;
- ✓ Contribuir para o fortalecimento e autonomia das instituições comunitárias (conselhos, associações e grupos comunitários) no entorno do IFS;
- ✓ Incentivar e contribuir com pesquisas e estudos visando identificar o perfil da comunidade e suas demandas para a construção dos projetos;
- ✓ Assessorar, em matéria de Serviço Social, projetos desenvolvidos pelas incubadoras tecnológicas e/ou empresas júnior;
- ✓ Colaborar com atividades de mobilização e organização da comunidade para as ações de extensão.

4. Atribuições do/a assistente Social na área de Gestão de Pessoas do IFS

- ✓ Assessorar em matéria de Serviço Social no planejamento anual de atividades relacionadas à gestão de pessoas;

- ✓ Atuar, juntamente com equipe multidisciplinar, nas relações interpessoais envolvendo profissionais de um mesmo setor ou entre setores diferenciados como forma preventiva e melhoria do ambiente organizacional;
- ✓ Participar do processo de lotação e/ou remanejamento de profissionais entre setores do IFS de acordo com o perfil do servidor, seus conhecimentos técnicos e possibilidade do serviço;
- ✓ Acolher novos servidores para tratar de procedimentos referentes ao ingresso nos processos de trabalho;
- ✓ Realizar atendimentos individualizados e/ou em grupos dos servidores do IFS e familiares;
- ✓ Informar, orientar e encaminhar sobre direitos trabalhistas, previdenciários e serviços e auxílios disponíveis para servidores e seus dependentes;
- ✓ Orientar, com base nas legislações específicas nacionais e resoluções do IFS, sobre progressões de qualificação e capacitação e por mérito profissional;
- ✓ Supervisionar estágio em Serviço Social;
- ✓ Criar e executar, juntamente com a equipe multidisciplinar, ações e programas direcionados à preparação para a aposentadoria do servidor. Realizar visitas domiciliares e pareceres sociais;
- ✓ Promover, em conjunto com equipe multidisciplinar, atividades que envolvam a sensibilização e capacitação dos servidores para as práticas inclusivas no âmbito institucional;
- ✓ Colaborar com a construção de programas e projetos de atenção à qualificação, capacitação e ambiente organizacional dos servidores no IFS;
- ✓ Realizar estudos e pesquisas sobre o perfil dos servidores e do ambiente organizacional.

5. Atribuições do Assistente Social na área da Saúde do IFS

- ✓ Compor equipe multidisciplinar da Coordenaria de Saúde Escolar/COSE nos campi, objetivando desenvolver trabalhos/ações concernentes à prevenção e promoção em saúde para a comunidade do IFS;
- ✓ Acompanhar o processo de afastamento dos servidores que envolva questão de saúde realizando as devidas orientações e encaminhamentos;
- ✓ Realizar avaliação social e emissão de parecer social para fins de licença a servidor ou a estudante por motivos de saúde, quando se fizer necessário;
- ✓ Promover, elaborar, implementar ou supervisionar programas/projetos ou ações que visem à assistência à saúde e à qualidade de vida no trabalho e/ou no ambiente escolar;

- ✓ Encaminhar os discentes e servidores à rede de assistência à saúde, quando necessário;
- ✓ Participar da elaboração de diagnósticos que identifiquem os determinantes e condicionantes das questões do processo saúde e doença no IFS;
- ✓ Contribuir para democratizar o acesso dos usuários no setor de saúde e nos processos no qual estão inseridos, visando ao aprofundamento dos direitos garantidos aos servidores e estudantes do IFS.

ANEXO B - Resolução Nº 20/2019/CONSU

Aprova alterações na Resolução nº 04/2018/CONSU que normatiza o Programa de Apoio à Permanência Estudantil da UFS.

O CONSELHO UNIVERSITÁRIO da Universidade Federal de Sergipe, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,
CONSIDERANDO o Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES;
CONSIDERANDO a Resolução nº 04/2018/CONSU;
CONSIDERANDO a necessidade de ajustes de critérios acadêmicos, propiciando melhores condições de permanência dos estudantes de graduação presencial;
CONSIDERANDO o parecer da relatora, Cons^a ADRIANA ANDRADE CARVALHO, ao analisar o processo nº 44.421/2019-99;
CONSIDERANDO ainda a decisão unânime deste Conselho, em sua Reunião Ordinária, hoje realizada,

RESOLVE

Art. 1º Alterar os artigos 9º e 13 do Anexo da Resolução 04/2018/CONSU que passam a ter a seguinte redação:

“Art. 9º Para obtenção e manutenção de bolsa do Programa de Apoio à Permanência Estudantil da UFS, o aluno deverá estar regularmente matriculado e cursando número de créditos no respectivo semestre letivo que permita a conclusão do curso em no máximo 02 (dois) semestres letivos ou um Ciclo Anual além do tempo mínimo de duração previsto no Projeto Político-Pedagógico de Curso.

§1º Será vedada a concessão de bolsas do Programa de Apoio à Permanência Estudantil para alunos que tenham anteriormente completado curso de graduação e que tenham sido beneficiários de programas da Assistência Estudantil da UFS.

§2º É vedado o recebimento cumulativo da bolsa do “Programa de Apoio à Permanência Estudantil da UFS” com bolsas próprias ou de outras agências de fomento, além de auxílios onde haja atribuição de carga horária para as atividades realizadas.

Art. 13.

I.

II.

III. abandono de componente curricular ou falta não justificada sequencial igual ou superior a trinta dias corridos em um mesmo semestre ou ciclo letivo.”

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor nesta data, revoga as disposições em contrário e altera a Resolução nº 04/2018/CONSU.

Sala das Sessões, 30 de agosto de 2019

REITOR Prof. Dr. Angelo Roberto Antonioli
PRESIDENTE